

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Samara Santos Souza Maranhão

**Brasil acima de tudo, Deus acima de todos: Bolsonarismo,
neofascismo e Serviço Social**

Mestrado em Serviço Social

São Paulo
2023

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Samara Santos Souza Maranhão

**Brasil acima de tudo, Deus acima de todos: Bolsonarismo,
neofascismo e Serviço Social**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo.

Mestrado em Serviço Social

São Paulo
2023

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CNPq) – Código de Financiamento 130027/2021-9.

This work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brasil (CNPq) – Financing Code. 130027/2021-9.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha mãe, Néia, mulher de pouco estudo, trabalhadora doméstica que me apoiou e me ajudou de todas as formas possíveis para que eu conseguisse me manter de pé e chegar até aqui.

Agradeço ao meu pai, Salvador, homem negro, trabalhador de chão de fábrica que me ensinou a importância do estudo na vida de quem é pobre e trabalhador.

Agradeço ao meu companheiro, Wallace, pelo apoio, paciência e força durante todo processo de construção deste trabalho.

Agradeço ao meu grande amigo Robson, pela força e pelo incentivo nos momentos em que pensei em desistir.

Agradeço a querida professora Beatriz Abramides por ser apoio, inspiração, incentivo e por contribuir na construção de tantas reflexões que me formaram enquanto pessoa e profissional.

Agradeço a querida professora Adrianycce pelo afeto, pelo apoio e pelas trocas tão ricas que tanto contribuíram para a construção deste trabalho.

Agradeço a meu orientador Antônio Carlos Mazzeo, pelo apoio, momentos de trocas e orientações que contribuíram para elaboração deste trabalho.

Agradeço a todos aqueles que trilharam este caminho antes de mim e permitiram que eu, mulher negra, periférica e trabalhadora fosse a primeira mestre de minha família.

Dedico este trabalho a minha avó, minha doce Nonete, que teve sua vida ceifada pela covid-19 em 2020. Mais uma vítima do governo genocida de Jair Messias Bolsonaro. Nonete, presente!

“Mil nações moldaram minha cara
Minha voz uso pra dizer o que se cala
O meu país, é meu lugar de fala”
(Elza Soares).

RESUMO

O presente estudo visa compreender o significado do ascenso da extrema direita ao poder em 2018, bem como, os determinantes sociais que contribuíram para esta ascensão e identificar os impactos do bolsonarismo no interior do Serviço Social, considerando que a profissão não é uma ilha, está inserida no real e se faz e se refaz a partir das transformações sociais. Para tanto, realizamos um estudo com abordagem qualitativa, utilizando-se também de pesquisa bibliográfica e documental. Para coleta dos dados empíricos, foram realizadas entrevistas abertas e fechadas, baseadas em um roteiro semiestruturado, com a participação de sete profissionais, sendo, (01) profissional da Assistência Social (servidor), (01) profissional do terceiro setor, (01) profissional da Saúde (servidor), (01) profissional da Saúde (OS), (01) profissional da Fundação Casa, (01) profissional do Judiciário, (01) profissional da Previdência Social. As entrevistas possibilitaram a compreensão dos impactos das políticas de austeridade implementadas a partir do governo Temer e dos rebatimentos do bolsonarismo no interior da profissão. Assim, o estudo da temática se faz importante pois, compreender o fenômeno do neofascismo, bem como, seus rebatimentos no interior da profissão são imprescindíveis para suspendê-lo dentro e fora do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social, neofascismo, bolsonarismo.

ABSTRACT

The present study aims to understand the meaning of the rise of the extreme right to power in 2018, to identify the social determinants that contributed to this rise and the impacts within Social Work, considering that the profession is not an island, it is inserted in the real and makes and remakes itself based on social transformations. For that, we carried out a study with a qualitative approach, as well as bibliographical and documental research. For the collection of empirical data, open and closed interviews were carried out, based on a semi-structured script, with the participation of seven professionals, being, (01) Social Assistance professional (server), (01) third sector professional, (01) Health professional (server), (01) Health professional (OS), (01) Fundação Casa professional, (01) Judiciary professional, (01) Social Security professional. The interviews made it possible to understand the impacts of the implementation of the austerity policies implemented after the Temer government, as well as the repercussions of Bolsonarism within the profession. Thus, the study of the subject becomes important because, understanding the phenomenon of neo-fascism, as well as its repercussions within the profession, are necessary to suspend it.

Keywords: Social Work, neo-fascism, Bolsonarism.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AIB	Associação Brasileira de Imprensa
BPC/LOAS	Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CTPOP	Comitê de trabalho profissional e Política Pública
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAD	Ensino à Distância
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo monetário internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
INESC	Instituto de Estudo Socioeconômicos
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JBS	José Batista Sobrinho
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não Binário, + representando a multiplicidade de possibilidades de gênero e sexualidade.
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MP	Medida Provisória
MPL	Movimento Passe Livre
NUCRESS	Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OAS	Olivieiri, Araújo e Suarez
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PEP	Projeto Ético Político do Serviço Social
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PP	Partido Progressistas

PPE	Programa de Proteção ao Emprego
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos trabalhadores
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
STF	Superior Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TICs	Tecnologias da Informação
TRF	Tribunal Regional Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – E A HISTÓRIA SE REPETE: A PRIMEIRA VEZ COMO TRAGÉDIA E A SEGUNDA COMO FARSA: A HEGEMONIA BURGUESA, O PACTO DE CLASSES E O GOLPE DE 2016.....	19
1.1 Decifra-me ou eu te devoro! O caráter burguês do estado de classes.....	19
1.2 Brilha uma estrela: o ciclo petista, manutenção da acumulação e da hegemonia burguesa em linhas gerais.....	27
1.3 O gigante acordou! Os caminhos e descaminhos do levante popular de junho de 2013	35
1.4 “Que Deus tenha misericórdia desta nação”: os últimos suspiros do governo Dilma, o fim do pacto de classes e o golpe de 2016	40
1.5 O serviço social nos anos 2000: avanços, contradições e desafios para o projeto ético político da profissão no ciclo petista	55
CAPÍTULO II – O GRANDE ACORDO NACIONAL, COM O SUPREMO, COM TUDO: DO GOVERNO ILEGÍTIMO DE TEMER AO NEOFASCISMO DE BOLSONARO.....	61
2.1 Ponte para o futuro para quem? Dez anos em dois: o aprofundamento do ajuste fiscal e da desigualdade no governo Temer	61
2.2 “Eles venceram e o sinal está fechado pra nós” lavajatismo, prisão política de Lula e eleição de Bolsonaro	74
2.3 Brasil acima de tudo, Deus acima de todos: a ascensão da extrema direita, o bolsonarismo e neofascismo à brasileira	86
2.4 “Eu sou Messias, mas não faço milagre”: a emergência da covid-19, o genocídio brasileiro	111
2.5 O retorno dos ridículos tiranos: o serviço social em tempos de barbárie	122

CAPÍTULO III – É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE, NÃO TEMOS TEMPO DE TEMER A MORTE! DESAFIOS, EMBATES E ENFRENTAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS NEOFASCISTAS	130
3.1 O museu de grandes novidades das perspectivas de modernização conservadora e reatualização do conservadorismo, a intenção de ruptura e a consolidação do pep do serviço social	130
3.2 O conservadorismo nas entranhas: a reprodução e a repetição do sincretismo nos meios profissionais	148
3.3 “Eu vejo o futuro repetir o passado”: a reatualização do conservadorismo sob a égide da “reforma do serviço social”	158
3.4 Os desafios de cada tempo: trabalho profissional no ciclo petista, no governo usurpador de temer e desgoverno Bolsonaro	170
CONCLUSÃO	189
REFERÊNCIAS	198
ANEXOS	213

INTRODUÇÃO

O ano de 2018 ficou marcado pela eleição do capitão reformado de extrema direita Jair Bolsonaro. Os quatro anos que se seguiram foram a barbárie. Fome, desemprego, violência, uma pandemia que assolou o país ocasionando quase setecentas mil mortes frente a um governo negacionista, que aparelhou o Ministério da Saúde e implementou medidas sem comprovação científica na busca perversa pela chamada imunidade de rebanho.

O fenômeno que elegeu Bolsonaro não é um caso isolado no Brasil. A ofensiva da escatológica extrema direita vem ocorrendo em diversos países do globo. Ofensiva neoconservadora? Neofascismo? Compreender a ascensão desse fenômeno se faz necessário para superá-lo, ou ao menos, suspendê-lo.

Compreender a ascensão da extrema direita requer fazer o exercício de retornar na história do Brasil recente, mais especificamente nos governos petistas. Faz-se necessário compreender o processo sócio-histórico para identificar as determinações que nos trouxeram até aqui.

Ora, o Brasil passou por treze anos do ciclo petista, um governo de conciliação de classes que implementou uma política tipicamente neoliberal que beneficiou a burguesia ao passo em que implantava políticas compensatórias de minimização das expressões mais agudizadas da questão social. A política econômica implementada pelo PT é parte de um pacto de classes donde os lucros da burguesia deveriam ser mantidos, os movimentos sociais deveriam ser pacificados para que políticas compensatórias de combate a extrema pobreza fossem implementadas.

Sob essas condições Lula da Silva fora eleito e reeleito, concluiu seu segundo mandato com oitenta por cento de aprovação bradando “os bancos nunca lucraram tanto”. Os altos índices de aprovação do governo Lula possibilitaram a eleição de uma sucessora, Dilma Rousseff, primeira mulher a presidir a República Federativa do Brasil.

Dilma assume a presidência e dá continuidade à política econômica implementada pelo governo Lula. Os efeitos da crise estrutural do capital de 2008, outrora apelidados de “marolinha” por Lula chegam ao Brasil, degradando as condições de vida de uma população que já se via prejudicada pelos governos petistas

que implementara uma política econômica que privilegiava a burguesia em detrimento da população empobrecida.

Insatisfeita com as difíceis condições de vida, um aumento de R\$ 0,20 centavos no valor do transporte público fora o estopim para um levante popular que, inicia com reivindicações pela diminuição do valor das passagens, mas que vai ganhando outros contornos e outras reivindicações. Por emprego, educação pública de qualidade, melhorias na saúde pública eram as reivindicações que se encontravam nas ruas. Manifestações que se iniciaram pela população jovem, empobrecida, trabalhadora.

A diminuição do valor das passagens fora alcançada, o Movimento Passe livre, responsável pela articulação das primeiras manifestações se retira das ruas. Inicia-se uma disputa de narrativas nas ruas. O surgimento do Movimento Brasil Livre fora um fator determinante nesse processo, pois, através da bandeira anticorrupção, trouxe para as ruas o antipetismo, bem como ideias neoliberais como a diminuição do Estado.

Nesse sentido, as manifestações foram se tornando cada vez mais antipetistas, as reivindicações outrora por melhores condições de vida e melhoria das políticas públicas passaram a pedir pelo impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Eis o esgarçamento do pacto de classes.

As eleições de 2014 ocorrem em meio a uma crise no interior do governo. Popularidade em declínio, manifestantes nas ruas clamando pelo impeachment. Apesar da conjuntura, Dilma vence o pleito contra seu opositor Aécio Neves por uma pequena porcentagem. Inconformados com o resultados das eleições, o PSDB impetra ações que visam anular o resultado das eleições, inicia-se nesse momento uma crise política sem precedentes.

A crise política se segue de um golpe, que depôs a presidenta Dilma Rousseff sem crime de responsabilidade, em um grande acordo nacional, com o supremo com tudo, nas palavras de Romero Jucá.

Com o golpe, Michel Temer, vice-presidente golpista assume a Presidência da República. Ao assumir a presidência, implementa um conjunto de maldades, parte da chamada “ponte para o futuro”, apresentada pelo MDB antes mesmo da efetivação do golpe. Lei da terceirização irrestrita, reforma trabalhista, reforma do ensino médio, dentre outras medidas de austeridade degradam e precarizam as políticas públicas e as condições de vida da população.

As eleições que se seguem são marcadas pela polarização, Bolsonaro (PL, naquele momento), capitão reformado da extrema direita e Fernando Haddad (PT)

disputam o pleito, uma vez que as vésperas da eleição Lula da Silva, até então a frente das pesquisas, foi preso, em um processo de lawfare.

Bolsonaro vence as eleições, assume a Presidência da República em 2019, aprofunda as contrarreformas iniciadas no governo Temer e implementa a política do caos, a barbárie. Ao passo em que implementa uma política de austeridade, reproduz uma ideologia reacionária, cooptando diversos seguimentos da sociedade brasileira. De ataques a democracia burguesa, estímulo à violência, ataque a minorias, aprovação de legislações que aumentaram e estimularam a posse e porte de armas de fogo e ataque orquestrado às universidades, Bolsonaro trabalhou pela produção e reprodução da ideologia reacionária que representa.

Em meio a maior crise sanitária de todos os tempos, a pandemia de covid-19, Bolsonaro implementou uma política negacionista, anticiência e anti-vacina e atuou deliberadamente para a infecção da população na busca pela perversa imunidade de rebanho. O saldo de sua atuação criminoso frente a pandemia são os quase setecentos mil mortos pela covid 19.

Muitos são os efeitos nefastos do governo Bolsonaro, fome, desemprego, sucateamento das políticas públicas, crescimento da violência e das opressões, aumento do porte e posse de arma de fogo, corrupção.

Para além de todos esses efeitos Bolsonaro ainda ataca as instituições e a democracia burguesa, desacreditando o processo eleitoral que o derrotou nas urnas em 2022. Seus ataques deliberados desacreditam as instituições e a democracia burguesa, mobilizando sua base aliada e seu ímpeto golpista. O resultado é o crescimento da tensão pós eleição e as manifestações da fração mais fanatizada do bolsonarismo, que toma as ruas reivindicando “intervenção federal” por parte dos militares.

É sabido que o avanço de uma ideologia conservadora possibilitou a ascensão de Bolsonaro e da extrema direita. É sabido também que esta ofensiva da extrema direita não ocorre somente no Brasil, podendo ser identificada em diversos países do globo. Todavia, é preciso questionar-se em relação ao que significa essa ascensão da extrema direita. Ofensiva neoconservadora? Conservadorismo? Fascismo? Neofascismo? Como podemos definir o bolsonarismo?

Outro ponto importante é compreender os processos, as determinações sociais que possibilitaram a ascensão da extrema direita no Brasil.

Compreender esses elementos se faz necessário para traçar estratégias e identificar saídas para este momento histórico obscuro.

No que tange ao Serviço Social, é importante realizar algumas considerações. Trata-se de uma profissão que possui raízes fincadas nas correntes mais reacionárias da igreja católica. Uma profissão que passou por um movimento de reconceituação/renovação fomentado pelo próprio sistema capitalista, que exigiu uma postura mais moderna e tecnológica de seus agentes. Um processo por muitas vezes conservador. Uma profissão que rompeu com o conservadorismo e com o Serviço Social tradicional junto ao processo de democratização do país, que construiu e consolidou um Projeto Ético Político progressista, alinhado a luta geral da classe trabalhadora, pela emancipação política com vistas a emancipação humana e a busca por outro modo de sociabilidade.

Entretanto, apesar do caráter progressista do PEP da profissão, é preciso salientar que há algumas determinações que contribuem para a reprodução do conservadorismo nos meios profissionais. São determinações históricas, estruturais e conjunturais que contribuem para esta reprodução.

E pensar na conjuntura? É pensar que o Serviço Social não é uma ilha e se faz e se refaz a partir do movimento sócio-histórico da realidade social. Logo, cada momento histórico impacta de uma forma no interior da profissão.

Ora, vivenciamos neste momento o avanço de uma ideologia conservadora e reacionária e de ascensão da extrema direita, de modo que, esta ascensão vai impactar no interior da profissão.

Nesse sentido, Assistentes Sociais lidam diariamente com os impactos de um governo reacionário e ultraneoliberal, seja no sucateamento das políticas públicas, matéria prima principal do trabalho do Assistente Social, seja no conservadorismo reproduzido pelos colegas e por vezes até pelo próprio profissional.

Surgem correntes que se intitulam conservadoras e que propõe uma “reforma” no Serviço Social, propondo a retomada dos preceitos basilares do Serviço Social tradicional na profissão.

Nesse sentido, a referida pesquisa tem por objetivo compreender o significado da ascensão de Bolsonaro, os processos que possibilitaram essa ascensão e identificar os impactos da ofensiva da extrema direita no interior do Serviço Social.

A metodologia utilizada no estudo é pesquisa bibliográfica para suporte teórico e compreensão do tema e pesquisa qualitativa, com a participação de sete (07)

profissionais que responderam a um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas. Os profissionais foram selecionados através de um formulário no google forms utilizado para triagem, a fim de identificar aqueles que atendiam aos critérios de inclusão. Os critérios de inclusão foram: a) profissionais que passaram pelas três últimas gestões do Governo Federal (Dilma, Temer e Bolsonaro) na mesma área de atuação; b) profissionais que compõe as áreas da saúde (servidores e não servidores), assistência (servidores e não servidores), Previdência Social, Fundação Casa e Judiciário; c) Profissionais que atuem no Estado de São Paulo; d) profissionais que preencheram o formulário devidamente. Os critérios de exclusão foram: a) alunos residentes; b) estagiários; c) profissionais que não passaram as últimas três gestões do Governo Federal atuando na mesma área; d) profissionais que não preencheram o formulário devidamente. Os profissionais que participaram da pesquisa foram sorteados através do site sorteador.com.br. Uma vez sorteados, os profissionais participaram da entrevista via aplicativo de computação google Meet. As entrevistas foram gravadas com autorização dos participantes e transcritas para utilização na pesquisa.

Para tanto, o trabalho dividido em três capítulos, abordará em primeiro momento os governos petistas, mais especificamente o governo Dilma, as tensões e a crise política até o golpe de 2016. Fecharemos o capítulo com uma análise do Serviço Social nos anos 2000.

No segundo capítulo abordaremos o governo Temer, a implementação do “Programa ponte para o futuro” com as contrarreformas que promoveram o maior recuo civilizatório dos últimos tempos. Abordaremos a prisão política de Lula da Silva e a eleição de Bolsonaro, a pandemia de covid-19 e o governo Bolsonaro. Concluimos o capítulo com uma análise do Serviço Social no governo Temer e Bolsonaro.

O terceiro capítulo trata-se especificamente do Serviço Social. Trataremos dos aspectos históricos, do Serviço Social tradicional ao movimento de reconceituação. Em um segundo momento trataremos do sincretismo e do ecletismo nos meios profissionais que contribuem para a reprodução do conservadorismo. Trataremos ainda das disputas de projetos no interior da profissão, da proposta conservadora de “reforma do Serviço Social”. Por fim, realizaremos a exposição dos resultados da pesquisa de campo.

Compreender o significado da ascensão de Bolsonaro, os determinantes que contribuem para esta ascensão e os impactos no Serviço Social se fazem necessários

para realizar o enfrentamento desta barbárie. É nesta direção que esta pesquisa se coloca, pois, em tempos de ascensão de ideologias conservadoras a defesa de um Projeto Ético Político crítico, de esquerda e com direção emancipatória clara, se faz necessário. Assim, nas próximas páginas buscaremos dar conta desta tarefa.

CAPÍTULO I – E A HISTÓRIA SE REPETE: A PRIMEIRA VEZ COMO TRAGÉDIA E A SEGUNDA COMO FARSA¹: A HEGEMONIA BURGUESA, O PACTO DE CLASSES E O GOLPE DE 2016.

“Quanto mais uma classe dominante é capaz de acolher em seus quadros os homens mais valiosos das classes dominadas, tanto mais sólido e perigoso é o seu domínio.” Karl Marx

1.1 Decifra-me ou eu te devoro! O caráter burguês do estado de classes

Desde o golpe de 2016, o Brasil tem estado diante de uma ofensiva neoliberal com o aprofundamento de contrarreformas que tem direcionado o país rumo à destruição de qualquer avanço civilizatório dos últimos tempos. Essa destruição vem sendo operada no interior de um Estado que não é neutro, que possui um direcionamento de classe e que não é, pela classe trabalhadora.

Existe um mito socialmente construído de que o Estado está para intermediar as relações entre burguesia e proletariado na sociedade de classes de forma neutra. No entanto, é necessário compreender que o Estado é forjado no interior do sistema capitalista, logo, torna-se instrumento de uma determinada ordem dominante. Essa aspiração do Estado pela defesa dos interesses da classe dominante é algo socialmente construída, entranhado desde a formação social dos países.

Ora, vamos a formação social do Brasil. Resgatando a independência e surgimento do Estado brasileiro, percebemos este processo se deu pelo alto, buscando atender as demandas da burguesia.

Neste sentido, Coutinho (2006) em alusão aos escritos de Raimundo Faoro afirma que o Brasil se caracterizou pela presença de um Estado forte e autoritário, em detrimento a uma sociedade civil enfraquecida, primitiva. O autor, evoca ainda categorias de Antônio Gramsci, na afirmação de que o Brasil, até meados dos anos 1930 apresentou uma formação social tipo oriental, ou seja, uma formação social onde o Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e gelatinosa. Ao refletir acerca da independência do Brasil o autor resgata os conceitos de via prussiana² de Lênin,

¹ MARX (1852).

² Lênin chamou de via prussiana, um tipo de transição ao capitalismo que conserva elementos da velha ordem e, nessa medida, tem como pressuposto e como resultado um grande fortalecimento do poder do Estado (COUTINHO, 2006, p. 174).

revolução passiva³ de Gramsci e modernização conservadora do sociólogo norte americano Barrington Moore Júnior⁴ e conclui que o referido processo não se constituiu em uma revolução, uma vez que não representou o rompimento com a ordem estatal e socioeconômica anterior, sendo apenas, um rearranjo entre diferentes setores das mesmas parcelas da classe dominante. A exemplo da fragilidade do processo de independência do Brasil o autor cita o fato de o primeiro imperador brasileiro ter sido Pedro I, filho do rei de Portugal. “Isso revela o quanto foi débil aquela ruptura, ou seja, a ruptura que nos trouxe de uma situação formalmente colonial para a condição de país independente” (COUTINHO, 2006, p. 175).

Assim, através de um acordo de cavalheiros entre a burguesia brasileira e os colonizadores portugueses se forma o Estado Brasileiro, em um processo de cima para baixo, sem qualquer participação da classe trabalhadora.

Mas cabe insistir que a nação brasileira foi construída a partir do Estado e não a partir da ação das massas populares. Ora, isso provoca consequências extremamente perversas, como, por exemplo, o fato de que tivemos, desde o início de nossa formação histórica, uma classe dominante que nada tinha a ver com o povo, que não era expressão de movimentos populares, mas que foi imposta ao povo de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro e, portanto, não possuía uma efetiva identificação com as questões populares, com as questões nacionais. (COUTINHO, 2006, p. 176).

Na mesma direção de Carlos Nelson Coutinho, Mazzeo (2015, p. 106) faz alusão ao conceito de via prussiana de Lênin ao pensar o processo da independência do Brasil, mas, define este processo como prussiano colonial devido interioridade escravagista do Brasil.

[...] na via prussiano colonial, ao contrário, a interioridade escravista direciona para a subsunção de sua burguesia aos polos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial, enquanto elo débil do modo de produção capitalista em seu conjunto anatômico”. (MAZZEO, 2015, p. 107).

Desta forma, o autor também define o processo de independência do Brasil como rearranjo político, concluindo que este processo se aproxima mais de uma contrarrevolução do que de um processo revolucionário.

³ Refere-se aos processos de transição em que ocorre uma espécie de conciliação entre as parcelas modernas e atrasadas das classes dominantes, na tentativa de excluir as camadas populares de uma participação mais ampla em determinados processos (COUTINHO, 2006, p. 174).

⁴ Moore Jr distingue os diferentes caminhos que levam a modernidade, um que leva a criação de sociedades liberal- democráticas e outro que leva a formação de tipo autoritário e até mesmo fascista (COUTINHO, 2006, p. 175).

A independência se faz, então, a partir de uma transferência pacífica do poder metropolitano para o brasileiro, executada competentemente pela classe dominante que, de maneira consciente, deixa toda a nação fora do processo. (MAZZEO, 2015, p. 109).

O fato é que optamos por resgatar brevemente o processo de independência e formação do Estado Social brasileiro afim de compreender a forma como esse processo se deu e quem esteve à frente da formação deste Estado. Um Estado que nasce diante da impossibilidade de expansão comercial do Brasil, a partir de um rearranjo entre as frações dominantes e a monarquia portuguesa, em um acordo onde a população empobrecida esteve propositalmente excluída. Um Estado forjado pela burguesia, a serviço da burguesia e claro, do processo de acumulação de capital. Eis aí, o caráter de classe de um Estado, que não é de forma alguma, neutro.

No interior de uma sociedade de classes o Estado é determinado pela configuração socioeconômica da sociedade. Assim, todo o aparato estatal está para garantir a manutenção da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Através de suas instituições, o Estado regulamenta a exploração da força de trabalho, atua na promoção de meios para aumento exponencial da extração de mais valia, fornece subsídios de verba pública para investimentos em empresas privadas e protege a propriedade privada através do aparato policial do Estado penal. Este aparato legal também atua no controle dos corpos subversivos ao sistema. Ou seja, o Estado é responsável por criar condições favoráveis ao acúmulo de capital.

Mascaro (2013, p. 18), aponta que a Instituição Estado não foi uma organização política identificada em sociedades anteriores, logo, sua manifestação é moderna, essencialmente capitalista. Ou seja, o Estado é forjado no interior da sociedade de classes. “O Estado é um fenômeno especificamente capitalista” (MASCARO, 2013, p. 19).

Assim, na configuração de uma sociedade de classes se faz necessário a intermediação universal das mercadorias, que é realizada por uma instância apartada: O Estado. Desta forma, o Estado se apresenta como uma instituição necessária à reprodução do capitalismo, garantindo a troca de mercadorias e a extração da mais valia através da exploração do trabalho, sob forma assalariada. Ainda em Mascaro (2013, p. 19), o autor aponta quem sem esta intermediação estatal, o trabalho seria realizado a partir de domínio direto do burguês e as relações de trabalho seriam de escravidão, servidão. O aparato estatal é então “a garantia da mercadoria, da

propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho” (MASCARO, 2013, p. 20).

A parceria entre capital e Estado não é nova e não surge do acaso. Resgatando o processo de acumulação primitiva de capital e apoiada nos escritos de Mandel, (BEHRING, 2021, p. 113) aponta que o Estado pode ser definido como uma espécie de parceiro do capital, pois atuou ativamente na expansão marítima e nos processos primeiros de acumulação de capital (BEHRING *apud* MARX).

No que tange ao processo de acumulação primitiva de Capital, Marx aponta para a legislação instituída pelo Estado monárquico para enquadrar os camponeses expropriados de suas terras na lógica do trabalho assalariado. O autor afirma que após um processo violento de expropriação de terras, os camponeses que foram arrancados bruscamente de seu modo de vida, não conseguiram se adaptar de imediato à nova condição. Assim, esta população expropriada converteu-se em “esmoleiros, assaltantes, vagabundos”. Diante desta demanda, gerada pela forma como se deu o processo de expropriação dos camponeses de suas terras, o Estado monárquico passa a estabelecer um conjunto de leis com o intuito de punir severamente aqueles que não se enquadravam no modo de produção assalariado, capitalista. As condenações prescritas em lei, iam de prisão, açoitamento público, trabalho forçado e até execução, em alguns casos. Eis aí a participação ativa do Estado no processo da acumulação primitiva de capital.

Assim, com participação ativa no processo de acumulação primitiva de capital, bem como, no processo de reprodução e manutenção dessa reprodução, pode-se dizer que o Estado é parceiro e parceiro do capital, assim definido por Behring (2021, p. 113). O Estado é então, “elemento central no processo de acumulação” (p.112).

O Estado é, portanto, um mecanismo de dominação de classe, tendo em vista a apropriação privada do sobreproduto social e/ou dominação de sua distribuição em qualquer tempo, em que pesem os trânsitos dos modos de produção – do feudalismo para o capitalismo, por exemplo – ou as formas de exercício de poder político e institucionais – da monarquia para a república ou do Estado absoluto para o Estado democrático de direito. Altera-se, evidentemente, a forma do exercício de dominação de classe em cada contexto político-econômico, ao longo da história. (BEHRING, 2021, p. 112).

Apesar desta relação de parceria desde primeira hora, os liberais entendiam o Estado como um mal necessário, assim, “[...] o liberalismo tem para com o Estado, desde os primórdios até hoje, uma relação ambígua: que o requisita visceralmente e o repele compulsivamente” (BEHRING, 2021, p. 113).

Netto (1996, p. 20) aponta que o Estado sempre direcionou sua atuação a serviço da burguesia, no entanto, no estágio imperialista do capital essa intervenção se transforma, de maneira funcional e estrutural. Assim, a intervenção que outrora ultrapassava a fronteira de garantidor da propriedade privada apenas em situações específicas passa a incidir na organização e na dinâmica do capital desde sempre, de maneira sistemática e contínua. O autor aponta a demanda do capitalismo monopolista de contar com um vetor extraeconômico para assegurar seus objetivos econômicos. Assim, o eixo da intervenção estatal está em garantir os superlucros dos monopólios.

Ainda em Netto (1996, p. 20), o autor divide as funções do Estado no capitalismo monopolista em dois grupos, sendo as funções econômicas diretas e as funções econômicas indiretas. No que tange as funções econômicas diretas, tem-se a sua inserção como empresário nos setores econômicos pouco lucrativos (aqueles que fornecem aos monopólios matéria primas fundamentais), a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades, que são reprivatizadas quando solucionados os problemas, a privatização de grandes empresas estatais, subsídios imediatos a grandes monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado. Quanto às funções indiretas, temos a compra dos produtos produzidos pelos monopólios através do Estado, os investimentos públicos em transporte e infraestrutura, a preparação da força de trabalho requerida pelos grandes monopólios e os gastos com pesquisas. Todavia, a atuação mais expressiva do Estado em prol dos monopólios se dá no terreno estratégico, local onde se fundem as funções diretas e indiretas, que são as linhas de direção do desenvolvimento, onde através de planos e projetos de médio e longo prazo, o Estado atua como um instrumento de organização da economia, na função de administrador dos ciclos de crise do capital.

Está claro, assim, que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. (NETTO, 1996, p. 22).

Assim, trata-se de uma relação simbiótica, onde o Estado atua com e para a classe burguesa, dona dos monopólios. O Estado nasce nas entranhas de uma sociedade onde a dominação do proletariado pela burguesia é *modus operandi*. Logo, torna-se mais um mecanismo, um instrumento, um aparelho de dominação de classe.

Na busca por legitimação política, o Estado, capturado pela ordem capitalista, torna-se permeável as demandas das classes subalternas, ao atender suas requisições mediante as expressões da questão social. Esta intervenção do Estado se dará a partir da correlação de forças da luta de classes. Ou seja, em sociedades onde o movimento de trabalhadores está mais fortalecido e consolidado, a atuação do Estado se manterá mais atuante frente a atenuação das expressões da questão social. Já nas sociedades onde o movimento de trabalhadores está mais enfraquecido, o Estado terá pouca atuação nestas áreas. Nesse sentido, podem surgir de um Welfare state até um Estado fascista.

No capitalismo monopolista, “[...] a preservação e o controle da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem (NETTO, 1996, p. 22).

Assim, enquanto elemento fundamental na manutenção da acumulação, o Estado é chamado a atuar no controle das expressões da questão social. Através das políticas sociais o Estado lida com as expressões mais abruptas da questão social, o que lhe garante a tão necessária legitimação, bem como, a reprodução da força de trabalho e do exército industrial de reserva.

Para o exercício destas ações, o Estado utiliza do fundo público, que materializa as funções estatais. Assim, o Estado injeta boa parte do fundo público na reprodução ampliada de capital. Desta forma, em tempos neoliberais é preciso desmistificar a falácia do Estado mínimo, uma vez que parte significativa do fundo público é direcionado ao capital fictício, sob forma de pagamento dos juros da tal dívida pública. A outra parte, o Estado direciona a investimentos por meio de empréstimos a juros baixos aos grandes capitalistas e a reprodução da força de trabalho.

O Estado se apropria pela tributação de parte muito significativa do trabalho excedente, da mais valia socialmente produzida, que se transformou em juros, lucros e renda da terra, e de parte do trabalho necessário, na forma de salários, para sua particular intervenção no momento presente. O neoliberalismo, portanto, não minimizou a intervenção do Estado, conforme seus anúncios de primeira hora, pois permaneceu com forte presença econômica e social e intensa capacidade extrativa, já que não diminuiu a carga tributária na maioria dos países. Contudo, o Estado redireciona a alocação do fundo público, que é elemento constitutivo dessa lógica destrutiva. (BEHRING, 2021, p. 118).

Outra faceta que consiste em um movimento central do Estado é estabelecer processos de atratividade ao capital, por meio das ofertas de privatização e novos

nichos de mercado, promovendo uma espécie de “leilão de estatais e equipamentos públicos”, onde a política de saúde, educação e previdência social são as maiores vítimas (BEHRING, 2018, p. 47).

E se é função do Estado a garantia de uma força de trabalho livre como os pássaros, também é função estatal conter corpos insurgentes através do Estado penal. E é através do encarceramento e até mesmo assassinato de corpos, em sua maioria negros e pobres, que o Estado garante uma mão de obra pacificada.

Este encarceramento em massa de pobres e pretos é resultante de um processo de criminalização dos pobres.⁵ “Em síntese, os pobres, culpabilizados por um fracasso que lhes foi atribuído, passam a ser perseguidos e condenados por crimes dos quais são vítimas” (FAUSTINO, 2010, p. 17). Contra os pobres, a violência é sempre legitimada, desde que a ordem social e de classe seja mantida.

Ora, o *modus operandi* do sistema capitalista produz um contingente de sobrantes, o que Marx descreve como exército industrial de reserva. Esses sobrantes são necessários ao sistema, seja para assumir posições de subemprego, que são malvistas na sociedade, mas necessários ao funcionamento do capital, seja para contribuir no rebaixamento geral do valor da força de trabalho. O Estado penal entra em ação, quando esse contingente de empobrecidos passam a representar algum tipo de ameaça as engrenagens do sistema.

Por mais que os pobres (como um todo) sejam estigmatizados e apontados como classe perigosa, causadores das próprias chagas e ameaça constante aos cidadãos de bem, não é a pobreza que representa um problema ao capital e, sim, os trabalhadores, empregados ou desempregados, que eventualmente representem ameaça ou precisem ser realocados conforme a necessidade de livre domínio do capital. (FAUSTINO, 2010, p. 18).

Ou seja, o Estado, utiliza do aparato do Estado penal para atuar na contenção de corpos que insurjam a ordem, mais não só, corpos que precisem ser realocados a partir da necessidade de domínio do capital também devem ser “cassados”. E essa “caça” vai ocorrer por meio do encarceramento ou do assassinato dos corpos pobres, periféricos, em sua maioria negros. Um outro ponto a ser destacado é que essa

⁵ Criminalização da pobreza é um conceito bastante utilizado na literatura ao se referir a violência contra a população pauperizada. Todavia, seguindo a linha de Faustino nos referimos à criminalização dos pobres, uma vez que o termo “criminalização da pobreza” pode fazer alusão a ideia de que interessa as classes dominantes e ao Estado burguês combater a pobreza, quando na realidade é atribuído a população empobrecida o papel de criminosos natos (FAUSTINO, 2010, p. 19).

violência contra os corpos pobres, pretos e periféricos é legitimada pela mídia burguesa e até comemorada por uma fração reacionária da população.

O Estado burguês é autorizado a atuar com truculência sobre corpos pretos, pobres e periféricos. Sobre esses corpos, a ação violenta é mais do que legitimada, ela é convocada. Um exemplo desta ação truculenta do Estado sobre corpos periféricos é o Estado do Rio de Janeiro. Sob a égide da guerra às drogas, o Estado entra e sai das periferias cariocas com toda a violência, encarcerando e assassinando aos montes as populações pobres e pretas. Na manhã de quinta-feira, dia seis de maio de 2021, 250 policiais fortemente armados subiram na favela de Jacarezinho no Rio de Janeiro e em uma operação policial e alvejaram 28 pessoas, em meio a um intenso tiroteio entre componentes do tráfico e policiais.⁶

Através das redes sociais, moradores relataram que além das execuções, policiais invadiram casas e confiscaram celulares. Na ocasião, os moradores chegaram a realizar um protesto e tempo depois, fora construído um memorial em homenagem às vítimas da operação que ficou conhecida como “chacina do jacarezinho”. O memorial, inaugurado em seis de maio de 2022, foi destruído por policiais em onze de maio de 2022, com a justificativa que os mortos eram traficantes, estavam envolvidos em atividades criminosas ou possuíam passagem pela polícia.⁷

E assim, o Estado penal opera, enquanto instrumento do Estado burguês na busca desenfreada pelo pleno funcionamento da engrenagem que alimenta a acumulação exponencial de capital. O Estado é, portanto, “[...] um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação da ordem que legaliza e consolida essa opressão, moderando o conflito de classe (LÊNIN, 2017, p. 29).

Ora, o Estado surge como produto do sistema capitalista, da sociedade de classes e das contradições de classe. Surge no interior do sistema capitalista, a partir das demandas de acumulação e com a missão de atuar em meio a estas contradições de modo a promover condições ótimas para acumulação de capital. “Qualquer Estado

⁶ Cf. “Operação no Jacarezinho deixa 28 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de bandidos”. Por HAIDAR, Diego et al. **TV Globo e G1 Rio de Janeiro**. 06 mai. 2021a. Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/tiroteio-deixa-feridos-no-jacarezinho.ghtml>.

⁷ Cf. “Polícia Civil derruba monumento às vítimas da chacina do Jacarezinho. Por AGENCIA BRASIL. **CartaCapital**. 12/05/2022. Sociedade. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/policia-civil-derruba-monumento-as-vitimas-da-chacina-do-jacarezinho/>.

é um poder repressor específico contra a classe oprimida, por isso, nenhum Estado é livre nem nacional” (LÊNIN. 2017, p. 29).

Como o estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e a exploração da classe oprimida. (ENGELS *apud* LÊNIN, 2017, p. 35).

O Estado existe porque o capitalismo existe, por isso o chamamos de Estado burguês. Enquanto Estado forjado no interior da sociedade de classes, nasce convocado a atuar na defesa dos interesses das frações dominantes em detrimento aos interesses das frações dominadas. É, desta forma, instrumento de dominação e opressão, que é legitimada através de seus aparatos jurídicos.

E assim, o Estado burguês utiliza-se dos diferentes meios para promover a manutenção da hegemonia burguesa, a dominação e a exploração das classes subalternas. Desta forma, no interior de uma sociedade de classes, o Estado sempre será burguês e sempre atuará em prol das demandas das classes dominantes, independentemente do direcionamento político dos grupos a frente dos governos. O Estado é um instrumento de exploração da classe oprimida, e enquanto houver sistema capitalista, assim permanecerá.

1.2 Brilha uma estrela: o ciclo petista, manutenção da acumulação e da hegemonia burguesa em linhas gerais.

O Partido dos trabalhadores alça ao poder em 2003 após a eleição de Lula da Silva ao cargo máximo do executivo. Essa eleição, dá início a um ciclo de treze anos de governos ditos populares no Brasil. Com dois mandatos bem avaliados entre a maior parte da população, Lula elege uma sucessora, sua companheira de partido Dilma Rousseff⁸, que embora tenha vencido duas eleições, não concluiu seus dois mandatos, tendo seu governo interrompido por um golpe jurídico, midiático parlamentar.

⁸ Em seus dois primeiros mandatos, Lula da Silva ocupou a presidência da República de 2003 a 2011, já Dilma Rousseff, sua sucessora, exerceu o cargo de 2011 a 2016, quando fora deposta da Presidência da República através de um golpe, o qual abordaremos com mais profundidade mais a diante.

O ascenso do PT ao cargo máximo do executivo foi possível através de um pacto de classes, que possibilitou a construção de uma base de apoio entre as frações burguesas ao projeto petista. A condição para a manutenção desse apoio, era uma política econômica que atuasse na garantia da taxa de lucro da burguesia, que deveria estar em constante alta. Assim, nasce o mito petista de um país onde todos eram beneficiados sob a política de conciliação de classes.

Paulani (2010, p. 123) pondera que com a adoção do PT às mesmas políticas de austeridade fiscais implementadas nos governos anteriores, surge a necessidade de justificar essas contraditórias posições ao povo brasileiro, desta forma, o discurso oficial adotado pelo governo é de que medidas mais duras eram necessárias para conter danos ocasionados por uma economia que estava à beira do abismo.

Assim, diante de uma economia destruída, justifica-se quaisquer medidas de “contenção” do caos, tais como a elevação do superávit primário, para além do recomendado pelo FMI (de 3, 75% para 4,25% do PIB), aumento da taxa de juros, que salta de 22% para 26,5% ao ano e corte de liquidez pelo aumento compulsório dos bancos, que de maneira inesperada retirou de circulação 10% dos meios de pagamentos.

Essa defesa da continuidade da política neoliberal e a necessidade das ações de caráter emergencial pontuais foram sendo introjetadas no imaginário popular, de forma que, acreditava-se que de fato tratava-se de algo passageiro e que ultrapassando a situação de emergência, as coisas retornariam à normalidade e o PT finalmente poderia adotar um programa de governo antineoliberal, tal qual defendido desde a fundação do partido. Estava posto um novo desafio ao PT, construir uma nova narrativa que justificasse a necessidade de permanência do regime de emergência, com ou sem a tal “necessidade”.

Assim, diante da estabilização da economia, com o apoio e auxílio da mídia, o PT passa a justificar a continuidade da política econômica neoliberal com a necessidade de conquistar por definitivo a credibilidade dos investidores internacionais, a fim de afastar permanentemente a inflação e a ameaça de um default externo. Desta forma, o sacrifício era necessário, pois a retomada de um crescimento sustentado não existiria se o país não tivesse credibilidade perante o mercado internacional (PAULANI, 2010, p. 124-125).

A crise política advinda das denúncias de corrupção em 2005 aprofunda ainda mais a situação, à medida que, de alguma forma, acaba contribuindo com o discurso

oficial de Estado e emergência, reforçando as necessidades de certas medidas de recuperação e preservação da economia.

“Comprova-se com tudo isso que o Estado e o regime de emergência não têm por finalidade resolver o problema, a emergência para que se volte à normalidade. Sua finalidade é manter a emergência, não ultrapassa-la” (PAULANI, 2010, p. 126).

É inegável que durante os treze anos dos governos petistas houveram alguns deslocamentos no que se referem as medidas mais duras do consenso de Washington. Reconhecemos a importância da implementação de políticas que impactaram na diminuição da extrema pobreza, no entanto, é necessário salientar que as tais medidas não possibilitaram rupturas essenciais na política de ajuste fiscal.

A combinação ajuste fiscal X políticas sociais compensatórias se mostrou por muito tempo o combo perfeito para a acumulação desenfreada de capital. Desta forma, políticas de transferência de renda,

[...] tal como a do bolsa família ignora que, ao invés de integrar os excluídos, elas consagram a fratura social: distribuem uns poucos recursos àqueles que jamais conseguirão se integrar para que possa dar andamento tranquilo à usual política concentradora e excludente. [...] No caso do Brasil de Lula, essa verdade é facilmente constatada pela simples comparação entre o que vem gastando o Estado com o bolsa família e o que vem gastando com o pagamento de juros aos detentores de títulos da dívida pública, ou seja, pelo menos dez vezes mais com o último. (PAULANI, 2010, p. 128).

Nesse sentido, destacamos dois pontos importantes: O primeiro é a maior parcela de recursos do orçamento público, que é direcionada ao pagamento dos juros da dívida pública e segundo é a manutenção da concentração de renda. Então, apesar da implementação das políticas de transferência de renda, a concentração de renda se perpetuou.

A PNAD 2011 mostra ainda o crescimento percentual maior dos rendimentos entre os 10% de trabalhadores da base do número de pessoas com rendimentos, embora os 10% no topo concentrassem, em 2011, 41,5% do total dos rendimentos no trabalho, ou seja, mesmo com o movimento na base da pirâmide, ainda há uma altíssima concentração de renda- e de riqueza- no Brasil. (BEHRING, 2018, p. 53).

No que tange a concentração de renda, é importante destacar também a manutenção estrutural da elevada concentração de terras no Brasil. Dados de Behring (2021, p. 183) demonstram que 3,35% das propriedades, todas com mais de 2.500 hectares, detinham 61,57% das terras e 68,55% das propriedades com menos de 100 hectares, possuíam 5,53% das terras.

Desta forma, é possível dizer que os governos petistas contribuíram de maneira significativa para a redução da miséria e extrema pobreza no Brasil, todavia,

[...] favoreceu em proporções muito maiores os ricos, com atenção especial ao agronegócio, às chamadas campeãs nacionais do setor alimentício e da construção civil e ao capital portador de juros nas suas mais variadas formas, além de atrair capital estrangeiro para o novo Eldorado brasileiro. (BEHRING, 2021, p. 177).

O aumento exorbitante dos lucros das grandes corporações e do capital financeiro nunca foi tratado como tabu ou segredo para Lula, que sempre que tem oportunidade esbraveja orgulhosamente o crescimento da taxa de lucros das frações burguesas em seus dois governos.

[...] eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida quanto ganharam no meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam.⁹ (CASTELO, 2013, p. 127).

Na afirmativa, Lula pondera o aumento da taxa de lucro do capital financeiro, ao mesmo tempo em que salienta que os trabalhadores também ganharam. Pochmann (2013) compreende que os governos petistas possibilitaram de fato uma ascensão nas condições de vida da classe trabalhadora, mas salienta que essa transformação se deu como estratégia para a inserção de uma determinada fração na esfera do consumo, resultando em aumento de consumo/crescimento de demanda e como consequência, crescimento da taxa de lucro.¹⁰

O crescimento da taxa de lucro do capital financeiro, se confirma com uma breve consulta aos balanços patrimoniais dos grandes bancos. Dados de Castelo (2013, p. 126) demonstram que os lucros de nove instituições bancárias (dentre as quais Itaú, Bradesco e Banco do Brasil), contabilizaram o recorde de 174 bilhões de lucros, o que comparado aos 19 bilhões dos governos FHC, representa um crescimento exorbitante.

Os balanços patrimoniais das grandes empresas também demonstram alta dos lucros durante os governos petistas. Somente no primeiro ano do governo Lula, os lucros de 257 empresas foram de 61,6 bilhões. No segundo mandato esse número dobrou, com aumento recorde de 123,7 bilhões.

⁹ Trecho da fala de Lula extraído do texto de Castelo (2013).

¹⁰ Cf. Debate de lançamento do livro de Pochmann "Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira", realizado na PUC- SP em 06 de junho de 2012. Disponível no canal da Boitempo no YouTube Marcio Pochmann | Nova classe média? - YouTube.

Os ganhos dos grandes oligopólios foram crescentes no mercado de capitais. O índice da bolsa de valores de São Paulo (Bovespa) subiu 523% durante 2003-2010, a maior alta nominal entre as principais praças financeiras do mundo. Em 2009 o volume de negócios registrado na Bovespa atingiu a marca de R\$ 1,216 trilhão. E os dividendos pagos aos acionistas do grande capital cresceram continuamente desde 2008, passando de R\$ 57,4 bilhões para 94,3 bilhões em 2011. (CASTELO, 2013, p. 126).

O favorecimento das grandes empresas possibilitou a abertura de postos de trabalho, transformando a geração de emprego em um dos pilares dos governos petistas. Dados do próprio partido, apontam que de 2003 a 2015 foram criados mais de 22 milhões de postos formais de trabalho.¹¹ A política de geração de emprego e renda é citada com frequência por Lula em suas aparições públicas e discursos.

A criação dos postos de trabalho a que Lula se refere, corresponde a expansão dos empregos de baixa remuneração (até 1/5 do salário-mínimo), concentrados principalmente no setor de serviços, seguidos da construção civil e das indústrias extrativas. Essa parcela da população que sai do exército industrial de reserva e passa a ocupar postos de trabalho de baixa remuneração é em grande parte constituída por mulheres negras (60% das/os trabalhadoras/os), com idade entre 25 e 54 anos (BEHRING, 2013, p. 179 *apud* POCHMANN, 2013). Sendo assim, é importante destacar as categorias raça e gênero nessa parcela de trabalhadores, uma vez que mulheres negras constituem maioria entre uma fração da população pauperizada, que sai do exército industrial de reserva para o subemprego.

Neste cenário de ascensão das frações mais empobrecidas por meio da criação de postos de trabalho de baixa remuneração, surgem discussões acerca do surgimento de uma suposta “nova classe média” no Brasil. Marcelo Néri, um dos principais entusiastas da teoria, utiliza a renda total das famílias para definir as classes sociais em quatro grupos, sendo eles: Classe E, com renda entre 0 e R\$ 768 reais mensais, classe D, com 768 a 1064, a classe C, com renda entre 1064 e 4591 e a classe A e B, que eram as famílias com renda superior a 4591 reais por mês. Assim, Néri define que 61,89% da população estava inserida na nova classe média.

O ascenso de uma parcela empobrecida da população a postos de trabalho formais e a expansão do crédito bancário que possibilitou maior acesso da classe trabalhadora a bens duráveis, para Néri, é mais uma característica da tal nova classe

¹¹ Ver LULA. Com Lula, pleno emprego. Com Bolsonaro, 2 anos na fila de emprego. **Lula**. São Paulo, 15 set. 2021. Notícias. Disponível em: <https://lula.com.br/com-lula-pleno-emprego-com-bolsonaro-2-anos-na-fila-de-emprego/>.

média. Para ele, aqueles que possuem computador, celular, imóvel financiado estão entre a parcela da população que compõe a classe C; e para além da classe C, o autor define que diploma universitário, escola privada, plano de saúde e seguro de vida são características que classificam uma família enquanto membros da classe A e B (SILVA I., 2019, p. 77).

As análises de Néri foram bastante discutidas e criticadas no meio acadêmico, por ser considerada uma definição economicista que não realiza as mediações necessárias e desconsidera aspectos para além da renda. Compactuamos com essas críticas, uma vez que a definição não considera as condições que esta ascensão da classe trabalhadora fora possibilitada, além de trabalhar com o conceito de estratificação social¹² em detrimento da categoria classe social.

É importante destacar ainda, a dimensão ideológica do conceito de nova classe C. Ora, se a ascensão da classe mais pauperizada da sociedade brasileira possibilitou mudanças tão drásticas a ponto de deslocar uma grande parcela da população de uma classe para a outra, significa que, o aumento da renda da população e a expansão do crédito e do consumo, ou seja, a inserção da população no sistema financeiro e mercantil capitalista, são instrumentos de transformação social, para alguns, até revolução social. Assim, essa definição reforça e legitima ideologicamente o modo de produção capitalista (LEAL, 2015, p. 12).

Em primeiro lugar é importante salientar que com a ampliação do acesso ao trabalho formal, 45% da população passava a possuir carteira assinada e garantias de direitos trabalhistas, logo, uma parcela de 55% da população permanecia na informalidade, engrossando as fileiras do precariado brasileiro (BEHRING, 2021, p. 179).

Sendo assim, é válido questionar: Houve ascensão das condições de vida da classe trabalhadora por meio da inserção de uma parcela da população no mercado de trabalho formal ou o aumento brutal da exploração da força de trabalho para intensificação do processo de extração de mais valia?

¹² A estratificação social é um conceito sociológico utilizado para dividir a sociedade em subgrupos de acordo com características socioeconômicas comuns. Este conceito, que divide a sociedade em diversos subgrupos a partir de uma perspectiva economicista, é confrontado pela teoria social de Karl Marx, que compreende a sociedade a partir da divisão de duas classes sociais antagônicas, a burguesia e o proletariado. Nesse sentido, se estabelece uma relação de opressão e exploração da burguesia sob o proletariado e a partir dessa relação são produzidos lucros crescentes e exorbitantes que possibilitam a manutenção do sistema de produção capitalista. MARX & ENGELS (2001, pág. 24)

Castelo aponta que, se por um lado a era Lula/Rousseff privilegiou os circuitos financeiros da plutocracia nacional e internacional, por outro lado, trataram de

[...] promover a punção da mais valia produzida sob o signo da superexploração da força de trabalho em diversos ramos da indústria e dos serviços, e a massiva expropriação dos meios de produção no campo e na cidade. (CASTELO, 2013, p. 129).

Logo, a suposta ascensão da classe trabalhadora era condição sine qua nón para a manutenção do próprio sistema, que carece de explorados, consumidores e consumidores explorados (e endividados) para aumento contínuo de seus lucros.

O aumento da renda e do poder de compra da classe trabalhadora no referido período caiu como uma luva para o capital financeiro. A queda do desemprego através da formalização do emprego e o aumento da renda da classe trabalhadora através da inserção em programas de transferência monetária como o Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, além das aposentadorias e pensões ligadas a Previdência Social possibilitaram o aumento do poder de compra da classe trabalhadora, além da expansão do crédito. O conjunto de medidas de “incentivo a economia” promovidos pelos governos petistas foi o impulso que o mercado necessitava, uma vez que a referida política econômica garantiu a manutenção dos lucros ao capital financeiro mesmo em meio à crise de 2008, cujo impactos foram apelidados de “marolinha” pelo ex-presidente Lula (BEHRING, 2021, p. 180).

Lula mudou o Brasil de forma importante, de forma a salvar o capitalismo. [...] A última coisa que esse governo fez foi se opor ao capitalismo. E muito menos ser marxista ou outra coisa. Digo que há coisas acontecendo que são fundamentais para a sobrevivência do processo. (CASTELO, 2013, p. 130).¹³

É incontestável que nos treze anos de governos petistas, foram implementadas medidas que impactaram positivamente na vida das frações empobrecidas, no entanto, é preciso reconhecer essas transformações positivas sem desconsiderar a hegemonia do capital e a política continuísta promovida pelo referido governo.

Oliveira (2010, p. 24) trabalha com o conceito de hegemonia às avessas nos governos petistas, isto porque, embora a direção moral da sociedade brasileira estivesse nas mãos da classe trabalhadora, a dominação burguesa se fez de forma ainda mais descarada.

¹³ Trecho da fala de Delfim Netto, ex-ministro da Economia e do planejamento do período ditatorial, signatário do AI-5 e ex- assessor econômico dos governos petistas em entrevista concedida ao blog Visto, lido e ouvido. (extraído de Castelo).

[...] uma classe exerce a liderança moral e intelectual, enquanto sua oposta exerce a liderança material. Não é preciso muita argúcia para perceber quão mais confortável é, nesse caso, a posição das classes burguesas, que podem então, com tranquilidade, exercer sua liderança material (explorar), sem pagar o preço das concessões e reformas, desincumbidas que estão do papel de funcionar como liderança moral da sociedade. Mais que isso, o fato de a liderança moral ser exercida pela classe dominada é muito mais funcional para o exercício da liderança que importa (a material), do que no caso em que ambas as lideranças são exercidas pela classe dominante. (PAULANI, 2010, p. 127).

Assim, uma vez no poder do Estado, a classe dominada exerce o papel de “bode expiatório”, implementando projetos que beneficiam as frações burguesas, assim como se sucedeu nos treze anos de governos petistas.

Ao mesmo tempo em que implementava políticas sociais focalizadas e com forte seletividade, mantinha-se a lógica de ajuste fiscal permanente e medidas de incentivo ao consumo, de forma a fermentar as fatias do bolo, que seria dividido somente entre a burguesia. Outro ponto importante a ser destacado é a manutenção do ajuste fiscal para o pagamento da dívida pública.

Dados demonstram que entre 2002 e 2006 a quantia de R\$ 79 bilhões foi retirada do orçamento da seguridade social e entre 2006 e 2012 esse número mais que triplicou, chegando à quantia de R\$ 309.941 bilhões de reais que foram destinados para outras áreas, em especial, para o pagamento de uma dívida que não fora contraída pela classe trabalhadora (BEHRING, 2021, p. 186).

O período que corresponde aos treze anos em que o Brasil fora governado pelo Partido dos Trabalhadores é arena de debate no meio acadêmico. Para Almir Sader, o Partido dos trabalhadores encampara tempos pós neoliberais no Brasil, André Singer compreende como um reformismo fraco; Rodrigo Castelo define como social liberalismo; se contrapondo a teóricos que defendem que o petismo promoveu o neodesenvolvimentismo no Brasil, Reinaldo Gonçalves compreende que tratou-se de um neodesenvolvimentismo as avessas. São diversas as interpretações, nós, compactuamos com Behring (2021), que compreende que os governos petistas implementaram o segundo momento do neoliberalismo no Brasil.

Assim, enquanto sujeito responsável pela implementação do segundo momento do neoliberalismo no Brasil, o PT promove a continuidade da política neoliberal, ao mesmo tempo que possibilita alguns deslocamentos no que se refere as medidas mais duras do consenso de Washington. Apesar dos tímidos deslocamentos, o essencial do ajuste fiscal foi mantido. Com todas as fragilidades,

tais deslocamentos foram suficientes para produzir uma base eleitoral sólida ao PT, base que possibilitou a vitória do projeto em quatro eleições consecutivas. Todavia, eis o cerne da questão, o projeto petista foi capaz de mobilizar uma base eleitoral, mas não realizou um trabalho de mobilização política de suas bases, de forma que, as contradições do referido projeto, somadas a desmobilização dos movimentos sociais ocasionaram a erosão dessa base eleitoral e o fim dos governos petistas por meio de um golpe que depôs a Presidenta Dilma sem crime de responsabilidade (BEHRING, 2013, p. 190).

1.3 O gigante acordou! Os caminhos e descaminhos do levante popular de junho de 2013.

O pacto de classes petista assegurava ao capital a manutenção de seus lucros exorbitantes e da hegemonia burguesa. Para tanto, era necessário a garantia de apassivamento da luta de classes através de movimentos sociais submissos mediante aos ditames do capital.

Desta forma, ao assumir a Presidência, o governo Lula trata de sequestrar os movimentos sociais através do cooptação de suas lideranças para o interior do governo, onde, sindicalistas ocupavam cargos a frente dos ministérios, fundos de pensão e estatais. Esse movimento, ocasionou o enfraquecimento das lutas sociais e dos movimentos sociais, que praticamente “desapareceram da agenda política” (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

Assim, após treze anos de um sono profundo ocasionado pelo cooptação dos movimentos sociais, junho de 2013 é marcado pelo início de uma série de manifestações, que perduram até 2016, o ano em que assistimos o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff.

As manifestações ocorrem após um longo período de letargia da classe trabalhadora, seguindo-se de um levante popular em escala global, que iniciam após a crise estrutural do capital que eclode no ano de 2008.¹⁴

¹⁴ Antunes cita que nesse período o mundo assistiu a uma era de lutas sociais, citando a Grécia, Itália, Espanha, Portugal e EUA, onde manifestações com um caráter heterogêneo, polissêmico, que expressam demandas como desemprego, precarização do trabalho, e opressão de classe, gênero, geração e etnia foram surgindo, resultantes dos efeitos da crise estrutural do capital no ano de 2008 (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 42).

Apesar da implementação de políticas sociais compensatórias, o viés neoliberal adotado pelos governos Lula/Dilma alimentou um sentimento de insatisfação entre as camadas populares, em especial, setores mais jovens. Em 2013 inicia-se então o “desmoronamento do mito brasileiro, o país onde tudo estava dando certo” (ANTUNES; BRAGA, 2014). Os trabalhadores que haviam, supostamente, ascendido socialmente e se tornado classe média, passam a questionar uma política econômica, que, nos últimos anos beneficiara em proporções muito maiores as frações burguesas, quando comparado aos investimentos nas áreas sociais.

A criação de postos de trabalho de baixa remuneração junto ao aumento brutal da exploração, da flexibilização e da precarização das condições de trabalho, somados ao sucateamento das políticas públicas, em especial a saúde e a educação cumpriram papel chave para a deflagração das manifestações de junho de 2013.

Não por acidente, os manifestantes e seus movimentos sociais, populares e estudantis perceberam que, para além do crescimento econômico, do mito falacioso da nova classe média, há uma realidade profundamente crítica em todas as esferas da vida cotidiana dos assalariados. Na saúde pública vilipendiada, no ensino público depauperado, na vida absurda das cidades, entulhadas de automóveis pelos incentivos antiecológicos do PT. Na violência e nos transportes públicos relativamente mais caros do mundo. (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 44).

A gota d’água para a explosão da insatisfação popular com a política implementada pelos governos petistas fora o aumento do transporte público, em junho de 2013. Encampados pelo Movimento Passe Livre, as manifestações iniciam com um objetivo específico: Revogar o aumento de R\$ 0,20 do transporte público.

Mesmo com muita repressão policial, as manifestações foram tomando corpo, e o movimento que antes era constituído por uma pequena fração de jovens de classe média, ganha adesão de outros setores da sociedade, que a partir de suas demandas, incorporam outras pautas.

Assim, o movimento vai se tornando bastante heterogêneo, sendo constituído por diversos grupos, que traziam pautas diferentes, e em alguns casos, até antagônicas.

Se há uma característica capaz de definir as manifestações de rua de 2013 no Brasil é a diversidade de pessoas que delas participavam e que se revela em uma flagrante fragmentação discursiva. Estavam nas ruas: O movimento Passe Livre em São Paulo; próximo ao PT; os Black Blocs, com performances violentas de ação direta; autodenominando-se anarquistas, bancários e professores das redes estaduais; reivindicando melhores salários; jovens de classe média posicionando-se contra a corrupção; os partidos políticos e o governo Dilma; médicos revoltados com os programas de saúde do governo

para atendimento à população carente; grupos minoritários clamando pela volta dos miliares; jornalistas da rede globo de televisão defendendo o direito do cidadão de bem de se manifestar. (PINTO, 2017, p. 130).

Após uma reunião com a Prefeitura de São Paulo, os apelos à revogação do aumento do transporte público foram ouvidos. Assim, diante do alcance de seu objetivo principal e das transformações das pautas defendidas pelas manifestações, o MPL se retira das ruas, que nesse momento, defendiam diversas pautas. Os cartazes pintados à mão, demonstravam a heterogeneidade das pautas e já apontavam a inclinação à direita das manifestações. “O povo unido não precisa de partido”; “Ou para a roubalheira ou paramos o Brasil”; “meu partido é meu país”; “saímos do facebook”; “Desculpe o transtorno, estamos mudando o Brasil”; “O gigante acordou”; “ato médico”; “cura gay¹⁵”; “mensalão na cadeia”; “voto aberto”. Assim, movimentos que iniciaram através das demandas e pautas da esquerda, ganham contornos mais à direita ao decorrer do tempo.

O discurso que organizava a esquerda já não tinha mais força para articular amplas parcelas da sociedade, como ocorrera nas campanhas presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva. As diferenças ressurgiam e rompiam com as equivalências que o sustentava, e disso resultou dois efeitos: a desmobilização e a fragmentação dos setores de esquerda do espectro político. (PINTO, 2017, p. 136).

Assim, as manifestações foram se espalhando e ganhando outros contornos, de forma que a esquerda vai se desmobilizando e perdendo o controle das pautas, abrindo espaço para que a direita direcionasse o debate nas ruas.

As tendências de centro e de direita pegaram carona na corrente deslanchada pela nova esquerda, só que os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo. (SINGER, 2013, p. 33-34).

As manifestações que iniciam em 2013 perduram até o ano de 2014, tendo como pauta, neste momento, a copa do mundo de 2014, sediada pelo Brasil. Os gastos exorbitantes do governo federal com as obras dos estádios que ocorreriam os

¹⁵ A chamada “cura gay”, também conhecida pelos nomes “terapia da reorientação sexual” ou “terapia reparativa” consiste em um conjunto de técnicas que tem o objetivo de extinguir a homossexualidade de um indivíduo. A proposta é bastante questionada uma vez que a palavra cura atribui um sentido de mal ou doença para a homossexualidade. A cura gay inclui métodos psicanalíticos, cognitivos, comportamentais e até mesmo religiosos na busca pela cura de algo que é natural. Já na década de 1990 a OMS descartou qualquer possibilidade de que a orientação sexual dos indivíduos fosse patologizada. Nesse sentido o Conselho Federal de Medicina há mais de trinta anos se posicionou contra a patologização da homossexualidade e em 1999 o Conselho Federal de Psicologia proibiu que seus profissionais praticassem qualquer método ou técnica que tivesse como objetivo a cura gay.

jogos, os preços dos ingressos que impediam uma parcela significativa da população de assistir aos jogos nos estádios, as expropriações de terra e os deslocamentos higienistas da população em situação de rua dos centros das cidades, geraram uma nova onda de protestos, constituídos por grupos de esquerda e direita. Divididos em pelo menos três grupos bem delimitados, os “não vai ter copa”, o Comitê popular da copa” e o “comitê popular dos atingidos pela copa”, repetiam o conteúdo das insatisfações das ruas em junho de 2013 e esbravejavam contra a corrupção, reivindicavam melhorias nos serviços prestados pelas políticas de saúde e educação, apontavam gastos desnecessários nas obras da copa do mundo, a incompetência, o desgoverno (PINTO, 2017, p. 139).

Em meio a essa conjuntura, escândalos de corrupção contribuíram para a efervescência das ruas, quando, acusações de recebimento de propina ocasionaram a prisão de membros da diretoria da Petrobrás, políticos e empreiteiros.

Enquanto as manifestações se espalhavam, a popularidade de Rousseff entrava em declínio. Em pesquisa realizada pelo Data Folha, os números demonstravam que especialmente entre setores da classe média, a popularidade de Dilma caíra de maneira acentuada, indo de 67% no primeiro mês de protestos para 43% três meses após o início das manifestações (SINGER, 2013, p. 34).

Foram essas as condições em que ocorrera o evento inaugural da copa do mundo em 12 de junho de 2014, marcado por uma grande vaia contra a presidenta Dilma Rousseff, seguidas por palavras de baixo calão.

Pinto (2017) aponta este episódio como o marco inicial de um discurso conservador, profundamente antipetista, que tomou fôlego a partir deste momento, dando sentido as manifestações de 2015, a favor do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff.

Considerar o jogo do dia 12 de junho o momento inaugural desse discurso conservador não implica dizer que antes já não houvesse um forte sentimento anti-PT e anti presidenta da república, nem tão pouco, de outra forma, que o PT, apesar da crise discursiva, tivesse sido abandonado por seus eleitores. A novidade de 2014 é que o campo da centro esquerda estava desorganizado e o campo da centro-direita tomava a dianteira, sendo capaz de, a partir da exploração de um sentimento anti-Dilma, construir um discurso popular pautado por palavras de baixo calão, panelaços nas janelas de prédios de classe média, xingamentos machistas contra a presidenta e até uso pornográfico de sua imagem. (PINTO, 2017, p.144).

Neste sentido, é importante destacar alguns pontos importantes: O primeiro é que, essa inflexão a direita conservadora fora possibilitada pela desmobilização dos

movimentos sociais, ocasionadas pela maneira com que o PT lidava com esses movimentos. Se no governo Lula, houve a cooptação dos movimentos sociais para o interior do aparato institucional, ocasionando a desmobilização desses movimentos, em seu governo, Dilma se afastou profundamente dos movimentos sociais e das lutas da classe trabalhadora, assim, no momento de fazer o enfrentamento e disputar a narrativa das ruas, os movimentos de esquerda sofriam com o enfraquecimento e desmobilização forçados em mais de dez anos de governos petistas.

Outro ponto, é que, se as manifestações de 2013 contavam com uma parcela da população que compõe a classe trabalhadora mais empobrecida, com o avanço dos movimentos nas ruas, a fração que compunha as manifestações foram se transformando e os espaços de luta foram sendo ocupados por parcelas mais abastadas, pertencentes as camadas médias e altas da população. No momento em que setores da classe média passaram, também, a ocupar as ruas, o que outrora era um movimento de esquerda, passa a adquirir um viés de oposição ao governo federal, abrindo espaço para o surgimento de grupos de extrema direita. Neste momento, bandeiras do Brasil passaram a ser símbolos constantes nas manifestações (SINGER, 2013, p. 35).

É importante destacar também o papel exercido pela mídia na cobertura das manifestações. Se inicialmente os veículos midiáticos se colocavam contra as manifestações, conforme os movimentos foram ganhando novos contornos, que de alguma forma entravam em consonância com a grande burguesia, o posicionamento dos grandes veículos de comunicação fora se transformando também, se posicionando agora a favor das manifestações, defendendo posicionamentos da direita e contribuindo para a inflexão (a direita) do movimento.

E por fim, é importante destacar a bandeira anticorrupção que fora profundamente explorada pela direita, contribuindo para a popularização do sentimento antipetista e para o surgimento da direita enquanto ator que estaria supostamente a frente do combate a esse mal que, uma vez aniquilado, contribuiria no combate à pobreza no Brasil.

A vantagem da bandeira anticorrupção é que ela penetra e, todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção? As camadas médias tradicionais nutrem o preconceito de que a falta de instrução das camadas populares as levaria a aceitar a corrupção (o que é duvidoso) em troca de benefícios. Em todo caso, o roubo mais faz, com o qual se procurou caracterizar nos anos 1940 a ação Adhemar de Barros na última quadra, mais ou menos sutilmente, tem servido para

enquadrar o lulismo. Ao mesmo tempo, a direita estabelece uma relação entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer os setores populares de que se ela fosse varrida para fora da casa haveria recursos para todos viverem bem. (SINGER, 2013, p. 35).

O governo federal, por sua vez, responde as vozes das ruas com a repressão e a criminalização dos movimentos sociais através da portaria normativa nº 3.461 de 19 de dezembro de 2013, que mais a frente evoluiu para a famigerada lei antiterrorismo, sancionada pela Presidenta Dilma as vésperas do golpe de 2016.

Completando o conjunto de equívocos, juntamente a criminalização dos movimentos sociais, o governo Rousseff aprofunda os mesmos mecanismos que haviam mantido os governos petistas no poder e aumenta concessões e barganhas como estratégia de manutenção de sua base aliada e da confiança do empresariado (IASI, 2017, p. 77).

As manifestações se seguem pelas eleições presidenciais, onde Dilma disputa o pleito com o senador Aécio Neves do PSDB. Enfraquecida diante das manifestações e da erosão do projeto implementado pelo PT nos últimos anos, Rousseff vence as eleições em uma disputa apertada, com a diferença de 3,28% dos votos.

Assim, a eleição de Rousseff em 2014 constitui-se muito mais “na vitória da derrota” (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 43). Isto porque, Dilma vence a eleição, mas perde a disputa política, diante de um cenário de completa desmobilização da militância petista tão aguerrida em outras eleições. As manifestações de junho de 2013 não são responsáveis pela ascensão do neofascismo brasileiro, mas representam o marco, do início da erosão da era petista no Brasil, abrindo espaço para o fortalecimento de uma direita conservadora, que a partir de uma narrativa anti-petista e anti-esquerda, vai ganhando contornos cada vez mais reacionários. Estava posto, o início do fim.

1.4 “Que Deus tenha misericórdia desta nação”:¹⁶ os últimos suspiros do governo Dilma, o fim do pacto de classes e o golpe de 2016.

¹⁶ Em alusão a frase do então Deputado Eduardo Cunha ao declarar seu voto favorável ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Com os altos índices de aprovação de seu governo, Lula da Silva abre caminhos para a eleição de sua sucessora e companheira de partido Dilma Rousseff.

Com mais de cinquenta por cento dos votos e com a confiança dos investidores, Dilma se torna a primeira mulher a ser Presidente da República Federativa do Brasil.

Ao assumir a presidência, em janeiro de 2011, Dilma trata de dar continuidade as medidas neoliberais implementadas durante os governos de Lula da Silva. Em uma conjuntura onde a economia sofria os impactos do colapso financeiro de 2008, Dilma inicia seu governo fortalecendo a política de controle contra os riscos de superaquecimento, implementando medidas muito próximas as implementadas durante os governos Lula. Mais adiante, em um quadro de desaceleração da economia, o governo muda os rumos então adotados e implementa uma série de medidas afim de estimular os investimentos na busca por um desenvolvimento continuado.

As taxas de juros foram reduzidas, as folhas de pagamento foram desoneradas, a conta de luz ficou mais barata, os bancos estatais concederam mais empréstimos aos setores privados, a moeda se desvalorizou e o movimento do capital passou a ter um controle limitado. (ANDERSON, 2020, p. 92).

A implementação dessas medidas de estímulo garantiu a Rousseff um índice de aprovação de 75% na metade de seu mandato. É neste momento que os rumos da economia se transformam e tomam um outro caminho. Ao invés de decolar, os índices econômicos entram em queda livre, com um crescimento de mero 1% no ano de 2012. Já no início de 2013 com uma alta da inflação acima de 6%, o banco central aumenta os juros de forma inesperada, ocasionando o crescimento do descontentamento popular (ANDERSON, 2020, p. 92).

JUNIOR, 2016, p. 27) aponta ainda em 2013 o capital internacional e uma fração da burguesia insatisfeitos com a política econômica do PT iniciaram o que o autor chama de ofensiva restauradora. A ofensiva, é assim denominada porque seu objetivo era restaurar hegemonia do neoliberalismo puro e duro.

Neste momento, o sindicalismo também elevou suas exigências externalizando-as através de movimentos grevistas. As frações empobrecidas beneficiadas pelas medidas democratizantes de acesso a Universidade também se mostravam insatisfeitas, uma vez que seus diplomas não lhes garantiram ofertas de trabalho (JUNIOR, 2016, p. 27).

Neste cenário, em junho de 2013, o aumento dos valores das passagens do transporte público foi o estopim para a eclosão de manifestações por todo o país. A narrativa das manifestações, que no início se restringiam a alta das passagens foram se transformando e com o avanço das mobilizações, outras demandas entraram no rol das reivindicações. O aumento do custo de vida, somado a uma conjuntura de aumento do desemprego e do empobrecimento da população foi a fórmula desencadeante de uma grande revolta popular.

Mais de cem municípios aderiram as manifestações de massa, com a presença massiva de quase um milhão de pessoas que ocupavam as ruas e bloqueavam estradas por sucessivos dias, em todo o território nacional.

O movimento de massas foi heterogêneo, difuso, mas havia um sentimento generalizado de descontentamento com a precarização das condições de vida e de trabalho e um descrédito significativo em todos os partidos da oficialidade. (ABRAMIDES, 2019, p. 184).

Frente a insatisfação popular em relação ao governo federal, bandeiras vermelhas e partidos de esquerda eram rechaçados do movimento, por serem relacionados ao PT e a Presidenta Dilma Rousseff. Temendo uma guinada das manifestações à esquerda radical, a mídia burguesa enfatizava a todo tempo que as manifestações deveriam adquirir um viés apartidário.

Com o intuito de conter os manifestantes, o braço armado do Estado estava a postos, através da polícia que agiu com toda a truculência sob os governos do PSDB e do MDB, com o apoio do governo federal, que “fez coro com o autoritarismo” (ABRAMIDES, 2019, p. 183).

Com o crescimento vertiginoso das manifestações, cerca de 12 prefeitos das capitais e municípios do interior reduziram o valor das passagens, no entanto, as mobilizações já haviam tomado outros contornos. O levante já não era mais sobre o transporte público, que foi apenas a ponta de um iceberg de insatisfação das massas populares.

As manifestações, que iniciaram em 2013 perduram aos anos seguintes, trazendo novos atores e dando protagonismo a grupos de direita e mais adiante, extrema direita.

Fora ao final de 2014 que nesse cenário, surge o Movimento Brasil Livre (MBL), liderado pelo jovem, estudante de economia Kim Kataguiri. Apelidados de “coxinhas” pela jovem esquerda brasileira, o MBL repudiava as bandeiras vermelhas com a

justificativa de negar a partidarização dos movimentos, de forma que, utilizavam o verde e amarelo, simbolizando que as manifestações eram de “todos os brasileiros”. Nas ruas, o grupo levantava bandeiras contra a corrupção e “contra tudo que está aí”, que mais tarde se tornariam apenas “Fora PT!”. Outras pautas defendidas pelo grupo eram a defesa do livre mercado, privatizações e fim de Políticas distributivas. O grupo também conta com Fernando Holiday, um homem negro, estudante de história, que se posiciona radicalmente contra as cotas raciais. Com o crescimento do protagonismo do MBL nas manifestações, informações comprometedoras sobre o grupo começaram a surgir. A reportagem “A nova roupa da direita” de Marina Amaral expos que o MBL foi gerado pela rede de fundações de direita Atlas Network,¹⁷ com sede nos Estados Unidos. A Atlas Network é mentora da organização estudantil internacional *Students For Liberty*, a qual o Brasil passou a fazer parte em 2012, durante um seminário promovido pela Atlas em Petrópolis, no Rio de Janeiro (AMARAL, 2016, p. 45).

Com a eclosão dos movimentos nas ruas, os integrantes da *Students For Liberty* buscam uma estratégia para se inserir nos protestos, uma vez que eram proibidos de participar pela legislação dos Estados Unidos. A estratégia, foi assumir o nome fantasia de “Movimento Brasil Livre” e o rosto escolhido para estar “a frente” do movimento foi o de Kim Kataguiri, com a missão de atrair jovens de classe média para o movimento (AMARAL, 2016, p. 45).

Nessa conjuntura, Dilma se deparou com a queda abrupta de sua popularidade, que caiu pela metade. A solução adotada pela mandatária para lidar com a crise, fora reduzir gastos públicos abrindo margem para que a taxa de juros aumentasse novamente. O fim do primeiro mandato de Rousseff se dá em um cenário de queda de popularidade e recessão econômica.

No fim de seu primeiro mandato, Dilma promoveu uma campanha desafiadora de reeleição, garantindo aos eleitores que continuaria priorizando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dizendo que seu oponente do PSDB planejava atingir os pobres, cortando benefícios e promovendo a perda de ganhos sociais conquistados pelo PT. (ANDERSON, 2020, p. 93).

¹⁷ A Atlas Network é uma rede de fundações de direita da qual fazem parte onze Instituições ligadas aos irmãos Kock. A rede promove cursos de jovens lideranças estudantis na América Latina, Europa Ocidental e nos Estados Unidos, com objetivo de formar lideranças liberais.

O cenário econômico, tampouco político não era favorável a Presidenta Dilma, ocasionando um pleito eleitoral extremamente polarizado.¹⁸ Em meio ao crescimento do antipetismo, Dilma vence as eleições com a pequena margem de 3% de vantagem em relação a seu oponente, o então governador de Minas Gerais, Aécio Neves. Sob esse chão, em janeiro de 2015 Dilma inicia seu segundo mandato.

Após perder o pleito com uma pequena margem de diferença de sua oponente, Aécio Neves questiona o resultado das eleições, acusando Rousseff de fraude eleitoral. Quatro dias depois, o PSDB solicita auditoria do processo eleitoral junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Comprovada a vitória legítima de Dilma, Aécio promete uma incansável oposição a presidenta democraticamente eleita. “O PSDB passou a percorrer o caminho golpista” (GUILHERME, 2017, p. 10).

As tensões se acirraram quando, ao assumir a cadeira da presidência da República em seu segundo mandato, Dilma implementa medidas completamente contrárias às previstas em seu projeto de governo, apresentado aos eleitores durante as eleições. Ora, durante a campanha eleitoral que lhe garantiu a acirrada vitória contra seu oponente, Dilma prometeu um governo para e com a classe trabalhadora, uma série de medidas benéficas à população empobrecida, todavia, ao tomar posse em seu segundo mandato, a Presidenta segue um caminho contrário e constrói um governo voltado às aspirações burguesas.

A polarização das eleições de 2014 levou a uma série de setores de esquerda descontentes com a política de conciliação de classes a apoiar a reeleição de Dilma Rousseff. Mas, diante da instabilidade pós-eleitoral, ao invés de responder às aspirações desses movimentos que acabaram por ser decisivos para sua vitória, Rousseff apostou mais uma vez no pragmatismo político de acenar às forças conservadoras e do mercado o atendimento de suas exigências cada vez mais pesadas. (OLIVEIRA, 2016, p. 214-215).

A inclinação do governo à direita era perceptível na formação dos ministérios, que tinha figuras como Kátia Abreu (MDB) a frente do Ministério da Agricultura, na defesa do agronegócio e Joaquim Levy como Ministro da Fazenda, que desde o início do governo passou a editar medidas que atendiam aos interesses do mercado financeiro (OLIVEIRA, 2016, p. 215).

A escolha dos Ministérios não era inocente e representava uma tentativa de Rousseff para acalmar os ânimos de um mercado financeiro não mais satisfeito com o pacto de classes.

¹⁸ Neste cenário, Sul e Sudeste se posicionaram contra a eleição da ex-presidenta Dilma, enquanto o Nordeste lhe garantiu uma vantagem de 72% (ANDERSON, 2020, p. 91).

Nesse sentido, utilizando da justificativa de que a crise econômica exigia um incremento de austeridade, Dilma implementa uma série de medidas impopulares. No pacote dessas medidas, estavam o corte de gastos sociais, redução do crédito nos bancos públicos, privatização de estatais e aumento de impostos (ANDERSON, 2020, p. 93).

As medidas neoliberais foram mais incisivas no segundo governo Dilma e os ajustes fiscais, em 2015 e 2016, recaíram sobre os cortes nos programas sociais de saúde, educação, habitação, no reajuste de servidores federais, de subvenção agrícola, suspensão de concursos públicos, ampliação da idade para aposentadoria, eliminação do abono de permanência para garantir a meta do superávit primário de 0,7% do PIB em 2016, com ataque aos trabalhadores e sequer na taxação dos juros bancários às grandes empresas. (ABRAMIDES, 2019, p. 183).

Foi também no segundo mandato de Dilma que fora implementado o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que na realidade trata-se de uma autorização aos empresários para que possam reduzir as horas de trabalho de seus funcionários com redução de salários, fora reduzido o valor da pensão por morte da Previdência Social em 50%, aumentado o prazo para requerimento de seguro-desemprego de seis meses para doze meses, além de outras medidas de austeridade (ABRAMIDES, 2019, p. 183).

Mesmo com a implementação das medidas de austeridade fiscal, a economia não se recuperou e entrava em declínio rapidamente. Contrariando as expectativas do governo, a implementação deste pacote de medidas mergulhou o país em uma forte recessão, ocasionando queda dos investimentos, corte salariais e aumento exponencial do desemprego no país.

O combo crise econômica atrelado ao descumprimento das promessas de campanha foi a fórmula explosiva para deteriorar a popularidade da Presidenta que já estava em queda desde o primeiro mandato. A mudança do plano de governo apresentado aos eleitores no momento da eleição ocasionou grande insatisfação popular. A expressão “estelionato eleitoral” passou a ser utilizada para definir o fato de Dilma ter sido eleita com um plano de governo, mas estar implementando o plano de governo de seu adversário.

Neste cenário, três meses após a eleição, a população vai as ruas novamente. O expressivo número de dois milhões de pessoas ocupavam as ruas das principais cidades do país no coro “Fora Dilma”. A situação era crítica para o governo e Dilma não conseguia mais dialogar com a população.

É também em 2014 que as manifestações contra o governo Dilma fazem coro com as manifestações contra a copa do mundo, que reivindicavam contra os gastos exorbitantes com a construção dos estádios de futebol em detrimento dos investimentos em saúde e educação.

Se Lula promove o enfraquecimento dos movimentos sociais através do cooptação das lideranças, Dilma se afasta dos movimentos sociais e de sua base de apoio eleitoral. O fato é que, o ciclo petista contribuiu para o enfraquecimento dos movimentos sociais e consequentemente de sua base de apoio popular, de forma que, dificultou e enfraqueceu a resposta dos movimentos sociais aos movimentos contra o governo e as aspirações golpistas que já surgiam naquele momento.

Os sindicatos, ainda que um pouco mais ativos no governo Dilma, eram apenas uma sombra de seu passado combativo. Os pobres continuaram sendo beneficiários passivos do governo petista, que nunca se dispôs a educá-los ou organizá-los, muito menos mobilizá-los enquanto força coletiva. Os movimentos sociais – dos sem-terra, dos sem-teto – foram mantidos à distância. Os intelectuais foram marginalizados. (ANDERSON, 2020, p. 96).

O PT encontrava-se neste momento em um campo minado, lidando com uma grande recessão econômica, com a popularidade em queda livre e diante de uma ofensiva ideológica. Para a oposição, o “quanto pior, melhor”, era o cenário perfeito. Ora, para além da crise econômica o Brasil enfrentara uma grave crise política, produto de uma série de ações combinadas entre a oposição parlamentar, judiciário e mídia burguesa. Um possível impeachment exigia um cenário de caos.

Criou-se uma situação, deliberada e irresponsavelmente, que afundou não apenas Dilma e seu governo, mas o próprio país levado a uma crise monumental que, para além de seus determinantes econômicos principais, foi piorada conscientemente pelas classes dominantes para que atingissem a qualquer custo seus objetivos políticos. (BRAZ, 2017, p. 88).

Nesse cenário, diversos setores apresentavam-se descontentes com o governo Dilma. As frações insatisfeitas, eram compostos pelos principais grupos empresariais brasileiros, incluindo os bancos privados que exigiam a implantação de medidas de austeridade fiscal, com o aprofundamento de um ajuste recessivo, contenção do ciclo grevista e a implementação de contrarreformas da Previdência e Trabalhista; pela parcela empobrecida da população, decepcionada com o ajuste fiscal implementado após a eleição de Rousseff, que contrariou suas promessas eleitorais; e setores médios tradicionais, insatisfeitos com a diminuição da desigualdade entre as classes sociais. A crise política do governo se agravou com a operação Lava Jato da Polícia

Federal, que decidiu focar as investigações exclusivamente em políticos petistas envolvidos em esquemas de corrupção na Petrobrás (BRAGA, 2016, p. 52).

Iniciada em 2014, com as figuras do Ex- Promotor Deltan Dallagnol e o Ex- Juiz Sérgio Moro, a operação lava lato se propunha a investigar casos de corrupção envolvendo a Petrobrás, empreiteiras e partidos políticos brasileiros. Com o avançar das investigações a operação foi demonstrando a sua conotação partidária, investigando e punindo severamente apenas políticos petistas, utilizando métodos controversos e autoritários com o apoio da mídia burguesa, a quem eram vazados criteriosamente, conteúdos comprometedores referente aos políticos de esquerda e quase sempre, petistas.

Delação premiada e prisão preventiva sem acusação combinavam indução e intimidação: dois instrumentos contundentes na busca da verdade e da justiça, mas que, no Brasil, estavam dentro da lei. Já o vazamento de informações e até de meras suspeitas provenientes de investigações que ainda eram supostamente secretas era algo claramente ilegal. (ANDERSON, 2020, p. 104).

Com o PT enquanto alvo contínuo dos vazamentos à imprensa, em pouco tempo a operação ganhou o apoio massivo da população, que aclamava a atuação de Moro e Dallagnol a frente as investigações.

A espetacularização da mídia em torno da operação, aprofundou o antipetismo e contribuiu para a piora da popularidade de Dilma, que já estava em declínio. Foi também o modus operandi da operação e a exposição midiática de cada passo das investigações que deu origem ao que diversos intelectuais chamam de “lavajatismo”.

O lavajatismo significa populismo do Judiciário, justiça militante, justiça do inimigo, processo penal do espetáculo, justiça moralista, justiça criminalizadora da política, justiça messiânica, justiça punitivista. Tudo isso é lava jatismo. É a destruição do tecido político. (SOLANO, 2021, s.p)¹⁹

Através desta espetacularização e da perseguição a figuras petistas, a lava jato contribuiu para a criminalização da esquerda e do PT, sendo elemento fundamental para a legitimação do golpe, que ocorreria mais a frente contra a Presidenta Dilma.

Com o avançar da operação e a extrema divulgação de cada passo das investigações, as manifestações de rua foram crescendo, e uma nova direita começou a ganhar o protagonismo dos movimentos.

¹⁹ Trecho do artigo “O lavajatismo é maior do que a lava jato. E sobreviverá”. De Esther Solano, na Carta Capital. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-lavajatismo-e-maior-do-que-a-lava-jato-e-sobrevivera/>.

O movimento pró impeachment foi crescendo em força e se alastrando para todos os lados, incluindo diferentes forças e figuras que se cruzavam de modo sempre claro. Os jovens turcos do MBL e do ROL posavam para fotos ao lado de Cunha. Os pilares da lei Moro e Dallagnol (outro evangélico) se encontravam com políticos do PSDB e com lobistas pró impeachment. A imprensa atacava virulentamente tanto o PT quanto o Planalto, com novas denúncias brotando a cada dia. (ANDERSON, 2020, p. 107).

Nesse contexto é importante atentar-se também para a participação das religiões protestantes na política. Naquele momento da história, mais de 20% dos brasileiros se declaravam evangélicos e essa vertente religiosa já ocupava 18% dos assentos na Câmara dos Deputados. O crescimento da bancada evangélica na Câmara e da população autodeclarada protestante traria, mais a frente, muito mais destaque a pautas morais e religiosas no âmbito da política brasileira.

A vitória do ex-Deputado Eduardo Cunha (evangélico), na época do MDB, para a presidência da Câmara dos Deputados em 2015 contribuiu para o aumento das tensões e da crise política. Com Cunha a frente da Câmara, inicia-se uma série de sabotagens do legislativo às ações do executivo. Gradualmente o MDB vai aderindo à ideia do impeachment de Rousseff. Nesse sentido, jantares conspiratórios com a participação do então vice-presidente Michel Temer, parlamentares da oposição e empresários da FIESP ocorriam quase que diariamente, no Palácio do Jaburu. Era a gestação do golpe de 2016 (GUILHERME, 2017, p. 11).

Em uma conjuntura de crescimento de movimentos populares, as ruas contavam também com movimentos de esquerda. Em 2015 eclodiu um grande movimento de estudantes secundaristas, que ocupavam escolas em defesa da educação pública e da merenda escolar (mediante desvios de verbas da merenda pelo então Governador, Geraldo Alkmin, do PSDB). Neste momento, outras frações da esquerda ocupavam o campo das lutas populares, com greves, mobilizações de rua, ocupação de terras e fábricas contra a exploração econômica, dominação política e opressão social (ABRAMIDES, 2019, p. 184).

Com o poder de iniciar o processo de deposição da Presidenta da República, Cunha passa meses sendo cortejado pelo PSDB, com quem fazia reuniões secretas para discutir estratégias e definir o momento oportuno para dar início a um processo de impeachment (ANDERSON, 2020, p. 107-108).

Com o crescimento dos movimentos pró impeachment nas ruas, Cunha passou a promover movimentos junto a outros parlamentares para afastar Rousseff do cargo.

A justificativa para tal afastamento era que a Presidenta havia cometido a improbidade de transferir verbas de bancos estatais para as contas federais.

Na tentativa de diminuir as tensões e promover diálogo com o PMDB, em abril de 2015 Temer é nomeado articulador do governo Dilma,²⁰ cargo onde não permaneceu por muito tempo, pedindo para sair em agosto do mesmo ano. Em outubro de 2015 o MDB rompe com a política econômica do PT e divulga o documento “Uma ponte para o futuro”, que trazia propostas de redução de investimentos com saúde e educação, reforma da previdência e privatização de tudo que fosse preciso para reduzir o tamanho do Estado. Na apresentação do documento, Temer, então presidente do partido, deixava claro que não falava como vice-presidente e sim, como presidente do MDB (JORNAL NACIONAL, 2015).

Em meados de outubro, uma bomba explodiu sobre a Câmara dos Deputados. Autoridades suíças informaram ao Procurador Geral da República que Eduardo Cunha mantinha quatro contas secretas no país. Pouco tempo depois, mais duas contas foram descobertas, uma nos EUA, em nome da esposa de Cunha e outra na Nova Zelândia, em nome de uma empresa fantasma. Todas as contas juntas, totalizavam o valor de 16 milhões de dólares. Além dessas contas, Cunha também possuía uma frota de limusines e SUVs de luxo, registrada em nome de duas empresas no Rio de Janeiro, acumulando provas de que o parlamentar recebia propina da Petrobrás. Abandonado pelo PSDB, Cunha foi buscar apoio do PT, o partido da Presidenta que queria derrubar. O parlamentar propõe ao partido que travaria o impeachment caso o PT o protegesse da anulação de seu mandato. O PT, aceita em primeiro momento, mas após pressão de sua base, desfaz o acordo, provocando a ira de Cunha (ANDERSON, 2020, p. 111).

Com o texto redigido pela advogada e professora da Universidade de São Paulo Janaína Paschoal²¹, pelo advogado Miguel Reale Junior e pelo jurista Hélio Bicudo, Cunha acata o pedido de impeachment de Rousseff em dezembro de 2015. Estava oficializado o início de um golpe que vinha sendo gestado pela oposição desde o momento em que Dilma assumiu seu segundo mandato em janeiro de 2014.

²⁰ Ver mais em “Dilma formaliza Michel Temer na articulação política do governo”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/dilma-formaliza-michel-temer-na-articulacao-politica-do-governo-15834135>.

²¹ Paschoal se tornou uma importante figura da Direita, estando presente em diversas manifestações pró impeachment. Mais a frente, a advogada se tornaria também Deputada Estadual pelo PSL.

Dias depois de Eduardo Cunha acatar o pedido de impedimento contra Dilma, Temer divulga uma carta com teor amargurado direcionado a presidenta. Acusando Rousseff de ter lhe tratado como “vice decorativo”, a carta se resumia a uma justificativa, onde Temer explicava os motivos de sua conspiração junto a oposição para o início do processo de impeachment.

Neste cenário, as coisas não estavam fáceis para o PT, que colecionava derrotas. O cerco também se fechava para Lula, com o avanço das investigações da lava jato e com os vazamentos seletivos para a imprensa. Movimentações de cunho pessoal, viagens internacionais em jatos corporativos, palestras contratadas por construtoras, suposta aquisição de um apartamento a beira mar como pagamento de propina, reforma de um sítio e até mesmo ganhos obscuros de seus filhos, eram as acusações que pairavam sob Lula.

Com a presença massiva da imprensa brasileira, em um grande espetáculo promovido pela Polícia Federal, em março de 2015 às seis da manhã, Lula foi levado para depor por meio de condução coercitiva (SARAIVA; MILITÃO, 2016). A operação foi criticada por juristas e considerada ilegal por não ter havido intimação prévia. Moro justificou que a ação fora realizada desta maneira para não causar “tumulto” (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

Em meio ao crescimento exorbitante das manifestações que pediam pelo impeachment de Dilma e pela prisão de Lula, a presidenta nomeia do ex-presidente a Ministro Chefe da Casa Civil. No mesmo dia, Moro divulga o trecho de um áudio interceptado de uma conversa entre Dilma e Lula, onde Dilma informa que mandaria o termo de posse para que Lula assinasse, se necessário. Em 24 horas, um juiz de Brasília suspendeu a nomeação, compreendendo a nomeação de Lula para Ministro Chefe da Casa Civil como uma manobra para evitar a prisão do ex-presidente.

A divulgação dos áudios interceptados de conversas sigilosas da presidência da República causou alvoroço no Congresso Nacional, aprofundou a crise política contribuiu ainda mais para a insatisfação popular e fortalecimento das manifestações pró impeachment. Neste cenário, dias após a ocorrência desses fatos, o PMDB se retirou do governo, onde ocupava a vice-presidência e seis ministérios.

O protagonista dessa escalada teatral da crise política era o judiciário. Se no início era possível acreditar que a operação de Moro em Curitiba agisse de forma imparcial, agora essa crença ia pelo ralo com o teatro gratuito e midiático da prisão coercitiva de Lula e com a declaração pública de Moro saudando as manifestações a favor do impeachment: “O Brasil está nas

ruas”, disse ele. “Isso me emociona”. Ao divulgar a conversa entre Lula e Dilma horas depois do grampo supostamente ter sido suspenso, ele transgrediu a lei duas vezes: violou o sigilo que protege essas interceptações mesmo quando elas são autorizadas e violou o princípio de confidencialidade, que teoricamente protege as comunicações da chefe do executivo. (ANDERSON, 2020, p. 112).

Apesar de questionável e em alguns momentos ilegal, a atuação de Moro lhe garantiu prestígio e muito apoio popular. Com o apoio e propaganda da imprensa burguesa em torno de sua imagem, Moro foi transformado em herói nacional e ícone do combate a corrupção no Brasil. Nas manifestações de rua, eram comuns grupos de apoio à Moro (ROSSI; BETIM, 2015).

Com a popularidade de Dilma em queda livre, menos de 10% (MATOSO, 2015) da população aprovava o governo e mais de 60% eram a favor do impeachment (G1, 2016).

Neste cenário, somente a mobilização popular era capaz de salvar Dilma do processo de impedimento. No entanto, naquele momento o movimento de massas de esquerda encontrava-se enfraquecido, resultado da democracia de cooptação do governo Lula e do afastamento de Dilma dos movimentos sociais. Ao passo em que a esquerda se enfraquecia, a direita se fortalecia e além das grandes mobilizações pró impeachment, exercia pressão sob os parlamentares para que votassem a favor do impedimento da presidenta.

Em abril de 2016, em uma sessão comparável a inquisição, o Congresso Nacional mais conservador desde a ditadura militar, vota a favor do impeachment da primeira mulher Presidenta da Brasil. Em um clima de saudosismo a ditadura militar a maioria dos parlamentares votam a favor do impeachment, dedicando seus votos à família tradicional, à Deus e a pátria, como fez o então Deputado Federal Jair Bolsonaro.

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu os trabalhos dessa Casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. (BOLSONARO, 2018).

Eduardo Cunha (mais tarde deposto do cargo e preso pelo crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro), iniciou sua justificativa a favor do impeachment com a frase “Que Deus tenha misericórdia desta nação”.

Michel Temer, vice-presidente, assume o governo interinamente com o total apoio da mídia e da burguesia. A mídia, que outrora dava maior ênfase a pontos negativos do governo Dilma, tinha agora uma nova função: Contribuir para o crescimento da popularidade de Temer, garantindo legitimidade ao governo golpista, bem como, buscando explicar as medidas de austeridade fiscal, colocando-as como remédio necessário para solucionar a crise econômica que o país estava mergulhado.

É notório o tratamento diferenciado que a mídia confere ao governo de Michel Temer em relação ao governo Dilma. Enquanto havia uma pauta extremamente negativa na cobertura do governo petista, a grande mídia tende a sublinhar (senão criar) uma agenda positiva, minimizando os efeitos catastróficos dos índices sociais e econômicos neste segundo semestre de 2016. A todo instante se aposta em uma retomada do crescimento econômico, que, para se efetivar, dependeria, no entanto, da aplicação de reformas drásticas. (OLIVEIRA, 2016, p. 215).

Em seu primeiro discurso à frente do governo, Temer já acena para o setor privado, garantindo solo fértil aos investidores.

O Brasil vive hoje sua pior crise econômica: são 11 milhões de desempregados. Inflação de 2 dígitos. Déficit de quase R\$ 100 bilhões. Recessão. Nosso maior desafio é estancar o processo de queda livre na atividade econômica, que tem levado ao aumento do desemprego e a perda do bem-estar da população. Para isso é imprescindível reconstruirmos os fundamentos da economia brasileira e melhorarmos significativamente o ambiente de negócios para o setor privado, de forma que ele possa retomar sua vocação natural de investir, de produzir e gerar emprego e renda. (G1, 2016).²²

Ao assumir a Presidência da República, Temer implementa o conjunto de medidas ultraneoliberais prometidas no documento “Uma ponte para o futuro”. Com o apoio da maioria do Congresso Nacional, o Presidente interino não teve dificuldades em implantar seu pacote de medidas de austeridade.

Em agosto do mesmo ano, o senado federal aprova o impeachment de Dilma, efetivando Michel Temer como presidente do Brasil. Estava dado o golpe que deu fim ao pacto de classes que possibilitou a ascensão do petismo.

Ora, com o pacto de classes, o PT serviu aos interesses do grande capital e garantiu a manutenção da hegemonia burguesa. Tanto Lula, quanto Dilma implementaram governos predominantemente direcionados aos interesses do grande Capital. Ao assumir seu segundo mandato em 2015, Dilma implementa o projeto de governo de seu adversário, o psdebista Aécio Neves, mas tudo isso já não bastava

²² Trecho do discurso de Temer ao assumir interinamente o governo após aprovação do congresso ao processo de impeachment.

ao grande capital. O pacto de classes não era mais o suficiente para garantir o funcionamento da engrenagem da acumulação, era necessário mais. A burguesia, naquele momento, aspirava por um “[...] governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital” (BRAZ, 2017, p. 87-88).

Assim, na busca pela implementação de um conjunto de medidas de austeridade fiscal, um conluio entre o Congresso Nacional, amplos setores do judiciário, Polícia Federal partidarizada, mídia burguesa e organizações empresariais, possibilitou o fim do pacto de classes e a ascensão de um projeto ultraneoliberal, disposto a implementar um conjunto de medidas de austeridade fiscal extremamente perversas para a classe trabalhadora, mas benéficas para o grande capital.

Braz (2017, p. 89) aponta que apesar de ter se constituído como um golpe, o impeachment não pode ser considerado um golpe clássico, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. Ao contrário, se deu em meio ao funcionamento regular das instituições democráticas burguesas, com o apoio da justiça e do legislativo.

O impeachment vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma “democrática” de depor governos que, embora já tenha servido aos interesses do grande capital, já não servem ou contrariam em alguma medida. (BRAZ, 2017, p. 89).

Ou seja, o impeachment é mais um instrumento burguês utilizado para interromper governos que não sirvam inteiramente aos interesses do grande capital, é mais um instrumento de garantia do controle do capital sob o Estado burguês.

Braz (2017, p. 95) nos mostra ainda que mais do que a garantia de domínio do grande capital sob o Estado, o golpe ocorreu com objetivos muito bem delimitados, direcionados a busca pelo aprofundamento da acumulação.

Recolocar o Brasil (e a América Latina) na área de influência prioritária dos Estados Unidos no sentido de retomada, em condições ótimas, da sua dominância imperialista em nosso subcontinente; reduzir os custos do trabalho no país e aumentar a produtividade média do trabalho com base com em novas formas de combinação de mais valia relativa (incremento tecnológico para reduzir trabalho necessário e baratear a reprodução social da força de trabalho) e mais valia absoluta (sobretudo a flexibilização das relações trabalhistas com vistas a atacar as formas de proteção social do trabalhador; implementar uma cruzada conservadora e reacionária contra os avanços sociais no campo das “minorias” como forma de promover um retrocesso cultural e ideológico no país; readequar as políticas sociais a um novo programa neoliberal mais radical de modo a criar condições para um ciclo profundo de políticas de austeridade fiscal que pesarão sobre os trabalhadores.

Ou seja, era necessário que o caminho estivesse livre das limitações de um pacto de classes, para implementação de medidas que aprofundassem a austeridade fiscal na busca por condições ótimas de exploração da classe trabalhadora e acumulação de capital. Destaca-se ainda, a implementação de uma cruzada ideológica na busca pela destruição dos pequenos avanços conquistados pelos grupos minoritários durante o ciclo petista.

Ademais, processo de gestação e efetivação do golpe contra Rousseff, possibilitou a ascensão de uma direita conservadora que fora conquistando o protagonismo dos debates desde junho de 2013. Uma direita presente não só nas manifestações populares, presente também nas forças articuladoras do processo de impeachment e no interior do próprio parlamento e judiciário brasileiro. Para além da pauta econômica profundamente ultraneoliberal, tem-se também a pauta moral e de costumes, tendo as forças protestantes (presentes no Congresso Nacional através da bancada da bíblia) como grandes entusiastas.

Ou seja, o golpe de 2016 possibilitou a ascensão de forças conservadoras, reacionárias que operam em diversos seguimentos da sociedade brasileira, presentes no Congresso Nacional, no judiciário e no braço armado do Estado (na polícia) (BRAZ, 2017, p. 101).

O pacto de classes não permitiu que os governos petistas realizassem o enfrentamento de questões estruturais importantes no combate a hegemonia burguesa. A reforma política, reforma tributária com a taxação das grandes fortunas, reforma agrária ficaram de fora da agenda política do petismo, que ao invés de se ater em promover mudanças duradouras para a classe trabalhadora, implementaram apenas políticas compensatórias, que apesar de importantes para a diminuição da miséria, não abriram caminhos para efetivas reformas. Com os movimentos sociais enfraquecidos e desmobilizados, fruto da ação dos próprios governos petistas, a grave recessão econômica em que se encontrava o país e a popularidade de Dilma em baixa, o solo era fértil para a efetivação de um golpe.

Essa foi a saída burguesa brasileira para se adaptar ao novo momento do neoliberalismo no mundo, e se conectar com as exigências do ambiente internacional, de imensa liquidez de capitais buscando desesperadamente nichos de valorização e em que a disputa geopolítica acirrada pela recuperação das taxas de lucro promove uma ofensiva desenfreada sobre os trabalhadores, colocando em xeque os direitos, as políticas públicas que os materializam, e a própria democracia. (BEHRING, 2018, p. 62).

Para o mercado financeiro, a política econômica neoliberal implementada nos ciclos petistas era branda. Para o mercado era preciso mais, era necessário aprofundar a austeridade para promover o crescimento constante da acumulação. Nesse sentido, um acordo entre as frações burguesas, mídia, judiciário e políticos da oposição possibilitou a articulação de um golpe que depõe, sem crime de responsabilidade, uma presidenta eleita por mais de cinquenta milhões de brasileiras e brasileiros. Era somente o início, de um golpe que não se encerraria na deposição de Rousseff, geraria fraturas profundas na democracia burguesa e possibilitaria uma escalada rumo ao autoritarismo.

1.5 O serviço social nos anos 2000: avanços, contradições e desafios para o projeto ético político da profissão no ciclo petista.

“Começaria tudo outra vez se preciso fosse... a chama em meu peito ainda queima; saiba, nada foi em vão...”

É com este trecho de Gonzaguinha, fortemente bradado pelas (os) Assistentes Sociais em 2009, no congresso que celebrou os trinta anos do Congresso da virada, em 1979, que iniciamos uma breve reflexão acerca do Serviço Social nos anos 2000 e as contradições ocasionadas pelo projeto petista no interior da profissão.

Uma década de profundas transformações no cenário político brasileiro, com a ascensão de um filho das classes trabalhadoras ao cargo máximo do poder executivo.

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social, sexual e racial do trabalho²³ Abramides (2021), vem passando por diversas transformações, que se dão no interior da categoria, mas que são fomentadas pelo processo sócio-histórico da sociedade brasileira. A história é viva e transitória, e à medida que vai se remodelando, o Serviço Social também vai se transformando, pois

As mudanças na ordem social capitalista produziram novas demandas profissionais, ampliaram os espaços sócio-ocupacionais, modificaram as condições de trabalho, exigiram a incorporação de sólidos fundamentos para adensar a formação profissional e desafiaram as práticas organizativas dos sujeitos profissionais. (MOTA, 2014, p. 26).

Sendo assim, a ascensão de Lula da Silva à presidência da República em 2003, trouxe diversos avanços para o campo do Serviço Social, que foram acompanhados de muitas contradições.

Em seus mandatos, Lula da Silva amplia a Política de Assistência Social, através da implementação e expansão do Programa Bolsa Família em 2003 e com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004. Essas ações promovem a expansão do número de vagas de trabalho para Assistentes Sociais, uma vez que a categoria foi chamada a atuar no planejamento, gestão e execução das Políticas Sociais. Esse movimento foi de grande importância para a profissão, uma vez que, jamais se viu uma ampliação tão grande no número de Assistentes Sociais convocados a atuar na linha de frente das Políticas Sociais.

²³ Assim definido por ABRAMIDES, durante as discussões do NEAM (Núcleo de estudos e aprofundamento marxista) na PUC-SP.

Como resultado da regulamentação da LBD e da expansão dos cursos de Serviço Social no setor público e principalmente privado, temos a ampliação do número de Assistentes Sociais no Brasil, que em 2009 já eram 87.000 profissionais.

Juntamente com a participação do Serviço Social na formulação e na gestão da Política de Assistência Social, a profissão foi atuante nos Conselhos de gestão e controle social das políticas sociais e de direitos humanos (BOSCHETTI, 2020, p. 28-29).

Na Previdência Social, tivemos a abertura de concurso público e a reposição do quadro técnico de profissionais do Serviço Social no INSS.

Como resultado de grande mobilização da categoria conjuntamente com setores da classe trabalhadora, tivemos a aprovação da lei que assegura a carga horária de trinta horas semanais para Assistentes Sociais, sancionada pelo presidente Lula em agosto de 2010.

Ainda que restritas e limitadas, as pautas petistas em torno da classe trabalhadora serviram como uma base importante para que o projeto profissional do Serviço Social mantivesse a direção ético política de suas entidades profissionais. É importante destacar ainda a agenda em torno de populações historicamente excluídas, que mesmo em meio a um governo de conciliação de classes puderam reivindicar e angariar suas pautas.

Assim, o ciclo petista galvanizava possibilidades democráticas de livre oposição das camadas políticas mais à esquerda ao seu projeto burguês de gestão da crise do capital no capitalismo dependente brasileiro, o que parece ter sido muito importante para manter viva a disputa em torno do projeto ético político do Serviço Social. (SILVA M., 2019, p. 569).

Ora, o Projeto Ético Político do Serviço Social, marcado por princípios, valores e referenciais teóricos metodológicos que abraçam a teoria marxiana, a superação da ordem capitalista, o humanismo, o internacionalismo das lutas sociais e a radicalidade democrática, se opõe ao projeto de manutenção da hegemonia burguesa implementado pelos governos petistas, desta forma, os avanços alcançados no campo do Serviço Social, trouxeram consigo um conjunto de contradições (MOTA, 2016, p. 25).

As Políticas Sociais são responsáveis pela expansão de postos de trabalho para o Serviço Social e carro chefe dos governos petistas para o enfrentamento a pobreza. Governo este que buscou combater a fome e a desigualdade social através de políticas compensatórias. Combater a pobreza somente através de políticas de

transferência de renda, sem realizar quaisquer enfrentamentos ao sistema que produz essas contradições, é individualizar o que é estrutural e sistêmico e despolitizar a questão social. É por este motivo que, a inserção dos Assistentes Sociais a frente das políticas sociais representa um avanço para a categoria, mas pode também representar um terreno fértil para a reprodução de uma ideologia conservadora na atuação profissional.

[...] no campo do Serviço Social também é possível identificar os rebatimentos particulares desse movimento cultural e teórico que tem representatividade política de esquerda, mas epistemologia conservadora, desaguando no ecletismo político e teórico. Sob essa forma, advoga-se a possibilidade de enfrentar a pobreza, mas tangenciando os inconciliáveis projetos das classes sociais fundamentais, e que – quando considerados – são tornados muitas vezes opacos, nublados e indiferenciados nas suas expressões prático-objetivas, sob os auspícios da esquerda conservadora. (MOTA, 2014, p. 28).

Assim, a inserção das (os) Assistentes Sociais em uma Política que despolitiza a questão social contribuiu para a realização de um trabalho profissional alienado, distanciado de crítica e reflexões mais profundas. Espaço propício para a transformação de profissionais em meros executores de políticas públicas. Outrossim, a própria forma como as políticas sociais são implementadas contribui para a reprodução de um trabalho profissional tecnicista e burocratizado.

Em rápida síntese é possível identificar a encruzilhada para o Serviço Social e seu projeto profissional: ao tempo que se amplia a requisição da profissão, seguida de uma importante divulgação, reconhecimento e legitimação da categoria face à própria dinâmica de expansão das políticas sociais, se coloca no campo denso das contradições a forma incipiente, precarizada, focalizada e restrita como as políticas são desenvolvidas, bem como a direção social de que são objeto e os impactos disso na própria limitação do Serviço Social aos traços mais tecnicistas, burocráticos e assistencialistas de sua atuação. (SILVA M., 2019, p. 566).

Outro ponto, é que medida que a oferta de vagas de trabalho as (aos) Assistentes Sociais foram se expandindo, fora se intensificando também a precarização do trabalho no Serviço Social, como resultado das demandas de implementação do SUAS. Na saúde, a contratação de profissionais em postos precarizados também aumenta, em decorrência do surgimento das Organizações Sociais que atuam “de forma complementar” na administração dos equipamentos do Sistema Único de Saúde (SILVA M., 2019, p. 565).

Um outro ponto é que com o aumento da renda das populações empobrecidas através dos Programas de transferência de renda e da ampliação de postos de trabalho de baixa remuneração e com o surgimento da pseudo “nova classe média”

articula-se uma nova ofensiva ideológica onde valores relativos a possibilidades de mobilidade social dentro do sistema capitalista são reforçados. Essa ofensiva ideológica obscurece a luta de classes e o pensamento crítico na própria atuação profissional, ameaçando a perspectiva emancipatória²⁴ do Projeto Ético Político.

Sobre a expansão do número de profissionais formados em Serviço Social é importante se ater ao fato de que um dos fatores que contribuíram para esta ampliação fora a contrarreforma do ensino superior. Sob a égide da democratização do ensino superior o governo Lula implementa uma política de investimento e ampliação do ensino privado em detrimento do ensino público, estatal, laico e gratuito, contribuindo para o aligeiramento e tecnificação do ensino (ABRAMIDES, 2019, p. 177).

Junto a expansão do ensino privado, surgem os cursos na modalidade de ensino à distância, que através de incentivos do poder público cresceram em grande escala, em todas as modalidades de ensino.

Pode-se afirmar que o governo FHC desencadeou o processo do EAD, porém foi no governo Lula e de continuidade no governo de Dilma Rousseff (de 2003 a 2016) que a expansão vertiginosa do EAD ocorreu. (ABRAMIDES, 2019, p. 252).

Essa modalidade de ensino superficial, aligeirada e mercantilizada é a única opção para milhares de jovens pobres e pretos, que são excluídos do ensino público, estatal, gratuito, laico e de qualidade.

Seguidos dos cursos de administração e pedagogia, o Curso de Serviço Social é um dos que mais possuem profissionais formados na modalidade EAD nas universidades privadas. CFESS (2014) Sendo assim, a contrarreforma do ensino superior fragiliza a formação profissional crítica e de qualidade e consequentemente a atuação profissional crítica, uma vez que propicia uma formação aligeirada, superficial e mercantilizada aos novos profissionais que estarão na linha de frente da atuação profissional.

Silva M. (2019, p. 567) aponta que diante das contradições apresentadas, foram surgindo na área do Serviço Social, importantes análises, trabalhos e posicionamentos que se opunham ao projeto contrarreformista dos governos petistas. De fato, as vanguardas acadêmicas do Serviço Social, juntamente com as entidades

²⁴ Quando falamos em perspectiva emancipatória do Projeto Ético Político, nos referimos a emancipação política com vistas a emancipação humana, conforme definido por Barroco e Terra (2012).

representativas (ABEPSS, CFESS, CRESS e Enesso), seguiram reafirmando política e teoricamente os princípios e valores do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Todavia, Maranhão (2016, p. 189) aponta que há historicamente a reposição de uma relação dificultosa entre as vanguardas acadêmicas do Serviço Social e a grande parte da categoria profissional, que se encontra “na ponta” na atuação profissional nas instituições. Logo, cabe o questionamento: Até que ponto essas discussões alcançaram as (os) profissionais que se encontram na linha de frente das Políticas Sociais?

Mota (2016, p. 26) nos aponta uma ofensiva conservadora do pensamento burguês no que tange à fetichização da vida social por um lado e à reatualização de práticas e ideologias conservadoras, que são necessárias para a reprodução do capitalismo contemporâneo e produzem o esvaziamento de compreensões críticas da realidade social, estimulando análises mais superficiais. Esta ideologia pós-moderna que se introduz no interior das universidades alcança também os profissionais do Serviço Social dentro e fora da formação profissional, que podem reproduzir essa visão conservadora da realidade social em suas intervenções profissionais.

Ainda em Mota (2016, p. 32), a autora aponta que a política econômica dos governos petistas, que implementa políticas sociais compensatórias à medida que atua na manutenção da hegemonia burguesa, atualiza as expressões da questão social e, diante disto, emerge a tentativa de busca permanente por novas condições de construir uma prática profissional, mediante a necessidade de “estabelecer meios, modos e formas de lidar com as insistentes e expressivas manifestações da questão social” (MOTA, 2016, p. 32).

Assim, para além da implementação de projetos sociais em empresas privadas e no terceiro setor, o próprio funcionamento dos equipamentos ligados as políticas públicas produzem uma prática profissional sem reflexão, repetitiva e muitas vezes roteirizadas, que vai promover um processo de tecnificação do trabalho profissional.

Um exemplo desta tecnificação são os manuais de orientações técnicas e as diversas publicações do Ministério da Cidadania, que visam direcionar o trabalho das (os) profissionais que atuam nos equipamentos da Assistência Social

[...] o Serviço Social não estaria isento de participar desse processo, particularmente no que diz respeito à centralidade que passa a ter a lógica gerencialista nos processos de gestão e implementação de programas e projetos sociais que, ao superdimensionar a utilização de metodologias de ação uniformizadas e a definição de procedimentos profissionais

padronizados em manuais de orientação à intervenção, tendem a imprimir um caráter tecnicista a profissão. (MOTA, 2016, p. 35).

Nesse sentido, a dimensão técnica do Serviço Social passa a ser superdimensionada, em detrimento a dimensão teórico metodológica da profissão. Ora, concordando com Mota (2016, p. 37), compreendemos a importância da dimensão técnica na prática profissional, no entanto, ela é insuficiente para a compreensão da realidade e da dinâmica social contraditória produzida pelas relações sociais capitalistas de produção. Assim, essa valorização da técnica em Serviço Social subtrai a dimensão teórica, produzindo o que a autora chamou esgarçamento entre uma formação profissional crítica e um exercício profissional conservador.

Nesse sentido é possível perceber que ao mesmo tempo em que foram possibilitados diversos avanços no campo do Serviço Social, os governos petistas produziram profundas contradições no interior da profissão. Ora, o Serviço Social não é uma ilha, logo, se treze anos do pacto de classes geraram rachaduras no processo histórico da sociedade brasileira, não há o Serviço Social como ficar de fora deste processo.

Assim, analisar os avanços e contradições produzidos nos anos 2000 no âmbito da profissão, nos possibilita identificar uma disputa de projetos, onde, de um lado estão a vanguarda acadêmica, juntamente com as entidades representativas na defesa do Projeto Ético Político da profissão e de outro lado estão os profissionais da linha de frente da atuação profissional, que, devido as raízes conservadoras históricas da profissão, juntamente com os elementos históricos e conjunturais e o modo de ser das políticas que absorveram esses profissionais acabam por reproduzir uma prática profissional conservadora em seu cotidiano de trabalho.

CAPÍTULO II – O GRANDE ACORDO NACIONAL, COM O SUPREMO, COM TUDO: DO GOVERNO ILEGÍTIMO DE TEMER AO NEOFASCISMO DE BOLSONARO.

*“Sem vontade de escrever
Análise racional
Pois não há razão nenhuma
Na tragédia nacional.
Sem enxergar uma luz
Para as nossas desventuras
Já que adentramos sem tréguas
A pior das ditaduras...
Aluvião de miséria
Miséria de pão e de luz
Terraplanismo sem nome
Olavismo credo-cruz!
Estado laico já morto,
Direito dilacerado
Não falta nem mais um passo.”²⁵*

2.1 Ponte para o futuro para quem? Dez anos em dois: o aprofundamento do ajuste fiscal e da desigualdade no governo temer.

Após treze anos do pacto de classes que propiciou a permanência do partido dos trabalhadores por quatro mandatos consecutivos no poder, um golpe articulado pelas forças burguesas, mídia, judiciário e parlamentares de oposição, depõe a presidenta Dilma Rousseff sem crime de responsabilidade.

Como o impeachment está previsto na Constituição do país, gestou-se a alternativa ideal: deflagrar um golpe com aparência legal, constitucional. Um golpe que, contando com o decisivo apoio da grande mídia dominante, assume a feição de um não golpe. Diferente de um golpe militar, como o de 1964, mas um de novo tipo, forjado pelo pântano parlamentar que compunha a base aliada que dava sustentação aos governos Lula e Dilma! (ANTUNES, 2018, p. 290).

Para dar legitimidade e aparência de legalidade ao golpe, era necessário que Dilma fosse acusada de um crime de responsabilidade, segundo a Constituição do país. A falta de governabilidade, a crise econômica e a incompetência atribuídas a Dilma por seus opositores não bastavam para abertura de um processo de impeachment, logo, a acusação de crime de responsabilidade fiscal pelas chamadas pedaladas fiscais, cai como uma luva aos seus opositores, sedentos por quaisquer

²⁵ INCONTRI, Dora. O libertário ante a barbárie.

motivos que fossem, para derrubá-la e não só, dar um fim ao ciclo petista que propiciava pequenas concessões que beneficiavam minimamente a classe trabalhadora.

A acusação, serviu apenas para incriminar e depor Dilma do cargo máximo do executivo, uma vez que, dois dias após sua efetivação como presidente ilegítimo, Michel Temer sanciona a lei que flexibiliza as regras para abertura de créditos suplementares sem autorização do congresso (BRASIL DE FATO, 2016), ou seja, magicamente, o crime de responsabilidade fiscal que derrubou uma presidenta da República, não era mais considerado crime.

O fato é que não foram as pedaladas fiscais que ocasionaram a deposição de Rousseff, ocorre que com o advento da crise de 2008, o pacto de classes não era mais suficiente para a manutenção das engrenagens do capital, sedento por taxas de lucros cada vez maiores.

Ao contrário de algumas interpretações, não acreditamos que os motivos que possibilitaram a queda de Rousseff estão ligados exclusivamente ao ódio de classe. Em concordância com Souza e Soares (2019, p.12), o sentido do golpe jurídico parlamentar de 2016 está em questões de natureza econômica, tendo no ódio de classe, um instrumento de sustentação político ideológico que o deu legitimidade.

O apelo à luta anticorrupção através da espetacularização da operação lava jato também fora instrumento utilizado para dar legitimidade ao golpe, de modo que, ainda que a acusação que motivou a abertura do processo de impeachment nada tivesse a ver com o resultado das investigações, a mobilização popular se deu em torno da moralidade e do combate a corrupção, com a contribuição da mídia burguesa, que atribuía ao PT a imagem do partido mais corrupto da história do Brasil.

O combate a um pseudo comunismo também fora utilizado como instrumento de legitimação do golpe por grupos mais extremados. Após treze anos de um governo neoliberal, que promoveu o aumento exponencial dos lucros do capital financeiro ao passo em que promovia pequenas melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, o PT passa a ser considerado uma ameaça comunista no país. Eis aí uma relação entre o golpe de 2016 e o golpe de 1964, uma vez que os grupos que identificavam o PT como ameaça comunista, defendiam a retomada da ditadura militar como remédio necessário no combate a esta ameaça.

Não foram poucas as bizarras expressões manifestadas nas ruas, em redes sociais e até no parlamento, que faziam apologias a uma intervenção militar

fundadas em paranoias anticomunistas, como se os governos do PT fossem uma ameaça comunizante. (OLIVEIRA, 2016, p.195).

Ora, o projeto perverso de austeridade fiscal que estava na mira das frações burguesas, não seria, naquele momento, capaz de chegar ao poder por vias da democracia burguesa, assim, “impossibilitada de ganhar pelas urnas, chegava a hora de deflagrar um golpe, que teve no parlamento seu lócus decisivo” (ANTUNES, 2018, p. 298).

Iniciou-se, então, uma nova fase da contrarrevolução preventiva, agora de tipo ultraneoliberal em fase ainda mais agressiva. Sua principal finalidade: privatizar tudo que ainda restar de empresa estatal; preservar os grandes interesses dominantes e impor a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil. (ANTUNES, 2018, p. 298-299).

Assim, em agosto/2016, com sessenta e um votos a favor por vinte contrários no senado federal, o golpe se consolidou, depondo Dilma Rousseff injustamente e efetivando Michel Temer como Presidente da República.

Michel Temer, assume a cadeira da presidência da República de maneira ilegítima e rapidamente busca implementar todas as medidas que constavam em seu documento “ponte para o futuro”, que em pouco tempo, se revelou ser futuro apenas para a burguesia, pois para os trabalhadores era apenas abismo e aprofundamento da exploração e da miséria.

Em dois anos de seu desgoverno usurpador, o país retrocedeu ao período anterior da aprovação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), dos anos 30 do século passado, que haviam sido ampliadas com a Constituição de 1988, cujas medidas garantidas por lei vão sendo desconstitucionalizadas. (ABRAMIDES, 2019, p. 187).

Tão logo que ocupou a cadeira da presidência da República, ainda interinamente, Temer não perdeu tempo e tratou de iniciar a implementação de seu pacote de maldades contra a população empobrecida. Antes mesmo do encerramento do rito do impeachment, Temer enviou ao parlamento a PEC 241, apelidada “PEC da morte”.

A PEC da morte previa o congelamento dos investimentos públicos, incluindo áreas de direitos fundamentais como saúde e educação, pelo período de vinte anos, sendo os valores gastos, reajustados somente pela inflação. Com total apoio da mídia burguesa que tratava de justificar os motivos pelos quais a aprovação da PEC era crucial para a recuperação da economia e após Temer promover jantares luxuosos

regados a boas bebidas aos parlamentares, a PEC fora aprovada em dezembro de 2016, se tornando então a EC 95 (OLIVEIRA, 2016, p. 220).

Uma vez aprovada, a EC 95 pode ser considerada uma das piores perversidades imposta pelo governo usurpador de Temer, porque condena por duas décadas a população mais vulnerável, que necessita das políticas sociais para manutenção de suas necessidades mais básicas.

Dentre tantos aspectos da realidade, a já precarizada saúde pública não receberá mais recursos do que já tem, não importando, por exemplo, que a maior parte dos remédios e equipamentos hospitalares sejam remetidos do exterior e seus preços submetidos às oscilações do dólar; a educação pública não deverá mais ter novos investimentos para a ampliação de vagas e contratação de professores; o investimento em ciência e tecnologia deverá ser estagnado; a assistência social reduzida a pó; investimentos em habitação deverão deixar de existir. (OLIVEIRA, 2016, p. 220).

A Emenda constitucional nº 95 fora o primeiro feito do governo usurpador de Michel Temer, que já demonstrava a que veio. A implementação desta medida já demonstrava que a travessia da ponte para o futuro era privilégio burguês. Para a classe trabalhadora, restava a ponte para o passado, que levaria aqueles que já eram pobres, a um cenário de agudização da miséria, do desemprego e da desigualdade.

Dados de Behring (2021, p. 193-194) demonstram que, analisando o orçamento público já nos primeiros anos após a implementação da EC 95 é possível perceber a diminuição dos investimentos em Políticas Públicas fundamentais para a garantia dos direitos mais básicos da população. A autora nos mostra que de 2016 para 2017 o orçamento das políticas públicas já começou a diminuir, sendo que o da Assistência Social caiu 2,8%; o da saúde 7% e o da Previdência Social 0,2%.

Ainda em Behring (2021, p. 193), a autora utiliza dados da nota técnica nº 27 do IPEA para nos mostrar a tendência de perda de recursos na política de Assistência Social, que é crucial para o enfrentamento da extrema pobreza nos moldes de uma sociedade de classes. Segundo o relatório de 2016, com a implementação da EC 95 há a tendência de perda de aproximados R\$ 199 bilhões de reais da política de Assistência Social no período de dez anos e esta perda será quatro vezes maior em vinte anos, podendo chegar à quantia de R\$ 868,5 bilhões. O referido relatório traz previsões ainda mais alarmantes no que se refere especificamente aos programas de transferência de renda. Uma vez que a política de Assistência Social perderá recursos gradativamente, a manutenção do Benefício de Prestação Continuada- BPC/LOAS se

tornará insustentável a partir de 2026, empurrando milhões de brasileiras e brasileiros para a miséria.

Mas a destruição dos poucos avanços civilizatórios conquistados até aquele momento não se encerrava na perversa EC 95. Temer tinha a missão de promover a expropriação máxima do fundo público para pagamento dos juros da dívida pública, mas também era sua função, promover o mais brutal ataque aos direitos trabalhistas, na busca pelo aprofundamento exponencial da exploração da mão de obra.

Nesta direção, em março de 2017, Temer sanciona a lei que permite a terceirização irrestrita da mão de obra (CARTACAPITAL, 2017). Antes da mudança implementada por Temer, a terceirização era permitida somente para as chamadas atividades meio, não podendo atingir as atividades fins de uma empresa. Com a implementação da lei da terceirização, qualquer função na empresa pode ser executada por um trabalhador terceirizado.

A medida significou um ataque brutal as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, uma vez que, dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) demonstram que trabalhadores terceirizados possuem uma remuneração 24,7% a menos do que os contratados, trabalham em média 47 horas semanais e permanecem menos tempo empregados (ABRAMIDES, 2019, p. 188). Ou seja, a terceirização é a legalização da precarização das relações de trabalho.

Aprofundando a destruição das relações de trabalho, a contrarreforma trabalhista vem como o golpe final, que marca o esfacelamento da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Em 11 de novembro de 2017, Temer sanciona a lei 13.429, que estabeleceu: O negociado sobre o legislado, ou seja, as negociações entre patrões e empregados estão acima da legislação, empurrando trabalhadoras e trabalhadores para a exploração brutal, uma vez que o medo de perder o trabalho coage a trabalhadora e o trabalhador a aceitar condições indignas de trabalho; a terceirização irrestrita de todas as atividades; o trabalho intermitente, onde trabalhadores podem ser contratados por pequenos períodos a partir da necessidade da empresa, lhes tirando a garantia de um salário fixo; o fim da obrigação que a homologação para rescisão de contrato seja feita pelo sindicato ou delegacia regional do trabalho, o que facilita a ocorrência de abusos e não pagamento de direitos; jornada 12 x 36 que estabelece doze horas de trabalho seguidas de 36 horas de descanso, contrariando a Constituição, uma vez que na nova regra, os trabalhadores não são

remunerados a partir da oitava hora de trabalho, alegando que serão recompensados por descanso posterior; mudanças na justiça do trabalho, de forma que, foram dificultadas as ações trabalhistas; acordos individuais sobre parcelamento de férias, banco de horas, jornadas de trabalho e escala, em detrimento dos acordos coletivos, o que enfraquece reivindicações e mobilizações coletivas e facilita coerção e assédio moral; trabalho home office e fim da obrigatoriedade de sindicalização (ABRAMIDES, 2019, p. 187-188).

O conjunto de mudanças implementadas pelo governo Temer à legislação trabalhista aprofundou a exploração brutal do trabalho, através da reposição de “situações barbaras de trabalho intermitente, desprotegido e análogo à escravidão”, Souza e Soares (2019, p. 15), ao passo que promoveu o aumento exponencial do acúmulo de capital. Expropriação do fundo público e destruição de direitos trabalhistas para crescimento dos lucros, eis a fórmula tóxica (para os trabalhadores) do governo ilegítimo de Michel Temer.

Demonstrando o caráter autoritário do governo Temer, a contrarreforma do Ensino Médio fora implementada por medida provisória, sem a devida discussão com a comunidade acadêmica e com os alunos. A medida, flexibilizou o conteúdo trabalhado com os alunos, direcionando o ensino muito mais ao ensino técnico e profissionalizante. A partir da implementação da MP 746/2016, o conteúdo lecionado em sala de aula é dividido em “itinerários formativos”, concentrados da seguinte forma: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional.

No primeiro texto da contrarreforma do ensino médio, apenas as disciplinas de português e matemática eram obrigatórias, todavia, após muita pressão popular foram incluídas como obrigatórias as disciplinas de inglês, artes, educação física, filosofia e sociologia.

Outro ponto polêmico da MP é o ensino integral, com a MP a carga horária de ensino deve ser progressivamente ampliada até atingir 1,4 mil horas anuais (AMARAL; GARCIA, 2017). Sem a devida discussão, a medida pode promover o aumento da evasão escolar, uma vez que muitos alunos do ensino médio conciliam estudos e trabalho para auxiliar no sustento de suas famílias. Com a reforma do ensino médio, as medidas de incentivo ao ingresso de jovens pobres e pretos na Universidade foram trocadas por uma formação técnica voltada a manutenção da mão de obra.

Sob a égide de déficit da Previdência Social, o governo Temer chegou a apresentar uma proposta de contrarreforma da Previdência, todavia, o enfraquecimento das forças golpistas que o levaram a presidência através do golpe e o crescimento das mobilizações populares o impediram de dar seguimento a proposta (BEHRING, 2021, p. 194).

Além do desmonte aos direitos sociais, o governo Temer promoveu o desmonte do Estado. Um dos feitos mais publicizados do governo ilegítimo fora a reforma ministerial, com a justificativa de que era necessário reduzir o tamanho do Estado brasileiro. A reforma, diminuiu de 32 para 23 o número de ministérios. Temer chegou a realizar a junção do Ministério da Educação com o da Cultura, mas voltou atrás devido a repercussão negativa. Entre os ministérios extinguidos estão a Secretaria de Portos, a Secretaria de Comunicação Social, a Casa Militar da Presidência da República, os ministérios da Cultura, das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário e das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (VEJA, 2016).

Em direção a destruição de qualquer avanço civilizatório, Temer promoveu cortes no orçamento de um conjunto de políticas que atendiam diferentes grupos. Nesse sentido, foram cortados 83% dos recursos voltados às políticas de direitos da juventude, 76% dos programas de segurança alimentar, 62% dos recursos da política habitacional, 62% das áreas que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente, 60% da promoção da igualdade racial, 53% dos programas voltados para mulheres e 76% no programa de aquisição de alimentos do governo federal.

Ao passo em que cortava recurso de áreas essenciais para o atendimento a grupos específicos da população, Temer mantinha o salário mínimo defasado, com o reajuste de R\$ 880 para R\$ 937, abaixo do valor de R\$ 945, outrora autorizado pelo Congresso Nacional para o Orçamento da União.

Todavia, se faltavam recursos para atendimento das demandas das frações mais empobrecidas, sobravam para manutenção dos privilégios de uns poucos. Temer, como o Peter Pan ao contrário, saqueava os pobres e transferia aos ricos. Ora, ao mesmo tempo em que cortava recursos das políticas sociais e promovia um aumento irrisório ao salário-mínimo, Temer reajusta o salário de oito categorias de servidores federais com vencimentos iniciais maiores que 19 mil reais (SOUZA; SOARES, 2019, p. 17).

E as benesses de Temer as frações privilegiadas não terminam por aí, o mandatário implementa ainda um conjunto de medidas que beneficiam diretamente o capital e atuam na promoção da manutenção da acumulação.

A aprovação da PL nº 4.567/16 autoriza a exploração do pré-sal brasileiro pelas petrolíferas multinacionais, impossibilitando o uso deste recurso para o financiamento das políticas de educação e saúde, como era anteriormente nos governos Rousseff; a chamada “MP do trilhão” nº 795/2017 concedeu o valor de um trilhão de isenção fiscal às petrolíferas estrangeiras; a lei 14.496, também conhecida como Novo refis (programa de refinanciamento de dívidas da União), previa a concessão de 543 bilhões de reais de perdão das dívidas do setor empresarial junto à União; e o perdão de aproximadamente 10 bilhões de dívidas da bancada ruralista junto a Previdência Social.

Assim, ao passo em que implementou medidas de destruição de direitos sociais e trabalhistas, o governo Temer concedeu um conjunto de benefícios tributários aqueles que sempre lucraram e concentraram riquezas no país.

O valor concedido em benefícios tributários e financeiros neste ano (2017) supera todas as despesas com saúde e educação (sem contar pessoal), Bolsa família, Benefícios de prestação continuada (BPC), seguro-desemprego, abono salarial, Programa de aceleração do Crescimento (PAC), Fundeb e FIES, que, juntos, estão estimados em R\$ 317,44 bilhões para todo o ano de 2017. Segundo os números do Ministério do Planejamento, as renúncias de arrecadação previstas para este ano, com estes benefícios tributários e financeiros, também equivalem a cerca de 32% das receitas totais do governo (última estimativa do governo, feita em agosto, de R\$ 1,28 trilhão). (MARTELLO, 2017 *apud* SOUZA; SOARES, 2019, p. 17).

A combinação destrutiva entre a destruição de direitos sociais e trabalhistas e corte de verbas de políticas sociais de atendimento à grupos específicos não pode produzir outra coisa, senão crescimento exponencial do desemprego e da miserabilidade no país.

Dados divulgados pelo IBGE em 2018, demonstraram que o Brasil atingiu o menor número de trabalhadores registrados desde 2012, com o número de 32, 913 milhões. A mesma pesquisa demonstra que em setembro de 2017, a cada dez empregos gerados, sete eram informais, de forma que, observou-se aí, uma inversão histórica, onde trabalhadores informais superaram os trabalhadores formais. Assim, o ano de 2017 encerrou com 34,31 milhões de pessoas trabalhando informalmente e

33, 321 milhões trabalhando em vagas formais (TATEMOTO, 2018)²⁶. Além da população precarizada, o número de desempregados também cresceu, chegando ao número avassalador de treze milhões e 400 mil em 2018, podendo ser acrescida pela fração que deixou de procurar trabalho (ABRAMIDES, 2019, p. 189).

Ou seja, as contrarreformas implementadas por Temer engrossaram as fileiras do precariado brasileiro ao passo em que desempregaram uma outra parcela da população.

Nesta direção, a síntese dos indicadores sociais do IBGE expressa que o Brasil encerrou o ano de 2016 com 25,4% da população em situação de pobreza, ou seja, com uma renda de aproximadamente R\$ 387/mês. No que tange especificamente as regiões Norte de Nordeste do país, esse número cresce para 43% da população.

Este número torna-se ainda maior quando direcionado as mulheres negras, sem cônjuge e com filhos menores de quatorze anos, em que 64% estão em condição de pobreza. Em relação a extrema pobreza (famílias com renda per capita até R\$ 85/mês), os índices sociais divulgados demonstram que 4,2% da população está nesta condição, que é ainda pior na região nordeste, onde 7,9% da população está em condição de extrema pobreza. Em resumo, os dados demonstram um crescimento de 50% da extrema pobreza em dois anos de governo Temer (SOUZA; SOARES, 2019, p. 17).

O crescimento da pobreza e da miserabilidade no país seguiu o ritmo acelerado da criminalização dos pobres no governo Temer. Com a justificativa de “reestabelecer a ordem”, em fevereiro de 2018 o presidente usurpador assina o decreto de intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Sob a égide de combater o crime organizado, a medida fora produto na militarização da vida social mediante a agudização da questão social e representou mais um duro ataque aos direitos humanos no governo Temer, uma vez que aprofundou a violência do Estado sob estratos pobres e pretos da população.

Em 14 de março de 2018, Marielle Franco, mulher preta, lésbica, mãe, filha, irmã esposa, vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL, defensora dos direitos humanos foi brutalmente assassinada juntamente com seu motorista Anderson Silva. Marielle, estava na relatoria de uma comissão criada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro para acompanhar a intervenção federal na segurança

²⁶ Cf. em Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/02/pib-pifio-e-desemprego-desmentem-propaganda-do-governo-temer>.

pública. Quatro anos após o ocorrido, as investigações pouco avançaram. Até o momento, seguem presos o sargento reformado da Polícia Militar Ronnie Lessa e o ex-policial militar Élcio de Queiroz, suspeitos pelos assassinatos de Marielle e Anderson. Os suspeitos, juram que são inocentes e nós, seguimos questionando: Quem mandou matar Marielle e por quê?

A intervenção federal que custou um total de 3,1 bilhões dos cofres públicos não trouxe nada mais do que prejuízos, aumento da violência e das mortes entre as frações empobrecidas.

Em meio as contrarreformas e a implementação de medidas que beneficiavam o mercado, o governo Temer foi permeado de crises, ocasionados por denúncias de esquemas de corrupção.

Já no início de seu governo, gravações obtidas e divulgadas pelo jornal “Folha de São Paulo” escancaram as forças golpistas que agiram em prol do impeachment contra a Dilma, demonstrando que uma das motivações era “estancar a sangria” e assumir o controle (diga-se, barrar) as investigações da operação lava jato, que naquele momento investigava políticos e empreiteiras do país.

Nas gravações divulgadas, continham um diálogo entre o Ministro do Planejamento do governo Temer, Romero Jucá e empresário Sérgio Machado, onde ambos apontavam um golpe contra Rousseff como alternativa para “estancar a sangria” promovida pela operação lava jato, uma vez que com Dilma as investigações seguiriam, porque havia o desejo de uma determinada fração de tirá-la do poder.

Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, pra não perturbar.

Em determinado momento do diálogo, Machado chega à conclusão de que a solução mais fácil era Michel Temer assumir a presidência da República, em um “grande acordo nacional” e Jucá complementa “Com o supremo, com tudo” (EL PAÍS, 2016).

Sabemos que esse não pode ser apontado como o fator principal que motivou a queda de Rousseff, mas, certamente, se blindar das investigações fora um agente motivador para que a oposição política e parlamentar contribuísse para a efetivação do golpe.

Outras diversas denúncias surgiram durante os dois anos de mandato de Temer, que chegou a ser acusado de corrupção passiva, obstrução de justiça, organização criminosa, lavagem de dinheiro, entre outros.

Mas um dos maiores escândalos do governo fora a divulgação por parte do Ministro do STF Edson Fachin, de áudios de um diálogo entre Michel Temer e o empresário Joesley Batista (JBS). Nas gravações, Joesley narra acerca de uma mesada paga ao Ex- Deputado Federal Eduardo Cunha²⁷ para que o mesmo mantivesse sigilo acerca de esquemas de corrupção e é encorajado por Temer “tem que manter isso, viu?”. A gravação caiu como uma bomba no governo Temer, que convocou uma coletiva de imprensa e bradou “Não renunciarei!” (UOL, 2018a).

Diante dos escândalos de corrupção e das contrarreformas que promoveram o maior recuo civilizatório dos últimos anos, o governo usurpador de Temer mantinha a pífia taxa de aprovação de 4% enquanto o percentual de 82% da população considerava o governo usurpador ruim ou péssimo.²⁸

Ora, tratava-se de um governo fruto de um golpe, que se apoderou de uma cadeira que não lhe pertencia e implementou um projeto de governo que não fora eleito nas urnas. Era um governo ilegítimo, independente dos esforços da mídia para lhe dar legitimidade.

Neste sentido, a implementação das contrarreformas e os escândalos de corrupção não passaram despercebidos pela classe trabalhadora, que ocuparam as ruas em uma série de mobilizações e greves.

O dia 28 de abril de 2017 ficou marcado pela realização da maior greve geral ocorrida no país. Organizada por sete centrais sindicais, a greve contou com a participação de 35 milhões de trabalhadoras e trabalhadores que paralisaram as suas funções. A greve foi seguida do “Ocupa Brasília”, quando 150 mil trabalhadoras e trabalhadores, incluindo a categoria de Assistentes Sociais e suas entidades representativas, estiveram presentes na luta contra o governo ilegítimo de Temer e

²⁷ Eduardo Cunha foi preso preventivamente em 2016, condenado em 2017 por lavagem de dinheiro, corrupção passiva e evasão de divisas. Em 2018 a condenação foi confirmada pelo TRF-4 e Cunha foi condenado há mais de quatorze anos de prisão. Atualmente, Cunha segue em prisão domiciliar desde 2020, mediante sua condição de pessoa idosa com problemas de saúde e diante da pandemia de Covid-19 (BBC, 2021).

²⁸ Cf. no portal de notícias institucional CNI, SESI, SENAI e IEL. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/popularidade-do-governo-temer-mantem-se-baixa-aponta-cni-ibope/>. (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA, 2018).

seu programa ideopolítico de direita contra as frações empobrecidas. A manifestação fora duramente reprimida, com o autoritarismo e a violência da ditadura militar.

Mediante o crescimento das mobilizações, deixando claro o caráter autoritário de seu governo, Temer assina o decreto que coloca as formas armadas nas ruas, de prontidão, com a função de controlar e reprimir os manifestantes.

Em 30 de junho de 2017 fora organizada uma nova greve geral, todavia, fora bem menor em relação à anterior, uma vez que a maioria das centrais sindicais havia entrado em acordo com o governo Temer pela manutenção do imposto sindical (ABRAMIDES, 2019, p. 193-194).

As mobilizações se seguiram nas ruas independentemente da ação dos sindicatos pelegos. O ano de 2018 ficou marcado pela greve dos caminhoneiros, iniciada em 21 de maio, os caminhoneiros paralisaram suas atividades em prol da redução nos preços do óleo diesel, que havia aumentado mais de cinquenta por cento nos últimos doze meses. A paralização perdurou pelo período de dez dias, impactando severamente no fornecimento de combustíveis, abastecimento de alimentos e distribuição de insumos médicos, levando o país à beira do colapso. O governo Temer, lidou com o movimento com mais autoritarismo, fechando um acordo com os representantes da categoria e colocando o Exército a postos, para desbloquear as vias ocupadas pelos caminhoneiros (UOL, 2018b).

Assim como na ditadura militar, destaca-se o papel do Exército na contenção e repressão das manifestações contra o governo.

O fato é, que desde as manifestações pró impeachment, com a efetivação do golpe e a ascensão de Temer ao poder, o Brasil já caminhava rumo a uma escalada autoritária.

As manifestações pró impeachment, onde manifestantes pediam intervenção militar e retorno da ditadura são um exemplo desta escalada do Brasil rumo ao autoritarismo. A última manifestação a favor da deposição de Dilma, nos lembrava facilmente a “marcha da família com Deus pela liberdade”, dos momentos anteriores ao golpe de 1964. Em março de 2016 foram as ruas mais de três milhões de pessoas em 229 cidades brasileiras. Uma fração da população branca, de classe média ocupava as ruas bradando “Fora Dilma”, rezando o pai nosso e cantando o hino nacional. Em Brasília, o então Deputado Federal de extrema direita Jair Bolsonaro foi aclamado e recebido com cartazes que diziam “Bolsonaro 2018”, manifestações de

seu eleitorado, em uma futura campanha presidencial (ROSSI; ALESSIA; BENITES, 2016).

Ora, desde as manifestações pró impeachment o Brasil já dava indícios de uma escalada autoritária. A deposição de Rousseff por meio de um golpe e a ascensão de um presidente sem legitimidade eleitoral ao poder, reforça essa caminhada rumo ao autoritarismo.

Ao assumir o poder de maneira ilegítima, Temer implementa uma série de medidas que além de prejudiciais a classe trabalhadora do ponto de vista socioeconômico, também foram extremamente autoritárias.

Podemos aqui, com base nos escritos de Oliveira (2016, p. 226) apontar uma série de fatores que demonstram o autoritarismo das medidas implementadas por Temer durante seu governo usurpador. O ataque as formas de organizações coletivas, como os sindicatos; a maneira como as contrarreformas foram implementadas, sem debates, sem discussões nem mesmo entre os parlamentares, sendo possível a implementação dessas medidas “[...] às pressas graças a acordos fisiológicos e de conveniência” (OLIVEIRA, 2016, p. 227); as permanentes tentativas de criminalização dos movimentos sociais; as diversas ações do governo implementadas através de Medida provisória, totalizadas em 142 em pouco mais de dois anos de governo Temer. Podemos citar ainda a participação das forças armadas no governo Temer, que fora acionada mais de uma vez para reprimir manifestações, movimentos populares e atuar na “segurança pública” a exemplo da intervenção federal no Rio de Janeiro.

Mas os indícios de uma escalada autoritária não se restringiam ao interior do governo. Fora dele, também era possível identificar autoritarismo. As condutas tomadas pelos membros da Operação Lava Jato, a perseguição a políticos do PT, as manifestações explícitas de intenções de cassar a legenda do PT após o fim das investigações da lava lato e até o alinhamento da mídia aos interesses dos grandes oligopólios podem ser apontados. Para Oliveira (2016, p. 229) “é impossível pensar em democracia quando existem oligopólios midiáticos tão concentrados como os brasileiros”.

As eleições Municipais de 2016 também podem ser apontadas, uma vez que mais de 50% da população se absteve ou anulou seu voto, demonstrando descrença no jogo político eleitoral e nos políticos em geral. Essa descrença pode fazer com que a população busque um *outsider*, uma figura antissistêmica, que pode, ser encontrada em figuras autoritárias. “E isso abre flancos para que propostas abertamente

autoritárias, apologéticas da violência, possam ascender com o agravamento das crises econômicas e políticas subsequentes” (OLIVEIRA, 2016, p. 229).

O golpe de 2016 trouxe consigo não só um grande recuo civilizatório no que tange aos direitos sociais e constitucionais. O golpe recrudesceu uma tendência autoritária, fragilizando ainda mais a democracia burguesa. O que se sucede ao golpe de 2016 é o aprofundamento desse autoritarismo, levando o Brasil a rumos sombrios. Era a escalada, rumo a barbárie.

2.2 “Eles venceram e o sinal está fechado pra nós”²⁹ lavajatismo, prisão política de Lula e eleição de Bolsonaro.

O fim do ciclo petista fora possibilitado por um golpe que, através da articulação de parlamentares da oposição, mídia burguesa e judiciário, depôs a presidenta Dilma Rousseff sem crime de responsabilidade. Com o golpe contra Rousseff, seu vice conspirador assume o poder com a missão de implementar um novo momento do neoliberalismo, com medidas mais duras e contrarreformas que promoveram um ataque orquestrado das políticas sociais e dos avanços civilizatórios dos últimos anos.

No entanto, o golpe não se encerraria com a ascensão da direita ao poder através da figura de Temer. Era necessário a continuidade deste golpe, para que o projeto da direita ultraneoliberal perpetuasse no poder. Assim, a operação lava jato assume lugar de destaque na continuidade do golpe.

A operação lava jato inicia seus trabalhos em março de 2014, o ano em que o Brasil vivia os efeitos da crise estrutural do capital³⁰ de 2008. Neste período, o Brasil vivia um momento de recessão econômica e queda de popularidade da presidenta Dilma, que enfrentaria Aécio Neves em um acirrado pleito eleitoral. Também neste mesmo período, as manifestações de junho de 2013 eclodiam, como resultado da insatisfação popular com os governos petistas e o que alguns autores apontam como esgarçamento do pacto de classes. Este é também um momento em que há um movimento anticorrupção mais amplo na sociedade brasileira, iniciado em meados de

²⁹ Trecho da música “Como nossos pais” de Belchior.

³⁰ Após um longo período dominado pelas chamadas “crises cíclicas” do capital, o capitalismo entra em nova fase, produzindo uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente. Essa crise tem início no ano de 2008 e seus efeitos perduram até os dias de hoje. Vide Mészáros (2009)

2006 com a divulgação do esquema de corrupção que ficou conhecido como mensalão, durante o governo de Lula da Silva. Este é o chão encontrado pela operação lava jato no período que foi marcado o início de seus trabalhos (BELLO; CAPELA; KELLER, 2021, p. 1658).

Um aspecto sistêmico que garantiu à Laja Jato liberdade na condução de seus trabalhos e o alcance de suas investigações foi a autonomia institucional concedida à Polícia Federal e ao Ministério Público. Ora, se por um lado a autonomia dessas instituições simbolizava mais liberdade nas investigações, por outro, poderia abrir espaço para a infiltração de outros interesses no interior das operações.

[...] a autonomia funcional criou condições para uma atuação desvinculada das subordinações típicas das relações hierárquicas, possibilitando que essas instituições ficassem sujeitas à infiltração de agendas corporativistas, de anseios individuais e de interesses partidários. (MENDONÇA, 2018, p. 54)

A Operação lava jato iniciou como uma força tarefa, que contou com delegados, agentes da Polícia Federal e do Ministério Público, em articulação com juízes federais³¹, para investigação de um esquema de lavagem de dinheiro conectada a um parlamentar do Estado do Pará, e fora avançando até atingir outros políticos e grandes empresários, em esquemas ilícitos ligados à Petrobrás.

Sob a coordenação do procurador Delton Dallagnol, a Lava jato se tornou o símbolo da luta anticorrupção, tendo Luiz Inácio Lula da Silva como principal antagonista desta luta e maior alvo da operação. Responsável por julgar os autores dos crimes identificados pela Operação Lava Jato em primeira instância, Sérgio Moro, até então Juiz Federal, junto ao Procurador Deltan Dallagnol foram transformados em heróis nacionais pela mídia brasileira, que transmitia cada avanço da operação com a espetacularização de um *reality show* aos telespectadores sedentos pela limpeza e moralização do país, através da caça aos corruptos, em uma verdadeira batalha do bem contra o mal.

Um tipo de justiça teatral na qual os conflitos são definidos e julgados jornalisticamente, com papéis confusos e sobrepostos entre mídia e judiciário. A imprensa tem atribuições que eram específicas dos tribunais e os julgamentos são televisionados numa lógica de big brother. Do mensalão à Lava Jato, show business, audiência, ibope são agora elementos desta justiça do espetáculo. Teatralização que provoca linchamentos. Justiça mercadoria. A punição como gozo coletivo. A banalização da destruição midiática da política. (SOLANO, 2021, s.p).

³¹ Conforme revelado pelo *The Intercept* em junho de 2019. Detalharemos melhor esta questão mais a frente.

Como uma de suas telenovelas a rede globo exibia cada capítulo da Operação Lava Jato no jornal nacional, dedicando a maior parte do jornal a cobertura dos momentos em que a operação identificava algum político petista envolvido em um dos esquemas de corrupção. A postura adotada pelos membros da operação e a forma como a mídia divulgava cada avanço das investigações partia de uma perspectiva moralizante, higienista, onde a Lava Jato varreria a corrupção, solucionando todos os problemas do Brasil. Era a corrupção, a responsável por todos os males e era o PT o agente causador da corrupção. Fora a Lava Jato e sua forma de fazer “justiça” que deu luz ao lavajatismo.

O lavajatismo significa populismo do Judiciário, justiça militante, justiça do inimigo, processo penal do espetáculo, justiça moralista, justiça criminalizadora da política, justiça messiânica, justiça punitivista. Tudo isso é lavajatismo. É a destruição do tecido político. (SOLANO, 2021, s.p).

Assim, a partir de uma retórica populista, o lavajatismo elege seus heróis e seus algozes. Desta forma, na figura de Sérgio Moro é projetada este herói, que possui a missão de limpar o Brasil dos políticos corruptos e que para tanto, é autorizado a utilizar quaisquer métodos, sejam eles legais ou não. “Sérgio Moro era o herói messiânico. A figura do juiz-Deus, o juiz-Messias, o juiz-herói. O político destrói. O juiz salva. Retórica pseudofascista, higienista” (SOLANO, 2021, s.p).

Logo, o juiz-Deus tudo pode, e se “a política é corrupta por natureza, devemos limpá-la, passar o Brasil a limpo. Devemos desinfetar, esterilizar o Brasil de políticos”.

E assim como elege heróis, o lavajatismo elege seus algozes. Como mencionado anteriormente, o PT era um desses algozes, tendo na figura de Lula, seu representante principal. Assim, com o avançar das investigações, a Lula fora atribuído o papel de “chefe” de todo um esquema criminoso investigado pela operação Lava Jato. Assim, Lula se torna o principal alvo das investigações.

Em quatro de março de 2016, às seis da manhã (primeiro horário permitido por lei), a Polícia Federal se dirigiu à residência de Lula, acompanhada pelos principais órgãos de imprensa, para cumprir a ordem judicial de Moro de conduzir Lula coercitivamente para depoimento na sede da Polícia Federal em Curitiba. Mediante a ausência de intimação prévia e recusa do investigado, Lula não chegou a viajar para Curitiba, todavia, o circo midiático em torno de sua imagem levado coercitivamente por policiais fortemente armados já estava montado.

Pouco tempo depois, em 16 de março, Sérgio Moro entrega às organizações Globo áudios de um diálogo entre Dilma e Lula, onde a mandatária oferece ao ex-presidente um cargo em seu governo. A nomeação de Ministro Chefe da Casa Civil foi suspensa em menos de 24 horas pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e Dilma e Lula foram acusados de obstrução de justiça. O vazamento das interceptações também contribuiu para o impeachment de Dilma, que neste momento já estava em processo. Diante do vazamento das interceptações, a defesa de Lula se manifestou afirmando que os áudios foram obtidos em momento posterior ao encerramento da referida interceptação telefônica, tornando-a ilegal e inconstitucional por violar a soberania nacional e as garantias constitucionais de Lula.

Mediante a ilegalidade do vazamento, Moro fora alvo de representação junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas não respondeu sansão (BELLO; CAPELA; KELLER, 2021, p. 1660-1661).

Ao entregar as gravações com as chamadas telefônicas à imprensa, que as exibiu repetidamente durante dias, Moro, de um lado, reforçou as conexões entre a Operação Lava Jato e a mídia, dando conteúdo exclusivo, chamativo, fascinante, elevando a audiência, e, por outro, incrementou a narrativa que unia elementos e os justificava em um enredo de redenção, limpeza, solução, de um problema social crônico: a corrupção endêmica. (BELLO; CAPELA; KELLER, 2021, p. 1661).

Em 14 de setembro de 2016 Dallagnol ajuizou a ação penal perante Moro e performaticamente, diante de toda a imprensa, Lula passou de investigado a réu. O famigerado Power Point produzido por Dallagnol, atribuía a Lula o papel de chefe de uma organização criminosa que desviava recursos para o PT, a fim de abastecer campanhas eleitorais e promover uma perpetuação criminosa no poder.

Em menos de um ano, em 12 de julho de 2017 Lula fora condenado, em uma sentença de 238 laudas à pena de privação de liberdade pelo período de nove anos e seis meses pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A condenação fora exaustivamente noticiada pela mídia como a resolução de todos os problemas do Brasil.

O argumento de Moro se constituía a partir de uma suposta vantagem indevida de Lula, ao visitar três vezes um apartamento da empreiteira OAS localizado no litoral de São Paulo. A linha argumentativa de Moro era bastante frágil, à medida que se sustentava apenas com a delação premiada de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS.

Em 24 de janeiro de 2018 o TRF da 4ª região julgou os recursos de Lula e do MPF e por unanimidade manteve a condenação de Moro e aumentou a pena de Lula para 12 anos e 1 mês de prisão.

Diante do risco iminente de prisão, em 05 de abril de 2018 a defesa de Lula entra com pedido de habeas corpus preventivo perante o Supremo Tribunal Federal. Às vésperas do julgamento de Lula no STF, o General Vilas Boas, Comandante do Exército Brasileiro publica em suas redes sociais: “O exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição”. Nas entrelinhas o General ameaça uma possível intervenção do exército caso o resultado do julgamento fosse favorável à Lula. Destaca-se a maior participação dos militares na Política Brasileira e nas decisões do Estado, que já vinha crescendo no governo Temer.

O julgamento transmitido em cadeia nacional fora realizado em 5 de abril de 2018 e Lula teve seu pedido indeferido pelo STF. Assim, seis meses antes das eleições presidenciais onde Lula concorria e liderava nas pesquisas de intenções de voto, Moro decreta sua prisão. Após dois dias de resistência no sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cercado pela militância petista, movimentos sociais, coletivos e por parte do povo, Lula se entrega à Polícia Federal em sete de abril de 2018.

Lula tentou manter sua candidatura à presidência, mas fora impedido por decisão do Tribunal Superior Eleitoral com base na lei da ficha limpa. Fernando Haddad (PT), que anteriormente disputava como vice de Lula entra na disputa com Manoela Dávila (PCdoB) mas ambos não contavam com a popularidade de Lula, abrindo espaço para o segundo colocado nas pesquisas, o capitão reformado e ex-Deputado Federal Jair Bolsonaro.

O fato é que após um golpe midiático parlamentar e pouco mais de dois anos de um governo que promoveu o maior recuo civilizatório visto nos últimos anos, Lula tinha reais chances de voltar ao governo por meio do voto popular. Todavia, o projeto ultraneoliberal necessitava se perpetuar no poder, assim, o *lawfare* fora uma estratégia para impedir a ascensão do PT novamente a presidência e promover a perpetuação desse outro projeto.

Lawfare consiste na utilização da legislação e do sistema judiciário para perseguir e/ou destruir adversários políticos.

Em sua análise, Mendonça (2018, p. 47) nos traz alguns apontamentos que demonstram que Lula foi vítima de *lawfare* no processo que o impediu de disputar as eleições de 2018 e o levou para a prisão por 580 dias.

O primeiro ponto apontado pelo autor é o uso da delação premiada, amparada pela lei nº 12.850/13. Na operação Lava Jato, este instrumento jurídico fora extremamente utilizado, tornando-se, quase sempre, pauta pública, uma vez que as delações eram vazadas aos meios de comunicação antes mesmo de serem investigadas. Aponta ainda o fato da maioria das delações ocorrerem com o delator encarcerado, sob pressão das autoridades para dizer o que queriam ouvir, sob pena de permanecerem encarcerados indefinidamente, sem perspectiva de julgamento.

No que tange especificamente ao caso de Lula, Mendonça (2018, p. 56-57) aponta um rol de ilegalidades e arbitrariedades cometidas por Sérgio Moro em sua condução do caso.

O autor aponta o artifício utilizado por Moro para se tornar o responsável por todas as ações ligadas a Operação Lava Jato. Lula era acusado de receber ilicitamente em seu benefício um apartamento na cidade de Guarujá, em São Paulo. Logo, segundo um dos princípios fundamentais da Constituição Federal Art 5º LIII, o foro competente do caso seria o da Justiça Federal de Santos, no estado de São Paulo e não o de Curitiba. Assim, no pleno Direito a condenação de Lula é nula, pois Sérgio Moro não era o juiz natural do caso.³²

Outro ponto citado pelo autor é que Lula não era mais presidente da República quando supostamente realizou o acordo com a OAS, o que não configura corrupção passiva, uma vez que, segundo o Código Penal brasileiro em seu artigo 137 a consumação do crime exige que o agente público pratique um ato de ofício, ou seja, a consumação do crime exigiria que Lula estivesse em cargo público no momento do ato.

As “provas” que Sérgio Moro baseia sua acusação as tornam ainda mais frágeis, uma vez que consistem em uma matéria divulgada pelo jornal “O Globo”, de 10 de março de 2010, onde afirma que Lula é proprietário do imóvel e na delação de

³² O argumento de Moro para acompanhar o caso é que a distribuição do processo se deu por conexão, devido aos casos da Operação Lava Jato. Todavia, este argumento não se sustenta, uma vez que, na própria sentença Moro reconhece que o crime não tem vinculação com os casos de corrupção na Petrobrás (JARDIM apud MENDONÇA, 2018, p. 57).

Léo Pinheiro,³³ ex-presidente da OAS, que na época se encontrava detido e era réu no referido processo.

Lula também fora acusado de lavagem de dinheiro, acusação que também não se sustenta, uma vez que o crime de lavagem de dinheiro se caracteriza pela ocultação ilícita do bem, e a OAS manteve a titularidade do imóvel de Guarujá, tendo, inclusive, transferido à Caixa Econômica Federal em novembro de 2009 todos os direitos econômicos sobre o apartamento e as demais unidades do edifício. Desse modo, a OAS não poderia ter transferido esses direitos para Lula, sem que depositasse o valor correspondente em uma conta da caixa, o que não foi feito (ALVES *apud* MENDONÇA, 2018, p. 60).

Todo o processo de Lula, desde os instrumentos jurídicos utilizados até a sentença final que decretou sua prisão se caracterizam em uma aberração jurídica. Mesmo diante de tantas ilegalidades, o processo fora legitimado através das Instituições brasileiras e pela mídia, que atribuindo a Sérgio Moro e Dallagnol o papel de heróis contra a corrupção, o autorizavam a tomar quaisquer condutas, desde que limpassem o Brasil do mal maior: a corrupção.

Outros estudiosos apontaram a prática de lawfare no processo que condenou o ex-presidente Lula.

1) Cerceamento de defesa com o indeferimento de provas documentais e periciais, além do não reconhecimento das testemunhas favoráveis ao réu; 2) o exíguo prazo para o estudo dos documentos juntados pela Petrobrás; 3) o indeferimento de perguntas às testemunhas em relação ao acordo de delação premiada (...); 4) o indeferimento de incluir novos depoimentos; 5) a inadequação entre a denúncia e a sentença, já que o réu foi denunciado por ter recebido o imóvel do Guarujá e condenado por ter lhe sido oferecido o apartamento; 6) a denúncia afirmou que o suposto benefício auferido seria devido a contratos com a Petrobrás sem, no entanto, existir relação de tais contratos com a suposta vantagem indevida. (DORNELLES; SOBRINHO *apud* MENDONÇA, 2018, p. 60).

Outro ponto que chama a atenção é o fato do julgamento do recurso de Lula pelo TRF4 ter ocorrido em tempo recorde, 4 meses, quando em média esses julgamentos ocorrem em 15 meses pelo TRF4. Ora, os golpistas tinham pressa, uma vez que era preciso prender Lula antes das eleições.

³³ Léo Pinheiro teve sua pena drasticamente reduzida, passando de 10 anos e 8 meses na sentença original para 3 anos e 8 meses em regime semi aberto. Em 2019 Léo Pinheiro deixou a prisão para cumprir o restante da pena em regime domiciliar. Cf. Estadão Conteúdo disponível no site <https://exame.com/brasil/ex-presidente-da-oas-leo-pinheiro-deixa-a-prisao-da-lava-jato/>.

Outro ponto que chamou a atenção da comunidade jurídica fora o fato da pena de Lula ter sido aumentada para 12 anos e 1 mês de forma unanime. “Tudo indica que o prévio acerto da quantidade de pena entre os desembargadores visava impedir a prescrição retroativa da pena inicialmente imposta” (DORNELLES; SOBRINHO *apud* MENDONÇA, 2018, p. 60).

Por todas essas questões é possível dizer que Lula foi vítima de Lawfare em seu processo. Lula, naquele momento, representava um inimigo, uma ameaça ao projeto de poder implementado a partir do golpe de 2016. Não que os governos petistas não tivessem implementado um governo neoliberal, que possibilitou a manutenção de lucros exorbitantes aos bancos, todavia, para o Capital financeiro era preciso mais. O capital exigia, naquelas circunstâncias, um representante, que pudesse dar seguimento as contrarreformas ultraneoliberais e a expropriação do fundo público para pagamento de uma dívida que não foi contraída pela classe trabalhadora. Todavia, mesmo com o golpe e com as manobras jurídicas que tiraram Lula da disputa, os candidatos de direita não emplacaram, de forma que, o mercado, encontrou na figura do capitão reformado de extrema direita Jair Bolsonaro, a solução.

A condenação e retirada dos direitos políticos de Lula, beneficiaram Bolsonaro em grande medida nas eleições. O candidato, era agora a única opção do mercado, da grande mídia e de uma fração da população. Todavia, era preciso dar continuidade à campanha, uma vez que boa parte do eleitorado não o conhecia Bolsonaro que até então era um Deputado Federal de baixo clero e a outra parte tinha repulsa aos seus ideais de extrema direita.

A campanha de Bolsonaro assume a mesma retórica agressiva adotada pelo agora candidato durante seus quase trinta anos de Câmara dos Deputados.

As chamadas *Fake News*³⁴ foram utilizadas em larga escala, seja para mobilizar parte de seu eleitorado em torno de informações falsas, sejam para desmentir e desacreditar acusações que eram divulgadas pela imprensa ao seu respeito. Desde a campanha eleitoral, Bolsonaro já declarara guerra com os veículos de imprensa, os quais todos os dias atacava em suas redes sociais.

³⁴ Disparos de fake News em massa marcaram as eleições de 2018. Em meio a campanha eleitoral, Bolsonaro foi acusado de receber recursos de empresas que financiavam disparos em massa de mensagens no aplicativo de mensagens WhatsApp. Ver mais no site Correio 24 horas, disponível em <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/empresas-bancam-servico-de-mensagens-de-massa-contra-o-pt-diz-jornal/>.

A “mamadeira de piroca” e o “kit gay” foram duas fake News largamente utilizadas contra a figura de Fernando Haddad, que era acusado de ter destinado esses objetos a crianças de seis anos durante sua gestão à frente da Prefeitura de São Paulo. A informação fora desmentida por vários veículos de imprensa, todavia, não deixou de ser veiculada por Bolsonaro durante toda a campanha eleitoral.

A escolha é, sem dúvida, estratégica, e se destina a causar indignação naqueles que o acompanham, conectando seus interlocutores através da emoção e enquadrando Fernando Haddad como um sujeito distante das características de um “cidadão de bem”, expressão frequentemente utilizada por seus eleitores. Assim, a escolha desse referente, ainda que inverídico contribui não só para desqualificar a imagem de seu opositor, mas também para reforçar a lógica do “nós” (os cidadãos de bem) contra eles (os que se distanciam da norma). (VISCARDI, 2020, p. 1148).

Observa-se a que a retórica construída pela campanha de Bolsonaro consiste em torno do “nós contra eles”. Nesse sentido, há supostamente uma guerra entre os bons, os cidadãos de bem, protetores da família e dos bons costumes contra os maus, os desvirtuados, destruidores da família.

Nesse sentido, o pânico moral fora estratégia para promover a mobilização de um eleitorado conservador, religioso e preocupado com a “degradação” dos valores tradicionais da sociedade.

O conceito de pânico moral permite lidar com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social. Este conceito se associa a outros de muitas áreas como desvio, crime, comportamento coletivo, problemas e movimentos sociais, pois permite esclarecer os contornos e as fronteiras morais da sociedade em que ocorrem. Sobretudo, eles demonstram que o grau de dissenso (ou diversidade) que é tolerado socialmente tem limites em constante reavaliação. (MISKOLCI, 2007, p. 112).

Ou seja, o pânico moral é o temor compartilhado por um número considerável de pessoas de que determinada categoria de sujeitos e determinados comportamentos ameacem a sociedade e a ordem moral. Diante de comportamentos que consideram desviantes à ordem moral, esses sujeitos, que se sentem ameaçados em seus valores, concordam que algo deve ser feito, quando buscam o fortalecimento do aparato social na forma de leis ou aumento da hostilidade e condenação pública a determinados estilos de vida. Outra característica do pânico moral é a defesa idealizada das formas sociais do passado e o temor diante da modernidade, dos avanços da sociedade (MISKOLCI, 2007, p. 112).

Miskolci (2007, p. 115) explica que o pânico moral pode ser utilizado a favor dos interesses de determinados grupos na defesa de seus interesses. A autor afirma

que estes grupos podem trazer à tona temores sociais já existentes e transformá-los em uma questão de momento.

O estudo de pânicos morais permite compreender como preocupações e temores de um dado momento histórico expressam lutas de poder entre grupos sociais, valores e normas, pois pânicos morais nunca são espontâneos. Eles são produto da catalização de temores já existentes na sociedade. (MISKOLCI, 2007, p. 115).

Neste sentido, Bolsonaro utiliza-se da estratégia de mobilizar temores sociais das frações mais conservadoras da sociedade brasileira afim de alavancar sua popularidade e angariar votos destas camadas.

Fora também o pânico moral que possibilitou que Bolsonaro atraísse o apoio da fração evangélica da população. Ora, de maneira estratégica, Bolsonaro fora batizado nas águas do rio Jordão em 2016, defende um modelo de “família tradicional”, esbraveja contra diversidade sexual e de gênero, é contrário a pautas feministas.

[...] observa-se que Bolsonaro foi muito bem instruído no discurso que alimentou a pauta de costumes de sua campanha, afetando fortemente o imaginário evangélico conservador calcado na proteção da família tradicional, na heteronormatividade e no controle dos corpos das mulheres. Já candidato, seu discurso avançou em bandeiras moralistas, alternando com frequência referências ao Hino Nacional e repetição a exaustão dos dizeres bíblicos: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Esta frase, a despeito de sua interpretação anacrônica e fora de contexto, juntou-se ao slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, reverberando favoravelmente no imaginário evangélico. (CAMPOS *apud* PROENÇA, 2021, p. 18).

Assim, os evangélicos foram uma força importante na campanha eleitoral de Bolsonaro, porque, para além de votos, contribuíram ativamente em sua campanha enquanto candidato. Líderes conhecidos nacionalmente como o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Pastor José Wellington Bezerra, pastor presidente da Assembleia de Deus e Bispo Edir Macedo apoiaram Bolsonaro publicamente e mais, ocuparam o papel de cabo eleitoral do presidenciável, arrastando multidões de fiéis.

Outro grande apoiador da campanha de Jair Bolsonaro fora o autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho.³⁵ Com baixa escolaridade, astrólogo de formação, Olavo

³⁵ Olavo de Carvalho é também o principal expoente das teses “ideologia de gênero” e “Marxismo Cultural” no Brasil. Ideologia de gênero, tese estadunidense que surge em contraposição ao feminismo e ao avanço de pautas voltadas à diversidade de gênero e sexualidade. A ideologia de gênero é o ingrediente principal do marxismo cultural, ideia que busca construir uma visão de nação patriarcal, branca, supremacista cristã, em resposta a desestabilização desta ordem pela continua busca por justiça social MIGUEL (2019, p. 4).

tornou-se conhecido após apoiar o golpe de 2016, tornando ícone de manifestações pró-golpe. Com um canal no *You Tube* com mais de um milhão de inscritos Olavo tornou-se ícone da extrema direita brasileira e junto a outras personalidades digitais³⁶ contribuiu para a campanha eleitoral que alçou Bolsonaro ao poder (GHEDIN, 2019).

Uma outra Fake News utilizada em larga escala durante o período eleitoral que garantiu a eleição de Bolsonaro fora a fraude nas urnas (UOL, 2018c). Redes bolsonaristas e o próprio Bolsonaro afirmavam convictamente que o sistema eleitoral brasileiro era passível de fraude e que existia um conluio para que Haddad ganhasse as eleições. A retórica não era inocente visto que, Bolsonaro já questionava o processo eleitoral caso o resultado não ocorresse a seu favor. E neste caso, questionar o resultado das eleições é questionar a democracia burguesa.

Destaca-se também a violência no discurso de Bolsonaro, que, se por um lado demonstra-se um homem religioso, defensor da família, da moral e dos bons costumes, por outro é também ferrenho defensor do armamento e traz um discurso extremamente violento aos seus opositores.

Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre, hein? Vamos botar esses picaretas para correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem de ir pra lá. Só que lá não tem nem mortadela, hein, galera. Vão ter de comer é capim mesmo. (RIBEIRO, 2018, s.p).

Bolsonaro proferiu esta frase enquanto levantava o tripé, fazendo o gesto de estar atirando. O discurso autoritário e violento, gera efeitos práticos. Durante as eleições foram registrados inúmeros casos de violência política e até mesmo assassinato. O caso mais extremo ocorreu na Bahia, com o assassinato do mestre Moa do Katendê, com doze facadas por um eleitor de Bolsonaro (ELEIÇÕES, 2018).³⁷

Vitimado por seu próprio discurso, em 6 de setembro de 2018, durante um ato de campanha no Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais³⁸, Bolsonaro sofre um atentado e é atacado com uma faca por um homem, que lhe causou um ferimento no abdômen. O episódio lhe impediu de dar continuidade a sua campanha

³⁶ No ano de 2018 diversos canais de extrema direita ganharam notoriedade, dentre eles, canais que realizavam campanha para Jair Bolsonaro. Ver mais em: <https://theintercept.com/2019/08/28/ranking-youtube-extrema-direita/>.

³⁷ Ver mais notícias na R7 em <https://noticias.r7.com/eleicoes-2018/polarizacao-politica-desemboca-em-violencia-durante-eleicao-29062022>.

³⁸ O atentado foi promovido por Adélio Bispo que após investigações foi verificado que agiu sozinho. Em depoimento, Adélio afirmou que agiu “a pedido de Deus”. Adélio cumpriu prisão preventiva e em 06/2022 foi constatado que o mesmo sofre de transtorno delirante permanente paranoide, justificando seu encaminhamento para um hospital psiquiátrico carcerário.

nas ruas, mas foi um ponto importante para sua eleição, por reforçar a figura de “mito”. “A sua candidatura decolou rapidamente após o atentado de 06/09/19. O seu sofrimento, as cirurgias e a preservação da morte foram consideradas “intervenção divina”. Os evangélicos oraram intensamente pela recuperação de seu candidato (CAMPUS *apud* PROENÇA, 2021, p. 19).

Assim, em outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro, Deputado Federal do baixo clero da Câmara dos Deputados por quase trinta anos com uma atuação questionável, porta voz de um discurso autoritário, reacionário, defensor de torturadores e famoso por atacar minorias em programas de auditório é eleito ao cargo máximo do executivo com mais de cinquenta e sete milhões de votos.

[...] Bolsonaro apresenta-se como um líder moralizador, expressando, de um lado, o consenso imediato dos interesses da burguesia interna e de outro, o senso comum da moralidade, dos bons costumes e do combate à degradação moral imposta pelos comunistas, alinhando-se às articulações da direita internacional, que delinearam a ofensiva neoliberal em âmbito mundial contra os trabalhadores. (MAZZEO, 2021, p. xxxx)

Mas não nos enganemos, Bolsonaro não é fruto do acaso e nem, tampouco, de um processo eleitoral que se utilizou de diferentes artimanhas para sair vitorioso. Se não Bolsonaro, outro representante desse projeto ultraneoliberal estaria no poder.

Bolsonaro é produto de um processo de crise do capital, seguido da implementação de um golpe midiático parlamentar que dá fim há treze anos de governos de conciliação de classes para iniciar um novo momento do neoliberalismo no Brasil. Um neoliberalismo mais duro, que promove o maior recuo civilizatório dos últimos tempos. Diante de tantos retrocessos, um novo processo eleitoral representava uma ameaça de retorno de governos mais brandos no que se refere as medidas neoliberais, mesmo nos moldes da democracia burguesa. Assim, o lawfare fora a tática utilizada para retirar o candidato a frente das pesquisas da disputa eleitoral e deixar o caminho livre para a direita. Mediante o baixo desempenho das candidaturas do PSDB (tradicionalmente apoiados pela grande burguesia), Bolsonaro, segundo colocado nas pesquisas torna-se a via possível para perpetuar o projeto de poder ultraneoliberal.

Bolsonaro, alavancado a representante das frações burguesas – dentre elas, o agronegócio, o capital financeiro, nacional e internacional, os industriais e os comerciantes – assumia a representação de classe em moldes de um personagem que encarnava interesses e aspirações golpistas da burguesia interna, que se via diante da necessidade de recompor seu bloco político, no âmbito da crise econômica e da própria reorganização da divisão

internacional do trabalho, inserida como economia componente- subalterna da cadeia imperialista. (MAZZEO, 2021, p. 19).

Ao lado de seu vice-presidente, o General Hamilton Mourão, Bolsonaro assume a Presidência da República em janeiro de 2019 com a missão de aprofundar as medidas de austeridade iniciadas durante o governo de Temer e para tanto, elege uma equipe que a mídia apelidou de “superministros”.

Após condenar e prender o candidato que liderava as pesquisas da eleição disputada por Bolsonaro, Sérgio Moro fora anunciado como Ministro da Justiça do novo governo. Paulo Guedes, Economista liberal, formado pela Universidade de Chicago, assumiu o Ministério da Economia com a missão de implementar a contrarreforma da Previdência. A advogada fundamentalista religiosa Damares Alves assume o Ministério da Mulher, família e direitos humanos e logo nos primeiros dias de governo já demonstra a que veio, bradando: “É uma nova era no Brasil, menino veste azul e menina veste rosa” (G1, 2019a), em uma clara alusão à falaciosa ideologia de gênero tão temida pela direita extremada.

Chama a atenção a quantidade de militares ocupando as vagas dos Ministérios. Dentre os 22 Ministros, 8 pertencem ou já pertenceram ao exército brasileiro. O Ministro de Minas e Energia, o Secretário de governo, o Ministro da Educação, o Ministro da Defesa e o chamado “Conselheiro” do gabinete de segurança institucional, todos militares. O primeiro grupo de Ministros contava ainda com uma fundamentalista religiosa (Damares Alves), um Olavista³⁹ (Osmar Terra) e os chamados superministros Sérgio Moro e Paulo Guedes, que agradavam a grande burguesia.

O golpe de 2016 se efetiva com a prisão de Lula da Silva e com a eleição e ascensão do neofascista Bolsonaro ao poder. O projeto implementado por Bolsonaro é uma combinação de ultra neoliberalismo, fundamentalismo religioso, autoritarismo e reacionarismo. Este fenômeno tem nome e nos levará para o abismo. Dias difíceis estão por vir. É o que trataremos nas próximas linhas.

2.3 Brasil acima de tudo, Deus acima de todos: a ascensão da extrema direita, o bolsonarismo e neofascismo à brasileira.

³⁹ Assim chamados os seguidores de Olavo de Carvalho.

Em primeiro de janeiro de 2019 inicia-se um novo capítulo da história do Brasil. Não tão novo, posto que a conjuntura que ali se desenhara era fruto de um processo que se construía ao longo dos últimos anos.

Mesmo com todo movimento de oposição, com destaque ao gigantesco movimento de mulheres contra Bolsonaro “Ele não” e a campanha “Vira Voto” que ocupou as ruas por sucessivos dias antecedendo as eleições, dialogando com a população na tentativa de reverter votos para Fernando Haddad, Bolsonaro⁴⁰ é eleito Presidente da República Federativa do Brasil com 55% dos votos válidos (MATTOS, 2019, p. 34). Em primeiro de janeiro de 2019, o Capitão reformado de extrema direita sobe a rampa do palácio do planalto, aclamado por sua base de apoio popular e legitimado pelas frações burguesas.

A ascensão da extrema direita no Brasil não é um fenômeno isolado no mundo, visto que não ocorre somente em terras brasileiras. O processo em curso no Brasil expressa um movimento político amplo, de ascensão da direita e da extrema direita em diversos países, tanto no centro, quanto nos países periféricos do capitalismo.

[...] esse movimento representa e articula, de forma aparentemente bizarra, um conjunto de interesses e tendências ideológicas, que podem ser resumidos em ultra neoliberalismo, autoritarismo político (desqualificação do Estado democrático de direito), nacionalismo efetivo ou retórico (contra a globalização), xenofobismo (contra a imigração) reacionarismo moral e cultural (anti-iluminista), fundamentalismo religioso cristão (católico e, principalmente, evangélico). (FIGUEIRAS; DRUCK, 2019, p. 1-2).

A ascensão da extrema direita no Brasil e no mundo possui determinações sociais, e é produto de um conjunto de fatores que gestaram essa ascensão (FIGUEIRAS; DRUCK, 2019, p. 2) salientam que a crise estrutural do capital, eclodida no ano de 2008, seguida pelo aprofundamento da ofensiva ultraneoliberal e das contrarreformas implementadas nos países periféricos se constituem como base material da ascensão da extrema direita em escala mundial.

Elas conseguiram capturar a raiva e o ressentimento dos “perdedores” do processo de mundialização do capital nos últimos quarenta anos (conduzido pelas finanças e o neoliberalismo) e direcioná-los contra inimigos imaginários e o establishment em geral (a democracia liberal); raiva e ressentimento

⁴⁰ Em trinta anos de sua carreira política, Bolsonaro acumula polemicas, com declarações de cunho racista, machista, LGBTfóbicas, envolvendo apologia à violência contra grupos minoritários, “bandidos” e aqueles que classifica como “esquerda”, que em sua percepção, é todo aquele que discorda de seus ideais. Incluídos nesta esquerda estão movimentos em defesa dos direitos humanos, contra opressões, em defesa do meio ambiente e da população indígena, além de professores, artistas e produtores culturais. O apoio a ditadura militar e a tortura também sempre estiveram presentes em suas declarações.

derivados do desemprego, da pobreza, da insegurança e da precarização do trabalho e da vida. (FIGUEIRAS; DRUCK, 2019, p. 2).

Há diversos estudiosos se debruçando sobre a conjuntura e analisando a ascensão da extrema direita no Brasil e no mundo.⁴¹ Alguns vem atribuindo esta ascensão a um fenômeno que denominam como neofascismo.

Lowy (2021) atenta para o fato de que o neofascismo não se trata da repetição do fascismo clássico dos anos 1930, uma vez que, o fenômeno possui características do século XXI. O autor afirma que diferente do fascismo clássico, o neofascismo não assume a forma de uma ditadura policial e até respeita algumas características da democracia burguesa, tais como: eleições, pluralismo partidário, liberdade de imprensa, existência de um parlamento. É certo que, no neofascismo há uma tentativa de limitar ao máximo essas liberdades, todavia, elas não deixam de existir. Lowy afirma ainda que o neofascismo não se apoia em tropas de choque armadas, como no caso do fascismo alemão e italiano. Mas, o grande abismo que separa o neofascismo do século XXI do fascismo clássico encontra-se no terreno econômico: Os governos neofascistas implementam uma política econômica tipicamente neoliberal, diferentemente do modelo nacionalista corporativista dos fascismos clássicos.

Entrementes, as diferenças se encerram aí, pois, recorrendo aos estudos que analisaram o surgimento do fascismo clássico, é possível identificar características que se assemelham, no que tange a conjuntura e aos processos sócio-históricos que antecederam o surgimento do fenômeno. Sendo assim, citaremos aqui algumas destas características, para relacioná-las ao neofascismo da conjuntura atual.

Em primeiro lugar é importante ater-se ao fato de que o fascismo é um fenômeno histórico-particular, que expressa, “[...] um momento de afirmação do capitalismo monopolista, em sua fase de disputa Inter imperialista (MAZZEO, 2021, p. 12). Ou seja, é o fascismo, o produto do *modus operandi* do capitalismo monopolista.

Outro ponto importante a ser destacado é que o fascismo é um “regime político reacionário de massa”, não um aglomerado aleatório, mas uma massa predominantemente pequeno-burguesa. Assim, o fascismo é um movimento das massas pequeno-burguesas forjado no interior das formações sociais capitalistas.

⁴¹ Alguns estudiosos definem a ascensão da extrema direita como ofensiva conservadora ou neoconservadorismo. Lowy (2021) aponta como inapropriado definir a conjuntura como “conservadora”, pois, “não se trata de uma corrente conservadora, no sentido de tradicionalista, nostálgica do passado, mas de um autoritarismo violento, moderno, geralmente, neoliberal.

Este movimento pode ser definido como reacionário porque seu objetivo principal é a aniquilação do pensamento e dos movimentos de esquerda (BOITO JR., 2021, p. 5-6).

No que tange as determinações sócio-históricas geradoras do fascismo, Boito Jr. (2021, p. 9) aponta que o fascismo não se origina apenas de uma crise conjuntural. O fenômeno nasce a partir de uma crise política, caracterizada pelos seguintes aspectos:

- a) Acirramento dos conflitos no interior do bloco no poder – conflito entre o médio e o grande capital, entre a burguesia agrária e o grande capital, entre os proprietários semifeudais da terra e o grande capital;
- b) Crise de representação partidária das classes dominantes: rompimento dos laços de representação partidária entre representantes e representados, e declínio eleitoral dos partidos burgueses tradicionais;
- c) Instabilidade política e incapacidade hegemônica das classes e frações dominantes, fragmentação das organizações políticas burguesas, sendo que a solução não fascista da crise exigiria a fusão dessas organizações num partido único da burguesia;
- d) Os partidos políticos tradicionais da burguesia não adotam o fascismo, tentam até mesmo, e ainda que timidamente, resistir a sua ascensão;
- e) Ativismo político e fortalecimento da burocracia civil e militar do Estado – Forças Armadas, Polícia, tribunais, administração – em detrimento dos partidos políticos;
- f) Conflito entre ramos e instituições do Estado vinculado aos conflitos de classe e crise institucional;
- g) Distorção característica entre o “poder formal” e o “poder real” caracterizando a crise política;
- h) Impossibilidade de qualquer fração da classe dominante estabelecer ou manter sua hegemonia nos quadros do regime democrático;
- i) Multiplicam-se os ataques aos partidos políticos e à política parlamentar;
- j) Série de derrotas e situação política defensiva do movimento operário;
- k) Ofensiva da burguesia e, particularmente do grande capital contra o movimento operário;
- l) Constituição da pequena burguesia como força social distinta;
- m) Crise ideológica generalizada, tanto das ideologias da classe dominante quanto das ideologias das classes dominadas- inclusive na ideologia socialista. (POULANTZAS *apud* BOITO JR., 2021, p. 10-11).

Assim como no fascismo clássico, Boito Jr. (2021) aponta que o neofascismo no Brasil é também produto de uma crise política. O autor destaca alguns aspectos da crise política que deu origem ao fascismo clássico, que se assemelham as características da crise que vivenciamos no Brasil e que antecedeu o neofascismo atual.

- a) Acirramento dos conflitos no interior do bloco de poder;
- b) Crise de representação partidária das classes dominantes;
- c) Ativismo político da burocracia civil e militar provocando crise institucional;
- d) Série de derrotas e situações defensiva do movimento operário;
- e) Constituição da pequena burguesia como força social distinta;
- f) Crise ideológica generalizada. (BOITO JR., 2021, p.11).

Nós, destacaríamos ainda: os partidos políticos tradicionais da burguesia não adotam o fascismo, tentam até mesmo, e ainda que timidamente, resistir à sua ascensão; multiplicam-se os ataques aos partidos políticos e à política parlamentar; e ofensiva da burguesia e, particularmente do grande capital contra o movimento operário.

Boito Jr. (2021) defende que o marco da crise política que deu início aos tempos neofascistas fora novembro de 2014, momento em que, ao não aceitar o resultado das eleições que dava à Dilma a vitória contra seu opositor, Aécio Neves, o PSDB impetrou ações judiciais que visavam anular o resultado das eleições. O autor defende ainda que o disparador da crise fora um conflito entre a burguesia interna e burguesia internacional, uma vez, que os governos petistas serviam aos interesses da burguesia interna e não da burguesia internacional. Eis aí, a primeira característica da crise política brasileira que se assemelha a crise geradora do fascismo clássico.

A crise política se iniciou devido a uma ofensiva política restauradora do capital internacional e da burguesia associada contra o governo Dilma, pois os governos encabeçados pelo PT representavam a hegemonia da grande burguesia interna do bloco de poder. (BOITO JR., 2021, p. 16).

Enquanto havia crescimento econômico, essas frações da burguesia internacional mantiveram-se na espreita durante os governos petistas. A queda dos índices de crescimento motivados pela crise econômica representou uma janela de oportunidades a esta burguesia, que na tentativa fracassada de alçar ao poder através do voto em 2014, impetrou um golpe para a deposição de Rousseff e implementação de um projeto mais radicalizado no sentido neoliberal.

O conflito entre as frações burguesas gera o fenômeno da polarização nas eleições de 2014, que juntamente com a insatisfação das camadas médias com a política econômica dos governos petistas, dão origem a constituição de uma força social reacionária e ativa. Essa força social pode ser considerada o embrião do movimento neofascista no Brasil. É a segunda característica identificada de uma crise política que antecede ao fascismo.

[...] a motivação do conjunto do movimento era reacionária. Ela expressava a revolta da classe média com a pequena ascensão das camadas de renda mais baixa, ascensão essa propiciada pela política econômica e social dos governos encabeçados pelo PT. E o movimento da alta classe média identificou no PT um inimigo a ser combatido e eliminado. As manifestações de rua, suas palavras de ordem, as referências grosseiras e agressivas aos adeptos de esquerda e centro esquerda, a ameaça e a agressão a seus

militantes, dirigentes e intelectuais em locais públicos por bandos dessa extrema direita atestam o que afirmamos. (BOITO JR., 2021, p. 17)

Assim, pode-se dizer que fora durante o processo de preparação para o golpe de 2016 que a extrema direita veio à luz do dia, aglutinando-se na constituição de um movimento neofascista no país. Assim, essa base, passa a se mobilizar em torno da figura de seu líder, Jair Bolsonaro.

[...] sensibilizados por frustrações, medos, rancores e pelo ódio e o ressentimento contra o outro- que pode ser identificado em vários tipos de sujeitos: o imigrante, o comunista, o nordestino, o gay, o negro, a mulher, o artista, o intelectual, o professor, o político, o funcionário público etc. Mobilização que assume um caráter permanente de luta político ideológica agressiva, que aponta para a negação e eliminação dos adversários – responsáveis, supostamente, por todos os problemas do país. Adicionalmente esse movimento se caracteriza por forte conotação emocional e de irracionalidade: anti-iluminista, anti-intelectual e desprezo à teoria – com o uso sistemático da mentira e da falsidade histórica, praticando a distorção da linguagem e dos objetos que ela designa. Para completar, reacionarismo moral e cultural (culto às tradições), associado a uma explicação mítica, mágico religiosa, do mundo e da política. (FIGUEIRAS; DRUCK, 2019, p. 4).

Neste sentido, sob a figura de Bolsonaro cria-se um movimento específico, onde o líder é colocado no lugar do messias, ao qual foi dada a missão de libertar o Brasil de todo o mal. Com a ascensão de Bolsonaro surge um novo fenômeno na política brasileira, o bolsonarismo.

Chamamos de bolsonarismo a um tipo de comportamento político surgido nos últimos anos, ao qual se vinculam pessoas ou grupo de pessoas que se organizam ou apenas se mobilizam em torno de ideias como antipetismo e o anticomunismo, o vitimismo e o pânico moral, a mobilização política e o culto da violência, o neoliberalismo e o ataque aos direitos dos trabalhadores e a tudo o que se relaciona ao Estado de bem estar social oriundo de políticas públicas e de inclusão praticadas pontualmente desde a constituição de 1988. (JÚNIOR, 2019, p. 5).

No que se refere a esse núcleo do neofascismo, seu surgimento esteve também relacionado ao ativismo político da burocracia civil, mais especificamente do judiciário e da Polícia Federal a frente da operação lava jato. É o terceiro elemento que caracteriza uma crise política que antecede o neofascismo.

Embora o neofascismo tenha tido origem nas classes médias, o fenômeno impactou também as camadas populares. A adesão das igrejas neopentecostais à campanha de Bolsonaro em 2018 fora um dos elementos que contribuíram para a perpetuação dos valores neofascistas nas camadas mais empobrecidas. Todavia, em meio aos seguimentos populares, o apoio a Bolsonaro é volátil e frágil, prova disto são as pesquisas de popularidade, que demonstram que é neste seguimento que a

popularidade do presidente tem despencado com mais velocidade (BOITO JR., 2021, p. 6).

O quarto elemento da crise política está relacionado as sucessivas derrotas das classes trabalhadoras desde 2014, momento em que Dilma iniciou a implementação de um ajuste fiscal pesado. Em seguida, tivemos o golpe de 2016, a implementação das contrarreformas que possibilitaram o maior recuo civilizatório dos últimos tempos e a prisão política de Lula da Silva.

Esses elementos se somaram a uma crise de representação dos partidos políticos, possibilitando a vitória do neofascismo no Brasil. Ora, o partido político que tradicionalmente representava a burguesia era o PSDB, que apresentou uma boa performance nas eleições de 2014, todavia, fora um movimento passageiro. Em 2018, durante toda a campanha eleitoral o partido apresentava pífias intenções de votos. Além da impossibilidade de chegar ao poder por meio do voto popular, havia também a insatisfação da burguesia e do capital financeiro em relação à “moderação” da perspectiva neoliberal dos programas apresentados por seus partidos tradicionais. Assim, a aproximação dessas camadas de Bolsonaro e Guedes também se deu devido radicalidade neoliberal que o neofascismo oferece (BOITO JR., 2021, p. 20).

A crise estrutural do capital, cujo efeitos chegam ao Brasil em meados do governo Rousseff, também contribuiu para o ascenso da extrema direita na figura de Bolsonaro. Gonçalves (2019, p. 152-153) afirma que momentos de crise do capital requerem aceleração das expropriações e da austeridade, exige um ciclo agressivo de privatização de direitos, bens e serviços públicos e coletivos. Para tanto, buscando aliviar o caráter antipopular destas expropriações, permitem a ascensão da extrema direita.

Tal ascensão possibilita o reenquadramento das tensões sociais a partir de uma matriz chauvinista, que cria artificialmente responsáveis pelo estado de coisas existente e, com isso, inimigos a serem combatidos: o comunista, o estrangeiro, o homossexual, a mulher. (GONÇALVES, 2019, p. 153).

Assim, pode-se dizer que, a crise política atrelada a crise econômica gerou o neofascismo (BOITO JR., 2020, p. 117).

Bolsonaro ganhou as eleições após três anos de crise econômica aguda, com índices elevados de desemprego e crescimento da miséria social. A crise, entretanto, não é apenas econômica. Ela se abre antes mesmo do momento mais agudo de recessão, quando aparecem os primeiros sinais de esgotamento de um modelo de governo pautado pela conciliação de classes,

que ascendeu ao poder com a eleição de Lula da Silva em 2002. (MATTOS, 2019, p. 38).

Ou seja, diante do esgotamento do pacto de classes inicia-se uma crise política, mas não só, uma vez que o país já vivenciava os impactos da crise estrutural do capital de 2008 que só chegara ao Brasil anos mais tarde. Para Mattos (2019, p. 38) o marco do esgotamento do pacto de classes fora as manifestações de junho de 2013, quando o PT não mais conseguia cumprir uma das condições básicas para a manutenção do pacto: a paz social. Assim, diante da incapacidade das forças proletárias em apresentar uma saída coerente radical (revolucionária) para a crise que se apresentara, “a atração ideológica da radicalidade fascista foi mais forte” (MATTOS, 2019, p. 37).

Lowy (2021) classifica Bolsonaro como neofascista, mas atenta para o fato que, apesar de semelhanças com o fascismo clássico, o bolsonarismo possui características próprias. No que se refere as semelhanças, o autor cita o autoritarismo, a preferência por formas ditatoriais de governo, o culto ao chefe (Mito) salvador da pátria, o ódio à esquerda e ao movimento operário. Todavia, assegura que apesar do desejo abertamente evocado de impor um novo AI-5, dissolvendo o Superior Tribunal Federal (STF) e colocando abaixo sindicatos e partidos de oposição, Bolsonaro não possui apoio suficiente, nem das classes dominantes, nem das forças armadas.

Ainda em Lowy (2021), o autor cita como aspecto específico do bolsonarismo o obscurantismo, o desprezo pela ciência e a aliança com os setores mais retrógrados do neopentecostalismo evangélico. Lowy afirma que esta característica não existe em outros regimes autoritários, mesmo os que tem por ideologia o fundamentalismo religioso.

Como já citado anteriormente, a ascensão da extrema direita é um fenômeno global, de forma que, em outros locais do mundo, líderes autoritários também ascenderam ao poder. Lowy (2021) faz uma comparação entre Bolsonaro e Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, que, ainda hoje é uma liderança política importante no país. O autor cita como semelhança entre ambos o ódio à esquerda e o fantasma do socialismo. Para Trump, qualquer adversário, por mais moderado que seja é considerado líder de uma conspiração que deseja implementar o comunismo nos Estados Unidos. Para Bolsonaro, o anticomunismo é uma verdadeira obsessão. O autor cita ainda a ideologia repressiva, o culto a violência policial, o estímulo à difusão

massiva das armas de fogo, a retórica nacionalista e o negacionismo climático como características semelhantes entre Trump e Bolsonaro.

Lowy (2021) também faz um comparativo entre o neofascismo do Brasil e o mesmo fenômeno na Europa e traz algumas conclusões. O autor reitera que diferente da Europa, no Brasil, o fascismo brasileiro, o integralismo não é uma referência para o bolsonarismo. O autor afirma que a principal referência do bolsonarismo é o período ditatorial no Brasil (1964-1985), período em que, Bolsonaro se mostra bastante saudoso, tendo o ditador Carlos Alberto Brilhante Ustra como uma de suas principais referências. Lowy afirma ainda que, diferente da Europa, no Brasil não existem partidos de massas neofascistas, embora Bolsonaro tenha uma base popular significativa. Embora Bolsonaro tenha em seu histórico falas extremamente racistas, o racismo não é a principal bandeira do neofascismo no Brasil, diferente da Europa e dos Estados Unidos, já o tema do combate à corrupção é uma bandeira levantada pelo neofascismo no Brasil, diferentemente da Europa. Por fim, Lowy aponta a homofobia como um tema de campanha do neofascismo no Brasil, diferente da Europa.

Nestes termos, Bolsonaro se apresenta como a solução, o remédio necessário, a única saída para a crise que o Brasil enfrentara naquele momento e a única alternativa contra a “imoralidade esquerdista”.

Assim, Bolsonaro toma posse do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil em 1 de janeiro de 2019, trazendo já em seu primeiro discurso, a narrativa de guerra ideológica presente em todo período de campanha eleitoral. Contrariando as expectativas de setores que acreditavam em uma “normalização” de Bolsonaro após assumir a cadeira da presidência, os primeiros dias de governo já demonstravam o que viria pela frente. Cercado por figuras ideologizadas, logo nos primeiros dias de governo, Damares Alves, então Ministra da Mulher, da família e dos direitos humanos promete: “é uma nova era no Brasil, menino veste azul e menina veste rosa” (G1, 2019a), a fala que claramente fazia alusão a falaciosa ideologia de gênero, deixa em êxtase os presentes.

Ora, na busca por garantir a reprodução de suas ideologias fascistizantes, Bolsonaro se rodeou de figuras que compõe a chamada ala ideológica do governo.

Junior (2019, p. 209) assevera que o governo Bolsonaro é constituído por quatro núcleos principais, sendo a ala ideológica, a primeira delas e a que mais se aproxima do fascismo.

É um núcleo mobilizador, garantidor da alta intensidade com que a ideologia fascista funciona e ameaça permanentemente os opositores e os aliados na concertação governamental poliocrática. É desse núcleo o capital político principal do governante, no qual se concentraram o voto ideológico e a base política do bolsonarismo ao longo das décadas. (JUNIOR, 2019, p. 209).

Deste núcleo fazem parte o próprio Bolsonaro, seus três filhos, integrantes não oficiais do governo e algumas figuras públicas surgidas nas sombras da política e dos movimentos de extrema direita, muitas delas, influenciadas por Olavo de Carvalho.

O segundo núcleo do governo Bolsonaro é o político, cuja tarefa é viabilizar a ligação com o Congresso Nacional e tudo o que o bolsonarismo intitula “velha política”. Trata-se de um núcleo fundamental, visto que é o responsável por construir pontes com as classes dominantes e com os tradicionais detentores do poder político, social e cultural.

O terceiro núcleo é o dos militares, tendo à frente o vice-presidente Hamilton Mourão e outras figuras importantes do exército. Com a missão de tutelar o governo, caso as coisas saiam do controle, o núcleo militar não se confunde com o bolsonarismo, pois

Sua posição equidistante do núcleo ideológico remete a uma forma autoritária distinta de profascismo, e oferece-nos a nítida percepção de que, enquanto o bolsonarismo é oriundo dos estratos mais baixos das forças armadas, algo que se liga muito mais aos porões do passado ditatorial do país com sua defesa aberta da tortura, os militares de alta patente operam no limite da legalidade, aspirando respeitabilidade, muito embora no terreno do golpismo e sem nenhuma autocrítica em relação à ditadura. (JUNIOR, 2019, p. 210).

Ressaltamos, nesse sentido, o aumento do número de militares em postos civis no governo. Em nota divulgada pelo IPEA em 2022, verifica-se que entre o período de 2013 a 2021 houve um aumento de 59% de militares inseridos em postos civis. A nota considera também um levantamento realizado pelo Tribunal de contas da União que entre 2016 e 2020 contabilizou uma alta de 102,22% de militares exercendo funções civis na administração federal. Chama atenção o aumento do contingente de militares nos cargos de primeiro e segundo escalão no executivo federal que dobrou de 2018 para 2019. Nessa ótica, percebe-se um movimento de militarização do aparato estatal (SCHMIDT, 2022, p. 1-12).⁴²

O quarto e último núcleo do governo Bolsonaro é o núcleo econômico, entregue ao economista Paulo Guedes, que trouxe para o Brasil sua experiência do período em

⁴² Flávia de Holanda Schmidt é Técnica de Planejamento e Pesquisa em exercício na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Ipea (Diest).

que trabalhou no Chile, ao lado de Pinochet. O referido núcleo, tem como função estabelecer a ponte com os grandes interesses econômicos das classes dominantes, no que tange ao capital nacional e internacional. A escolha de Paulo Guedes para ministro da economia garante a Bolsonaro sono tranquilo, diante das aspirações e exigências da grande burguesia.

Ao entregar a política econômica a um homem de relativa confiança das várias frações da burguesia, muito embora alguém que havia sido marginal nos tempos dos governos da direita tradicional, Bolsonaro trabalhou para que as condições de governabilidade, no interesse maior do bolsonarismo, pudessem se efetivar sem maiores sobressaltos, já que as intenções principais do núcleo ideológico que controla o governo é livrar o Brasil do comunismo, do “marxismo cultural”, da esquerda, das minorias e de todos aqueles que supostamente controlaram o país desde a redemocratização e ao longo dos últimos trinta anos. (JUNIOR, 2019, p. 210).

Nestes termos, Bolsonaro dá prosseguimento a política econômica do governo Temer, aprofundando as contrarreformas e implementando aquelas que Temer não havia tido força política para implementar. Ora, o cerne da agenda econômica do governo Bolsonaro está no aprofundamento do ultra neoliberalismo em favor do grande capital financeiro e do imperialismo, objetivando intensificar a extração de mais valia, o direcionamento de valor para o centro do capitalismo e a geração de superávits primários para o pagamento dos credores da dívida pública.

O primeiro ato de Bolsonaro ao assumir a cadeira da presidência já demonstrara o teor de austeridade da agenda que pretendia implementar. Fixando o salário-mínimo em R\$ 998,00, o menor valor dos últimos 24 anos, o governo Bolsonaro rompeu com a política de valorização do salário-mínimo implementada durante o ciclo petista (CASSIN, 2022, p. 25).

A contrarreforma da Previdência, a PEC 06/2019 fora apresentada ao Congresso Nacional logo em fevereiro de 2019. Com um teor mais agressivo e nocivo que as propostas apresentadas anteriormente, a medida estabelecia, além das reduções de direitos e aumento de alíquotas, a Previdência em regime de capitalização. Tal regime, propunha o desmonte do sistema social e coletivo de repartição e a introdução de uma lógica de poupança individual, de forma que, cada indivíduo, ao longo de sua vida, poupasse parte de seus rendimentos, que seriam investidos em fundos de capitalização gerido por grandes conglomerados bancários financeiros. A proposta também previa mudanças no Benefício de Prestação Continuada-BPC-LOAS e aposentadoria para trabalhadores rurais. Esses pontos, porém, foram derrubados após pressão popular e dos parlamentares de oposição.

Diferente de seu antecessor, Bolsonaro fora bem-sucedido na aprovação da contrarreforma da Previdência, EC 103/2019 em outubro de 2019. A nova contrarreforma, ampliou o tempo mínimo de contribuição para quarenta anos como requisito para receber o valor integral de um benefício previdenciário; fixou a idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens se aposentarem, elevou o tempo mínimo de contribuição para vinte anos como condição para requerer aposentadoria e aumentou a idade e o tempo de contribuição dos professores (25 anos de contribuição e 57 anos de idade se mulher e 60 anos de idade se homem), Cassin (2022, p. 26).

A aprovação da chamada “carteira de trabalho verde e amarela” (MP) 905/2019 representou mais um duro golpe as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros e aprofundou a contrarreforma trabalhista implementada durante o governo Temer. Utilizando-se do argumento falacioso de que a medida tinha como objetivo estimular a inserção de jovens de 18 a 29 anos no mercado de trabalho, a medida instituiu uma modalidade de contrato de trabalho precarizado, de forma que, intensificou a jornada de trabalho; flexibilizou a fiscalização, registro e punição de infrações dos empregadores; fragilizou ações de saúde e segurança do trabalho; enfraqueceu o papel dos sindicatos e das negociações coletivas e beneficiou empresários de diversos setores com um pacote de desonerações. A MP ainda estabeleceu que 20% dos contratos de jovens das empresas sejam firmados sob estas condições (CASSIN, 2022, p. 25-26). É, senão a destruição completa das condições de trabalho em prol da intensificação da exploração da mão de obra para aumento exponencial da taxa de lucro do capital.

E como se não bastasse, em novembro de 2019 Bolsonaro apresenta ao Congresso Nacional o “Plano mais Brasil”, que consiste em um conjunto de três propostas de emenda à Constituição voltadas para a responsabilidade fiscal. A chamada PEC emergencial (186/2019) prevê a instituição de medidas permanentes e emergenciais de controle dos gastos públicos a nível federal, estadual e municipal, como também a imposição de limites de despesas com pessoal; a PEC do pacto federativo (188/2019) propõe alterações na distribuição de recursos entre os entes federativos e a extinção de municípios com menos de cinco mil habitantes com arrecadação inferior à 10% da receita total e a PEC 187/2019, prevê a extinção dos fundos públicos infraconstitucionais que não forem ratificados dentro do prazo de dois anos e a destinação destes recursos para pagamento dos credores da tal dívida

pública (CASSIN, 2019, p. 27). Mais uma forma de expropriação do fundo público para pagamento dos credores que se deleitam na riqueza socialmente construída, com a justificativa de pagar uma suposta dívida que nunca fora auditada.

A situação é agravada pela crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19, a qual, Bolsonaro administrou os efeitos com uma boa dose de ultra neoliberalismo e muito negacionismo. A condução desastrosa e criminosa de Bolsonaro frente a umas das piores crises sanitárias dos últimos tempos, ocasionou a morte quase setecentas mil pessoas. Além do negacionismo e das medidas de austeridade perversas, escândalos de corrupção foram revelados, levando a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito onde Bolsonaro, fora acusado de diversos crimes.⁴³

A implementação das medidas ultra neoliberais se somaram a crise sanitária e a crise econômica em curso e aprofundaram a desigualdade social e a precarização das condições de vida da classe trabalhadora. A alta da inflação fez os preços dispararem, dificultando o acesso da população até mesmo a alimentação básica, aumentando assim, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar.

O II inquérito Nacional sobre insegurança alimentar⁴⁴ desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (rede PENSSAN) demonstrou que em 2022 125,2 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar⁴⁵ e mais de 33 milhões encontram-se em situação de fome. O estudo identificou que nas regiões norte e nordeste encontram-se o maior percentual de pessoas em situação de fome no Brasil (PENSSAN, 2022).

No que tange ao perfil das famílias em situação de insegurança alimentar, o estudo chamou atenção para a categoria gênero, demonstrando que a segurança alimentar fora encontrada em 47,9% dos domicílios onde os responsáveis eram homens, enquanto, nos domicílios onde as responsáveis eram mulheres, apenas 37% apresentavam a mesma classificação.

No que se refere a raça destas famílias, a pesquisa identificou que a situação de insegurança alimentar ocorre em proporções maiores em domicílios de famílias negras. O estudo mostra que seis em cada dez domicílios de pretos e pardos viviam

⁴³ A crise sanitária da pandemia de covid-19 será abordada de maneira mais aprofundada mais à frente.

⁴⁴ Cf. no livro eletrônico Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. Disponível em <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

⁴⁵ O estudo demonstra ainda que entre o final de 2020 e o início de 2022 houve o aumento significativo do número de famílias em situação de insegurança alimentar. Em pouco mais de um ano, é possível observar que a fome dobrou em domicílios em situação de extrema pobreza.

em algum grau de insegurança alimentar, por outro lado, mais de 50% das famílias brancas tinham segurança alimentar garantida.

Em 2022 a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação divulgou o Mapa da fome e o Brasil,⁴⁶ que havia saído desta classificação em 2015, voltou a ser classificado. Os dados demonstram que desde 2018 o Brasil voltou a este Mapa (JORNAL NACIONAL, 2022).

São estes os efeitos da política econômica de Bolsonaro, todavia, engana-se quem acredita que a austeridade fiscal é o cerne da política implementada por Bolsonaro. Ora, o cerne de sua atuação está no estabelecimento de uma ideologia de extrema direita, que vem para implementar uma guerra ideológica e ataque a todos aqueles que representam uma ameaça a este projeto.

Em meio as tantas polemicas e ataques proferidos por Bolsonaro a minorias, a afirmativa de que se tratava de cortina de fumaça para encobrir a aprovação de medidas de austeridade fiscal se espalhava. Todavia, Behring (2019, p. 211) faz o movimento contrário e afirma que a aprovação de medidas de austeridade fiscal é que trata-se de cortina de fumaça para a implementação da agenda ideológica de extrema direita de Bolsonaro. Citando a reforma da Previdência a autora nos mostra o quanto que a política econômica de austeridade fora parte de um acordo mínimo com as classes dominantes para que o bolsonarismo pudesse implementar sua política de guerra ideológica e ataque a seus inimigos imaginários, representados pela ciência, professores, universidades, jornalistas, Superior Tribunal Federal (STF) e às instituições formais da democracia burguesa como um todo.

Enfraquecido pelos vários escândalos políticos e financeiros envolvendo sua família, pela catástrofe sanitária e pela derrota de seu protetor internacional (Trump), Bolsonaro consegue se manter no poder graças ao apoio das classes dominantes brasileiras – o agronegócio, a oligarquia industrial e financeira- e da classe política corrupta e oportunista que controla a Câmara dos Deputados e o Senado. Para a burguesia brasileira, o essencial é o programa neoliberal – redução de impostos, arrocho salarial, cortes dos gastos públicos, privatizações etc.- representado pelo ministro Guedes. Além disso, ele ainda conta com o apoio de parcela importante da população brasileira, motivada pelo neopentecostalismo reacionário, ou pelo ódio ao PT. (LOWY, 2021).

O ataque impetrado à ciência pelo governo Bolsonaro é parte dessa agenda ideológica. Esse ataque se expressa no desmonte à política de Educação, cujo

⁴⁶ Um país entra no Mapa da fome quando 2,1% de sua população está em situação de falta de alimentos. Sob o Brasil de Bolsonaro, esse número já atinge a casa dos 4,1%. Ver mais Brasil em resumo em <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>.

recursos vem sofrendo queda abrupta desde 2019, ano em que Bolsonaro assume a Presidência da República. O estudo “A conta do desmonte: Balanço geral do orçamento da união” divulgado pelo Instituto de Estudo Socioeconômicos (INESC) demonstra que desde 2019 a educação vem sofrendo com desfinanciamento crescente. O estudo demonstra que o orçamento do Ministério da Educação está em queda livre, uma vez que em 2019 contava com o montante de R\$ 148,74 bilhões diminuindo para R\$ 128,56 bilhões em 2021 (INESC, 2022, p. 38).

O estudo demonstra ainda que a execução orçamentária para o ensino superior caiu cerca de seis bilhões. Os investimentos em pesquisa também diminuíram, com o orçamento da CAPES passando de R\$ 5,1 bilhões em 2019 para R\$ 3,79 bilhões em 2021. Nesses termos as áreas de humanas sofrem os maiores ataques, visto que, são áreas que direcionam ao pensamento crítico. O Olavista Abraham Weitraub, ex-Ministro da Educação do governo Bolsonaro já havia deixado claro esta perspectiva, quando afirmou que os recursos públicos seriam direcionados a áreas que geram retorno de fato, como enfermagem, veterinária, engenharia e medicina. O Olavista afirmava que os jovens que desejassem estudar ciências sociais, deveriam fazê-lo com o próprio dinheiro e não com o dinheiro do “pagador de impostos”. Desconsiderando a importância inquestionável dos cursos das áreas de ciências humanas no desenvolvimento da sociedade, o governo demonstra a irracionalidade do projeto bolsonarista. Ora “[...] a intenção do governo em atacar a universidade e as ciências humanas é parte do projeto mais amplo da atual guerra cultural e ideológica travada no país pelo bolsonarismo” (BEHRING, 2019, p. 218).

O Balanço do Orçamento da União também identificou a diminuição dos investimentos em outras áreas. É dado de realidade que o meio ambiente sempre fora uma área negligenciada em outros governos, todavia, no governo Bolsonaro a área ambiental vem enfrentando uma das maiores ofensivas dos últimos tempos. O estudo demonstra que além de promover o maior desmatamento dos últimos quinze anos, o governo Bolsonaro também operou maior desfinanciamento em relação aos últimos três anos. O balanço aponta que os gastos com meio ambiente não ultrapassaram a casa dos quatro bilhões, diminuindo gradativamente e chegando a 2,5 bilhões em 2021.

O grave problema da questão ambiental se expressa também no desprezo de Bolsonaro em relação à pasta. Questionado em relação a poluição ambiental em agosto de 2019, Bolsonaro sugere que a população “coma menos” para defecar dia

sim, dia não, como forma de reduzir os resíduos no meio ambiente (G1, 2019b). Por outro lado, o governo Bolsonaro tem se esforçado para “simplificar”, diga-se, desmontar a legislação ambiental, buscando viabilizar a exploração exponencial do meio ambiente pelo agronegócio. A reunião ministerial de 22 de abril de 2020 deixou claro esse alinhamento do governo com o agronegócio (ALESSI, 2020), quando o ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles⁴⁷, sugeriu “aproveitar” que os holofotes estavam voltados para a crise sanitária de covid-19 para “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas [ambientais] (...) de baciada” (PROEJTO MANUELZÃO, 2021).

O governo Bolsonaro atuou deliberadamente para o desmonte da legislação ambiental, promovendo o enfraquecimento da legislação, diminuindo o número de servidores nos órgãos fiscalizadores e avançando rumo a destruição dos recursos naturais. Nesses termos, lideranças que atuam em defesa do meio ambiente são perseguidas a até mesmo assassinadas. Em uma região da Amazonia, palco de tráfico de drogas, roubo de madeira e avanço do garimpo, em cinco de junho de 2022 o indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips foram encontrados mortos após dias desaparecidos na região. O caso ainda está em investigação, mas a suspeita é que o crime tenha relação com pesca ilegal do peixe pirarucu na região. Até o momento três suspeitos estão presos, todavia, não foram identificados os mandantes do crime. Justiça, por Bruno e Dom! (G1, 2022a).

Atrelado a destruição dos recursos naturais, tem-se o desmantelamento das políticas voltadas à população indígena. Este desmantelamento está ligado a ideologia racista defendida por Bolsonaro desde sempre. Ora, uma das promessas de campanha do capitão, era dar uma foçada no pescoço da FUNAI (KOTSCHO, 2022). Promessa que vem sendo cumprida com celeridade, uma vez que sob o governo Bolsonaro, a Fundação Nacional do Índio- FUNAI se tornou uma fundação anti indigenista.

Pelo amor de Deus, hoje um índio constrói uma casa no meio da praia e a Funai vem e diz que ali agora é reserva indígena. Se eu for eleito, vou dar uma foçada na Funai, mas uma foçada no pescoço. Não tem outro caminho. (BOLSONARO, 2018, *apud* KOTSCHO, 2022)

⁴⁷ Ricardo Salles pediu exoneração do governo em junho de 2021 ao ser investigado por contrabando de madeira. Vide Projeto Manuelzão em <https://manuelzao.ufmg.br/investigado-por-esquema-de-contrabando-de-madeira-ricardo-salles-pede-exoneracao-do-ministerio-do-meio-ambiente/>.

O documento foiçada no pescoço da INESC (2022) demonstra que a tal foiçada no pescoço da FUNAI se deu a partir de quatro dimensões: 1- Cortar competências fundamentais da FUNAI. 2- Separar a autarquia do Ministério da Justiça. 3- Transferi-la a um novo Ministério marcado pela visão ideológica de Damares Alves sobre direitos humanos. 4- Jogar competências relativas às terras indígenas nas mãos do pecuarista e agricultor Nabhan Garcia.

Além da diminuição do orçamento da FUNAI, a política anti indigenista implementada por Bolsonaro paralisou as demarcações de terras indígenas. Assim como prometido durante sua campanha quando afirmou que “índio não teria mais um centímetro de terra”, em seu governo, Bolsonaro implementa uma verdadeira política de ódio as populações indígenas brasileiras.

O estudo demonstra ainda que no Brasil de Bolsonaro, não houveram mais demarcações de terras indígenas e a gestão da FUNAI se utilizou de artimanhas para atravancar processos em andamento.

Assim como a FUNAI, a Fundação Palmares também sofrera os impactos da política racista de Bolsonaro. O ponto principal da destruição da Fundação fora a escolha do capitão do mato Sérgio Camargo para a presidência da Instituição. Com um discurso aliado à branquitude e crítico a Zumbi dos Palmares, Sérgio Camargo é um homem negro, que tem o movimento negro como “vitimista” e se coloca contra as políticas afirmativas. Exonerado em março de 2022, Sérgio Camargo exerceu um mandato de destruição e desvalorização da cultura negra no Brasil. Entre uma série de absurdos, Camargo mudou o logotipo da fundação, substituindo o machado de xangô por um novo logotipo em verde e amarelo, em alusão ao bolsonarismo, tentou queimar obras literárias do acervo da Fundação Palmares, com a justificativa de que aquelas obras eram “manuais de militância de esquerda” e “atrasadas”. Impedido de destruir o acervo através de uma liminar, Camargo propõe criar um “acervo da vergonha” para alocar livros que considerava “esquerdistas e imorais”. Camargo também promoveu perseguições e ataques a funcionários de esquerda e/ou contrários a sua gestão (KOTSCHO, 2022). Além da escolha intencional do presidente Sérgio Camargo, a fundação Palmares ainda passou por cortes em seu orçamento e teve suas atividades paralisadas, como certificação de terras quilombolas (PEREIRA, 2019). Após cumprir com sua missão de sabotar a fundação palmares de dentro para dentro, Camargo deixou a fundação para concorrer a uma vaga no pleito de 2022 como Deputado Estadual. Indicado por Camargo e encarregado de dar continuidade

ao desmonte da Fundação, foi nomeado o geógrafo e servidor de carreira Marco Antônio Evangelista.

Na mesma direção, Bolsonaro implementa sua política de ódio aos povos quilombolas, que foram excluídos do plano plurianual (2020-2023) do governo. O Balanço do orçamento da União demonstra que ações orçamentarias para esta população continuam existindo, mas contam com poucos ou nenhum recurso. A política implementada por Bolsonaro ao atendimento das necessidades e especificidades da população quilombola é resultante de seu racismo declarado, como também, é promessa de campanha do presidente. Em 2017, sob risos e aplausos da plateia em palestra no clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro declarou:

Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de um bilhão por ano é gasto com eles. (BOLSONARO, 2017)

O discurso de ódio e o desprezo de Bolsonaro as minorias se manifestam não só através do sucateamento de políticas para esta população, como também no crescimento da violência contra determinados grupos.

A coalizão solidariedade Brasil divulgou em janeiro de 2021 uma edição do *Baromètre d'alerte* sobre a situação dos direitos humanos e ambientais no Brasil. O relatório, que marca a metade do mandato de Bolsonaro demonstra o aumento da violência, violações e desigualdades sob o governo de extrema direita no Brasil.

No que tange a violência policial o relatório demonstra o aumento de 6% do número de pessoas mortas pela polícia no primeiro semestre de 2020, em comparação ao primeiro semestre de 2019. O relatório chama a atenção para a categoria raça, salientando que em 2019, em média 79,1% dos assassinados pela polícia são negros. No que tange aos policiais mortos, o relatório demonstra que 65% dos mortos em operações são negros, mesmo que os policiais negros constituam 44,9% de toda força policial no Brasil.

Em relação a violência contra a mulher o relatório aponta o número de 1.326 feminicídios registrados no Brasil, o que corresponde a uma alta de 7,1% em comparação com o ano de 2018. O relatório salienta ainda que 66,6% das mulheres vítimas de violência são negras.

Sobre a população LGBTQIAPN+⁴⁸ o documento aponta que trezentos e vinte e nove pessoas foram vítimas de morte violenta em 2019, o que significa que a cada vinte e seis horas uma pessoa LGBTQIAPN+ é assassinada no Brasil. O documento chama atenção para o fato de que 38% das pessoas mortas são pretas, enquanto 36% se declaram brancas. A população trans e travesti ocupa uma posição elevada nessa porcentagem, com cento e vinte e quatro pessoas assassinadas em 2019.

No que se refere aos povos indígenas, o documento aponta uma ofensiva brutal contra essa fração da população. Segundo dados do relatório, em 2019 houve duzentos e cinquenta e seis casos de invasão de propriedade, exploração legal de recursos e danos ao patrimônio, que impactaram mais de cento e cinquenta terras indígenas.

Outro ponto importante a ser destacado é a violência política e eleitoral no Brasil, a qual o relatório aponta que de 2016 a 2020 pelo menos trezentos e vinte e sete casos de violência contra políticos foram registrados no Brasil, entre as quais 125 assassinatos, 85 ameaças e 33 agressões. O relatório salienta ainda que em 2019 houve três vezes mais casos em relação a 2016, contabilizando um episódio de violência a cada três dias. Em 2020, o relatório contabiliza uma alta de 37% dos casos em relação a 2016. Apenas em novembro de 2020 foram registrados cinco casos de violência política e eleitoral por dia. Chama atenção o período em que esses casos passaram a aumentar, marcado pelo golpe contra a presidenta Dilma até a ascensão da extrema direita.

A chamada liberdade de expressão também é citada no relatório, que demonstra que entre janeiro e outubro de 2020, Bolsonaro atacou um jornalista por dia. O documento aponta que jornalistas sofreram 299 agressões verbais graves. O aumento das agressões contra jornalistas também cresceu na internet, que em 2019, registrou sete ataques *online* contra jornalistas por minuto (VILELA, 2021).

Eventos neonazistas e antissemitas também apresentaram alta de 2019 a 2022. O Observatório judaico dos direitos humanos no Brasil divulgou em 2022 o relatório de eventos antissemitas e correlatos no Brasil entre 2019 e 2022. No que tange aos ataques neonazistas, o documento demonstra que desde 2019, a cada ano, o número de ataques vem dobrando. Do total de 114 eventos, 12 ocorreram em 2019,

⁴⁸ Sigla correspondente ao grupo de Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo, assexual, pansexual, não binários e o +, que simboliza toda a complexibilidade e possibilidades de sexualidades e gêneros dos seres humanos.

21 em 2020, 49 em 2021 e 32 no primeiro semestre de 2022. O relatório ainda mostra que 52% desses eventos são de autorias de bolsonaristas.

A conjuntura de ascensão do ideário reacionário favorece a intensificação de opressões, uma vez que faz com que uma fração da população se sinta confortável e até autorizada a externalizar seus preconceitos. Sabemos que o machismo, o racismo, a LGBTQIAPNfobia⁴⁹ não surgem a partir do governo Bolsonaro, essas são opressões que constituem-se em elementos estruturais e estruturantes do sistema capitalista, mas acreditamos que o fortalecimento da extrema direita promove a agudização destas opressões.

Sob a ascensão de Bolsonaro, trava-se uma guerra ideológica que se expressa em diversos âmbitos. Vê-se a intensificação de opressões por meio de discursos de ódio a minorias, promove-se o aumento da violência em diversas frentes e cria-se um discurso antissistêmico que torna-se uma ameaça as instituições brasileiras. Ora, desde sempre Bolsonaro vem atacando as instituições, estimulando em seus apoiadores o sentimento de desprezo pela democracia burguesa. Ao assumir a Presidência da República os ataques não cessam e mais, Bolsonaro passa a utilizar das próprias instituições burguesas para ameaçar a democracia.

Os ataques, proferidos por Bolsonaro e por pessoas próximas tem como alvo principal o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional e o Tribunal Superior Eleitoral e demonstram o caráter autoritário de um governo que se julga soberano em relação aos demais poderes.

Chega! Chegamos no limite. Estou com as armas da democracia na mão. Eu honro os meus compromissos no juramento que fiz quando assumi a Presidência da República. Ontem foi o último dia. Eu peço a Deus que ilumine as poucas pessoas que ousam se julgar melhor e mais poderosas que os outros, que se coloquem no seu devido lugar, que nós respeitamos e dizemos mais: não podemos falar em democracia sem um judiciário independente, para que possam tomar decisões, não monocraticamente por vezes, mas as questões que interessam ao povo como um todo, que tomem, mas de modo que seja ouvido o colegiado. Acabou, porra! [...] Me desculpe o desabafo, acabou! [...] Parem de patifaria, estão atingindo só a mim não, a toda população brasileira! [...] Os inimigos do Brasil não estão aqui fora, estão dentro [...] Respeito o Supremo Tribunal Federal, respeito o Congresso Nacional, mas para esse respeito continuar sendo oferecido da minha parte, tem que respeitar o poder executivo também. (G1, 2020).

A defesa desses discursos inflama a base popular aliada a Bolsonaro, que adota e defende o mesmo discurso antidemocrático. O surgimento do grupo

⁴⁹ Violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

paramilitar 300 do Brasil exemplifica a influência do discurso de Bolsonaro na radicalização de sua base de apoio. Liderado pela ex-assessora de Damares Alves no Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos, Sara Giromini, o grupo, que passou mais de um mês acampado em frente a esplanada dos Ministérios em Brasília, organizava manifestações de apoio a Jair Bolsonaro e fora responsável por um ataque ao STF. Utilizando máscaras estilo Ku Klux Klan e portando tochas nas mãos, o grupo ateou fogos de artifícios proferindo xingamentos ao Ministro Alexandre de Moraes após a instauração de um inquérito contra a líder Sara Giromini (UOL, 2020).

Outras manifestações com caráter antidemocrático ocorreram, como em Sete de Setembro de 2021, quando apoiadores de Bolsonaro foram as ruas em defesa do fechamento do Congresso Nacional e do STF. Além de ataques ao STF e TSE o voto impresso para as próximas eleições também fora defendido.

Nós devemos sim, porque eu falo em nome de vocês, determinar que todos os presos políticos sejam postos em liberdade. Dizer a vocês que qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou. Ele tem tempo ainda [...] de cuidar da tua vida. Ele para nós não existe mais. Liberdade para os presos políticos. Fim da censura. Fim da perseguição aqueles conservadores, aqueles que pensam no Brasil [...] não podemos admitir um ministro do Tribunal Superior Eleitoral também usando a sua caneta para desmonetizar páginas que criticam esse sistema de votação. Nós queremos uma eleição limpa, democráticas com voto auditável e contagem pública dos votos. Não podemos ter eleições que parem dúvidas sobre os eleitores. Nós queremos eleições limpas, auditáveis e com contagem pública dos mesmos. Não posso participar de uma farsa como essa patrocinada ainda pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral. (PODER360, 2021).⁵⁰

Silva e Lopes (2021, p. 145) chamam atenção para o fato de que, se durante a campanha eleitoral de Bolsonaro os inimigos estavam de lado de fora (os venezuelanos, os comunistas, os petistas etc.), uma vez eleito, os inimigos passam a estar do lado de dentro: os ministros do STF, os parlamentares, os funcionários públicos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O TSE torna-se inimigo pois, na defesa de Bolsonaro há uma fraude eleitoral que o impediu de vencer as eleições no primeiro turno de 2018 (CNN, 2020a). A partir dessa afirmativa, Bolsonaro sai em defesa da implementação do voto impresso no Brasil e faz ameaças, colocando em dúvida a realização do próximo pleito, caso o sistema de voto impresso não seja implementado no Brasil.

⁵⁰ Trecho do discurso de Bolsonaro na manifestação de apoio ao seu governo que ocorreu em sete de setembro de 2021.

Nesse sentido, a proposta de emenda à constituição 135/2019 que torna obrigatório o voto impresso no Brasil fora votado no Congresso Nacional em agosto de 2021, todavia, fora rejeitada por 23 votos contrários a 11 favoráveis (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Mediante os escândalos de corrupção⁵¹ de seu governo, a má condução da crise sanitária da covid-19 e o crescimento do custo de vida devido a alta da inflação a popularidade de Bolsonaro começa a diminuir. Em março de 2022, a porcentagem da população que reprova o governo chega a 46% contra 25% de aprovação. A candidatura de Lula da Silva à Presidência da República e o seu crescimento nas pesquisas em detrimento a Bolsonaro, aumenta as tensões no interior do governo. Bolsonaro então, retoma os ataques ao TSE e volta a defender o voto impresso.

Junto aos ataques ao TSE e a defesa do voto impresso, vem as ameaças contra a democracia burguesa e a realização das eleições em outubro de 2022. Em julho de 2022 Bolsonaro convoca os embaixadores para uma reunião (FILHO, 2022)⁵², onde profere fake News acerca de fraude nas eleições, ataca ministros do TSE e STF e anuncia um golpe para o mundo, caso não vença as eleições. Em sua fala, Bolsonaro defende que as sugestões das forças armadas para o processo eleitoral sejam acatadas e esbraveja “Será que esqueceram que eu sou o chefe supremo das forças armadas?”.

Bolsonaro vem radicalizando o discurso golpista, colocando em dúvida a credibilidade do processo eleitoral e dando indícios de que não aceitará o resultado das eleições, caso não seja o vencedor do pleito. Ora, Bolsonaro vem se preparando para o processo eleitoral burguês, mas também vem preparando sua base aliada para uma possível reação, caso entenda necessário. Prova disto, é o crescimento do número de armas de fogo no Brasil. Os dados do Anuário de Segurança Pública demonstram que o número de pessoas com registros de armas de fogo cresceu 474% durante o governo Bolsonaro. Atualmente são 673,8 mil, contra 117,5 em 2018. O número de pessoas com posse de armas também aumentou passando de 638 mil

⁵¹ Embora Bolsonaro afirme que não há corrupção em seu governo, há diversos escândalos de corrupção que atualmente estão sendo investigados. Dentre eles, os escândalos das rachadinhas, onde a família Bolsonaro é acusada de desvio de verba pública em seus gabinetes. Ver mais em <https://veja.abril.com.br/politica/ex-assessor-de-bolsonaro-admite-esquema-de-rachadinha-no-cla-do-presidente/> e <https://www.istoedinheiro.com.br/governo-bolsonaro-acumula-escandalos-de-corruptao-confira-os-principais/>.

⁵² Cf. João Filho da *The Intercept* em <https://theintercept.com/2022/07/23/bolsonaro-golpe-nao-ha-espaco-omissao/>.

para 1,5 milhão, um crescimento de 133% de 2017 a 2021. O porte também sofreu um aumento de 15,9 % de 2020 a 2021, passando de 48,6 mil pessoas autorizadas a 56,3 mil (CARTACAPITAL, 2022).

Durante seu governo, Bolsonaro vem armando sua base aliada e como resultado, vê-se episódios de violência política. Em julho de 2022, em Foz do Iguaçu, o bolsonarista Jorge Guarinho invadiu a festa de aniversário do petista Marcelo Arruda e assassinou o aniversariante entre gritos de “Bolsonaro Mito” e xingamentos ao ex-presidente Lula. A Polícia Civil concluiu as investigações dizendo que não houve motivação política para tal crime (REDAÇÃO CUT, 2022). Ora, Mauro Iasi nos atenta para o apoio das forças armadas e das corporações policiais ao bolsonarismo, logo, a investigação claramente assume um caráter enviesado (IASI, 2022).⁵³

Concomitantemente aos ataques às Instituições burguesas, Bolsonaro implementa um conjunto de medidas objetivando o aumento de sua popularidade e seu crescimento nas pesquisas de intensão de votos.

A PEC 01/2022, chamada PEC dos auxílios prevê o aumento do Programa Auxílio Brasil que passará de R\$ 400,00 para R\$ 600,00 e um auxílio combustível no valor de R\$ 1.000,00 aos caminhoneiros. Expondo seu caráter meramente eleitoreiro, as medidas possuem data marcada para encerramento: dezembro de 2022 (BRASIL DE FATO, 2022).

Diante da piora das condições de vida da população ocasionada pela crise econômica, sanitária e pela ofensiva ultraneoliberal impetrada por seu governo, Bolsonaro, sem preocupações reais com os brasileiros e brasileiras, implementa medidas eleitoreiras, não estruturais que possuem data marcada para encerramento deixando novamente a população à mercê.

Mesmo com caráter não estruturais, as medidas implementadas por Bolsonaro desagradaram parte do empresariado, que já não estava satisfeito com a política econômica de Guedes e Bolsonaro porque privilegiava o agronegócio em detrimento dos demais setores.

Diante dos ataques a democracia burguesa, a Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito, um manifesto criado na Faculdade de Direito da USP contou com a assinatura de artistas, juristas, banqueiros e parte da sociedade civil e do empresariado insatisfeitos com a política econômica

⁵³ Cf. Texto: O desejo, a conjuntura e a luta de classes. Blog da Boitempo. Mauro Iasi. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/05/04/o-desejo-a-conjuntura-e-a-luta-de-classes/>.

de Bolsonaro. Trata-se de uma ampla aliança pela democracia. Para quem, junto a setores do empresariado preocupados com seus próprios interesses?

Nessa direção se seguiu a campanha eleitoral de Lula da Silva, que trabalhou arduamente na retomada do pacto de classes. Com Geraldo Alckmin (PSB) como candidato a vice-presidente de sua campanha, Lula se empenhou em “mostrar-se confiável aos segmentos dominantes e disposto a negociar os termos de sua volta ao governo” (IASI, 2022). Para tanto, Lula constrói uma frente ampla de apoio, constituída por figuras da direita que apoiaram e auxiliaram na articulação do golpe contra Dilma. A lista vai se Paulinho da Força, perpassando pelo PSB que votou em peso pelo impeachment, Renan Calheiros, Eunício Oliveira e a família Sarney.

Ora, a escolha de Geraldo Alckmin, outrora principal oponente do PT, um dos apoiadores do golpe contra Rousseff não se deu por acaso. Fora um aceno de Lula ao mercado, na busca pela retomada do pacto de classes que vigorou até 2016.

O plano de governo apresentado pelo partido se deu nesse sentido, sinalizando uma perspectiva de restauração dos acordos institucionais e do modelo socioeconômico que perduraram até o ano de 2016, sem apontar para a reversão das contrarreformas neoliberais implementadas por Temer e Bolsonaro. Eis a condição para a eleição e governabilidade de Lula.

Para além das movimentações das figuras e partidos que permeia a cena política, revelando a busca por novas bases para o projeto de conciliação de classes, se apresenta um programa que sinaliza para a aproximação de projeto lulista com o capital financeiro da Faria Lima, com empresários e banqueiros, com setores do Agronegócio e da burguesia de serviços e industrial, procurando alianças com partes integrantes do bloco no poder. (LIMA, 2022, s.p.).

Sob essas condições Lula da Silva é eleito Presidente da República com mais de sessenta milhões de votos. A eleição, todavia, não se deu sem embates com o bolsonarismo, visto que, além dos ataques a democracia burguesa e a legitimidade das urnas eletrônicas, o dia da eleição ficou marcado pela atuação da Polícia Federal aparelhada pelas forças bolsonaristas.

Em ação orquestrada em vários estados brasileiros, no segundo turno das eleições a Polícia Federal realiza operações⁵⁴ ocasionando bloqueios em diversos pontos e impedindo uma parte da população de ir às urnas. Apesar dos bloqueios, Lula fora vencedor no pleito ao fim do dia.

⁵⁴ Cf. Jornalistas Livres em 2022. Disponível em <https://jornalistaslivres.org/em-acao-criminosa-prf-barra-eleitores-de-votarem-em-todo-os-estados-do-brasil/>.

No dia seguinte, bloqueios de caminhoneiros⁵⁵ nas estradas contra os resultados das eleições se iniciam. Os bloqueios se seguem de manifestações da base mais fanatizada de Bolsonaro que reivindicam contra o resultado das eleições e clamam por “intervenção federal”, acreditando que os militares salvarão o Brasil do que intitulam comunismo (governo petista). As manifestações expressam o caráter autoritário reacionário e neofacista da extrema direita que não aceitando o resultado das eleições clamam pelo golpismo (G1, 2022).

Em meio as manifestações contrárias, Lula inicia o processo de transição e anuncia uma equipe de transição (MORTARI, 2022)⁵⁶ constituída majoritariamente por homens, brancos e paulistas, militantes, professores e muitos empresários e neoliberais, dentre eles o Itaú, o grupo Natura e o grupo Lemann, articulares da reforma do ensino médio e André Resende, que compôs o governo FHC.

A escolha da equipe de transição é mais um aceno ao mercado na busca pela restauração (e aprofundamento) do pacto de classes petista. Assim como o apoio de Lula da Silva à reeleição de Artur Lira (PP) a presidência da Câmara dos Deputados (MORTARI, 2022). Lira, um Deputado do fisiológico centrão⁵⁷, conservador, clientelista e pró mercado. Lira, que teve um papel decisivo na sustentação de Bolsonaro arquivando todos os pedidos de impeachment contra o mandatário. Lira, o responsável pelo orçamento secreto que Lula prometera combater. O apoio petista a Lira fortalece a extrema direita e seu ímpeto golpista, mas é parte da política de conciliação que Lula pretende implementar.

É sabido que o Brasil vem passando por um desmonte de direitos e políticas públicas desde o golpe de 2016, todavia, desde janeiro de 2019 vivenciamos a barbárie. Se com o golpe de 2016 tivemos o maior recuo civilizatório dos últimos anos, o governo Bolsonaro simboliza a destruição por completo. É a política econômica ultraneoliberal que leva o Brasil de volta para o mapa da fome e coloca milhões em situação de insegurança alimentar, é o aumento da violência ocasionada pelo discurso de ódio do chefe do executivo, é a ameaça à democracia burguesa que radicaliza uma base popular reacionária e autoritária, é o aumento das opressões que faz ressurgir o

⁵⁵ Cf. Bloqueios golpistas contra resultado das urnas entram no 3º dia com menos força em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/02/bloqueios-estradas-3o-dia.ghtml>.

⁵⁶ Cf. Marcos Mortari, escritor da revista Infomoney em <https://www.infomoney.com.br/politica/veja-quem-esta-na-equipe-de-transicao-governo-lula/>.

⁵⁷ Na política brasileira, o Centrão consiste em um conjunto de partidos que não possuem orientação ideológica definida, e tem como objetivo assegurar proximidade com o poder executivo, de forma a assegurar vantagens e privilégios.

ideário neonazista, é o descaso com a vida que assassina milhares de brasileiros frente a pandemia de covid-19.

Enquanto parte da população se preocupa com o que comerá no dia de hoje, a esquerda eleitoreira⁵⁸ segue com ilusões eleitoreiras de que eleger Lula é salvação para todos os males, enquanto isso, Lula segue na construção do novo pacto de classes, se comprometendo a manter de pé a hegemonia do capital. Assim, a eleição de Lula da Silva não é a salvação, bem como, não superará o neofascismo.

O Bolsonaro vai, mas o bolsonarismo permanecerá, visto que este fenômeno é produto do modo de sociabilidade burguês, produto do próprio capitalismo. Ora, é o próprio capitalismo em seus momentos de crise que produz fenômenos como o fascismo, logo, a raiz desse fenômeno é sistêmica (LOWY, 2021). Assim, a alternativa de enfrentamento deve ser radical à esquerda. Enquanto a resposta ao neofascismo vier em forma de cartas de repúdio, permaneceremos à espreita. As alternativas são radicalidade ou barbárie!

2.4 “Eu sou Messias, mas não faço milagre”:⁵⁹ a emergência da covid-19, o genocídio brasileiro.

Dois mil e vinte foi o ano em que um inimigo invisível se espalhou por todo o globo. Iniciando na Cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China, o vírus da covid-19 chegou ao Brasil em fevereiro de 2020, quando na cidade de São Paulo, o primeiro caso fora identificado.

Seguindo as medidas e recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, ações e medidas começam a ser tomadas pelos Prefeitos e Governadores dos Estados. Com poucos estudos acerca do tema, sem tratamento específico e sem vacina, o distanciamento social era, naquele momento, a maior estratégia de contenção do número de infectados em ascensão no Brasil. Em

⁵⁸ Salientamos que trata-se da esquerda eleitoreira, aliada da grande burguesia e dos oligopólios. Pontuamos que a esquerda é diversa e durante o período eleitoral, a esquerda radical se colocou contra o projeto conciliador de Lula da Silva.

⁵⁹ Em alusão à frase proferida por Bolsonaro ao ser questionado sobre as mortes por covid-19, quando o número de mortos do Brasil ultrapassou a marca da China (CNN, 2020b).

São Paulo, o então governador João Dória determina quarentena⁶⁰, pelo período de 15 dias, para os 645 municípios do Estado de São Paulo. A medida foi seguida por outros Estados do Brasil, que também adotaram o chamado *lockdown*.

Em meio a uma crise sanitária planetária e com uma população apavorada mediante a incerteza do momento, o maior líder do executivo vai à rede nacional proferir seu primeiro pronunciamento diante da emergência de saúde que se instaurava. Em seu discurso, Bolsonaro propagava desinformação, acusava a imprensa de espalhar “pânico e histeria”, criticava prefeitos e governadores que aderiram ao lockdown e defendia o que chamava de “volta à normalidade”. Começava aí, a escalada negacionista de Bolsonaro frente a pandemia de covid-19.

O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas cima de 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. Devemos sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros em especial nossos queridos pais e avós. Respeitando as orientações do Ministério da Saúde. [...] No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria, ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou um resfriadinho [...]. (BOLSONARO, 2020).

Em sua fala, Bolsonaro sai em defesa da economia, em detrimento da saúde e segurança da população, espalhando desinformações e fazendo afirmações sem quaisquer comprovações ou estudos naquele momento. Contrariando a fala do presidente, a tal “gripezinha” logo faz sua primeira vítima fatal,⁶¹ uma trabalhadora doméstica que contraiu o vírus de seus patrões, que haviam chegado da Itália⁶² recentemente (JORNAL NACIONAL, 2020a). O fato contraria também as falas que afirmavam ser o coronavírus uma doença democrática, por acometer a todos independentemente da classe social, raça, etnia etc. É certo que o vírus acomete a todos, todavia, certos grupos, morrem mais do que outros. Chama atenção o fato de

⁶⁰ A quarentena obrigou o fechamento do comércio e fronteiras e manteve abertos somente os serviços considerados essenciais. Em São Paulo, a quarentena perdurou até agosto/2021 e encerrou a medida que a vacinação da covid-19 avançou para uma parcela significativa da população.

⁶¹ Cf. Texto “Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon” escrito por Maria Luisa de Melo, disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>.

⁶² Cf. No início da pandemia, em março de 2020, a Itália era foco principal da doença, com um alto índice de casos e um estrondoso número de mortes por dia. Ver mais em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/21/italia-registra-793-mortes-por-coronavirus-em-um-unico-dia.ghtml>.

os primeiros casos de pessoas acometidas pela doença pertencerem as camadas médias e altas, egressas da Europa há pouco tempo, mas os primeiros casos fatais serem de trabalhadores, pobres e pretos, que contraíram a doença de seus patrões. Esta primeira morte é seguida de tantas outras que atualmente chegam a triste marca de quase setecentas mil. Eis a marca do descaso, da incompetência, do negacionismo de um governo genocida que conduziu a pandemia a partir da lógica da imunidade de rebanho.

Um conjunto de determinações conduziram para o desastroso resultado da pandemia de covid-19 no país. Para além do negacionismo de Bolsonaro, que esmiuçaremos mais a frente, há determinações práticas que dificultaram uma condução mais qualificada da pandemia no Brasil, a exemplo do desmonte do Sistema Único de Saúde. É sabido que a EC 95/2016, que congelou por vinte anos os investimentos com saúde e educação fora um duro golpe na política de saúde brasileira. Não satisfeito, Bolsonaro deu continuidade ao desmonte, extinguindo o programa mais médicos, suspendendo a contratação de profissionais cubanos (as), fazendo com que diversas regiões, principalmente no interior e na periferia das grandes cidades ficassem sem atendimento médico para a população (MATOS, 2022, p. 30).

Expressando o despreparo e descompromisso de Bolsonaro com a pandemia, desde o início da crise sanitária o Ministério da Saúde vive em constante “dança das cadeiras”. De dois mil e vinte, início da emergência sanitária, até o momento, foram quatro Ministros da Saúde. Luiz Henrique Mandetta, era o Ministro da Saúde entre janeiro de 2019 a abril de 2020, médico e vinculado ao setor de seguradoras de saúde, Mandetta foi demitido por Bolsonaro após desentendimentos mediante discordâncias acerca de sua condução a frente da pasta. Mandetta, defendia as orientações da Organização Mundial de Saúde e Bolsonaro, em defesa de toda e qualquer medida anticidência fora o centro dos conflitos (MARTINS; ADORNO; LOPES, 2020). Nelson Teich, médico e empresário do setor fora o segundo Ministro escolhido para a pasta e permaneceu a frente do Ministério apenas entre abril e maio de 2020. Durante a CPI da Covid-19, a qual, trataremos mais a frente, Teich afirmou que deixou o governo devido a insistência de Bolsonaro em ampliar o uso de medicações sem eficácia comprovada cientificamente no combate a covid-19. Eduardo Pazuello foi o terceiro Ministro a assumir a pasta durante a pandemia. General da divisão do exército brasileiro, Pazuello não possui formação na área da saúde, sendo formado em política

e estratégias aeroespaciais. Pazuello que permaneceu a frente do Ministério de maio de 2020 a março de 2021 (MATOS, 2022, p. 31). Militar, alinhado a ideologia bolsonarista, Pazuello, ao lado de Bolsonaro, implementa uma política negacionista frente a condução da pandemia, que conduziu o país a rumos desastrosos. O ritmo lento na vacinação, a má condução da pandemia, a falta de respiradores e a diminuição dos repasses para leitos de UTI, se juntaram a pressão do chamado “centrão”, contribuindo para a demissão de Pazuello em março de 2021. Marcelo Queiroga, cardiologista, presidente da sociedade Brasileira de cardiologia é o atual Ministro da Saúde em 2022.

Ora, o desmonte da saúde não está descolado de uma dada conjuntura. Esse desmonte é produto de um conjunto de determinações, dentre as quais a crise estrutural do capital e o golpe de 2016. Behring (2021, p. 235) aponta que a pandemia de covid-19 teve um encontro explosivo com os efeitos do golpe de 2016, mas, para além, é uma espécie de catalisador de tendências de crise mundial do capitalismo, que já estavam em andamento.

[...] realinhamento e disputa feroz do mercado mundial entre EUA e China; queda dos preços do petróleo; busca por condições de exploração da força de trabalho para a retomada das taxas de lucro, com contrarreformas trabalhistas e previdenciárias; avanço sem precedentes da extrema direita internacionalmente; políticas de austeridade fiscal e desfinanciamento do setor público, em especial das políticas sociais, em nome da resposta à crise, à superacumulação de capitais, buscando desesperadamente nichos de valorização. (BEHRING, 2021, p. 235).

É, pois, a esse cenário que a emergência sanitária se junta, assim, vê-se que “o vírus, de fato, não atacou um “corpo são” Husson *apud* Behring. Sendo assim, a crise sanitária e econômica simultaneamente, a crise torna-se também alimentar, obrigando milhares de pessoas a escolher entre se expor ao risco do vírus ou se expor a situação da fome (BEHRING, 2021, p. 235).

No Brasil, para além da implementação da EC 95, foram implementadas as contrarreformas trabalhista e previdenciária que impactaram na precarização das condições de vida da população. Assim, uma população já precarizada enfrenta os impactos de uma pandemia que certamente, afeta a economia. O resultado só poderia ser agudização da crise já posta. Como se não bastassem as medidas de austeridade já implantadas, em meio a pandemia, o governo Bolsonaro implementa um conjunto de medidas com o objetivo de socorrer empresas em detrimento aos trabalhadores.

Assim, autoriza a diminuição das jornadas de trabalho e dos salários dos trabalhadores, a suspensão dos contratos de trabalho sem demissão e implementa outras políticas de apoio às empresas através das Medidas provisórias nº 927 e 936. As medidas vieram com a falsa justificativa de preservar empregos, todavia, dados do IBGE demonstram que até junho de 2020 7,8 milhões de postos de trabalho foram extintos, seguidos de 3,9 milhões de trabalhadores que solicitaram seguro-desemprego.

As tantas medidas de socorro ao empresariado se seguiram de pífias medidas aos trabalhadores. O auxílio emergencial, que, na proposta inicial de Guedes e Bolsonaro seria no valor de R\$ 200,00 e após pressão do Congresso Nacional chegou ao valor de R\$ 600,00 fora uma dessas medidas. Pago aos trabalhadores pelo período de cinco meses abrangia usuários do Programa Bolsa Família, inscritos no CAD Único, desempregados e trabalhadores informais, o Programa contemplou 64,1 milhões de pessoas (BEHRING, 2021, p. 238). Chamava atenção a dificuldade de acesso ao benefício, que era solicitado através de um aplicativo de celular, se tornando um fator dificultador do acesso a uma fração da população que não tem acesso as tecnologias. A dificuldade de pagamento do benefício também era latente, expressa nas gigantescas filas das agências da caixa “que lamentavelmente se tornaram focos de propagação do vírus” (BEHRING, 2021, p. 238).

O chamado orçamento de guerra comprova o socorro ao empresariado em detrimento dos trabalhadores, uma vez que direcionou míseros R\$ 13,8 bilhões de reais para a saúde ao lado de R\$ 1,2 trilhões para operações de crédito pelos bancos. “Então, não estamos falando de guerra contra o vírus, mas de salvamento das empresas no contexto da crise” (BEHRING, 2021, p. 238). Nas palavras de Bolsonaro “A economia não pode parar. Afinal de contas, não basta termos meios se não tivermos como levá-los ao local onde serão usados” (CNN, 2020c).⁶³ Ora, Bolsonaro sempre deixou claro que sua preocupação era a economia. E quando fala em economia, o capitão faz alusão ao bolso nos grandes conglomerados, já que a população, pode perfeitamente seguir recolhendo ossos em caminhões de lixo para se alimentar (AGUIAR, 2021).

⁶³ Cf. Trecho do discurso de Bolsonaro em videoconferência com empresários em março de 2020. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-nao-pode-parar-por-cao-do-coronavirus-diz-bolsonaro/>.

[...] não estamos diante de uma irracionalidade nem de uma feroz natureza humana adormecida. Estamos diante do fascismo do século XXI, o neofascismo, do qual as classes dominantes lançam mão para assegurar a propriedade privada e o lucro. Daí advém a indiferença: quem está morrendo massivamente é a classe trabalhadora, pois o vírus não impacta igualmente em todos e todas. (BEHRING, 2021, p. 241).

Contrariando as falsas afirmativas de que o covid-19 é um vírus democrático, pois acomete pessoas de todas as classes sociais, raça, gênero e religião, os dados demonstram que pessoas pretas e pardas estão entre o maior número de vítimas fatais da doença. Ora, em um país marcado pela superexploração, desigualdade social, vulnerabilidade e precarização do trabalho, a classificação de risco para o covid-19 precisaria romper com a perspectiva puramente biológica e adotar também as categorias de raça, classe e gênero, visto que os estratos mais empobrecidos da sociedade, compostos majoritariamente por pessoas pretas sofrem os impactos da pandemia com mais intensidade.⁶⁴

O relatório “Denuncia de violações dos direitos à vida e a saúde no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil” demonstra, com base em um levantamento de dados do Ministério da Saúde que a população negra morre cinco vezes mais de covid-19 em relação a população branca. O documento chama atenção para o fato das comorbidades que atingem negros e negras em maior número, bem como, para as condições sociais vivenciadas pela população negra, maioria absoluta nas favelas, nos “cortiços”, entre as populações em situação de rua, dentre a população privada de liberdade no sistema carcerário e nos empregos precarizados.

Os povos indígenas também foram extremamente dizimados na pandemia de covid-19 no Brasil. O governo Bolsonaro criou em janeiro de 2022 o Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os povos indígenas (MENDES, 2022), diga-se, com dois anos de atraso. Até a presente data, não haviam políticas de enfrentamento à pandemia para esta população. Pelo contrário, Bolsonaro até sancionou a lei 1142/20 que reconhece povos indígenas e quilombolas como “grupos de extrema vulnerabilidade” durante a pandemia e prevê ações de enfrentamento (OLIVEIRA, 2020), mas vetou parte do texto que obrigava o Governo

⁶⁴ Cf. Relatório da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) “Denuncia de violações dos direitos à vida e a saúde no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil” assinado pelo Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Direitos humanos e outras entidades. O documento denuncia o Governo Federal, incluindo o presidente da república frente a condução criminosa da pandemia de covid-19 no Brasil. Disponível em <https://sr-upsd-savein.cdn.jelastic.net/wp-content/uploads/sites/120/2021/11/denuncia-de-violacoes-dos-direitos-a-vida-e-a-saude-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil-documento-denuncia-final-19-11-2021.pdf>.

Federal a ofertar aos indígenas água potável, distribuição de cestas básicas, distribuição gratuita de materiais de higiene e limpeza e desinfecção das aldeias. Assim, ao invés de implementar medidas efetivas de combate da covid-19 e proteção dos povos indígenas, Bolsonaro entope as aldeias de medicação sem eficácia comprovada, enviando as aldeias da Amazonas 622 mil comprimidos de cloroquina (MONTEL, 2021). O resultado dessa falta de políticas e contingência da covid-19 proposital no que se refere aos povos indígenas ocasiona um verdadeiro estrago nas aldeias brasileiras. Dados da APIB⁶⁵ demonstram que mais de 70 mil indígenas foram acometidos pela covid-19, dentre os quais mais de mil vieram a óbito e 162 povos foram afetados. Eis o resultado da política de morte de Bolsonaro para os povos indígenas.

Essas mortes são também resultado do neofascismo genocida de Bolsonaro, que impulsiona uma atitude negacionista da ciência e fatalista em relação aos impactos da covid-19 no Brasil (BEHRING, 2021, p. 240). O discurso negacionista de Bolsonaro, fora fundamental para garantir o fracasso das políticas de contenção ao longo dos meses seguintes.

As manifestações negacionistas de Bolsonaro acerca da pandemia, eram amplificadas através das estruturas de propaganda bolsonaristas, diga-se, gabinete do ódio, do qual, ficava a cargo disseminar toda desinformação possível acerca da pandemia. Assim, inúmeras *fake news* acerca da covid-19 começaram a se espalhar. As fake News iam desde que moradores em situação de rua eram imunes à covid-19 e por isso o isolamento social era desnecessário, até o vírus não resistiria em temperaturas superiores a 26 graus e por isso não se espalharia no Brasil (CALIL, 2021, p. 13).

O discurso negacionista em relação aos impactos da pandemia, se junta a campanha contra o isolamento social. Na defesa de Bolsonaro, o Brasil deveria aderir ao isolamento vertical, onde somente o grupo de risco permaneceria isolado. A campanha “O Brasil não pode parar” fora nesta direção, na defesa de que em prol da economia, o Brasil não deveria parar suas atividades diante de uma emergência sanitária (CNN, 2020d).

A partir do avanço do número de óbitos, Bolsonaro vai inserindo novos elementos em sua retórica. O presidente, que outrora minimizava os efeitos da

⁶⁵ Cf. Panorama Geral da Covid-19 no site oficial a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/.

pandemia e esbravejava contra o isolamento social, passa também a disseminar o uso de medicações sem eficácia comprovada, em especial a cloroquina, como solução milagrosa para a doença. Em *live* em abril de 2022 Bolsonaro emite um pronunciamento onde defendia o uso da cloroquina no combate a covid-19. A declaração sem embasamento científico provocou a escassez da medicação nas farmácias, dificultando o acesso de pessoas que de fato possuíam indicação para uso da droga (JORNAL NACIONAL, 2020b). Logo, o presidente transforma as ações de enfrentamento a covid a uma questão ideológica bradando “Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, tubaína” (VEJA, 2020).

A defesa da cloroquina não se limitou apenas ao discurso, uma vez que Bolsonaro anuncia protocolos que preconizam o uso da medicação em casos graves e leves de covid-19 (GARCIA; GOMES, 2020). O chamado gabinete paralelo⁶⁶ constituído por médicos e empresários que aderiram ao negacionismo defendido pelo presidente, grupo cujo foco da atuação era a defesa de medicamentos sem eficácia comprovada, a imunização de rebanho e a negação da compra de vacinas realizou uma assessoria paralela ao planalto (NICOLAV, 2020). A atuação do grupo influenciou no atraso da compra das vacinas e da demissão de dois ministros da saúde, Henrique Mandetta e Nelson Teich.

Ora, estamos diante de um governo que atuou na contramão das medidas de enfrentamento a pandemia. Um governo que, para além de instituir um gabinete paralelo de enfrentamento a covid-19 dentro do Ministério da Saúde, buscava desacreditar e desacreditar as orientações de seu próprio Ministério, quando estas não lhe agradavam. O apagão dos dados do Ministério da Saúde foi um dos diversos fatores que contribuíram na desqualificação do Ministério no contexto da pandemia, uma vez que, gerou a desconfiança em parte da população de que os dados referente a pandemia estariam sendo manipulados pelos governadores e prefeitos como parte da disputa política. Nesse contexto, Bolsonaro chegou a pedir a seus apoiadores que invadissem hospitais para filmarem leitos vagos, com o objetivo de desmentir a superlotação. O apagão e a falta de credibilidade dos dados do MS levaram os órgãos

⁶⁶ Cf. A Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a condução da pandemia pelo governo Jair Bolsonaro revelou que a atuação do planalto fora direcionada por um grupo paralelo constituído por pessoas que estavam inseridas ou não no interior do governo. Do grupo, faziam parte médicos e empresários que compactuavam com o negacionismo bolsonarista e influenciou diretamente na condução genocida da pandemia que assassinou quase 700 mil pessoas. Revista Brasil de Fato, <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/28/gabinete-paralelo-atuacao-de-grupos-extraoficiais-e-marca-do-governo-diz-analista>.

de imprensa a criarem um consórcio de órgãos da imprensa que recebiam as informações direto das secretarias dos Estados (FLEURY; FAVA, 2022, p. 255).

Em janeiro de 2021 surge a esperança mediante os dias sombrios que o Brasil enfrentara desde março de 2020. O Instituto Butantã anuncia a vacina brasileira, 100% eficaz em casos graves e moderados. Todavia, logo a vacina torna-se também arena de disputas políticas. “O meu Ministro da Saúde já disse que não será obrigatória esta vacina e ponto final... Hoje em dia, pelo menos metade da população diz que não quer tomar essa vacina” (BOLSONARO *apud* FLEURY; FAVA, 2022, p. 255).

Assim, Bolsonaro se esforça para sabotar as negociações acerca da compra das vacinas, além de sua campanha anti- vacinas. Em julho, setembro e outubro de 2020, o Instituto Butantã enviou ao Ministério da Saúde a proposta de milhões de doses de vacina, que poderiam ser entregues até o final do ano, mediante a efetivação da compra. Sem respostas por parte do Ministério da Saúde, o Instituto Butantã busca outras estratégias para distribuição das vacinas, acionando parlamentares, governadores, prefeitos, juízes e membros do Tribunal de Contas da União (TCU). As pressões sobre o Ministério da Saúde para a compra das vacinas produzidas pelo Butantã fizeram com que Eduardo Pazuello cedesse, estabelecendo a compra das doses. Todavia, ao tomar conhecimento, Bolsonaro boicotou a compra, sendo imediatamente obedecido por Pazuello que afirmou “Um manda, o outro obedece, simples assim” (FLEURY; FAVA, 2022, p. 255).

Na contramão de Bolsonaro, João Dória, então governador de São Paulo, negociou a compra das vacinas e no dia 17 de janeiro de 2021 a primeira pessoa foi vacinada contra covid-19 no Brasil. Monica Calazans, mulher preta, periférica, trabalhadora do SUS fora a primeira pessoa a receber a vacina contra a doença, em um marco histórico para o país (MACHADO et al., 2021).

Somente em janeiro de 2021, após duas tentativas de ofertas de doses de vacina, a primeira pelo Instituto Butantã e a segunda pela Pfizer, que o governo federal assinou contrato para a compra de cem milhões de doses da vacina. Mesmo após a compra das vacinas, Bolsonaro seguia desacreditando as ações de seu próprio Ministério, espalhando teorias anti-vacinas e defendendo o chamado tratamento precoce. “Não desisto do tratamento precoce, não desisto. A vacina é para quem não pegou ainda. Essa vacina tem 50% de eficácia, ou seja, se jogar uma moedinha pra cima, é 50% de eficácia”. (BOLSONARO *apud* FLEURY; FAVA, 2022, p. 256).

O discurso anti-vacina e o boicote a vacinação iam de encontro com a defesa da tese da “imunidade de rebanho” defendida por Bolsonaro e seu gabinete paralelo. A imunidade de rebanho consiste na aquisição de anticorpos de defesa coletiva contra determinada doença a partir do contágio em massa da população.

“Uma nação, o Brasil, por exemplo, só estará livre desse vírus, o coronavírus, quando um certo número de pessoas forem infectadas e criarem anticorpos” (G1, 2021b).⁶⁷

Bolsonaro, desde o início da pandemia atuou deliberadamente pela propagação do vírus, minimizando seus efeitos, desacreditando as medidas sanitárias para contenção da doença e boicotando a vacinação. Todas as suas ações se justificam com a defesa da imunidade de rebanho, ora, a intenção era contaminar a população em massa, em uma lógica perversa de sobrevivência dos mais fortes.

O discurso negacionista atrelado a defesa da imunidade de rebanho ocasionou o aumento do número de casos e óbitos e gerou colapso em algumas regiões do país. Ao passo em que São Paulo iniciava a vacinação contra a covid-19, em janeiro em 2021 Manaus vivenciava o colapso em seu sistema de saúde, com hospitais sem vagas para atendimento de todos os doentes e até mesmo sem oxigênio para atendimento daqueles que precisavam. A gravidade da situação chegou a tal ponto que até mesmo os cemitérios tiveram horário de funcionamento ampliado e o município precisou instalar câmaras frigoríficas para armazenamento de corpos. O resultado do aumento do número de infectados, fora o surgimento de uma nova cepa da doença e não a tal imunidade de rebanho como defendido por Bolsonaro e seus apoiadores (G1, 2021c).

Diante da maneira criminoso com que conduziu a pandemia de covid-19 no Brasil, em 2021 foi instaurada uma Comissão parlamentar de inquérito, que se propôs a investigar possíveis crimes na condução da pandemia no Brasil. O relatório final da CPI chegou as seguintes conclusões: O negacionismo do governo frente as medidas sanitárias de enfrentamento a pandemia tinham como objetivo contágio da população em massa, visando a macabra imunidade de rebanho. Essa atuação ocasionou um número elevado de mortes em decorrência de covid-19; existiu durante a pandemia um gabinete paralelo que atuava na validação das teses da imunidade de rebanho, bem como, a defesa do uso de medicações sem eficácia comprovada de

⁶⁷ Jair Bolsonaro, em entrevista à rádio Tupi em 17 de março de 2020.

forma preventiva (o chamado tratamento precoce) e no aconselhamento do presidente; fora constatada a omissão do governo frente as *fake news* sobre a pandemia, bem como, a atuação dos órgãos oficiais de comunicação e da cúpula do governo no fomento as informações falsas; falta de coordenação com os governos estaduais e municipais; a omissão do governo que gerou o atraso na compra de imunizantes ocasionando maior número de mortes; o superfaturamento na compra das vacinas covaxim e a omissão frente a proteção dos povos indígenas. O relatório final da comissão demonstrou ainda que a empresa de planos de saúde *prevent senior* produzia testes clínicos sem autorização para validar a suposta eficácia das medicações que compõe o chamado tratamento precoce. A empresa que utilizava pacientes como cobaia fora responsável por muitas mortes de pacientes.

No relatório final da CPI, 78 pessoas e duas empresas foram indiciadas. Dentre elas Bolsonaro, o ex- Ministro da Saúde Eduardo Pazuello e o atual Marcelo Queiroga (G1, 2021b). O presidente fora acusado dos seguintes crimes:

- prevaricação
- charlatanismo
- epidemia com resultado morte
- infração a medidas sanitárias preventivas
- emprego irregular de verba pública
- incitação ao crime
- falsificação de documentos particulares
- crimes de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo)
- crimes contra a humanidade (nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos). (VIEIRA, 2021).⁶⁸

Mais de seiscentas mil vidas ceifadas. “Eu não sou coveiro, tá certo?” A frase proferida por Bolsonaro em um momento em que lhe foi apontado o estrondoso crescimento das mortes por covid-19 no Brasil demonstra a insensibilidade de um líder que odeia o seu povo. Um líder que atuou deliberadamente para infectar brasileiros buscando atingir a chamada imunidade de rebanho sob a lógica neofacista do “que se salvem os mais fortes”.

Sua atitude tem também traços de social-darwinismo (típico do fascismo): a sobrevivência dos mais fortes. Se milhares de pessoas vulneráveis – idosos, pessoas de saúde frágil – vierem a falecer, é o preço a pagar: “O Brasil não pode parar. (LOWY, 2021)

⁶⁸ Cf. Dados da Agência Senado. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>.

Ao chegar ao Brasil a pandemia de covid-19 encontrara um corpo adoecido, resultado da profunda crise econômica, do golpe de 2016 e das medidas de austeridade que desmontaram as políticas sociais brasileiras. Este cenário se juntou ao neofascismo à brasileira, ao negacionismo de Bolsonaro que implementou uma política de extermínio de determinados grupos.

A minimização dos impactos da pandemia, o negacionismo frente as medidas de contenção, o boicote à vacinação, a defesa perversa da estratégia da imunidade de rebanho. Não é por acaso. Estas ações fazem parte do projeto neofascista de Bolsonaro, e fazem parte também do ultra neoliberalismo, onde vidas pouco importam diante do pleno funcionamento das engrenagens do capital. O fato é que a política implementada por Bolsonaro na pandemia de covid-19 foi perversa para uma fração da população, a parcela pobre, preta, trabalhadora, a população indígena que se viram dizimados mediante um projeto de morte. Ao capital, socorro, aos pobres, genocídio.

2.5 O retorno dos ridículos tiranos:⁶⁹ o serviço social em tempos de barbárie.

Crise econômica, seguida de uma crise política que sucedeu em um golpe que depôs uma presidenta legitimamente eleita. Processos que gestaram o movimento neofacista no país e possibilitaram a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, o capitão reformado de extrema direita.

Com o esgarçamento do pacto de classes petista e o golpe de 2016 temos um novo momento do neoliberalismo no Brasil, com a implementação de medidas ultraneoliberais e o desmonte das políticas públicas e dos poucos avanços conquistados durante os treze anos de governos petistas.

Ora, o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho Iamamoto e Carvalho (2009), de modo que, enquanto classe trabalhadora, é impactado por políticas de austeridade fiscal e pelo desmonte das políticas públicas.

Nesta direção, durante o governo Temer, bem como, governo Bolsonaro foram aprovadas uma série de medidas que promoveram o maior recuo civilizatório dos últimos tempos. Tejedadas (2019, p. 141) pontua que pensar a profissão neste cenário

⁶⁹ Em alusão a música “Podres poderes” de Caetano Veloso.

implica pensar a categoria trabalho assalariado, sobretudo, no serviço público e nas organizações da sociedade civil. Uma das ações do governo Temer foi a mudança na lei da terceirização, que agora permite ao poder público terceirizar atividades da área-fim, abrangendo o rol de funções que podem ser contratadas por regime de terceirização. Outro ponto a ser destacado é a contratação de trabalhadores a partir de parcerias com as organizações sociais para operacionalizar equipamentos estatais. Além da expansão da terceirização, tivemos a contrarreforma da previdência e a trabalhista, que fragilizaram ainda mais as relações de trabalho e representaram um duro golpe as classes trabalhadoras, onde estão inclusos, as (os) Assistentes Sociais.

Chamamos atenção ainda para a aprovação da EC 95/2016 que congelou investimentos em saúde e educação, precarizando ainda mais as Políticas Públicas, campo de trabalho da/o Assistente Social. As medidas de austeridade fiscal, além de sucatearem o espaço sócio-ocupacional das/os Assistentes Sociais, geram impactos diretos a população atendida pelo Serviço Social, conforme denuncia a campanha do dia da/o Assistente Social de 2019 do conjunto CFESS/CRESS “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro. A gente enfrenta o racismo no cotidiano!” (CRESS-SC, 2019).⁷⁰ Ora, a grande maioria dos usuários dos serviços onde estão inseridos as/os profissionais de Serviço Social são pobres e pretos, população mais vitimada pelo sucateamento das políticas públicas que está em curso. Em tempos de destruição de direitos, em seus espaços de trabalho, os profissionais de Serviço Social se encontram sem saída, sem recursos e sem meios para lidar com as expressões das questão social postas em seu cotidiano de trabalho.

Outro ponto a ser destacado são os impactos dos desmontes das políticas públicas e da aprovação da EC 95/2016 sob a inserção do Assistente Social no mercado de trabalho. Tejedas (2019, p. 142) afirma que, se no ciclo petista houve uma expansão dos postos de trabalho para Assistentes Sociais, com o golpe de 2016 e a implementação de medidas de austeridade que o sucederam vivenciamos a retração deste cenário. Neste sentido, as (aos) Assistentes Sociais são reservados

⁷⁰ Cf. A campanha do Dia do/a Assistente Social realizada pelo Conjunto CFESS-CRESS para a celebração do dia 15 de maio, objetiva dar visibilidade à profissão, as bandeiras de luta, ao projeto ético-político profissional. Disponível em <http://cress-sc.org.br/2019/05/15/dia-do-a-assistente-social-2019/#:~:text=Neste%20sentido%2C%20a%20arte%20do,15%20de%20maio%20de%202019.>

desemprego, subemprego, contratos pejotizados com diversos contratantes e perdas de direitos no serviço público.

Esse cenário se junta a pandemia de covid-19 agravando ainda mais a crise econômica já posta. Também como resultado do sucateamento das políticas públicas, em meio a pandemia de covid-19 as/os profissionais de Serviço Social se viram sem Equipamentos de Proteção Individual-EPI para exercerem as suas funções (CFESS, 2020a, p. 1). A emergência sanitária, também acelerou o processo de inserção das Tecnologias da Informação (TICs) no trabalho profissional da/o Assistente Social. Essa inserção fora bastante problemática porque não se houve possibilidade de discussão e reflexão. O primeiro ponto é que o trabalho remoto é realizado no âmbito doméstico. Considerando que a profissão é majoritariamente feminina, deve-se considerar a intensificação do trabalho visto a divisão sexual do trabalho, uma vez que, no trabalho remoto a divisão entre público e privado se diluem, sendo o trabalho invadido por diversas dimensões da vida privada, aprofundando assim a exploração do trabalho feminino. Outro ponto levantado é a questão ética do atendimento profissional. Ora, a/o Assistente Social pode garantir que estará em uma sala reservada durante o atendimento, todavia, o sujeito atendido pode estar em casa, no trabalho, na rua ou em outros locais, impossibilitando assim a garantia do sigilo profissional durante o atendimento. E por último, tem-se o bloqueio do acesso de determinados grupos ao atendimento da/o Assistente Social. É sabido que o Serviço Social atende uma população pauperizada, que nem sempre tem acesso as Tecnologias da Informação. Impor um atendimento utilizando uma TIC é por vezes bloquear o acesso de um usuário a determinado serviço.

Outro desafio para as/os profissionais durante a pandemia fora a precariedade, a intensificação das demandas e a fragilidade dos vínculos de trabalho temporários e urgentes (CFESS, 2021, p.1). Os chamados hospitais de campanha, contrataram inúmeros profissionais por tempo determinado, o que aumenta a sensação de insegurança mediante um vínculo de trabalho temporário. Essas dificuldades se somam ao negacionismo de Bolsonaro durante a pandemia, que ocasionou a morte de quase 700 mil pessoas, muitas dessas, usuários e usuárias do Serviço Social, visto que, as maiores vítimas fatais da covid-19 foram pretos e pobres. Além das mortes dos usuários dos serviços, houve mortes de profissionais de Serviço Social em decorrência da Covid-19 e da falta de equipamentos de proteção individuais. Dados de Leal, Garcia, Silva e Moisés (2022, p. 204) demonstram que 105 Assistentes

Sociais tiveram a suas vidas ceifadas pela covid-19. Desses 88,6% estavam inseridos nas políticas de Saúde e Assistência Social. São profissionais que perderam suas vidas devido a morosidade da vacinação no Brasil e a falta de condições adequadas de trabalho. Profissionais que não podem e não serão esquecidos.

Produto do mesmo negacionismo que ocasionou a condução criminosa de Bolsonaro à pandemia de covid-19 é a destruição das Universidades, que vem sendo golpeadas dia após dia desde o início deste governo. Se, durante os governos petistas os investimentos em educação cresceram, durante o governo Bolsonaro a educação sofrera um duro golpe. Em um governo que apresenta o nazismo como um movimento “de esquerda”, o golpe de 1964 como uma revolução, que nega o aquecimento global e insiste na tese absurda de que os africanos foram os responsáveis pela escravidão, a guerra contra a educação é declarada. Assim, “[...] a opção encontrada pelo bolsonarismo é tentar matar a universidade por inanição, impedindo que os recursos cheguem às instituições e aos cursos das áreas de humanas” (BEHRING, 2019, p. 215). O balanço do orçamento da União mostrou que o orçamento do MEC diminuiu em mais de 20 bilhões de 2019 a 2021. O orçamento da CAPES também fora diminuindo ano a ano, chegando ao valor de quase dois bilhões a menos em 2021, em relação ao ano de 2019. O ataque se estendeu a pós-graduação, quando, em meio a pandemia de covid-19 diversos programas de pós-graduação no Brasil perderam parte considerável de suas bolsas de estudos. A portaria nº 34 de março de 2020, alterou os critérios para distribuição de bolsas de mestrado e doutorado, retirando bolsas de programas com notas mais baixas e remanejando-as para programas com maiores conceitos. Os cortes impactaram profundamente em Programas de pós-graduação de todo o país e representaram uma barreira no acesso de alunos que dependem da bolsa para garantir sua subsistência enquanto produzem ciência para o país. Pode-se dizer que o Serviço Social atinge sua maioria acadêmica inscrevendo-se enquanto área do conhecimento em meados dos anos 1970, quando se estrutura a pós-graduação no Brasil (ABEPSS, 2015, p. 2). O avanço da formação profissional em nível de pós graduação desde os anos 1980 se expressa na espessa produção teórica da categoria, que gerou uma bibliografia crítica, vasta, plural e contemporânea resultante das construções dos cursos de mestrado e doutorado, bem como, das discussões dos núcleos, grupos de estudos e redes de pesquisas nas unidades de formação acadêmica (ABEPSS, 2015, p. 4). Logo, o ataque as Universidades e a pós-graduação, fragiliza a formação e a atuação profissional

qualificada, uma vez que ambas são embasadas pela bibliografia construída pela categoria.

Além do desmonte das políticas públicas, do negacionismo e da destruição das Universidades, o governo Bolsonaro traz consigo uma determinada ideologia. A ideologia do ódio e o preconceito a determinados grupos. Esse ódio é disseminado através de seus discursos e reproduzidos por seus apoiadores, que estão inseridos em diversos espaços na sociedade. Ora, fruto do discurso de ódio disseminado por Bolsonaro, durante os quatro anos de governo fora o crescimento da violência policial, que apresentou uma alta de 6% de 2019 a 2020.

Bolsonaro é a violência e a truculência. É o chefe do executivo que propaga o ódio e a intolerância em seu discurso. Assim, setores já antes conservadores se sentem validados e autorizados a externalizarem o ódio e a violência. Neste caso, o discurso de ódio impacta no aumento da violência contra uma fração específica da população, constituída por pobres, em sua maioria pretos e pardos. Essa alta da violência policial pode ser sentida diretamente por profissionais que atuam no sistema prisional e/ou socioeducativo, setores que sofrem historicamente com desmonte e superlotação como resultado da moralização da questão social e da militarização da vida social. Além do aumento da violência policial, o governo Bolsonaro vem promovendo o desmonte da política de atendimento socioeducativo, fechando Unidades da Fundação Casa. A questão, é que as Unidades que permaneceram abertas não estão superlotadas, não devido a uma diminuição dos atos infracionais cometidos por adolescentes e sim porque esses adolescentes estão sendo assassinados pelas mãos do estado policial. É o que observa uma profissional da Fundação Casa em entrevista realizada em agosto de 2022.

Nós tivemos um retrocesso nisso também, fecharam várias casas, fundação casas porque na baixada santista tínhamos casa em Itanhaém, na Praia grande, Mongaguá, Peruíbe. Então foi fechada a casa de Itanhaém, foi fechada a casa de Santos, né, foi fechando. Diminuiu bastante a quantidade de menino, vem menos menino pra gente, mas a gente não vê isso como melhora no crime, eles não “tão” prendendo, “tão” matando os meninos, a gente vê a quantidade de notícias de morte mesmo. Mas antes eu atendia muito mais meninos, da casa que eu atendia 110 meninos e hoje nós temos 92, diminuiu até pra equipe de referência né. Já atendi 32 meninos, hoje é no máximo, quando chega são 20, pra equipe [...] ⁷¹

⁷¹ Profissional da Fundação Casa em entrevista concedida à esta pesquisadora em 11/2022.

Nesses termos, a militarização da vida social desafia a prática profissional da/o Assistente Social, que “[...] lida em seu cotidiano com violação de direitos que contrariam a perspectiva emancipatória de seu Projeto Profissional” (BRISOLA; CABRAL; RIBEIRO, 2019, p. 159).

O crescimento da violência policial é resultado da militarização da vida social que é produto da moralização da questão social, do conservadorismo e da ascensão da extrema direita no Brasil. Com esta ascensão, podemos observar também a expansão e o protagonismo social conquistado pelas religiões neopentecostais nos últimos anos. No Brasil, não se sabe ao certo o número de evangélicos. Dados do último censo (2010) demonstravam que 22% da população, ou seja, 43,3 milhões se declaravam evangélicas. Avalia-se que em 2040 a população de evangélicos será maior que a de católicos.

Tejadas (2019, p. 148-149) afirma que, embora não haja pesquisas a respeito, existem relatos do crescimento do número de alunos pentecostais nos cursos de Serviço Social, tanto nos cursos à distância, quanto presenciais nas Universidades públicas. A autora pondera que é preciso atentar-se a esse crescimento devido a influência do pensamento conservador da igreja na formação moral dos alunos, que pode impactar na hegemonia do projeto profissional. Além disso Tejadas chama atenção as intervenções destas igrejas no campo de trabalho do Serviço Social, considerando que a profissão está inserida em um conjunto de políticas públicas, e tem, a partir desse locus a tentativa dessas organizações de substituição do Estado laico na operacionalização dos serviços.

Posto isto, percebe-se que, para além dos rebatimentos econômicos, com a implementação das contrarreformas e das medidas de austeridade fiscal, a ascensão da extrema direita traz rebatimentos ideológicos a sociedade, e, o Serviço social, que não é uma ilha e se faz e se refaz a partir do movimento histórico social, vai sofrendo estas influências.

Enfim, o Serviço Social também se produz no e pelo social, embora dotado de um corpo de conhecimentos, estes são apropriados de diversas formas, construídos e (des) construídos no cotidiano. Dessa forma, assim como influenciado por diversas correntes do catolicismo, não se pode negar que a (s) cultura (s) presente (s) na sociedade brasileira contemporânea invade (m) a profissão, se não no discurso, nas suas práticas. (TEJADAS, 2019, p. 149).

O Serviço Social é uma profissão com raízes fincadas na igreja católica e em um projeto de profissão conservador. A luta da categoria através do movimento de

reconceituação e o congresso da virada marcaram o rompimento com as tendências conservadoras da profissão. Atualmente, o Serviço Social possui um projeto ético político crítico, progressista, que visa a transformação social e a emancipação política com vistas a emancipação humana. Todavia, a ascensão da extrema direita pode insuflar tendências históricas de uma base conservadora do Serviço Social, que em uma conjuntura neofacista encontram terreno fértil para manifestar-se. Ainda durante a campanha eleitoral, não foram poucas as manifestações de Assistentes Sociais que declaravam seu voto para Jair Bolsonaro, bem como ainda hoje há os que o apoiam. Nas redes sociais surgiram grupos reivindicando a retomada de valores cristãos na atuação profissional, assim como, a libertação dos cursos de Serviço Social dos “dogmas do marxismo”⁷² (SILVA M., 2019, p. 578).

Com o ascenso do neofascismo estão postos desafios ao Serviço Social no que se refere a defesa dos princípios éticos básicos da profissão. Ora, o projeto que Bolsonaro representa colide diretamente com estes princípios, assim, em tempos de ascenso da extrema direita e espraio de tendências conservadoras no interior da profissão, a defesa dos princípios éticos é desafio cotidiano da (o) Assistente Social.

A exemplo do princípio da liberdade como valor ético central e das demandas a ela inerentes- autonomia, emancipação, e plena expansão dos indivíduos sociais. Ora, se a liberdade já colide com a lógica da sociabilidade capitalista, ela é ainda mais cerceada e atacada em um governo neofacista, onde a oposição política, a existência da esquerda e dos movimentos sociais são colocadas como inimigos direto do governo (SILVA M., 2019, p. 579).

Também o princípio “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”. Há duas questões que podem ser levantadas. 1) a recusa do histórico de autoritarismo do Estado brasileiro e da burguesia. Esse princípio foi construído na recém democratizada sociedade brasileira no período pós ditadura militar, todavia, hoje, recebe novos determinantes frente a um governo neofacista. 2) a defesa da efetivação dos direitos humanos em tempos de degradação das condições de vida da classe trabalhadora e o esforço das forças dominantes para desqualificar os direitos humanos, banalizar suas questões elementares e aviltar aqueles que se coloquem em sua defesa (SILVA M., 2019, p. 580).

⁷² Adiante, trataremos mais profundamente deste tema.

O princípio da “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”. Em tempos de busca descontrolada do capital por aumento da taxa de lucro e retração dos direitos, a cidadania é entendida como um campo de disputa e correlação de forças. Eis o desafio da (o) Assistente Social, profissional que trabalha pela viabilização da cidadania (SILVA M., 2019, p. 581).

Os valores que saem em defesa da emancipação política se tornam imprescindíveis mediante ao ataque às liberdades civis e políticas fundamentais, bem como, nas ações que impactam na retirada de direitos e na destruição das políticas públicas, a exemplo a EC 95/2016.

O princípio “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças” nos coloca um outro desafio, em tempos neofascistas de espraiamento do preconceito e da intolerância em todas as suas formas.

Os processos que gestaram o neofascismo no Brasil, assim como, o próprio governo Bolsonaro gerou fraturas profundas na sociedade brasileira. O Serviço Social, enquanto profissão inserida no seio desta sociedade e parte integrante da classe trabalhadora sente os impactos e sofre fraturas. Seja na precarização das condições de trabalho, no sucateamento das políticas públicas para atendimento à população ou no crescimento de correntes conservadoras no interior da profissão, o serviço social é impactado. O desafio que se coloca para profissionais comprometidos com o projeto ético político do Serviço Social é duplo: Fortalecer a luta geral da classe trabalhadora em tempos de ataque brutal aos direitos e as políticas públicas e sair em defesa da hegemonia de um projeto ético político de esquerda, progressista, que defenda de fato a emancipação política com vistas a emancipação humana dos sujeitos. São tempos sombrios para os que lutam!

CAPÍTULO III – É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE, NÃO TEMOS TEMPO DE TEMER A MORTE!⁷³ DESAFIOS, EMBATES E ENFRENTAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS NEOFASCISTAS.

*“Eu vejo ódio, tiro, assassinato
Eu vejo raiva, grito, estelionato
Eu vejo a população se matando e se dividindo
Pra tentar adivinhar o melhor candidato
E se eu te falar que não tem melhor candidato?
E que o povo desse país já tá cansado
Anda iludido, sem esperança
Sem emprego e sem comida pra pôr no prato das suas crianças”
Sid*

3.1 O museu de grandes novidades⁷⁴ das perspectivas de modernização conservadora e reatualização do conservadorismo, a intenção de ruptura e a consolidação do pep do serviço social.

O Serviço Social nasce no cenário mundial em meio a efervescência do movimento popular operário na Europa e o surgimento da primeira nação socialista, que tornam mais visíveis a existência da questão social e a necessidade de procurar estratégias para lidar com suas expressões.

Aquele momento histórico também descortinava os efeitos da revolução industrial, período que Martinelli (2011, p. 54) define como uma das páginas mais violentas da história da relação capital-trabalho.

A gravidade da situação exigiu resposta dos trabalhadores, cuja organização em torno da luta contra os ditames do capital atrapalhava o sono tranquilo da burguesia.

Através de sua organização, os trabalhadores obtiveram algumas vitórias como a redução das violências do cotidiano, a regulamentação da jornada de trabalho infantil, a extensão da jornada de trabalho de dez horas para todos os trabalhadores fabris ingleses e a criação de Tribunais de Ofícios para cuidar de causas trabalhistas (MARTINELLI, 2011, p. 59).

Preocupados com esse incessante vigor dos trabalhadores e tendo ainda presente na memória a frase final do programa de sua associação

⁷³ Em alusão à música “Divino maravilhoso” de Gilberto Gil e Caetano Veloso.

⁷⁴ Em alusão à música “O tempo não para” de Cazuza.

internacional “trabalhadores de todo mundo uni-vos” MARX & ENGELS (1981:681), que soava como uma verdadeira ameaça os donos do capital tratavam de se unir em busca de estratégias para controlar o movimento operário. (MARTINELLI, 2011, p. 59-60),

Assim, os problemas trazidos pelo sistema capitalista atrelados a organização dos trabalhadores colocavam em risco a ordem estabelecida e preocupava a burguesia que já buscava estratégias de controle da situação.

Nesse sentido, começam a surgir instituições assistenciais cujo objetivo era prestar assistência a população empobrecida, vitimada pelas expressões da questão social. No Brasil tem-se a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo (1923). Ambas eram instituições integradas pelas famílias que pertenciam a grande burguesia carioca e paulista e se propunham a realizar um trabalho filantrópico (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 166). Essas instituições, tinham em vista,

[...] não o socorro aos indigentes, mas dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 166-167).

Observa-se que em meio ao desenvolvimento do capitalismo industrial surge a necessidade de lidar com as expressões mais berrantes da questão social, porém, o sistema se adianta, trabalhando também na prevenção de possíveis revoltas populares e, neste momento, o trabalho social era então instrumento do capital para lidar com esses efeitos e contribuir na sua reprodução.

Iamamoto e Carvalho (2009, p. 167) ponderam que somente a partir do desenvolvimento do movimento laico é que as iniciativas embrionárias se multiplicam, dentre as quais as instituições católicas destinadas a organizar a juventude católica para a ação social, surgindo assim a Juventude Operária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Independente Católica, Juventude Universitária Católica e Juventude Feminina Católica.

O surgimento do Serviço Social neste contexto, se constitui a partir da combinação entre as antigas obras sociais e os movimentos de apostolado social, destinados a intervir junto ao proletariado.

Mediante a necessidade de qualificar o trabalho executado no interior das obras sociais, em 1932 surge a primeira escola de ação social de São Paulo. O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) vem com o objetivo de aumentar a

efetividade e o rendimento do trabalho realizado pelas obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas. Assim, a formação inicia-se com o “Curso Intensivo de Formação Social para Moças, organizado pela Cônegas de Santo Agostinho e ministrado pela Assistente Social Adéle Loneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 168).

O objetivo central do CEAS será o de promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades de caráter social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 169).

Posto isto, as atividades do CEAS buscarão a formação técnica especializada de profissionais para a ação social e para a reprodução da doutrina social da igreja junto a classe mais empobrecida. Tomando para si esta função, passa a atuar como dinamizador do apostolado laico através da organização de associações para moças católicas para intervenção direta voltada ao proletariado. Em 1936, a partir do trabalho e dos esforços destes grupos e o apoio da hierarquia, é fundada a primeira escola de Serviço Social de São Paulo e do Brasil.

A partir do trabalho desses grupos, a demanda que outrora era somente por formação mais especializada e que partia somente do interior da própria ação social passa a partir também de determinadas instituições estatais. Estas Instituições passam a requerer do CEAS profissionais femininas⁷⁵ para o trabalho com mulheres e menores, em primeiro momento, e depois atuando na proteção ao migrantes e em bairros populares.

Esse processo é seguido pela criação do Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo em 1935 e pela Seção de Assistência Social em 1938, que no mesmo ano, passa a se chamar Departamento de Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 174-175).

⁷⁵ Segundo Iamamoto e Carvalho a demanda por profissionais diplomados em determinado momento atingiu o número de profissionais disponíveis no mercado. Assim, como estratégia para a formação de um contingente maior de profissionais passa-se a ofertar cursos intensivos para auxiliares sociais e bolsas de estudos que eram mantidas por grandes instituições. Todavia, os autores sinalizam que não se pode concluir que a partir deste movimento houve um processo de democratização da profissão, mas sim um alargamento de uma base de recrutamento. Apontam ainda que neste momento a profissão deixa de ser privilégio das classes dominantes e passa a ser acessada por parcelas da pequena burguesia urbana.

Ainda em Iamamoto e Carvalho (2009, p. 179), os autores apontam que esse processo contribuiu para a transformação do trabalho social em força de trabalho. Com o Estado demandando pelo trabalho desses profissionais ocorre um processo de mercantilização dos portadores daquela formação técnica especializada, que se transforma em uma força de trabalho que passa a ser comprada pelas instituições. Nesses termos, o profissional portador dessa formação não mais será uma moça da sociedade devotada a caridade e ao apostolado, se transformará em um componente de força de trabalho, inserida na divisão sociotécnica do trabalho.

Esse mesmo processo não implica, no entanto, necessariamente, a eliminação do conteúdo doutrinário da formação escolar do Assistente Social. Esse conteúdo não se constitui em entrave à sua assimilação pelo Estado e empresas. Pelo contrário, é funcional às suas necessidades. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 179).

Ora, era necessário um trabalhador passivo e servil aos interesses dominantes, de modo que, a doutrina da igreja caía como uma luva, na manutenção de uma força de trabalho domesticada. Esse era o papel desenvolvido pelo Serviço Social naquele momento, atenuar as expressões da questão social, muito latentes e agudizadas pela chegada do capitalismo industrial, mas manter a força de trabalho passiva aos ditames do capital.

O Serviço Social já surge, portanto, no cenário histórico com uma identidade atribuída, que expressava uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas – repressoras e controlistas – e dos mecanismos e estratégias produzidos pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista. (MARTINELLI, 2011, p. 67).

O Serviço Social nasce no seio da igreja católica, todavia, Martinelli (2011, p. 125) chama atenção para o “sequestro” da profissão promovida pela classe dominante, que se apropria dos trabalhos desenvolvidos pelos filantropos e agentes sociais, atribuindo-lhes uma conotação política e ideológica, em termos de controle e repressão dos corpos trabalhadores e empobrecidos.

Era, naquele momento, o Serviço Social tão servil à burguesia e ao capital porque, ao passo em que trabalhava no atendimento as carências mais urgentes e as necessidades mais imediatas das frações mais empobrecidas, reduziam as manifestações mais aparentes da questão social e alimentavam a ilusão de um suposto interesse paternal do Estado pelos cidadãos (MARTINELLI, 2011, p. 126). Alimentar a ideia de que havia interesse e preocupação por parte do Estado em relação a situação vivenciada pelos trabalhadores os mantinham mais tranquilos no

que se refere às suas reivindicações. Assim, o Serviço Social era utilizado como instrumento de controle e manutenção da paz social em prol da reprodução do capital industrial. “Os benefícios, concessões e serviços oferecidos procuravam recobrir a dominação e a exploração burguesa, situando-se como formas ideológicas de preservar o domínio de classe” (MARTINELLI, 2011, p. 127).

Na busca pela satisfação das necessidades da população, os profissionais estavam sempre prontos, a postos para atender as demandas de maneira imediata, trazendo respostas urgentes as situações que encontravam cotidianamente no trabalho. Todavia, a oferta de soluções imediatas, sem quaisquer reflexões e críticas fora imprimindo a prática profissional as marcas do espontaneísmo alienado e alienante.

O fetiche da prática, fortemente impregnado na estrutura da sociedade, se apossou dos Assistentes Sociais, insuflando-lhes um sentido de urgência e uma prontidão para a ação que roubavam qualquer possibilidade de reflexão e de crítica. (MARTINELLI, 2011, p. 127).

A partir da reprodução de um trabalho profissional voltado a garantia dos interesses da burguesia, os profissionais eram cada vez mais aprisionados por uma lógica alienada, tornando-se cada vez mais distante a possibilidade de suspensão da alienação e rompimento daquele tipo de prática profissional.

Martinelli (2011, p. 128) aponta que a ausência de movimento histórico de construção coletiva de um sentido comum no interior da profissão produziu uma categoria sem identidade profissional própria, uma vez que, ao responderem as demandas impostas pela burguesia, os Assistentes Sociais acabaram deixando de construir a própria identidade. Assim, a identidade do Serviço Social neste momento, não nasce do movimento histórico da profissão, ela é uma identidade atribuída pelo capital e pelo poder dominante.

Ainda em Martinelli (2011, p. 130) a autora aponta que a identidade só se constrói a partir do movimento e para o Serviço Social não havia a possibilidade de estar em movimento devido ao controle exercido pela burguesia a ação profissional do Serviço Social.

Os contratantes de seus serviços profissionais, os mandantes da prática, membros da classe dominante, exerciam um rigoroso controle sobre suas ações, operando com um verdadeiro freio ao desenvolvimento da profissão como força de caráter político, democrático e popular. Visualizando a prática social como um eficiente instrumento de operacionalização de seu projeto de hegemonia de classe, a burguesia realizava os maiores esforços para estreitar os laços de aproximação com seus agentes, mantendo-os sob seu vigilante controle. (MARTINELLI, 2011, p. 131).

A autora aponta ainda que a ampliação do campo de trabalho do Serviço Social também fora um fator que dificultou a construção da identidade coletiva da profissão. Martinelli (2011, p. 134) afirma que se antes a categoria era constituída por membros da burguesia, com a ampliação do campo de trabalho a profissão passou a abarcar pessoas provenientes da pequena burguesia. Diferente das precursoras, que visavam objetivos coletivos, essas pessoas aspiravam por conquistas pessoais, especificamente a ascensão social, o que dificultava a construção de uma identidade coletiva.

Práticas burocráticas, alienadas e reducionistas, destituídas de referencial teórico crítico, foram o resultado material de todo esse processo, marcado ainda por uma intensa des-solidarização da categoria profissional, que incidia tanto sobre seus próprios pares como sobre suas relações com outras categorias profissionais. (MARTINELLI, 2011, p. 135).

Todavia, o mesmo mercado que demandava soluções emergenciais, acríticas e sem reflexão por parte dos profissionais, passou a sofrer algumas alterações com a expansão do capitalismo industrial. Essas novas exigências contribuíram para o início de um processo de mudança no interior da profissão.

Netto (2010, p. 121) afirma que se até meados da década de sessenta o mercado de trabalho para Assistentes Sociais era constituído pelo Estado e complementado pelo setor privado, através das obras sociais filantrópicas, o crescimento industrial abriu um novo leque de possibilidades ao Serviço Social, com o surgimento do Serviço Social de empresa. Com a abertura do novo espaço sócio-ocupacional passam a existir também outras requisições, de modo que, um novo padrão de exigências no que tange ao desempenho profissional é colocado aos profissionais. O autor denomina este processo como modernização conservadora e afirma que a racionalidade burocrático-administrativa com que este processo rebateu nos espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social, requisitou um profissional moderno, capaz de sintetizar sua prática e seu desempenho em normas, fluxos e rotinas.

A prática dos profissionais teve de revestir-se de características – formais e processuais- capazes de possibilitar de uma parte, o seu controle e sua verificação segundo critérios burocráticos administrativos das instâncias hierárquicas e, doutra, a sua crescente intersecção com outros profissionais. Num plano geral, ela foi compelida a integrar o conjunto de procedimentos administrativos modernos, particularmente ela foi atravessada por uma requisição de organicidade e transparência, de maneira a ser incorporada no

sistema de práticas compreendido pela moldura organizacional. (NETTO, 2010, p. 123).

Fora este conjunto de exigências que contribuíram para a erosão do Serviço Social tradicional, uma vez que no curso deste processo transforma-se o perfil de profissional demandado pelo mercado, que passa a exigir um assistente social moderno “[...] com um desempenho onde traços tradicionais são deslocados e substituídos por procedimentos racionais” (NETTO, 2010, p. 123).

A fim de atender as novas demandas postas pelo mercado, transforma-se também a formação profissional dos Assistentes Sociais, que rompe com o paroquialismo e o provincianismo até então inerentes a formação.

É também em meio a este processo que o Serviço Social ingressa na Universidade. Sobre a inserção do Serviço Social no âmbito acadêmico, Netto (2010, p.129) afirma que mesmo que esta inserção tenha ocorrido em meio ao período ditatorial, no interior de uma Universidade domesticada, as reflexões realizadas naquele espaço contribuíram para a formação de uma massa crítica, que constituíram a base material para o levantamento de algumas preocupações intelectuais acerca da prática profissional. Netto (2010, p. 132) aponta ainda que o estudo das ciências sociais no processo de formação dos profissionais de Serviço Social também contribuiu para a formação dessa massa crítica no interior da profissão. Além do mais, o estudo das disciplinas sociais sensibilizou os profissionais para problemática macrossociais, ainda que este estudo não ocorresse sem problemas, considerando o conteúdo acrítico e mistificador dos estudos acerca do Desenvolvimento de Comunidade (NETTO, 2010, p. 137).

Está claro que a estratégia autocrático-burguesa se desdobrava para a produção de profissionais aptos a atender às suas demandas “modernizadoras” e, para tanto, jogava com as suas políticas educacional e cultural; é indiscutível que este escopo foi atingido – porém, ao mesmo tempo, engendraram-se circunstâncias que permitiram a incorporação e posterior desenvolvimento, especialmente pelos quadros docentes marcados pelas lutas sociais e estudantis da década anterior, de influxos teórico-metodológicos e crítico-analíticos que questionavam as bases mesmas da autocracia burguesa. (NETTO, 2010, p. 137).

Ora, com o avanço do capital industrial exigia-se maior tecnologia e refinamento do profissional que estava à linha de frente do combate as expressões da questão social. Ocorre a partir desta exigência, a inserção do Serviço Social no âmbito universitário. Este espaço, ainda que conservador e controlado pela autocracia burguesa fora o que permitira a constituição de uma massa crítica no interior do

Serviço Social, que iniciou um processo de reflexão acerca da prática profissional e mais, de questionamento da própria autocracia burguesa.

Sobre a autocracia burguesa, Netto (2010, p. 136) aponta que fora este processo que contribuiu para a erosão do Serviço Social tradicional. Para o autor, a crise da autocracia burguesa atuou como um elemento precipitador do processo de erosão das bases tradicionais do Serviço Social.

Nesse sentido, o autor realiza o levantamento de quatro elementos que contribuíram para a erosão do Serviço Social tradicional:

- ✓ O amadurecimento da categoria profissional devido a sua relação com outros atores: equipes multiprofissionais, grupos da população politicamente organizados e núcleos administrativos e políticos do Estado;
- ✓ O rompimento com seguimentos conservadores e tradicionais da igreja católica e a inserção de católicos progressistas e de uma esquerda católica com militância ativa e cívica;
- ✓ O espraiamento do movimento estudantil por meio das escolas de Serviço Social;
- ✓ A perspectiva crítica trazida pela inserção das ciências sociais à formação profissional. (NETTO, 2010, p. 139-140).

O resultado desses quatro elementos combinados fora de um lado a elaboração de críticas em relação as práticas tradicionais e de outro a produção de mudanças no fazer do desenvolvimento de comunidade. Nesse contexto já era possível observar o desprestígio do Serviço Social tradicional.

Netto (2010, p. 140) aponta que, deste processo surgem tensões no interior do Serviço Social, onde é possível observar rachaduras divididas em três vertentes: Uma corrente que defende o Desenvolvimento de Comunidade e os procedimentos tradicionais; uma outra que pensa o Desenvolvimento de Comunidade a partir de uma perspectiva macrossocietária, defende mudanças socioeconômicas estruturais no interior do sistema capitalista e uma outra vertente que defende o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social, relacionado a libertação social das classes e camadas subalternas.

Mais adiante em sua reflexão, Netto (2010, p. 154) afirma que com a erosão do Serviço Social tradicional a reflexão profissional se deu de forma diferenciada, dividindo-se em três direções, sendo ela a perspectiva da modernização

conservadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a perspectiva de intenção de ruptura.

Marcada pelos seminários de Araxá (MG) e Teresópolis (RJ) e permeada por um caráter reformista, a perspectiva da modernização conservadora se esforça no sentido de atualizar e produzir tecnologias de intervenção profissional que busquem adequar o Serviço Social enquanto instrumento e estratégia para o desenvolvimento capitalista (NETTO, 2010, p. 154).

Netto (2010, p. 165) relaciona os documentos produzidos nos seminários de Araxá e Teresópolis à ideologia do desenvolvimento do período ditatorial. Ora, a perspectiva de modernização conservadora encontra sua formulação entre o final da década de 1960, pouco tempo após o golpe de abril de 1964 e início da década de 1970. É importante ater-se ao fato de que, naquele período a problemática do desenvolvimento era pauta de preocupações de diversos seguimentos, incluindo os países de capitalismo central e, no Brasil, da burguesia e das lideranças dos movimentos das classes trabalhadoras. O próprio Serviço Social já havia se ocupado desta pauta em outro momento, em suas produções anteriores ao golpe de abril de 1964.

Nesse sentido, acreditava-se no desenvolvimento enquanto estratégia de aumento dos níveis de bem-estar e como resultado, apaziguamento de movimentos sociais de caráter revolucionário. Assim, o subdesenvolvimento aparece como uma etapa a ser superada através de intervenções racionais e planejadas.

É a esta concepção desenvolvimentista que se conecta a perspectiva renovadora configurada nos documentos de Araxá e Teresópolis: o processo de desenvolvimento é visualizado como um elenco de mudanças que, levantando barreiras aos projetos de eversão das estruturas socioeconômicas nacionais e de ruptura com as formas dadas de inserção na economia capitalista mundial, demanda aportes técnicos elaborados e complexos – além, naturalmente, da sincronia de governos e populações -, com uma consequente valorização da contribuição profissional dos agentes especializados em problemas econômicos e sociais. (NETTO, 2010, p. 166-167).

Assim, para contribuir nesse processo deveriam os Assistentes Sociais possuírem um conjunto de capacidades técnicas para atuarem e contribuírem com o processo de desenvolvimento. É importante salientar que o profissional deveria atuar de maneira administrativa, mas não como meros executores das políticas públicas. Deste profissional era exigido a capacidade de planejamento e gestão dessas políticas mesmas. É válido salientar ainda que o período em que se consolida a perspectiva de

modernização conservadora corresponde aos primeiros anos anteriores ao golpe de abril de 1964, de forma que, não havia espaço para reflexão e crítica da ideologia posta. É, pois, este caldo de cultura que permeia a elaboração dos documentos de Araxá e Teresópolis, que reproduzem toda a ideologia dominante dos tempos de autocracia burguesa.

Para Netto (2010, p. 168) o documento de Araxá que o autor define como a afirmação da perspectiva modernizadora, tinha em vista romper com a atuação profissional restrita ao Serviço Social de caso, grupo de comunidade, todavia, possui um caráter reformista, tendo em vista a ausência de ruptura do documento com o Serviço Social tradicional. “O transformismo que parametra a reflexão de Araxá (vale dizer a recuperação sem rupturas com o tradicionalismo, mas sob novas bases) se evidencia na sequência do documento” (NETTO, 2010, p. 173).

Fora a partir da perspectiva modernizadora que se reconhece a prática profissional a partir da micro e da macro atuação. O documento de Araxá circunscreve a micro atuação como o essencialmente operacional, a administração e a prestação de serviços diretos, já a macro atuação como a integração do Serviço Social no planejamento para o desenvolvimento das políticas. Observa-se que a macro atuação não se coloca a pensar a partir da perspectiva de totalidade, tampouco, realizar a crítica ao modelo capitalista de produção, responsável direto pelas condições de miserabilidade da população, Netto (2010, p. 170). Ora, o encontro de Araxá discute a técnica, enquanto instrumento possível para o desenvolvimento, todavia, não há embasamento teórico para pensar essa atuação. “Embora expressamente preocupado com uma enunciada teorização do Serviço Social, o documento de Araxá não a enfrenta de frente” (NETTO, 2010, p. 176).

A perspectiva reformista, ou o transformismo apontado por Netto no documento de Araxá, é corroborada pelo documento de Teresópolis, fruto do encontro realizado em janeiro de 1970. Embora privilegiadas as discussões acerca da metodologia de trabalho do Serviço Social, o documento de Teresópolis cristaliza a perspectiva tecnocrática conservadora já abordada no encontro de Araxá. Todavia, os avanços que se processam nas discussões presentes no documento de Teresópolis são inegáveis, visto que, fora a partir deste documento que o Serviço Social se propôs a pensar a realidade social e construir estratégias de intervenção (NETTO, 2010, p. 190).

O que nele se cristalizou, sem sobra de dúvida, foi a determinação precisa do papel do profissional como o de um real funcionário do desenvolvimento, em

detrimento da retórica que o situava como agente deste processo. (NETTO, 2010, p. 191).

Outro ponto importante é que, se em Araxá a discussão fora pouco teorizada, em Teresópolis a discussão teórica (embora repleta de problemas e equívocos) ganha uma outra dimensão a medida em que a metodologia é construída a partir de uma dada teoria. O documento também confirma a redefinição do papel sociotécnico do Assistente Social que neste momento, deve ser um profissional com familiaridade mínima com planejamento, administração, estatística, política social economia e os diversos ramos da sociologia (NETTO, 2010, p. 192).

Assim, o documento de Teresópolis assevera o papel do Serviço Social enquanto instrumento a serviço do grande capital, pois,

[...] equivale à plena adequação do Serviço Social à ambiência própria da modernização conservadora conduzida pelo Estado ditatorial em benefício do grande capital e às caracterizações socioeconômicas e político institucionais do desenvolvimento capitalista ocorrente em seus limites. (NETTO, 2010, p. 193).

A perspectiva de reatualização do conservadorismo, marcada pelos seminários de Sumaré e alto da boa Vista é a mais impermeável a mudanças⁷⁶ e trata-se da vertente que busca recuperar os componentes mais estratificados da herança conservadora da profissão e os repõe sob uma base teórico-metodológica nova, repudiando a tradição positivista e as referências mais conectadas ao pensamento crítico dialético da raiz marxiana. Esta perspectiva segue os preceitos da tradição da igreja católica, todavia, adota uma roupagem de modernidade (NETTO, 2010, p.157).

Os documentos produzidos pelos profissionais participantes dos seminários de Sumaré e Alto da Boa vista apresentavam um deslocamento da perspectiva modernizadora, visto que as discussões eram permeadas de um caldo conservador. Netto (2010, p. 197) chama atenção para a pobreza teórica exibida pelas discussões dos dois encontros e pontua que, se na perspectiva modernizadora em algum grau estavam presentes a discussão e a polemização acerca das ciências sociais e do Serviço Social, nos seminários de Sumaré e alto da boa vista esse espaço inexistente.

Netto (2010, p. 202-203) realiza alguns apontamentos em relação aos motivos pelos quais a perspectiva de modernização conservadora encontrou espaço para sua

⁷⁶ Para Netto (2010) no que se refere a dimensão ideopolítica, nos seminários de Araxá e Alto da Boa Vista é possível perceber o retrocesso das discussões e o recrudescimento de ideologias conservadoras (p. 195).

reprodução em pleno processo de reconceituação do Serviço Social. O primeiro ponto levantado pelo autor é que o lastro conservador do Serviço Social não fora erradicado na perspectiva de modernização conservadora, segundo esta perspectiva não era hegemônica, posto que, existiam núcleos de resistência no interior do próprio Serviço Social que se colocavam contra as modificações propostas pela perspectiva de modernização conservadora. Esses núcleos, inclusive, davam conta das vertentes mais críticas da profissão, aquelas que se contrapunham a modernização conservadora e ao tradicionalismo do Serviço Social e tinham como base o pensamento crítico dialético.

Se na perspectiva da modernização conservadora os profissionais bebiam da fonte do positivismo enquanto teoria para embasamento de suas discussões, na perspectiva de reatualização do conservadorismo o positivismo fora rejeitado e duramente criticado. Os profissionais da vanguarda da perspectiva de reatualização do conservadorismo, adotavam a fenomenologia para embasar suas construções.

Na contramão do movimento de laicização profissional, também declaravam seus valores e objetivos profissionais, sendo, os primeiros, cristãos.

Nossas preocupações fundamentais estão apoiadas em critérios a partir da compreensão homem e mundo, orientada numa hermenêutica da realidade pela teoria personalista do conhecimento, por uma fenomenologia existencial e por uma ética cristã motivante. (ALMEIDA *apud* NETTO, 2010, p. 205).

No segundo se contrapunham as práticas ajustadoras que visavam a transformação social. Assim, se na perspectiva modernizadora houveram tímidos avanços em relação a uma prática profissional macro, na perspectiva de reatualização do conservadorismo a prática profissional volta a ser abordada no viés da “ajuda psicossocial” (NETTO, 2010, p. 206).

Produto do espaço universitário, a perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional se manifesta a partir do rompimento com a herança teórico metodológica do pensamento conservador (rompe com o positivismo e adota o marxismo como linha de direcionamento teórico) e com os seus paradigmas de intervenção social conservadores (NETTO, 2010, p. 159).

[...] o projeto de ruptura evidenciou-se e explicitou-se primeira e especialmente como produto universitário sob o ciclo autocrático burguês. No espaço universitário tornou-se possível a interação intelectual entre assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controles institucional-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas; ali se tornaram possíveis experiências-piloto (através da extensão, com

campos de estágio supervisionados diretamente por profissionais orientados pelos novos referenciais) destinadas a verificar e a apurar os procedimentos interventivos propostos sob nova ótica. Neste espaço foi possível, vê-se, quebrar o isolamento intelectual do Assistente Social e viabilizar experiências de práticas auto-geridas. (NETTO, 2010, p. 251).

Ou seja, é no âmbito da universidade, sem as demandas, as exigências e controle institucional e a partir da interação intelectual daqueles profissionais que ali produziam ciência, que a intenção de ruptura se dá. Por este motivo, a inserção do Serviço Social no âmbito acadêmico fora “um dos vetores significativos que intervieram de forma decisiva no processo de renovação da profissão” (NETTO, 2010, p. 149).

É fato que a intenção de ruptura não nasce do acaso, ela é fruto da crise do Serviço Social tradicional, que é produto das transformações do capital industrial que a partir do momento que se remodela, realiza novas exigências aos profissionais do Serviço Social.

O período ditatorial representava um grande obstáculo para o avanço das discussões acerca do rompimento de uma ideologia conservadora, de modo que, os espaços de trabalho refletiam o mesmo controle e autoritarismo do mundo externo. Assim, mesmo amordaçada pela autocracia burguesa, o espaço da Universidade tornou-se relativamente seguro, local onde os profissionais puderam avançar suas discussões acerca de um rompimento com o Serviço Social tradicional. Nesse sentido, é importante salientar ainda que o projeto de intenção de ruptura inicia nos meios acadêmicos em meio ao período mais crítico da autocracia burguesa, marcado pela implementação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Por este motivo, possuía a luta pela redemocratização em suas entranhas (SOUSA; NEVES, 2012, p. 25).

É esse caldo cultural e ideopolítico que possibilita – dado seu nítido caráter de contraposição política à ordem instituída – que a profissão se depare com as tensões sociais, não apenas no movimento de conformá-las e adequá-las, mas expressando-as internamente e favorecendo, assim, o reconhecimento da dimensão política como parte do corpus profissional. (SOUSA; NEVES, 2012, p. 25).

Assim, pode-se dizer que o projeto de intenção de ruptura fora forjado pelo movimento sócio-histórico que, em meio as lutas pela redemocratização e ao período mais sangrento da autocracia burguesa definiu a dimensão política do projeto ético político do Serviço Social.

Netto (2010, p. 261) aponta que a perspectiva de intenção de ruptura pode ser dividida em três momentos: O da sua emersão, o de sua consolidação acadêmica e

de seu espraio sobre a categoria profissional. No que tange a emersão, esta é demarcada entre os anos de 1972 e 1975, enquanto produto do trabalho dos profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade de Minas Gerais, responsáveis pela formulação do chamado método Belo Horizonte (SOUSA; NEVES, 2012, p. 24). É, pois, neste momento de emersão que ocorre a aproximação do Serviço Social com o marxismo, que não se dá sem problemas.

Sobre essa aproximação problemática do Serviço Social com o marxismo, Sousa e Neves (2012, p. 27) realizam alguns apontamentos. O primeiro ponto é que esta aproximação ocorrera com pouco rigor teórico, por meio da militância política. Outro ponto levantado pelas autoras é que a teoria social de Marx fora adotada, todavia, sem a explicitação de um padrão societário que se desejasse alcançar. “Ou seja, é uma elaboração marxista que carece de uma projeção socialista[...]” (SOUSA; NEVES; 2012, p. 27). As autoras apontam ainda o reducionismo em que a teoria social de Marx era abordada, visto que sua obra aparecia como uma sociologia científica que desvenda a evolução social por meio a análise econômica. Por fim, apontam que esta aproximação não ocorria por meio das fontes marxianas, mas por meio de divulgadores, como Louis Althusser.

É interessante notar que esse processo não rompeu radicalmente com uma herança conservadora, de cunho positivista e irracionalista, predominante historicamente no Serviço Social, o que vai constituir-se num dos fatores explicativos da aproximação tardia da profissão ao debate do marxismo e à sua incorporação por via de um marxismo positivista, suavizado nos moldes de Althusser e Harnecker. Pode-se, portanto, concluir que a reconceituação levou a uma ruptura política que não foi acompanhada por uma ruptura teórica com essa herança conservadora. (QUIROGA *apud* SOUSA; NEVES, 2012, p. 28).

Se, o primeiro momento dessa aproximação é marcado por um conjunto de problemáticas, o segundo momento já é possível perceber uma apropriação e aprofundamento maior, visto que, o Serviço Social passa a recorrer às fontes originais. A inauguração desse segundo momento, chamado por Santos citado por Sousa e Neves (2012, p. 28) de apropriação epistemológica é marcada pela obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, de 1982.

O marco do processo de renovação do Serviço Social se dá no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, também conhecido como Congresso da Virada. É válido pontuar que, assim como para o avanço do projeto de intenção de ruptura, houveram condições objetivas e subjetivas favoráveis que contribuíram para a efetiva virada no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e construção de um Projeto

Ético Político profissional coletivo, que refletisse as lutas travadas pela categoria nos últimos anos.

Ora, emergia naquele período uma grave crise econômica, produto da crise mundial de 1973, setores da pequena burguesia e daqueles que estavam à margem dos monopólios do grande capital passavam a se posicionar contra o regime militar, importantes entidades externalizavam descontentamento com o regime, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Atrelado a esse quadro, havia ainda a retomada do movimento sindical na Grande São Paulo, que colocou a classe trabalhadora na vanguarda das lutas contra o regime militar (BRAZ, 2019, p. 185). Fora essa conjuntura que constituiu as condições objetivas e subjetivas que possibilitaram a realização daquele CBAS que representou a virada do Serviço Social e construiu um Projeto Ético Político vinculado as lutas da classe trabalhadora e a construção de um outro modo de sociabilidade.

Assim, ao passo em que lutavam ao lado da classe trabalhadora pela redemocratização do país, os profissionais construíram um novo projeto profissional no Congresso da Virada e em 1986. O Código de Ética de 1986 rompeu com a “ética da neutralidade” e com o conservadorismo que permeava a ética profissional naquele período, todavia, não ofereceu “[...] sustentação teórica que contribuísse para uma compreensão de seus fundamentos” (BARROCO *apud* ABRAMIDES, 2019, p. 113). Assim, o Código de ética profissional de 1986 foi substituído pelo Código de Ética de 1993 que superou estas lacunas.

Nesse sentido, tem-se o que Santos *apud* Sousa e Neves (2012, p. 30) intitulou de apropriação ontológica da vertente crítico dialético, que é a superação do segundo momento da aproximação do Serviço Social com o marxismo no Brasil. Essa apropriação, iniciada a partir da década de 1990 pode ser visualizada em três debates centrais, sendo as quais a formulação do código de ética de 1993, a Lei de regulamentação da profissão e a revisão curricular de 1996 (SOUSA; NEVES, 2012, p. 30). Ou seja, o projeto ético político do Serviço Social como se dá nos dias de hoje é produto desta apropriação.

Outrossim, tem-se ainda como produto dessa relação:

- ✓ A ampliação do universo temático do debate profissional, introduzindo-se discussões em relação ao Estado, as classes sociais, as políticas, serviços sociais e assistência;

- ✓ O rompimento com Serviço Social tradicional e o conservadorismo;
- ✓ O reconhecimento da necessidade de explicitar as determinações sociopolíticas das práticas profissionais;
- ✓ A ênfase da análise histórico crítica da evolução do Serviço Social no país. (NETTO *apud* SOUSA; NEVES, 2012, p. 30).

Assim tem-se a consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social na década de 1990. No que tange a esta consolidação, é importante pensar a conjuntura em que este processo se deu e as lutas travadas naquele momento. O período que antecede o processo de consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social é marcado pela ebulição das lutas da classe trabalhadora e pelo surgimento do PT.

Abramides (2019, p. 90) aponta ainda para o fortalecimento das lutas operárias no ABC e a organização sindical dos Assistentes Sociais junto aos movimentos classistas. A autora demonstra que a organização sindical dos profissionais naquele momento, se vinculava diretamente as lutas populares travadas naquela conjuntura, mobilizando parcela significativa de profissionais no apoio a essas lutas que demandavam por serviços e políticas sociais.

Abramides (2019, p. 91) denota ainda a participação da categoria profissional na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), de 1978 a 1981 por meio das comissões regionais, estaduais e nacionais Pró- CUT e a deliberação da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora- I CONCLAT, que, realizada em 1981 fora um momento decisivo para a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, em 1983. Chama atenção ainda para o aumento exponencial da inserção de Assistentes Sociais nas organizações sindicais que, no período de 1978 a 1979 saíram de três para 22 entidades. Para a autora esse aumento da inserção de profissionais inseridos no sindicalismo classista fora essencial para a impressão da direção política do III CBAS (ABRAMIDES, 2019, p. 92).⁷⁷

Além de organizados via sindicatos classistas, os profissionais também estavam organizados em torno de outras lutas, a saber: luta pelo ensino público laico, gratuito e universal; luta contra qualquer tipo de discriminação e opressão de classe, etnia, gênero, raça e orientação sexual; lutas por políticas públicas específicas (para

⁷⁷ Abramides afirma que nesta ocasião, foi deliberado que os próximos CBAS seriam organizados pela Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais (CENEAS), reconhecendo e legitimando o papel das entidades sindicais e pré sindicais na ruptura com o conservadorismo. O IV CBAS foi realizado pela CENEAS e foi proposto a categoria profissional que os próximos fossem organizados e dirigidos por todas as entidades nacionais da categoria e estudantil.

mulheres, pessoas com deficiência, criança e adolescente, população em situação de rua, negros, indígenas, idosos, sexualidade; luta pela reforma sanitária e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS); luta pela implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); luta pela reforma urbana e por políticas habitacionais e ambientais; pela implementação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nas cidades; pelo direito à moradia, à cidade e à justiça; luta pelo transporte coletivo de qualidade; luta pelas creches; luta pela reforma agrária e luta pela demarcação das terras indígenas (ABRAMIDES, 2019, p. 96).

A autora assinala ainda a militância política dos docentes nas universidades e na ABESS, bem como, a inserção de um grupo significativo de profissionais que atuavam partidariamente, de forma majoritária, no PT.

Neste período o PT agrega, em sua composição interna, uma parcela expressiva da esquerda organizada do país. Entretanto, a militância partidária das assistentes sociais se amplia para além do PT, embora a inserção dos profissionais que atuam nas entidades organizativas da categoria profissional seja majoritária e hegemônica nesse partido. (ABRAMIDES, 2019, p. 90).

Deste modo, Sousa (2021, p. 8) relaciona a consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social com o surgimento do PT e aponta para os rebatimentos deste surgimento no processo de consolidação do PEP da profissão.

[...] a condição política que possibilitou a ruptura com o conservadorismo é demarcada pela identidade que parte da vanguarda estabeleceu com o conteúdo tático estratégico formulado pela classe trabalhadora brasileira na chamada estratégia democrático popular. (SOUSA, 2021, p. 8).

Ora, a fim de manter os compromissos socio- políticos com os trabalhadores e estabelecer relações mais próximas com a realidade brasileira, a categoria trabalho ganhou centralidade na construção do Projeto ético político do Serviço Social, de modo que, reconhece-se a exploração a que a classe trabalhadora é submetida, bem como, as classes sociais e suas funções nos moldes do sistema capitalista. O reconhecimento deste movimento no interior do Projeto Ético Político do Serviço Social se deu na vinculação entre o projeto profissional e um “[...] projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem societária sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (SOUSA, 2021, p. 8-9).

Assim, Sousa (2021, p. 9) aponta que, pensar o Projeto Ético Político requer pensar dois direcionamentos distintos, sendo, um comprometido com a emancipação humana, que propõe a superação das desigualdades e de todas as formas de

opressão e preconceito e outra na perspectiva conjuntural estratégica, comprometida com a emancipação política nos limites de uma sociedade de classes. Assim, a autora pondera que, o que outrora se constituiu na defesa do trabalho enquanto categoria central para compreensão da realidade social e problematização da sociedade burguesa, se limitou a mera defesa dos direitos sociais conquistados durante os processos de luta da classe trabalhadora. Essa tendência que a autora denomina de socialista reformista amadurece a partir dos anos 1990, período em que parte da vanguarda profissional se organizava contra os desmontes promovidos pelo governo FHC, entretanto, é a partir da entrada dos anos 2000 com a ascensão de Lula da Silva ao governo que o socialismo reformista se coloca efetivamente como tendência nos meios profissionais.

Nestes termos, esta tendência socialista reformista rebate do ponto de vista político na falta de mediações, obstaculizando os ganhos derivados da decodificação entre o que é projeto profissional, que possui limites, e o que é projeto societário de ruptura com a ordem do capital. (SOUSA, 2021, p. 9-10)

É válido ressaltar ainda que durante os governos petistas um grande contingente de profissionais fora chamado a atuar no interior no governo, no planejamento e na gestão de Políticas Públicas de modo que, a tendência reformista do Partido dos Trabalhadores se fortalecesse nos meios profissionais.

Ora, o projeto ético político do Serviço Social nasce como produto da perspectiva de intenção de ruptura. Assim, a partir desta perspectiva tem-se a construção de um Projeto Ético Político vinculado as demandas da classe trabalhadora e a construção de uma nova ordem societária. Um projeto vinculado à busca pela emancipação política com vistas a emancipação humana (BARROCO; TERRA, 2012, p. 60). Todavia, assim como em todos os processos de transformação que se deram no interior do Serviço Social, o processo de construção do Projeto Ético Político é atravessado por tensões que estavam presentes naquela dada conjuntura. É importante pensar que tratava-se de um período de desmonte de direitos em pleno governo neoliberal de FHC, ebulição das lutas da classe trabalhadora e construção de um partido dos trabalhadores, que, naquele momento, realizava a defesa dos direitos da classe trabalhadora no âmbito da institucionalidade. É esse caldo de cultura que permeia a construção de um projeto ético político que, devido a própria dinâmica do capital sofre influências reformistas, comprometendo a radicalidade que ele próprio defende.

Assim, apesar de profissionais direcionados por um Projeto Ético Político que defende a construção de uma nova ordem societária e a emancipação política com vistas a emancipação humana, a dinâmica própria do capital obriga-nos a sair em defesa da emancipação política e só, em detrimento da busca pela emancipação humana preconizada pelo próprio Projeto Ético Político.

Prova disto é o fato de que nas eleições de 2022 a categoria profissional, bem como, as entidades representativas estão organizadas pela eleição de Lula da Silva, em um contexto de ampla aliança com os setores burgueses pela defesa da democracia burguesa, frente a candidatura do neofascista Bolsonaro. O fato é que, a própria inserção do Serviço Social no interior de uma sociedade de classes dificulta a defesa da radicalidade preconizada pelo Projeto Ético Político do Serviço Social. Logo, é preciso estar atento ao fato de que o profissional de Serviço Social é um trabalhador, que vende sua força de trabalho em troca de valor para subsidiar sua subsistência. Assim, a luta por um outro modo de sociabilidade não está na prática profissional institucionalizada. O princípio IX do Código de Ética do Assistente Social de 1993 preconiza a “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as” (CFSS, 2011, p. 24), assim, para além dos muros institucionais, o Assistente Social deve estar nas ruas, inserido nas lutas da classe trabalhadora, pois, a defesa do Projeto Ético Político se dá para além da prática profissional.

3.2 O conservadorismo nas entranhas: a reprodução e a repetição do sincretismo nos meios profissionais.

Conforme já citado anteriormente, o Serviço Social é uma profissão que nasce no seio da igreja católica, como instrumento para lidar com as expressões da questão social forjadas em meio a ascensão do capitalismo industrial e que mais tarde, fora apropriado pela burguesia enquanto estratégia para reprodução de capital e apaziguamento dos processos de luta mais radicais da classe trabalhadora.

Com o avanço do capital industrial e as transformações ocasionadas por esse processo às expressões da questão social, exigiu-se um profissional mais qualificado, inicia-se assim um processo de erosão das bases do Serviço Social tradicional e

renovação do Serviço Social. Esse processo se dá a partir das perspectivas de modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura, donde, de fato há o rompimento com o Serviço Social tradicional.

Produto da perspectiva de intenção de ruptura nasce o Projeto Ético Político do Serviço Social, cuja construção é permeada de tensões que se colocavam naquela conjuntura. Essas tensões, diga-se, a destituição dos direitos da classe trabalhadora em pleno governo FHC, em consequência a ebulição das lutas do operariado, as lutas sindicais e o surgimento do partido dos trabalhadores, influenciam no processo de consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social que adquire, enquanto resultado desses processos um cariz reformista.

Realizar essas delimitações se fazem importantes para compreendermos que o Serviço Social é uma profissão, donde a reprodução do conservadorismo se faz presente, pois, determinações conjunturais, históricas e estruturais contribuem para esta reprodução. “[...] o conservadorismo nos meios profissionais, tem raízes profundas e se engana quem o supuser residual” (NETTO *apud* MOTA; AMARAL, 2016, p. 27).

Com base nos estudos de José Paulo Netto, Maranhão (2016, p. 164) aponta três principais fatores que contribuem para reprodução do conservadorismo no Serviço Social, dentre os quais, o caráter inerentemente sincrético da profissão, a aproximação débil e enviesada do Serviço Social com o marxismo e a atual ampliação das características manipulatórias do capitalismo maduro e a correlação de forças das lutas das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, no que se refere a essa estrutura sincrética do Serviço Social Netto afirma que:

[...] a própria natureza sincrética socioprofissional do Serviço Social. É desta que recorrem, posta a carência de um referencial crítico dialético, as peculiaridades que fazem dele um exercício prático profissional sincrético. (NETTO, 1996, p. 88).

Assim, para Netto, a própria natureza do ser socioprofissional do Serviço Social é por si, sincrética. A manutenção desse sincretismo deve-se a fluidez, o imediatismo e a heterogeneidade com que os profissionais são obrigados a construir a sua prática profissional cotidiana (NETTO *apud* MARANHÃO, 2016, p. 167).

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática

profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social. (NETTO, 1996, p. 88).

Netto (1996, p. 88) aponta para três fenômenos objetivos que contribuem para o favorecimento da estrutura sincrética do serviço social: O universo problemático que se lhe apresentou como eixo de demandas históricos sociais (a questão social); o horizonte do exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção.

Sobre a multiplicidade problemática da questão social, ancorado nos escritos de José Paulo Netto, Maranhão (2016, p. 167) explica que a questão social é um fenômeno multifacetado, de forma que, esse universo problemático que o Assistente Social lida diretamente em seu cotidiano se manifesta de diversas maneiras aos seus olhos, uma vez que não há recorte da vida social em que a questão social não se manifeste de alguma forma. Assim, “a natureza difusa assumida pela questão social, que se instaura como objeto polifacético e polimórfico para uma variedade de intervenções profissionais” (NETTO, 1996, p. 89). Ou seja, diante da forma multifacetada com que a questão social se apresenta, o profissional é obrigado a fragmentar este universo de problemas para construir estratégias de intervenção. Assim, são construídas intervenções fragmentadas e cada vez mais distanciadas da totalidade dos fenômenos. Maranhão (2016, p. 168) cita que, na tentativa de atender a multiplicidade das demandas apresentadas, os profissionais utilizam de modelos formal-abstratos, a exemplo da tricotomia caso/grupo/comunidade ou a sequência estudo/diagnóstico/terapia/avaliação, que apesar de tradicionalmente utilizados nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social não são eficazes para a compreensão da totalidade da realidade social. Assim, o próprio objeto de intervenção do Serviço Social é em si um conjunto sincrético, “deixando na sombra a estrutura profunda daquela que é a categoria ontológica central da própria realidade social, a totalidade” (NETTO, 1996, p. 91).

[...] o próprio objeto de intervenção do Serviço Social se configura como uma rede multifacetária de demandas que obscurece os nexos que este estabelece com a totalidade social, ou seja, a própria categoria “questão social” mais obscurece do que esclarece os seus variados nexos com a totalidade social. (MARANHÃO, 2016, p. 169).

Netto (1996, p. 89) salienta que antes mesmo da chegada do capitalismo à idade do Monopólio a questão social já se manifestara muito além do território fabril, todavia, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista fez crescer exponencialmente essas refrações de modo que, no atual estágio, as expressões da

questão social se manifestam em todos os aspectos da vida social. É por este motivo que se dá a multiplicidade problemática da questão social, onde são facilitadas as atuações fragmentadas.

Todavia, esse fenômeno por si só, não garante a reprodução do sincretismo nos meios profissionais. Netto (1996, p. 91) cita ainda o horizonte onde a prática profissional se dá como outro fator determinante para esta reprodução. Ora, o horizonte onde se coloca a atuação profissional é, pois, a vida cotidiana. É o cotidiano o horizonte real da intervenção do profissional de Serviço Social.

Sendo o cotidiano o horizonte real da intervenção profissional, é nesse espaço permeado pela imediatividade, heterogeneidade e superficialidade que são ontológicas do cotidiano que o profissional constrói a sua práxis.

Maranhão define estes três elementos da seguinte forma:

- ✓ Heterogeneidade – pois a vida cotidiana se constitui em um universo heterogêneo que movimentam simultaneamente fenômenos e processos de natureza complexa;
- ✓ Imediaticidade- uma vez que o padrão de comportamento exigido pela cotidianidade é a relação direta entre o pensamento e a ação, em uma conduta imediata, donde o espontaneísmo e automatismo são as repostas esperadas para as demandas que aparecem;
- ✓ Superficialidade- porque a imediatividade e a heterogeneidade que permeiam o cotidiano dificultam o aprofundamento nas questões que se apresentam, bem como, a realização da relação dos elementos que os vinculam. (MARANHÃO, 2016, p. 170).

Além da cotidianidade, Netto (1996, p. 93) cita ainda a modalidade específica da intervenção profissional enquanto um outro elemento que contribui para inscrição do Serviço Social no círculo de giz do sincretismo.

O autor explica que a modalidade específica da intervenção profissional está relacionada a manipulação de variáveis empíricas para atendimento imediato das demandas apresentadas no cotidiano para atendimento de metas institucionais. Nesses espaços (profissionais) há a cobrança para atendimento imediato das demandas que surgem, sem a exigência de mediações mais complexas para atendimento qualificado dessas demandas. Nesse sentido, torna-se um profissional competente aquele que manipula dados empíricos para atendimentos das metas institucionais.

[...] toda operação sua que não se coroa com uma alteração das variáveis empíricas (sejam situacional-comportamentais, individuais, grupais etc.) é tomada como inconclusa, ainda que se valorizem seus passos prévios e preparatórios. (NETTO, 1996, p. 93).

Nesse sentido, Maranhão aponta que uma das implicações do sincretismo para a prática profissional é a exigência de que esta prática seja instrumentalizável, ou seja, qualquer ação do Assistente Social perante as demandas por ele atendidas devem se mostrar imediatamente eficaz e eficiente para atender aos anseios institucionais (MARANHÃO, 2016, p. 173). “Isso quer dizer que o profissional de Serviço Social deve atender quase que mecanicamente aos múltiplos problemas que chegam a todo momento no local de trabalho” (MARANHÃO, 2016, p. 173). O autor pontua ainda que qualquer atividade que não esteja circunscrita nessa dinâmica da imediatividade é considerada supérflua nos meios profissionais. Nessa direção, o autor cita a burocratização da vida social como resultado desse processo, pois, na busca por respostas imediatas a problemas da vida cotidiana, o profissional acaba por burocratizar sua prática profissional que assim, se afasta de uma práxis transformadora.

A burocratização presente nos espaços institucionais, aparece como forma específica de alienação a que estão submetidos tais profissionais. A práxis burocrática das instituições reifica determinados elementos da realidade social que chegam aos assistentes sociais, transformando-os em “regras” formais de atendimento e intervenção profissional. (MARANHÃO, 2016, p. 174).

Nesta perspectiva o profissional se afasta de uma prática profissional qualificada e não realiza mediações que proporcionam a aproximação com as múltiplas determinações que permeiam aquele dado fenômeno, ou seja, com a totalidade concreta (MARANHÃO, 2016, p. 174).

Em sua análise, Maranhão (2016, p. 175) aponta ainda para a reposição do sincretismo nos meios profissionais. Para o autor, se a instância decisiva e a demanda recorrente da intervenção profissional são a manipulação das variáveis empíricas, as análises imediatistas e os procedimentos técnico burocráticos se legitimam facilmente no arcabouço ideológico da profissão.

Assim, o sincretismo profissional,

[...] traça férteis condutos para que as análises teóricas dos profissionais não ultrapassem a mera aparência dos fenômenos, dificultando o surgimento de uma prática profissional crítica e, ao mesmo tempo, criando condições para a reposição intelectual do sincretismo profissional, ou seja, a superficialidade, o ecletismo e o pragmatismo teóricos baseados em uma “razão empobrecida” da realidade social. (MARANHÃO, 2016, p. 176).

Assim, se, por um lado a estrutura sincrética do Serviço Social cria a ilusão de que as posturas metodológicas formal-abstratas são as mais adequadas no fazer

profissional, por outro, a adoção dessas posturas mesmas contribui para a reprodução do sincretismo na atuação profissional.

Sobre a reposição do sincretismo nos meios profissionais, Souza (2014, p. 555) aponta para o aprofundamento das tendências postas pelo capitalismo monopolista nos últimos anos. Ora, em um contexto de neoliberalismo, onde o Estado atua para a manutenção dos lucros do capital monopolizado, são implementadas medidas de austeridade fiscal e destruição dos direitos da classe trabalhadora, ao passo que, serviços públicos são sucateados e privatizados. Neste sentido, a questão social se cronifica, e suas expressões se transformam, se aprofundam e se espriam. Na busca pelo atendimento as novas demandas as políticas sociais (instrumento de trabalho do assistente social) se tornam mais seletivas e focalizadas. Inserida nesse contexto, a atuação profissional encontra uma “malha institucional que lhe repõe requisições e demandas tipicamente sincréticas” (SOUZA, 2014, p. 556).

Sobre universo do cotidiano, espaço onde se dá a prática profissional, Souza (2014, p. 556) assinala que a atual conjuntura este encontra-se renovada de processos alienantes: o culto do individualismo, o hedonismo e a falta de perspectiva de futuro (agravada pela crise estrutural do capital), o aprofundamento das opressões, dentre as quais o racismo, o machismo, a LGBTQIAPNfobia, a xenofobia, o aumento da violência urbana (ocasionado pela criminalização da pobreza e militarização da vida social), da violência doméstica, o neofascismo etc. Todos esses fatores constituem no caldo de cultura que permeia o cotidiano profissional, contribui na reprodução do conservadorismo e do sincretismo na atuação profissional.

Quanto ao terceiro traço do sincretismo, a manipulação das variáveis empíricas, o autor também aponta para tendências que corroboram na sua reposição. Para Souza (2014, p. 556) as tendências de hiperfocalização e assistencialização das políticas sociais contribuem para a manutenção da manipulação das variáveis empíricas.

Também sobre a reposição do sincretismo, Souza (2014, p. 536) discute sobre a reposição intelectual desse fenômeno e pontua que o sincretismo presente no exercício profissional é refletido na teoria como o ecletismo, uma vez que o sincretismo da prática profissional aparece no âmbito da produção do conhecimento como tendência ao ecletismo.

[...] ou seja, como coletânea acrítica de teorias, categorias e conceitos por vezes contraditórios, tudo em nome da captura de fragmentos de teoria que

sejam capazes de explicar, também fragmentariamente, a realidade setorial com que se defronta o profissional, sem uma preocupação fundamental quanto às suas consequências ideopolíticas. (SOUZA, 2014, p. 536).

Outro ponto importante levantado por Souza (2016, p. 252) é que, em meio a conjuntura de avanço do conservadorismo, o ecletismo tende a ganhar legitimidade e respaldo nos espaços institucionais, favorecendo produções ecléticas nos meios profissionais. Por outro lado, as pesquisas com raízes dialéticas encontram dificuldades crescentes, tanto institucionais, quanto politicamente, uma vez que não se efetivam como manipulação de variáveis empíricas.

Souza (2016, p. 250) atenta ainda para a falsa equiparação entre o ecletismo e o pluralismo defendido pelo Projeto Ético Político do Serviço Social. Ora, o pluralismo é um valor democrático fundamental, um confronto teórico necessário, que nega monolitismo e hierarquia entre as teorias, já o ecletismo pode resultar na apologia direta ou indireta do capitalismo, reproduz o conservadorismo de maneira singular, uma vez que, no ecletismo as relações burguesas são naturalizadas ou inteiramente abstraídas.

Todavia em Souza (2014, p. 536) o autor atenta para o fato de que essa possibilidade não é uma regra pois, “a produção do conhecimento não é um reflexo passivo e mecânico do sincretismo da prática”. Nesta seara, que é permeada por mediações específicas, mas igualmente contraditórias, a autonomia relativa do pesquisador é maior, contradição que o Serviço Social tem explorado de maneira qualificada e que por este motivo tem sido possível a produção de um conhecimento crítico nos meios profissionais. Nesse sentido o autor salienta a possibilidade de superação do ecletismo nas produções teóricas no campo do Serviço Social. “Superação, sublinhe-se, não significa cancelamento. O ecletismo mantém-se, como tendência limiar do pluralismo e do sincretismo da prática, tensionando o sentido e a direção social da produção do conhecimento (SOUZA, 2014, p. 536).

Maranhão (2016, p. 176) afirma que além do sincretismo e do ecletismo teórico, a aproximação problemática do Serviço Social com o marxismo, também contribui para a manutenção do conservadorismo nos meios profissionais. Ocorre que, a aproximação enviesada do Serviço Social com o marxismo dificultou o estabelecimento de um diálogo entre a profissão e os aspectos teóricos-metodológicos da tradição marxista. Neste viés, Maranhão (2016, p. 169) realiza alguns apontamentos determinantes para esta aproximação enviesada.

O primeiro ponto citado pelo autor é o antagonismo cultural entre o Serviço Social e o marxismo. Se por um lado essas duas vertentes (o Serviço Social e o marxismo) possuem um denominador comum (a questão social), é fato de que ambas possuem fortes antagonismos relacionados também a própria questão social.

Ora, para a tradição marxista a superação da questão social perpassa, inevitavelmente, pela ultrapassagem da sociedade capitalista, já o Serviço Social surge vocacionado a lidar com as expressões da questão social nos moldes da sociedade burguesa. Outro ponto levantado pelo autor são as vertentes culturais que se relacionam o marxismo e o serviço social, que são também opostas.

A vertente cultural da tradição marxista é legatária ainda do iluminismo e põe como objetivo primordial o desvelamento da natureza, estrutura e da dinâmica específica da sociedade burguesa. Já a vertente cultural em que se prende o Serviço Social (ou menor, as suas protoformas) é ligada historicamente às correntes reacionárias da igreja católica, que, saudosas do antigo regime feudal, se opunham às conquistas da Revolução Francesa. (MARANHÃO, 2016, p. 180).

Esse antagonismo é apontado pelo autor também no plano teórico visto que, o pensamento de Marx está centrado na crítica da emergência, desenvolvimento e consolidação da sociedade burguesa, já o Serviço Social não se caracteriza por ser uma teoria e sim uma profissão, que se institucionaliza e se afirma a partir de um conjunto de saberes ancorados em uma vertente teórica antagônica ao marxismo (economia, sociologia, antropologia, psicologia etc.) (MARANHÃO, 2016, p. 181).

Um outro elemento apontado pelo autor é a herança teórico política deixada pela II e pela III Internacionais no movimento comunista mundial, sendo que a concepção de marxismo instaurada pela II internacional compreendia a obra de Marx como uma sociologia científica que desvendava a realidade social a partir da perspectiva econômica e a na III internacional stalinizada a teoria social de Marx se via domesticada.

Maranhão (2016, p. 187) cita ainda a obra de Louis Althusser que reduzindo a obra marxiana a um epistemologismo de raiz estruturalista direcionou, em grande medida, o pensamento da sociologia crítica e marxista no Brasil. No plano teórico metodológico, essas foram as condições que estavam postas durante o processo de aproximação do Serviço Social com a tradição marxista.

No que se refere as condições particulares desta aproximação no interior do Serviço Social, Maranhão (2016, p. 187) afirma que esta ocorreu sem muitas exigências teóricas, tendo, grande parte das vanguardas acadêmicas se aproximado

da teoria marxiana por meio de partidos políticos, dando, maior importância as posições ideopolíticas do que as contribuições teóricas metodológicas da teoria social de Marx.

Tais determinações impuseram obstáculos para a aproximação do Serviço Social com essa vertente teórica, criando condições desfavoráveis para que, por meio da teoria social de Marx, o Serviço Social construísse propostas de ação profissional alternativas aos modelos conservadores e pragmáticos que se limitam a reproduzir, de diferentes formas, o sincretismo presente nas esferas de atuação profissional. (MARANHÃO, 2016, p. 188).

Mesmo com os avanços dos estudos frente a teoria social de Marx, Maranhão (2016, p. 189) atenta para alguns obstáculos que permanecem impedindo a difusão da influência do pensamento crítico nos meios profissionais.

O autor cita a relação dificultosa entre as vanguardas acadêmicas (aquelas que impulsionaram e impulsionam os estudos frente a tradição marxista) e grande parte da categoria profissional que ocupam os espaços “da ponta” da atuação profissional. Essa relação distanciada tem atravancado a construção de propostas críticas na atuação profissional, bem como, distanciando os profissionais da ponta de uma reflexão e sistematização de sua prática profissional, contribuindo para a reposição do sincretismo e do conservadorismo nos meios profissionais. O autor aponta para a valorização do saber prático nos campos de atuação profissional, em detrimento a análises teóricas mais complexas da realidade social.

Paradoxalmente, o que se tem percebido é a ampliação do pragmatismo profissional e a exaltação do “saber prático” enquanto forma de atuação mais eficaz e eficiente para a prática do Assistente Social. É sempre bom lembrar que esse “saber prático” frequentemente oscila entre racionalismo formal abstrato, ancorado na divulgação do saber puramente instrumental e técnico, e o puro irracionalismo, com sua exaltação de um tipo de conhecimento que não tem nenhum compromisso com a sistematização e a análise de dados da realidade social. (MARANHÃO, 2016, p. 190).

É preciso, nesse sentido, atentar-se para o retrocesso nos meios profissionais e a recuperação dos preceitos da perspectiva de modernização conservadora apontado por Netto (2010) visto a valorização de um saber voltado a um viés técnico-burocrático.

Nesse viés, Guerra (1999, p.170) discute sobre a falsa afirmativa de que “na teoria é uma coisa, na prática é outra” como recusa da unidade teoria/prática. Essa afirmativa é reproduzida por diversos profissionais do Serviço Social que optam pela atualização profissional pela perspectiva do saber prático em detrimento dos estudos teóricos, quando o fazem. A autora explica que, essa afirmativa, de cunho

conservador, encontra substrato na divisão social entre trabalho manual e trabalho intelectual e abaliza que, ao ser enquadrado como profissional de caráter eminentemente técnico e, ao exercer funções executivas o assistente social reproduz essa afirmação, acreditando poder eximir-se da reflexão teórica mantendo-se focado em suas funções do cotidiano profissional.

“A isto combina-se o elenco de disciplinas que se dedicam aos fatos da realidade empírica, que lhe fornecem um quadro referencial teórico eclético, segregado em informações parciais, fragmentadas, generalizantes” (GUERRA, 1999, p. 170).

Compreendemos este como outro elemento que dificulta a relação das vanguardas acadêmicas com os profissionais da ponta da atuação profissional.

Souza (2016, p. 251) aponta que esta relação conflituosa entre a teoria e a prática é também produto do sincretismo e ecletismo nos meios profissionais, uma vez que, no sincretismo e no ecletismo a teoria tem seu papel reduzido e é posta como coadjuvante meramente legitimadora e instrumental da prática profissional, que, por outro lado, esta sim, é importante.

Para o conservadorismo, o saber prático não apenas é o mais importante, mas o “verdadeiro” e “legítimo”, posto que é a condensação das “experiências”, as únicas verdadeiramente válidas e relevantes contrapostas ao suposto “apriorismo” das teorias, tomadas como meras abstrações sem raízes na realidade concreta. (SOUZA, 2016, p. 251).

Sobre a manutenção do conservadorismo, Maranhão (2016, p. 191) aponta ainda para a despolitização de parte da categoria profissional, que possui pouca ou nenhuma participação política, fruto da desmobilização da classe trabalhadora, proveniente da cooptação dos movimentos sociais no ciclo petista (2003-2016). Ora, a compreensão da realidade social a partir de uma perspectiva crítica perpassa a inserção nas lutas sociais, de forma que, um profissional distante das lutas sociais é um profissional que se mantém distante da própria classe trabalhadora, bem como, da realidade social que esta classe está inserida. Logo, é um profissional predisposto a reproduzir o conservadorismo.

Maranhão (2016, p. 192) cita ainda a prevalência da perspectiva anti-histórica na conjuntura e a ascensão da pós-modernidade nas universidades, que afeta a formação e consequentemente a atuação profissional do Assistente Social. As políticas de austeridade fiscal e os retrocessos impostos para a Política de educação, sucatearam a formação profissional, tornando-a mais aligeirada e superficial. Nesse

sentido, estão ameaçados os projetos de educação mais críticos, que se propõe a refletir a realidade social a partir da perspectiva de totalidade.

Mediante o exposto, observa-se que as raízes conservadoras da profissão são muito mais profundas do que estão aparentes, posto que, o conservadorismo nos meios profissionais possui raízes históricas, estruturais e conjunturais, uma vez que a profissão, que não é uma ilha, sofre os impactos dos processos sócio-históricos.

Assim, para além de relacionar-se com surgimento do Serviço Social junto as correntes mais reacionárias da igreja católica, o conservadorismo, na profissão, se reproduz “mediante as formas peculiares e específicas do ecletismo e do sincretismo” Souza (2016, p. 254-255), cujas raízes estão fincadas no modo de sociabilidade burguês, ou seja, o sincretismo e o ecletismo que produzem o conservadorismo nos meios profissionais são também, produtos do capitalismo. Logo, nos moldes da sociedade burguesa é possível a sua suspensão, não sua superação.

3.3 “Eu vejo o futuro repetir o passado”:⁷⁸ a reatualização do conservadorismo sob a égide da “reforma do serviço social”

Fruto da perspectiva de intenção de ruptura e do chamado “Congresso da Virada” do Serviço Social”, o Projeto Ético Político do Serviço Social é mais do que um projeto de profissão, este, se vincula a um projeto de sociedade, que se propõe a defesa da “construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2012, p. 24). É também este Projeto Ético Político que vinculou-se à luta geral da classe trabalhadora, está pela defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do autoritarismo e pelo aprofundamento da democracia.

A construção desse Projeto Ético Político não se deu sem luta e sofreu as interferências das transformações societárias. Pode-se dizer que o PEP do Serviço Social é também produto dos processos sócio-históricos.

Todavia, apesar dos avanços conquistados no interior da profissão, o conservadorismo ainda encontra terreno fértil para se reproduzir, visto as bases históricas do Serviço Social, que hora conservadoras e alinhadas a igreja católica, justificam a reprodução de posturas conservadoras no interior da profissão e os

⁷⁸ Em alusão à música “O tempo não para” de Cazuza.

elementos estruturais, diga-se o sincretismo e a aproximação enviesada do Serviço Social junto a teoria social de Marx, bem como os elementos da conjuntura que contribuem para a reprodução do conservadorismo nos meios profissionais.

Todavia, há também no interior da profissão, as correntes que se reivindicam conservadoras e lutam por uma (contra) reforma na profissão, pelo retorno as correntes tradicionais, que se parecem ora com a perspectiva de modernização conservadora citada por Netto, ora se assemelham a perspectiva de reatualização do conservadorismo formulada pelo mesmo autor.

Para iniciar a discussão, recorreremos as reflexões acerca do marxismo cultural, teoria da conspiração de ataque ao marxismo que ganhou força principalmente nos últimos anos, após a ascensão da extrema direita.

Simionatto (2019, p. 120) define o marxismo cultural como uma teoria conspiratória, uma ameaça à civilização ocidental e aos valores tradicionais e cristãos, expressando-se no multiculturalismo e no feminismo, no ambientalismo, na defesa dos direitos das minorias e na luta contra o racismo e a xenofobia. A teoria da conspiração do marxismo cultural vem acompanhada do anticomunismo e da defesa extrema da moralidade, é associada a esquerda e particularmente no Brasil, é bastante associada ao Partido dos trabalhadores que, supostamente, em seus governos, teriam transformado as instituições de ensino em máquinas de “doutrinação ideológica marxista”.

Combatente ferrenho do marxismo cultural e crítico dos escritos de Antonio Gramsci, o autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho é o ideólogo dos defensores desta teoria. Para Olavo, Gramsci e Paulo Freire são os mentores do marxismo cultural e, portanto, os alvos principais a serem combatidos nas instituições de ensino (mais do que o próprio Marx) (SIMIONATTO, 2019, p. 121).

O combate ao marxismo, em sinais trocados através do “direitismo cultural”, com incisivos apelos ideológicos, subverte e desvia a atenção dos graves problemas estruturais que historicamente atravessam a realidade brasileira, evitada de resquícios da escravidão, do latifúndio e do colonialismo, sedimentando um senso comum em torno de ideias e valores que encobrem os antagonismos de classe, a desigualdade e a exploração. (SIMIONATTO, 2019, p. 122).

Nesse sentido, na lógica do marxismo cultural a dominação e a exploração de classes são naturalizadas e qualquer tentativa de garantia de direitos nos moldes da sociedade de classes é vinculada ao comunismo (SIMIONATTO, 2019, p. 122).

A política é desqualificada e reduzida ao terreno da “pequena política”, das disputas entre o “bem” e o “mal”, do acirramento do ódio entre as classes sociais, da pregação e incentivo à violência, da eliminação do “outro” e de qualquer posição contrária ao ideário assumido pelos grupos no poder. (SIMIONATTO, 2019, p. 123).

A rejeição ao marxismo e o marxismo cultural são produtos da extrema direita que apresenta grande ascensão nos últimos anos. Essas discussões têm tomado folego na sociedade brasileira e, o Serviço Social, inserido nessa sociabilidade não há de passar despercebido.

Surgem também no interior da profissão, correntes que rejeitam o marxismo e que reivindicam o retorno do Serviço Social tradicional.

Principal entusiasta da reformulação da profissão, o professor Edson Marques de Oliveira, associado do curso de Serviço Social da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) defende a necessidade de se realizar uma “reforma” no Serviço Social. Leia-se como reforma, o rompimento com um Projeto Ético Político profissional classista e com o marxismo enquanto corrente teórica que fornece embasamento a atuação profissional. Neste viés o autor divulgou as 23 teses pela reforma do Serviço Social, onde justifica seu posicionamento e defende a reformulação da profissão.

[...] reformar o Serviço Social é resgatar a essência de sua origem como profissão de intervenção humano-social e como ciência social aplicada, diferente do rumo que vem tomando, de uma “profissão militante político-ideológico partidária. Dessa forma, reformar e retomar sua essência e as suas origens, para com isso, mudar a rota de destruição e descaracterização que está em curso, ou seja, de uma ação mais militante pautada num discurso utópico ilusório (pois não diz como é possível, gerando perda de identidade, confusão e direção aos profissionais) o que não cabe a uma profissão, e sim, e se muito for, a organizações militantes como sindicatos, ONGs ativistas, movimentos sociais, mas jamais a uma profissão. (OLIVEIRA, 2017, p. 3).

Oliveira (2017, p. 3) esclarece que não se trata de um novo projeto de profissão, mas de um resgate da profissão aos métodos tradicionais da profissão, reencontrando a essência e magnitude preconizadas por Mary Ellen Richmond. Segundo o autor, a reforma faz-se necessária mediante os seguintes aspectos:

- a) Perda de espaços profissionais tradicionais para outras profissões e profissionais; b) urgência de abertura de novos espaços e alternativas de postos de trabalho; c) um contexto onde os serviços de atendimento tanto individuais, grupais e comunitários são incessantemente requisitados; d) outras competências, habilidades e posturas PROFISSIONAIS são exigidas, mas não são ofertadas nas faculdades e nem em cursos de qualificação continua- o que leva os profissionais a ficarem defasados e perderem espaços e oportunidade de trabalho e emprego; e) as demandas e comportamento dos clientes das organizações, das políticas, dos serviços cada vez requerem mais estudos e planejamento estratégico interventivo, e menos discursos e defesa de narrativas

globalizantes destituídas de praticidade, materialidade e resultados efetivos para os cidadãos, políticas públicas, organizações e sociedade; f) formação currículo, estágios e formação continuada que estejam conectados às reais demandas e não em serviços e numa ideologia e um projeto político partidário, o qual a cada dia se distancia mais de uma identidade profissional para se limitar a uma militância do século XXI. (OLIVEIRA, 2017, p. 4).

Em outro ponto o autor se refere a hegemonia do Projeto Ético Político do Serviço Social como “a praga do politicamente correto” e defende que não há pluralismo ou democracia no Serviço Social pois “quem é marxista é do bem, quem ousa trabalhar com outras vertentes é do mal” (OLIVEIRA, 2017, p. 5), em uma clara confusão entre ecletismo⁷⁹ e pluralismo⁸⁰. Define a opção por um outro modo de sociabilidade preconizado pelo código de ética do Assistente Social como uma esquizofrenia intelectual, pois acredita que o socialismo e o comunismo são ideais utópicos que nunca deram certo em local algum.

Mais à frente defende a educação na modalidade EAD e que o conjunto CFESS/CRESS se preocupe com coisas que de fato competem a um conselho como fiscalização profissional, abertura de novos espaços de trabalho, garantia de condições de trabalho dignos e etc. e não com “uma ideologia que defende todas as causas e movimentos sociais político-partidários” (OLIVEIRA, 2017, p. 7) e completa afirmando que temas como o aborto, o feminismo, o movimento LGBTQIAPN+, “os sem-terra”, são questões de viés político partidário.

Em outro ponto defende a extinção do Projeto Ético Político profissional e propõe como todas as outras profissões, a adoção de um código de ética profissional, desconsiderando ser o Serviço Social uma das únicas profissões que possui um Projeto Ético Político profissional vinculado a um projeto de sociedade (OLIVEIRA, 2017, p. 21).

Isso requer deixar mudar e resgatar a serenidade de uma profissão e de profissionais, e não de militantes e de um grupo sectarista que defende todo tipo de causa social, menos a do interesse de fato da sua categoria como profissão. (OLIVEIRA, 2017, p. 21).

Mais adiante defende a atuação do Serviço Social em várias esferas, como pública, privadas, do terceiro setor e como profissionais autônomos, nas consultorias ou freelancer, em uma defesa precarização e a uberização do trabalho do Assistente Social (OLIVEIRA, 2017, p. 34).

⁷⁹ Método científico que busca a conciliação entre teorias distintas.

⁸⁰ Consiste no reconhecimento da diversidade de ideias.

Adiante faz uma defesa da religião, pontuando que ciência e religião não se excluem e que “não devemos calar o nosso crer com o nosso fazer” e conclama aos Assistentes Sociais cristãos “vamos acordar” (OLIVEIRA, 2017, p. 35). Em um discurso que nos remete a perspectiva de reatualização do conservadorismo definida por Netto.

Para além das 23 teses por uma reforma da profissão defendidas por Oliveira (2017), há outros seguimentos que se manifestam nesse sentido. Nas redes sociais, mais especificamente no Facebook, há páginas de grupos trazem a proposta de reformulação da profissão, buscando resgatar os princípios basilares do Serviço Social tradicional.

Abordaremos aqui as páginas “Serviço Social libertário” e “Serviço Social conservador” ancorados na pesquisa de doutorado de Oliveira (2021).

Informações disponíveis na página “Serviço Social libertário” afirmam que o movimento foi criado com o objetivo de lutar por melhorias no Serviço Social brasileiro, bem como, divulgar ideias que contribuam com a liberdade e a integridade da atuação profissional. Afirmam que para a excelência e desenvolvimento de uma profissão, a liberdade de pensamento, de produção científica e de atuação é primordial. Defendem a vida, a liberdade e a propriedade e sinalizam que o movimento foi criado a partir da insatisfação de alunas (os) e profissionais de Serviço Social insatisfeitos com a “doutrinação marxista” presente nos cursos de Serviço Social que, fundamentam uma prática profissional político-ideológica. A página se coloca contra a hegemonia no Serviço Social, mas esclarece que não se preocupa apenas em difundir suas crenças, pois acreditam que o profissional deve ter liberdade de pensamento e de escolha sobre seu embasamento teórico (OLIVEIRA, 2021, p. 282-283).

Assim, se classificam como um movimento constituído por Assistentes Sociais que não defendem o Projeto Ético Político classista, pois consideram que possui uma orientação societária comunista. Nesse sentido, o grupo tem como objetivo principal disseminar para o interior da categoria a teoria liberal, trazendo outras soluções para os problemas econômicos do país que não sejam “a ditadura do proletariado” e o que definem como utópica “revolução comunista”. Objetivam ainda problematizar a atuação do Estado para além da segurança e da proteção. Objetivam alcançar mais pessoas, bem como, editoras que conseguem identificar a doutrinação do curso e as “armadilhas do socialismo” (OLIVEIRA, 2021, p. 283).

Definem ainda, como princípios basilares da página “Serviço Social libertário” a pluralidade teórica na atuação profissional, no ensino e na produção acadêmica; o fim do Monopólio CFESS/CRESS e a abertura de outras entidades de representação; a abertura e/ou ampliação de outros espaços de trabalho para além do Estado e a propagação de ideias liberais/libertárias para o Serviço Social Brasileiro (OLIVEIRA (2021, p. 284).

A página defende uma reforma no interior do Serviço Social com o intuito de resgatar a essência da origem do Serviço Social como profissão interventiva, humano social e como ciência aplicada, diferente do rumo que vem tomando, que define como uma “profissão militante político partidária” (OLIVEIRA, 2021, p. 378).

Defende que esta retomada da origem do Serviço Social como profissão e como ciência é resgatar a centralidade no ser humano, não como um ser isolado, mas como um ser conectado ao seu meio. Assim, definem que o ser humano seria colocado não como vítima de um sistema, mas como autor de sua história e que esta mudança de perspectiva possibilitaria não apenas sobrevivência, mas um viver com dignidade. Assim, os Assistentes Sociais deixariam de executar a função de meros repassadores de direitos, com um discurso de garantidores de direitos, quando na verdade o máximo que conseguem é viabilizar acesso a direitos já existentes (OLIVEIRA, 2021, p. 379).

O objetivo desta retomada as origens seria resgatar a especificidade da profissão, retornando a essência e a identidade profissional, que supostamente, teria se perdido ao se afastar da visão originária e se vincular a um projeto político ideológico de orientação socialista, centrado na transformação utópica da sociedade em detrimento a centralidade do indivíduo (OLIVEIRA, 2021, p. 381).

A página se propõe ainda em resgatar o divulgar o pensamento de Mary Elen Richmond, destacando sua importância como fundadora da profissão e criadora de um dos primeiros símbolos do Serviço Social.

Reforçam ainda que não se vinculam ao marxismo, e definem que essa corrente teórica é o que tem limitado os passos do Serviço Social. Defendem a necessidade de refletir sobre o que foi retirado da profissão há trinta anos durante o movimento de reconceituação do Serviço Social, para remodelar a profissão no que define como ativismo genérico que nega suas origens, que nega a pluralidade e o ecletismo de correntes teóricas, recomendando assim a resistência a hegemonia da categoria e a luta por uma reformulação profissional.

Outra página citada pela autora, “Serviço Social conservador”, é uma derivação da “Serviço Social libertário” pois, os conteúdos apresentados em ambas não estão em discordância. Se colocam como uma página que foi criada para dar oportunidade aos profissionais e demais interessados de discutir e se aprofundar teoricamente junto a “doutrina conservadora”, pouco desenvolvida nos cursos de graduação em Serviço Social, Ciências Social e humanas. Tem como objetivo fomentar e fundamentar a criação de tecnologias inovadoras, capazes de emancipar os sujeitos de suas vulnerabilidades e não os tornar dependentes delas, por meio da divulgação do pensamento conservador (OLIVEIRA, 2021, p. 284).

A página defende um retorno às origens do Serviço Social tradicional e defende esta retomada, não como retrocesso, mas como forma de encontrar um elo que foi perdido e assim avançar rumo ao encontro de novos caminhos.

No que tange a reflexão em relação a proposta de “reforma” do Serviço Social trazida por Oliveira (2017) e pelas páginas citadas, é importante ater-se ao fato de que estamos, na atual conjuntura, vivenciando um momento de ascensão da extrema direita e que junto a esta ascensão, tem-se também o combate a um suposto “terrorismo” de esquerda, ao “marxismo cultural”, à ciência e a corrupção, sustentado no Brasil pelo mito “O Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e na defesa da família tradicional, da lei e da ordem. É este caldo de cultura que contribui para o surgimento de correntes reacionárias na profissão, que não está imune a tais mediações, por ser ela própria produto das relações sociais (CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 317).

Observa-se que, na proposta de reforma do Serviço Social, os usuários dos serviços são denominados por “clientes”, remetendo a visão mercantil que a corrente conservadora da profissão possui dos serviços, esvaziando-os do sentido de direitos.

A reformulação traz ainda a proposta de redução do Código de Ética Profissional a um instrumento legal-normativo, esvaziando-o de sentido político, de reflexão e de crítica quanto as demandas sociais. Assim, é possível constatar que a proposta de reforma do serviço social busca resgatar o caráter tecnicista da profissão, bem como, a identificação exclusiva com os interesses endógenos da categoria profissional, abandonando a perspectiva de articulação do projeto profissional com um projeto societário vinculado a uma outra ordem sem exploração, dominação de classe etnia e gênero (CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 319).

Ademais, é importante também ater-se ao fato de que o Assistente Social também constitui a classe trabalhadora, logo, a defesa por um outro modo de sociabilidade que não perpassasse a exploração dos mais pobres, também é a defesa dos seus próprios direitos.

Outro ponto importante a se ater é que a referida reformulação propõe retirar a centralidade da ação profissional da questão social e recolocá-la no sujeito, pois, a centralidade da ação profissional na questão social coloca o sujeito em uma posição de vítima de um sistema e não como autor de sua própria história. Ora, devemos centralizar a ação no sujeito e desconsiderar os fenômenos que estruturam a situação social a que está inserido? Cisne, Cantalice e Araújo (2020, p. 320) apontam uma armadilha perigosa nesse sentido, pois, este discurso pode levar facilmente a responsabilização dos sujeitos por suas próprias mazelas, em detrimento de uma análise crítica e na perspectiva da totalidade social, que permitem a apreensão das determinações concretas que estruturam a questão social.

Desta maneira não podemos corroborar com a ideia de que o indivíduo é autor de sua própria história, sem considerar dialeticamente o processo social, histórico, econômico, político e cultural que determinam as dificuldades de se ingressar em uma universidade pública e no mundo do trabalho, por exemplo, e reproduzem preconceitos, discriminações e opressões que se expressam no âmbito da questão social e que estão presentes em nosso cotidiano e em nossa atuação profissional. (CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 320).

Assim relacionar as situações cotidianas trazidas pelos usuários que atendemos, não os torna “vítimas de um sistema”, mas torna “nossa prática profissional livre de estigmas sociais que cerceiam a liberdade de escolha, culpabilizam o indivíduo e moralizam as expressões da questão social” (CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 321).

Observamos que, tanto as páginas do facebook, quanto as 23 teses de Oliveira (2017) utilizam da garantia de espaço no mercado de trabalho como justificativa para necessidade de uma reforma no interior do Serviço Social. Todavia, desconsideram a crise estrutural do capital que ocasiona desemprego de grande parte dos trabalhadores e leia-se o Assistente Social como parte integrante da classe trabalhadora. Outro ponto importante para o debate é o aumento exponencial da oferta de cursos de Serviço Social no Brasil nos últimos anos, bem como, o avanço das contrarreformas neoliberais que sucateia as políticas públicas (principal espaço de atuação dos Assistentes Sociais). Esses elementos que, não são citados nem por

Oliveira (2017) e nem pelas páginas que reivindicam a reforma no âmbito do Serviço Social, contribuem para a criação do chamado exército assistencial de reserva, considerando o grande número de profissionais formados que se encontram desempregados (OLIVEIRA, 2021, p. 383-384).

A página “Serviço Social conservador” justifica que, os profissionais não reagiram anteriormente a ofensiva político ideológica no interior da profissão porque os processos de mudança ocorreram de forma gradual, retardando a reação dos profissionais. Observa-se uma semelhança em relação ao “Olavismo”⁸¹ que defende que há desmontes em curso operados pela esquerda ideológica que vem destruindo nos últimos anos os valores centrais da sociedade, a exemplo do que vem ocorrendo na educação do país (OLIVEIRA, 2021, p. 384).

Ao passo em que propõe uma reforma no Serviço Social, a proposta busca ainda retomar os aspectos basilares do Serviço Social tradicional, negando os avanços dos últimos trinta anos ao mesmo tempo em que sugere adequações que busquem atender as atuais necessidades do mercado de trabalho. Buscam a retomada de um “Serviço Social puro, não corrompido pelo mal do marxismo” (OLIVEIRA, 2021, p. 384).

Oliveira (2021, p. 388) avalia que a proposta de reforma apresenta dois elementos centrais: por um lado, resgatam elementos da perspectiva de modernização conservadora, a partir da tentativa de readequar a profissão aos novos tempos, através de um projeto tecnocrático, buscando maior eficiência e eficácia na atuação profissional; por outro lado, percebe-se também elementos da perspectiva de reatualização do conservadorismo, uma vez que os debates das páginas apresentam-se esvaziados teoricamente, fragmentados e ecléticos.

Para além disso, nota-se a presença de outros elementos inseridos na perspectiva, como a concepção de pessoa, de diálogo, bem como uma tentativa de se resgatar elementos presentes no pensamento inicial da profissão, tal como a tentativa de trazer a leitura de Mary Richmond para os dias de hoje. (OLIVEIRA, 2021, p. 388).

Percebe-se, analisando a proposta de reforma da profissão um esforço para o exercício de uma suposta “neutralidade” da prática profissional. O primeiro ponto é que partindo de uma perspectiva crítica, o exercício do Serviço Social exige, essencialmente uma dimensão política, pois inserido na relação capital trabalho não

⁸¹ Assim chamado o pensamento do autointitulado filósofo Olavo de Carvalho.

há espaço para neutralidade na ação profissional (FERNANDES, 2021, p. 8). Outro ponto é que a proposta defendida pelas referidas correntes conservadoras é a retomada dos preceitos basilares do Serviço Social tradicional, bem como, a reformulação da profissão buscando atender as necessidades do mercado. Mesmo sem se posicionar claramente, os objetivos da proposta de reforma são bem-posicionados. Ora, a proposta de reforma delineia a defesa da garantia de direitos pela perspectiva do livre mercado, demonstrando assim o caráter conservador e neoliberal defendido pelas correntes conservadoras da profissão.

Na proposta de reforma, há uma crítica a uma suposta “militância político-partidária”, pois, devemos nos identificar com uma profissão e não como uma identidade de classe. Como se não fossemos trabalhadores, não vendêssemos a nossa força de trabalho em troca de valor. Como se refletir acerca dos fenômenos que estruturam a nossa prática profissional fosse irrelevante.

Ou seja, acomodando-nos com o que está posto, agindo nas situações imediatas, sob o manto da aparência dos fenômenos sociais, construindo um perfil profissional capaz de intervir na realidade, planejar, criar estratégias numa perspectiva “técnica”, esvaziando a instrumentalidade construída pela profissão nas últimas décadas, que, por sua vez, baseia-se na articulação inelutável entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. (CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 321).

A proposta sai em defesa da modalidade de Ensino à Distância (EAD) como uma modalidade legítima de ensino, mas não realiza algumas mediações e questionamentos que são importantes no debate.

No que tange ao EAD, Cisne, Cantalice e Araújo (2020, p.321) realizam alguns questionamentos centrais em torno do debate: É possível individualizar a questão do acesso e da permanência na educação superior? É possível afirmar que a opção pela modalidade de ensino EAD é apenas uma questão de escolha? E as condições socioeconômicas desses sujeitos não interferem em sua opção? O EAD não representa precarização e mercantilização da educação? Além dos questionamentos certos levantados pelas autoras, é importante considerar ainda a contrarreforma do ensino superior que direcionou investimentos ao ensino privado (e principalmente EAD) em detrimento do ensino público, laico e universal (ABRAMIDES, 2019, p. 170).

A proposta de reformulação faz uma crítica ao pluralismo preconizado pelo Código de Ética profissional, no sentido de que, acreditam que a hegemonia do marxismo como corrente teórica que fornece embasamento a leitura da realidade

social do Assistente Social impede e até proíbe, os profissionais de terem acesso a outras bibliografias. Essa crítica, parece-nos incongruente, pois,

Vastas pesquisas documentam que é somente com o surgimento e desenvolvimento da teoria social marxista no Serviço Social brasileiro que se pode falar em pluralismo e diversidade de análise e de intervenção. Ou seja, é com o estudo sistemático da teoria crítica e democrática inspirada no marxismo que o Serviço Social ampliou seu “leque” de tendências teóricas e políticas no interior da profissão. O Serviço Social tradicional, marcado pelo sincretismo teórico e político com unidade conservadora foi, desde o surgimento da profissão até os anos 1980, aquele que deu a direção social a profissão. Agora podemos falar em pluralismo teórico e político no Serviço Social brasileiro, diversidade com direção social constituída no debate qualificado e democrático daquilo que Leandro Konder adequadamente denominou de “batalha de ideias”. (CFESS *apud* CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 322).

Leia-se, diversidade de ideias com direção social constituída. Ao analisar as críticas contidas na reforma ao exercício do pluralismo no interior da profissão, percebe-se uma confusão entre pluralismo e ecletismo. É possível perceber que as discussões presentes no âmbito da proposta de reforma do Serviço Social, são permeadas de ecletismo e não de pluralismo. Souza (2016, p. 251) ressalta que devemos nos ater ao risco de confundir o ecletismo com o pluralismo, pois,

[...] o ecletismo é uma maneira peculiar de reprodução do conservadorismo e não se confunde com o pluralismo. O pluralismo é um valor democrático fundamental, de onde pode emanar o confronto teórico esclarecido, a batalha de ideias, negando qualquer monolitismo ou imposição hierárquica ou dogmática de valores determinados a priori. O pluralismo construído pelo movimento de reconceituação e assegurado pelo Projeto Ético Político é o valor e a prática que permite a construção e a disputa por hegemonia na profissão, não o ecletismo ou o sincretismo ideológico. (SOUZA, 2016, p. 251)

Ademais, é importante ressaltar que o Código de Ética profissional preconiza o pluralismo de ideias e correntes teóricas que comunguem com os princípios e valores do Projeto Ético Político e da classe trabalhadora, afinal, o PEP do Serviço Social não é neutro e a neutralidade tecnicista proposta pela dita reforma, é um retrocesso a perspectiva crítica da profissão (CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 325).

Outro ponto importante é que a proposta de reforma defende o pluralismo de ideias e a liberdade dos profissionais de embasarem a sua prática profissional a partir da corrente teórica que entenderem por melhor, todavia, em todos os momentos, expressam o antimarxismo da extrema direita, bem como, reproduzem a teoria da conspiração do marxismo cultural. Em alguns momentos, utilizam de ironia com os profissionais marxistas afirmando que “pessoas do bem” utilizam da corrente teórica marxista, enquanto os que não utilizam seriam más pessoas. Acusam o Projeto Ético

Político de maniqueísta, todavia, reproduzindo o maniqueísmo que apontam na corrente hegemônica da profissão.

Ademais, é válido ressaltar a importância do marxismo na construção e consolidação do Projeto Ético Político profissional, bem como, na construção de uma leitura crítica da realidade social, que auxilia na análise concreta da totalidade dos fenômenos.

É inegável a importância do marxismo na construção do projeto político profissional atual, na designação dos valores éticos, das diretrizes e da centralidade da categoria trabalho à profissão, assim, como no reconhecimento da questão social enquanto objeto de trabalho do Assistente Social. Sem a leitura crítica de Marx sobre a sociedade capitalista, provavelmente ainda se estaria dirigindo esforços, de forma subalterna e apática, para a reprodução do sistema capitalista através do tratamento moral à questão social. Sob a apreensão e mediação do real, com a obra de Marx foi possível a constatação de que o Assistente Social é um trabalhador que realiza suas atividades estando inserido em processos de trabalho na sociedade capitalista. (ZACARIAS *apud* SANTOS; ALBUQUERQUE; BARACHO; PINHO; OLIVEIRA, 2019, p. 745).

Fora o marxismo que possibilitou o rompimento com o conservadorismo moralizante das expressões da questão social. A crítica ao marxismo levantada pelas correntes conservadoras da profissão, vai de encontro a proposta de retomada dos preceitos basilares do Serviço Social tradicional.

A análise da proposta de “reforma” do Serviço Social para nós, explicita que trata-se muito mais de uma contrarreforma, pois, vem com a proposta de desconstrução da história de lutas e avanços conquistados pelo Serviço Social nos últimos anos, desde o processo de reconceituação.

O Serviço Social construiu uma história de lutas de enfrentamentos a ordem estabelecida junto a classe trabalhadora e essa história não se construiu de forma desistoricizada. Os caminhos percorridos pelo Serviço Social até aqui, não são resultados das lutas dos profissionais descolados de uma dada conjuntura. São resultados de processos de luta vinculados aos processos históricos sociais e os avanços da própria sociedade, de forma que, é impossível retroceder. O Serviço Social tem em seu histórico raízes conservadoras, ligadas as correntes mais reacionárias da igreja católica, mas, tem também um histórico de luta e revolução, na defesa pelos direitos das classes trabalhadoras e contra os processos de opressão. Ora,

Se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura: um patrimônio conquistado que é nosso, mas cujos valores, cujas referências

teóricas e cuja força para a luta não foram inventadas por nós. Trata-se de uma herança que pertence à humanidade e que nós resgatamos dos movimentos revolucionários, das lutas democráticas, do marxismo, do socialismo, e incorporamos ao nosso projeto. (BARROCO *apud* CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 325).

A defesa do Projeto Ético Político classista, articulado as lutas das classes trabalhadoras é urgente e importante mediante as correntes conservadoras da profissão. Todavia, é importante ressaltar que essas correntes não estão apenas no âmbito da profissão, pois, estamos nesse momento, em uma cruzada ideológica de ascensão da extrema direita e do neofascismo, produto da crise estrutural do capital. Logo, a luta contra as correntes conservadora no interior da profissão, perpassa a luta contra o neofascismo que assola a sociedade brasileira e contra o capitalismo, que a partir de seu modo de sociabilidade produz essas contradições. A luta é sempre a esquerda e radical.

3.4 Os desafios de cada tempo: trabalho profissional no ciclo petista, no governo usurpador de temer e desgoverno Bolsonaro.

O Serviço Social é uma profissão que se construiu a partir do movimento sócio-histórico da sociedade brasileira, de forma que, cada momento histórico, impacta de uma forma no interior da profissão.

A consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social é marcada pelas lutas populares e enfrentamentos dos trabalhadores contra os desmontes impostos pelo governo FHC aos direitos das frações mais empobrecidas, seguido, pelo surgimento do partido dos trabalhadores e pela eleição de Lula da Silva à Presidência da República, iniciando-se assim o ciclo petista no Brasil que perdurou de 2002 a 2016. Durante o ciclo petista, o Serviço Social fora chamado a atuar no interior do governo, no planejamento, gestão e operacionalização das políticas públicas. Assim, o ciclo petista representou um momento de crescimento e fortalecimento do Serviço Social, mas também, trouxe consigo desafios a serem enfrentados no interior da profissão.

O ciclo petista fora interrompido por um golpe, que depôs, sem crime de responsabilidade a primeira mulher eleita presidenta do país. O governo Dilma fora seguido pelo governo usurpador de Michel Temer, que perpetróu o maior recuo

civilizatório já visto, até aquele momento, implementando políticas de austeridade fiscal, desfinanciamento e sucateamento das políticas públicas.

O desmonte das políticas públicas representou, ao Serviço Social um duro golpe, visto que, são as políticas públicas o instrumento de trabalho do Assistente Social, como também, o Estado é o maior empregador de Assistentes Sociais do país. Além do mais, a implementação de políticas de austeridade, afeta duplamente a profissão, sendo o Assistente Social parte integrante da classe trabalhadora, bem como, afetando diretamente as populações atendidas pelo Serviço Social, que veem suas condições de vida destruídas por um governo ilegítimo.

O governo Temer é seguido pela eleição de Jair Bolsonaro, capitão reformado de extrema direita, cuja ascensão foi possibilitada por um conjunto de determinações já citadas neste trabalho. O governo Bolsonaro traz consigo a continuidade da destruição já iniciada no governo Temer, bem como, cristaliza a ascensão de uma ideologia reacionária, neofascista. O Serviço Social, neste momento é triplamente impactado, pois, além do desmonte das políticas que o impactam enquanto profissional e trabalhador, a ascensão da extrema direita também se dá no interior da categoria, pois, o Serviço Social não é uma ilha descolada da sociedade, ele se molda a partir das transformações sociais. Assim, os profissionais da ponta da atuação profissional lidam diretamente com o conservadorismo, seja por parte dos colegas que integram a equipe, seja por parte do próprio profissional.

A expressão dessa ofensiva da extrema direita no Serviço Social é a proposta de reforma do Serviço Social, trazida pelas 23 teses do professor Edson Marques Oliveira e pelas páginas conservadoras nas redes sociais. O conservadorismo se expressa ainda em debates nas redes sociais, donde, é possível verificar profissionais conservadores que reproduzem o discurso reacionário da extrema direita e se posicionam a favor do bolsonarismo.

Outro exemplo dessa ofensiva conservadora foram as últimas eleições do conjunto CFESS/CRESS⁸² na região São Paulo. A disputa mais marcada pelo discurso conservador, ocorreu para o CRESS/SP entre as chapas “Ampliações: Em defesa do Serviço Social nos encontramos na luta!” e a chapa “Resiliência Pura” que em diversos momentos trouxe debates conservadores de cunho reacionário, bem como, perpetrou ofensas de cunho machista a profissionais que disputavam na chapa

⁸² Cf. em <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/eleicoes-cfess-cress-2020-2023>.

em oposição e profissionais que se colocavam contra o projeto apresentado pela referida proposta. No pleito, a chapa apresentou votação expressiva de 12,20%.

Com o intuito de avaliar os impactos do bolsonarismo no interior do Serviço Social realizamos pesquisa de campo através da realização de entrevistas com uma amostra de sete profissionais da área. Os profissionais compunham as seguintes áreas de atuação: (01) Assistência Social (servidor), (01) Assistência Social (terceiro setor), (01) Saúde (servidor), (01) Saúde (OSS), (01) Fundação Casa, (01) Poder Judiciário, (01) Previdência Social.

Para captação dos profissionais, fora divulgado através de páginas e grupos das redes sociais um formulário (Google Forms), com o objetivo de realizar uma primeira triagem dos profissionais afim de verificar quais atendiam aos critérios estabelecidos. A saber: Ter passado ao menos pelos últimos três últimos governos (Dilma, Temer, Bolsonaro) na mesma área de atuação, atuar no Estado de São Paulo e preencher devidamente o formulário.

Através de divulgação nas redes sociais, 105 (cento e cinco) profissionais responderam ao formulário. Desta fração, 60% declararam atuar no Estado (servidores) e 40% declararam estar inseridos no terceiro setor ou em Organizações Sociais (OSS). Destes, 30% atuam na política de Saúde, 54,8% na Assistência, 11,8% na Previdência Social, 5,4% no judiciário e 4,3% atuam na Fundação Casa. O que possui menor tempo de atuação declarou atuar como Assistente Social há três meses e o que possui maior tempo declarou atuar na área há 34 anos. Do número total de profissionais que responderam ao questionário, 86% aceitaram participar da entrevista via google Meet e 13,9% não aceitaram participar. Destes que negaram a participação na entrevista, 71,42% atuam no terceiro setor e 28,57% são servidores públicos. Um dos profissionais que respondeu a pesquisa não se identificou e no campo “nome” colocou a expressão “Bolsonaro 2022”. Do número total de 105 respostas, 38 foram descartadas, pois não atendiam aos critérios ou não foram respondidas devidamente. Uma profissional desistiu de participar da pesquisa e justificou “não ser partidária de nenhum partido”.

A seleção dos profissionais que participaram da pesquisa ocorreu por meio de sorteio por aplicativo de computador. Das profissionais selecionadas, sete são mulheres cis, heterossexuais, três se declaram brancas e quatro se declaram pretas. Quanto a escolaridade, uma possui apenas a graduação, quatro possuem especialização lato sensu, sendo que destas, uma cursou a especialização na modalidade EAD e as demais presencialmente, uma possui mestrado completo e outra mestrado em andamento. As profissionais possuem entre 32 e 53 anos, a que

possui menor tempo de atuação declara sete anos de trabalho como Assistente Social e a que possui maior tempo de atuação declara 27 anos de trabalho profissional. Todas as profissionais entrevistadas se identificam com o espectro político à esquerda.

Em entrevista, a profissional 1 (Assistência Social- servidora), que atua em um Município do interior de São Paulo afirma que em sua atuação profissional, passou pelos governos petistas, governo Temer e Bolsonaro. A profissional aponta que, na gestão Bolsonaro, percebe a falta de articulação entre o governo Federal e as gestões Municipais, bem como, o desfinanciamento das políticas públicas, que impactam na execução de um trabalho de qualidade.

Mas é isso, hoje a gente encontra uma gestão municipal aqui muito mais favorável para a execução do trabalho, mas a gente tem esses entraves em relação ao federal, da falta de financiamento, da falta de programas que de fato atendam, falta inclusive de direcionamento de como os serviços funcionam, como os programas precisam funcionar, que a gente teve isso. Era muito mais fluido nas gestões federais passadas, então a gente percebe sim uma diferença grande. (PROFISSIONAL 1 - ASSISTÊNCIA SOCIAL).

Em outro ponto da entrevista, a profissional aponta ainda para o empobrecimento da população mediante o período de pandemia e com a gestão Bolsonaro e o aumento exponencial da população em situação de rua no Município. Afirma que por se tratar de um Município bastante conservador, exerce-se pressão junto aos profissionais da assistência social para que as pessoas em situação de rua não ocupem espaços do território, como se a resolução de um fenômeno que é produto da questão social fosse possível a toque de caixa.

[...] é uma cidade muito pequena e sempre foi uma cidade que a gente dificilmente encontrava pessoas em situação de rua, até encontrava, né? Mas era aquelas pessoas que já eram munícipes há muito tempo, então, sempre foram acolhidos. E esse processo de pandemia, né? Não só a pandemia, mas esse governo nos ajudou a ter um processo de empobrecimento muito grande, então hoje a gente tem muito aqui. E é uma cidade muito conservadora. Então, por exemplo, essa é uma demanda que bate o tempo inteiro na porta da secretaria, assim, tem que resolver agora. Ah, tem uma pessoa dormindo na praça, tem que resolver agora. Ah, tem uma pessoa lá na porta do comércio, tem que resolver agora. Então, essas questões assim ainda aparecem, sabe? Não é da gestão em si, não da gestão da secretaria, mas é muitas vezes da gestão municipal, né? De prefeito que liga, de secretário que liga, de vereador que liga. Então, isso ainda tem.

A observação da profissional, nos remete a discussão em relação as características sincréticas da profissão de Serviço Social. Assim como já discutido anteriormente, Netto (1996, p. 92) define como modalidade específica da atuação

profissional a exigência de que toda intervenção profissional seja coroada com uma alteração dos dados empíricos. Nesse sentido, não importam os determinantes postos na dada situação ou as mediações realizadas pelo profissional, importam apenas os resultados. Eis um dos elementos que contribuem para o exercício de uma prática profissional sincrética e conseqüentemente, conservadora.

Sobre mobilização política dentro do território, por estar em um órgão de gestão (Secretaria Municipal de Assistência Social) a profissional afirma não conseguir ter acesso direto a população, mas realiza um trabalho de sensibilização dos profissionais e supervisiona para que este trabalho seja realizado nos territórios. Aponta que os profissionais afirmam que sentem dificuldades para abordar alguns temas devido ao conservadorismo do Município, assim, o fazem de maneira mais tímida. Afirma ainda que dentro do território tem trabalhado a questão racial e a LGBTQIAPNfobia, pois acredita que são as questões mais agudizadas no momento.

Sobre participação política, a profissional afirma que não compõe movimentos sociais, não participa de manifestações e participa pouco das atividades do conjunto CFESS/CRESS, estando mais próxima das atividades virtualmente.

A profissional nº 2 (Fundação Casa) avalia que o desmonte das Políticas Públicas implantados pelos governos Temer e Bolsonaro sucateou os serviços de tal modo que, os profissionais não conseguem efetivar encaminhamentos, o que gera adoecimento da categoria. Avalia que não há recursos de trabalho, considerando que as Políticas Públicas são também matéria prima do trabalho profissional.

Então, a gente percebia a quantidade de políticas públicas, de qualidade que funcionava, o que eu consegui. Eu percebo nos encaminhamentos que a gente faz com a família. Antes eu tinha para onde encaminhar. Eu ligava para o serviço, tinha a colega lá que me dava uma resposta. E que me orientava para onde... Agora as colegas estão adoecidas, não tem, não tem, acabou, não tem vaga. Não dá. Desmonte das políticas públicas para essa população. A gente sente muito na pele, né? Na pele, na pele. A gente que está na ponta, direto, no enfrentamento, percebe isso. (PROFISSIONAL 2 - FUNDAÇÃO CASA).

A profissional aponta ainda para o aumento da agressividade na abordagem policial no governo Bolsonaro, bem como, para a quantidade de atos infracionais que são forjados por policiais em abordagens de adolescentes que possuem histórico de ato infracional devido ao estigma que aquele corpo carrega. Acredita que o aumento desses casos se deve a legitimação dada pelo governo a este tipo de conduta. Ora, a militarização da vida social é produto do neoliberalismo, que traz consigo a

implementação do Estado penal, da política de encarceramento em massa e da guetização/segregação de comunidades pobres (WACQUANT *apud* BRISOLA; CABRAL; RIBEIRO, 2019, p. 154).

“Reforça-se a ideia de que periferias e juventude pobre são classes perigosas. Nessa direção, essas categorias ontológicas não mais necessitam se associar a condutas criminosas, mas passam a ser elas próprias, crimes (BRISOLA; CABRAL; RIBEIRO, 2019, p. 160).

Estão empoderados, teve um aval do governo, né? Então, eles estão empoderados. Chega menino com costela quebrada, já aconteceu de chegar machucado, a polícia pega, forjado, põe a droga, né? Forjado, eu tenho muito caso de forjado. É bem difícil. E a reincidência, a reincidência também é grande por conta de já ser conhecido na comunidade, já passou, pegou, vadiando. Lembra aquele nosso código antigo? A vadiagem tá fazendo o que aqui? Ah, tem passagem? De novo. Ah, não tá fazendo nada? Toma droguinha no bolso. Estigmatizado, né? E aí o estigma vai colocando... Óbvio que não são todos. Eu tô colocando algumas pessoas, né? Porque tem a inflação, sim, tem a situação, mas tem essa questão também. (PROFISSIONAL 2 - FUNDAÇÃO CASA).

A profissional traz elementos da vida cotidiana dos meninos em situação de conflito com a lei que estão na Fundação Casa. Conta que, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), os meninos possuem aula, cursos profissionalizantes e atividades de cunho religioso. As atividades de cunho religioso, todavia, são restritas a cultos e celebrações cristãs, visto o conservadorismo dos profissionais e da própria instituição. A profissional pondera ainda que, grande parte dos profissionais que trabalham na instituição são evangélicos, carregam uma ideologia policialesca mediante o trabalho e são, em grande parte, bolsonaristas.

Não, vai da Católico também, mas como dá trabalho, ninguém vai querer colocar, por exemplo, uma mãe de Santo, o próprio funcionário é preconceituoso, é difícil, porque lá só não trabalha a equipe técnica. Nós trabalhamos com a maioria, 80% dos funcionários são o quê? Agentes sócio-educativos. E eles são o quê? Conservadores. Conservadores, são de cunho que não conseguiu passar na polícia. Terrivelmente evangélicos, às vezes não, mas assim, eles tentam exercer o poder de polícia. Todos, a maioria, acho que 95% são bolsonaristas. (PROFISSIONAL 2 - FUNDAÇÃO CASA).

Mediante a postura policialesca dos profissionais, a profissional conta que ocorrem diversos episódios de agressões dentro da casa. É importante ter-se ao fato de que a profissional pondera que 90% dos meninos são pretos. Logo, as agressões ao corpo preto são recorrentes naquele espaço, o que denota que, para além de uma

instituição conservadora, é uma instituição racista. Salientamos também o fato de grande maioria dos profissionais serem bolsonaristas, o que agudiza as opressões contra corpos alvos do bolsonarismo.

Afirma que embora a privação de liberdade/institucionalização seja uma medida socioeducativa e tenha como função um caráter educativo, a postura de muitos funcionários remete a prisão e a lógica de punição. Aponta para a opressão que os meninos são submetidos.

“Uma delas é essa, sim senhor, não senhor, e as duas mãozinhas pra trás, como se tivesse sempre oprimido.” (PROFISSIONAL 2 - FUNDAÇÃO CASA).

Fala dos enfrentamentos que realiza com a equipe e das estratégias que utiliza nos casos de conflitos entre os meninos, para que as abordagens não sejam tão violentas.

“Geralmente quando tem essa situação, eu procuro sempre procurar um agente que é mais tranquilo, tem mais paciência, porque se você pega um que tem o pavio curto, já vem chamando o menino de vagabundo, de bicho.” (PROFISSIONAL 2 - FUNDAÇÃO CASA).

Mais adiante na entrevista, a profissional conta de momentos em que toma conhecimento das agressões e realiza a denúncia junto a diretoria da instituição, bem como orienta a família a procurar a corregedoria. Nessas ocasiões, a profissional é acusada de “defender bandidos”, discurso bastante recorrente da extrema direita em relação à esquerda.

“Então assim, quando a gente faz esse papel, a gente é julgada pelos colegas lá, Assistente Social, passa a mão na cabeça de bandido, então é um lugar contraditório, porque a gente tenta fazer o melhor na questão de atender o menino e dar garantia de direito, porém, também essa questão da contradição, de ter um bom relacionamento com os colegas, mas não ser conivente com as coisas erradas que eles trazem para a gente”. (PROFISSIONAL 2 - FUNDAÇÃO CASA).

Mais adiante afirma que, a lei (ECA e SINASE) garante aos meninos que possuem união estável a realização de visitas íntimas com suas companheiras, todavia, devido ao conservadorismo da instituição e dos funcionários, este direito não é garantido.

“Os meninos que têm união-estável, eles têm o direito de manter relação sexual com as companheiras. Isso já era para estar acontecendo e não acontece por conta do preconceito. Eles dizem que não tem espaço lá dentro, nós temos, entendeu? É por conta do conservadorismo, que eles não permitem”. (PROFISSIONAL 2 - FUNDAÇÃO CASA).

Aponta ainda para o adoecimento físico e mental ocasionado pela realização de um trabalho em meio a um espaço repleto de contradições e permeado pela violência.

“Quando eu entrei lá, eu tinha 20 quilos a menos, eu tinha uma saúde ótima, hoje eu tenho pressão alta, tenho um monte de problemas, por conta desse nervoso que a gente passa diariamente. Adoece, é um lugar que todos os meus colegas são adoecidos, quando não é de doença física, mental, porque ficam agressivos, falam alto, todo tipo de situação, próprio do ambiente, que é um lugar contraditório”. PROFESSORAL 2 (FUNDAÇÃO CASA)

Sobre a questão política a profissional afirma não estar inserida em movimentos sociais devido ao cotidiano e a dinâmica do trabalho. Em dado momento, define estar “adormecida” com relação a isto. “Mas você percebe assim que o cotidiano, ele é tão... Massacrante. Que não sobra nada da gente, né?” PROFESSORAL 2 (FUNDAÇÃO CASA). Questiono em relação a participação em manifestações, a profissional afirma que se manifesta e posiciona via internet. Salienta ainda que não costuma participar das atividades do conjunto CFESS/CRESS.

A profissional 3 (Saúde-OS) aponta para o crescimento de famílias em situação de vulnerabilidade que solicitam benefícios socioassistenciais na Unidade Básica de Saúde em que trabalha. Aponta ainda para a dificuldade de agendamento de atendimento nos CRAS e consequentemente a dificuldade de acesso da população a um atendimento social.

A profissional traz uma cobrança do Município por atendimento das metas, mas não traz muitas críticas em relação as metas. Para a profissional, a cobrança por metas é ruim por um lado e boa por outro lado, visto tem potencial para que a população tenha maior controle do que é produzido. Observa-se que a profissional não realiza maiores mediações e críticas em relação a cobrança por um atendimento quantitativo em detrimento da perspectiva qualitativa.

A profissional aponta para o conservadorismo da equipe e para forma como as demandas chegam ao Serviço Social. Afirma que identifica julgamento moral em casos de mulheres vítimas de violência, pessoas trans, pessoas que possuem envolvimento com o tráfico e/ou crime organizado e pessoas em sofrimento psíquico e transtornos mentais. Neste caso, a profissional conta sobre a estratégia que passou a utilizar para desconstruir falas de cunho moralizantes:

“Eu falo, a minha prima vai chegar aí. O pessoal fala assim, quem é prima? Eu falo, a (usuária). Mas a (usuária) é sua prima? Eu falo, poderia ser, poderia ser minha prima. Poderia ser sua prima? Poderia ser sua irmã? Ou você não

tem nenhuma prima que pareça com a (usuária) na sua casa? Aí o pessoal fica, ó... (PROFISSIONAL 3 - SAÚDE-OS).

Sobre a questão política, a profissional afirma que desde a adolescência está inserida no movimento de moradia, está próxima do movimento de moradores da comunidade onde atua e do movimento indígena. A profissional afirma ainda que não costuma participar de manifestações de rua, mas faz a crítica do quanto essas manifestações que são realizadas atualmente são distanciadas da grande maioria da classe trabalhadora.

“Eu acho que é uma capacidade coletiva que é importante. Mas o que eu falo pra dona Maria que a professora falou que o filho dela é bobo? Então, esse distanciamento, esse esgarçamento, eu acredito que dá margem às catequizações Bolsonárias. Porque, meu, tudo bem, vamos pra rua? Não, não vou não, velho. Mas eu vou atender o último até o osso”. (PROFISSIONAL 3 - SAÚDE-OS).

Temos acordo com a profissional quando a mesma aponta o distanciamento de certas lutas das demandas reais da classe trabalhadora, mas pontuamos que a prática profissional não exclui a necessidade de estarmos inseridos em outras lutas, visto que, não é possível a realização de militância na prática profissional institucionalizada.

Quanto as atividades do conjunto CFESS/CRESS, a profissional afirma não estar próxima ao conselho, participando apenas de algumas atividades virtuais do conjunto. A profissional critica a posição do conselho contra a privatização da saúde, pois acredita ser benéfico para os serviços, mas não realiza a crítica de que a privatização aparentemente “melhora” a qualidade dos serviços porque antes, estes mesmos serviços sofrem um processo de desfinanciamento e sucateamento para justificar uma proposta de privatização dos serviços, bem como,

A nova configuração da política de saúde vai impactar o trabalho do assistente social em diversas dimensões: nas condições de trabalho, na formação profissional, nas influências teóricas, na ampliação da demanda e na relação com os demais profissionais e movimentos sociais. Amplia-se o trabalho precarizado e os profissionais são chamados a amenizar a situação da pobreza absoluta a que a classe trabalhadora é submetida. (CFESS, 2010, p. 23).

Assim, a privatização dos Serviços de saúde para além de sucatear os serviços, precariza as relações de trabalho da/o profissional de Serviço Social, que fica a mercê de contratos de trabalho fragilizados.

A profissional 4 (Saúde-servidora) atua em serviço de saúde mental que fora privatizado recentemente. A mesma traz diversas reflexões em relação aos impactos

deste processo de terceirização do serviço ao atendimento dos usuários. A profissional avalia que os principais ataques à Política de Saúde mental ocorreram a partir do governo Dilma, nos momentos que antecederam o golpe.

“A gente percebe que na saúde mental, em especial, tem uma diferença entre esses governos e respeito ao que a gente tem de conquista em relação às políticas públicas, vem muito por parte da luta dos movimentos sociais. A gente passou por diversas mudanças bastante significativas, porém, a gente vai pensar em relação à contraposição de saúde mental, por exemplo. Desde quando foi instituída a política saúde mental, nunca houve uma coordenação que era manicomial. Mesmo nos governos mais conservadores, ainda assim havia essa luta para que se mantivesse uma perspectiva antimanicomial na coordenação de saúde mental. A primeira coordenação manicomial, por incrível que pareça, foi no governo Dilma. Justamente naquele período já pré-golpe, quando entra com toda aquela ação de manter o governo, foram feitos os conchavos. E teve a nomeação do Valencios, que foi um coordenador criador do estado psiquiátrico. E logo depois veio o golpe. Então, os nossos principais golpes, pensar na política saúde mental, principalmente, aconteceram no governo Dilma”. (PROFISSIONAL 4 - SAÚDE- SERVIDORA).

Sobre o governo Bolsonaro, avalia que a destruição da política de saúde mental foi se aprofundando durante os quatro anos. A profissional avalia que, no governo Bolsonaro há um investimento em internações e comunidades terapêuticas em detrimento de uma política de saúde mental antimanicomial.

“Foi inegável que no governo Bolsonaro a gente teve uma série de ataques. A gente teve no final de 2020, por exemplo, o anúncio de um grande revogado nas políticas públicas e saúde mental. Mais de 100 portarias seriam revogadas. Ia ser um grande desastre para a política. É nítido que esse governo tem como prioridade a política a política manicomial e as internações psiquiátricas. A maior gestão de recursos públicos estão se dando em espaços psiquiátricos, comunidades terapêuticas. Esse momento atual é inegável comparado aos outros, apesar de terem tido momentos de retrocessos nos períodos, de que é um momento de grande golpe para a política de saúde mental. O que é prioridade é a internação psiquiátrica. A gente tem um desinvestimento, a gente vive uma falta de recursos como um todo, mas pensar em saúde mental, que é onde eu estou mais inserida, o nível de conservadorismo é ainda maior. Há uma opção sim por uma política manicomial. (PROFISSIONAL 4 - SAÚDE- SERVIDORA).

Sobre o processo de terceirização dos Serviços, a profissional avalia que o Caps é um Serviço que nasce a partir das lutas populares e que deve atuar na perspectiva da luta antimanicomial, todavia, avalia que a terceirização compromete o caráter crítico do Serviço.

“Quando a gente fala que o CAPS tem essa perspectiva de ser um serviço antimanicomial para além do trabalho do cotidiano, quando a gente se depara hoje com a grande maioria dos serviços terceirizados, isso acaba não sendo algo que se consegue concretizar de fato, até porque esse viés mais crítico, ele se perde”. (PROFISSIONAL 4 - SAÚDE- SERVIDORA).

A profissional esclarece que mesmo sendo servidora, por se identificar com o serviço, optou por permanecer naquele espaço. Mas avalia que com a terceirização, permanecem a lógica dos números, dos dados, em detrimento a uma atuação crítica do Caps.

“Eu, por opção, por identificar com o serviço saúde mental, eu optei em ficar sob essa gestão e vou fazer alguns comparativos do quanto que está numa gestão, mesmo sendo servidora pública, na gestão de um serviço que está sob gestão indireta, sob uma OS, gritante a diferença, prevalece a lógica dos números, dos dados. Em mostrar que o serviço funciona mais de fato, ali no cotidiano com o usuário, não tem esse respeito à autonomia do usuário, o usuário que está aqui dando o tom de serviço. Tem uma fala com essa ideia, mas na prática isso não acontece. Vou sentindo que essa maneira de fazer gestão se impede com que os trabalhadores tenham uma visão mais crítica do que é aquele espaço”. (PROFISSIONAL 4 - SAÚDE-SERVIDORA).

Nesse sentido, avalia que discussões importantes que atravessam o diagnóstico não são realizadas, sendo deixadas de lado. O usuário do Caps que tem sexo, cor, identidade de gênero e sexualidade, deixa de ser considerado em suas particularidades e subjetividades.

“A gente está falando de marcadores sociais. A gente não discute quem é esse usuário que a gente atende no CAPS. Que em grande maioria é um usuário negro, tem pessoas trans, pessoas homossexuais, enfim. Tem diversas violências que atravessam o cotidiano do serviço e que não são consideradas na hora de pensar um diagnóstico. Porque aquela pessoa sofre daquela maneira. Muitas vezes, em grande maioria do tempo, isso não é discutido, isso não aparece numa reunião de equipe, por exemplo”. (PROFISSIONAL 4 - SAÚDE-SERVIDORA).

Neste sentido, salientamos o reducionismo presente nas discussões de um serviço que sente os impactos da terceirização, resultado também do conservadorismo presente nos debates. Outro ponto destacado pela profissional é que a instituição que assumiu a administração do Serviço é católica, o que pode comprometer a laicidade do serviço.

A profissional avalia a forma como o serviço lidava com a rede e com os usuários antes e depois do processo de terceirização. Avalia que, mediante uma lógica de produção há o cerceamento da circulação do usuário naquele espaço, visto que, este só pode estar no serviço quando está em alguma oficina ou atendimento, gerando números.

“E os usuários sentem, acho que até a rede sente essa diferença, de como a equipe era menor, tinha uma disponibilidade de estar em contato com a rede, os usuários circulavam pelo CAPS de maneira mais livre, mas isso hoje é entendido que isso é iatrogênico. O usuário tem que estar ali na oficina em que ele foi determinado. Ele não pode circular no CAPS, porque assim, ele

tem que produzir a lógica da produção, ele tem que estar fazendo algo, ele não pode estar lá, literalmente. Porque antigamente era bagunçado, e essa palavra circula o tempo todo". (PROFISSIONAL 4 - SAÚDE- SERVIDORA).

Assim, a profissional demonstra como a terceirização impacta profundamente nos serviços prestados à população, empobrecendo a reflexão dos profissionais e produzindo uma lógica quantitativa dos atendimentos em detrimento da perspectiva qualitativa.

Sobre a questão política, a profissional afirma que está inserida nos movimentos sociais da luta antimanicomial. Sobre as atividades do conjunto CFESS/CRESS, a profissional está inserida no CTPOP- Comitê de trabalho profissional e Política Pública e participa esporadicamente dos NUCRESS.

A profissional 5 (Poder judiciário) avalia que nos governos petistas haviam mais investimentos em Políticas Públicas, de modo que, as equipes de trabalho dos Serviços eram mais robustas. A profissional relembra alguns programas que outrora os usuários conseguiam acessar e avalia um agravamento da questão social nos últimos anos.

"Durante o governo do PT, a gente percebeu toda aquela mudança de construção dos CREAS, aquela organização da política social, foi muito bacana. Um período em que a gente percebia que havia mesmo investimento em política pública. Eu trabalhei inicialmente numa cidade muito pequena, numa cidade pequena isso aparece mais. Então assim, tinha dinheiro, né, as pessoas realmente assim, os serviços eles tinham uma equipe bacana, sabe, tinha uma organização bacana, tinha as dificuldades políticas, né, a dificuldade de trabalhar na assistência, você fica muito ameaçado também da política do município. Mas havia investimento, sabe, era uma população que tinha recurso e o que a gente percebia quando precisava de alguma coisa que o município não oferecia, existia um caminho assim de recurso público pra que o município recebesse isso de alguma forma. Então tinha programa de reforma, as vezes aquelas casas caindo aos pedaços. Então tinha, tinha dinheiro pra isso, pra investir nisso, né. E hoje o que a gente percebe, a questão social muito, parece que agravou muito". (PROFISSIONAL 5 - PODER JUDICIÁRIO).

A profissional conta sobre a obrigatoriedade de realizar depoimento especial a partir do governo Temer. A mesma salienta que trata-se de um impasse ético, uma vez que tal ação vai contra o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS, todavia, os profissionais se veem obrigados a realizar mediante determinações institucionais de um judiciário bastante autoritário. [...] "a gente tá naquele momento, assim, manda quem pode, obedece quem tem juízo."

O depoimento especial é regulamentado pela lei 13.431/2017 e preconiza que profissionais especializados que integram o quadro de servidores da respectiva unidade atuem na tomada do depoimento especial.

Em nota sobre a resolução que obriga os profissionais a realizarem esse tipo de ação, o CFESS (2020) se posiciona de maneira contrária ao depoimento especial e elenca as seguintes questões:

- a) Com a implantação da lei, a criança e/ou adolescente, ao invés de ser preservada das diversas formas de revitimização, se torna o principal meio de provas nos processos criminais e, portanto, mero instrumento ou objeto de elevação de metas na emissão de sentenças judiciais;
- b) Há uma inversão de prioridades no sistema de garantias de direitos, que, ao invés de investir a maior parte dos esforços na prevenção da violência ou na reparação dos danos e apoio da vítima, passa a investir a maior parte do orçamento e estrutura do Estado na punição do suposto agressor;
- c) a retirada e desvirtuamento de assistentes sociais de suas atribuições profissionais voltadas para a garantia dos direitos da vítima e sua proteção, para realização de oitiva ou inquirição com base em técnicas e procedimentos investigativos estranhos às suas competências e formação profissional. (CFESS, 2020b, p. 1).

Ademais, os métodos e técnicas utilizados no depoimento especial tem por objetivo extrair informações como meios de prova e, considerando as dificuldades das crianças de registrar dados na memória, espera-se que o profissional possua conhecimento especializado relacionado à memória, linguagem e outros aspectos que lhe permitam abordagem de acordo com a idade e desenvolvimento da criança.

eticamente, assistentes sociais são impedidos/as de assumir atividades para as quais não possuem capacidade técnica. Situação ainda mais grave quando se trata de procedimento que envolve, de um lado, crianças e adolescentes e, de outro, uma decisão condenatória de alguém que está sendo acusado e que poderá responder com a própria liberdade, estando ainda suscetível à violação de diversos direitos humanos que não são assegurados nas unidades prisionais. (CFESS, 2020, p. 4).

Assim, o profissional, “inserido na divisão social e técnica do trabalho e subordinado ao poder institucional” (SILVA; SOUZA, 2017, p. 405), encontra-se diante de um impasse. Ou atende a imposição institucional e contraria seu código de ética ou atende seu código de ética e coloca seu trabalho em risco.

[...] ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso e seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõe o cotidiano de trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais no trabalho do assistente

social. Ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa. (IAMAMOTO *apud* SILVA; SOUZA, 2017, p. 406).

Assim, mesmo que dispondo de relativa autonomia, enquanto trabalhador, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, o assistente social está a mercê de determinações institucionais que, muitas vezes, não possui forças para esvair-se.

Outra questão trazida pela profissional é a pressão exercida pelos juízes para resolução rápida das demandas. Em dado momento, a profissional afirma que, a equipe técnica é culpabilizada pela “demora” no andamento dos processos e pressionados a atuarem como fast-foods, desconsiderando as mediações e articulações necessárias em cada caso, desconsiderando que tratam-se de vidas. A profissional afirma ainda que, cada presidência do Fórum é alinhada ao governo federal por este motivo, neste momento a presidência é bastante conservadora.

Sobre o relacionamento com a rede intersetorial, a profissional afirma que não costuma participar de reuniões intersetoriais por impossibilidade do cotidiano. A profissional justifica que a intensidade das demandas dificulta sua inserção nestes espaços.

Sobre a questão política, a profissional afirma que não tem se organizado politicamente devido a dinâmica da vida, todavia, participa esporadicamente de manifestações. Quanto as atividades do conjunto CFESS/CRESS afirma estar um pouco afastada do conjunto.

A profissional nº 6 (terceiro setor) avalia os impactos da EC 95/2017 nos serviços. Conta que assistiu, desde o governo Temer, diversos serviços sendo fechados por falta de verbas em um verdadeiro desmonte do SUAS.

“E aí, quando entrou o governo do Temer, a gente já ficou um pouco balançado, porque logo em seguida teve aquela questão do teto de gastos. E isso impactou nos serviços, né? E ao decorrer do ano, o que tá acontecendo com a gente da assistência é que a gente tá reparando, desde o governo Temer mesmo, começou a ter... A gente chama do desmonte dos suas, né? Então, serviços que estão sendo fechados, serviços que estão cortando verbas, né? Então, eu trabalhava antes no SASF e agora tô no CCA. E aí, reduzem cada vez mais a verba, até chegar ao ponto de não ter dinheiro mesmo pra bancar esse serviço pra população”. (PROFISSIONAL 6 - TERCEIRO SETOR).

A profissional fala sobre o período pandêmico, conta do quanto os profissionais da Assistência Social permaneceram à margem, sem orientações e direcionamento. Fala sobre os desafios de uma conjuntura onde não se podia confiar nem mesmo nas

informações fornecidas pelo site do Ministério da Saúde, uma vez que o Ministério, aparelhado por negacionistas, divulgava informações falsas em meio a pandemia.

“Então, nesses últimos anos tá sendo bem difícil, e no último ano com Bolsonaro, que teve a pandemia, foi um caos, a gente ficou totalmente assim à margem, né? A gente via educação recebendo orientação, saúde recebendo orientação, e a gente não tinha orientação nas mãos. Então, a gente começou, já começou assim, então vamos nos basear em quem? Vamos nos basear na saúde. O que é que o Ministério da Saúde também tem esse porém. Antes do Bolsonaro, até mesmo com o Temer, a gente conseguia confiar nos sites do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento, só que na pandemia, o Ministério da Saúde começou a soltar informações falsas no site do Ministério da Saúde. E aí a gente falava assim, como que a gente vai se basear, que era a nossa base, né, pra garantir os direitos, como é que a gente vai se basear no Ministério da Saúde pra dar as orientações pra família?”

Conta que, com a pandemia, os atendimentos que outrora eram presenciais passaram a ser teleatendimento. Nesse sentido, aponta os desafios no atendimento de casos complexos via teleatendimento, considerando a dificuldade de garantia do sigilo das informações.

“Porque a gente não tinha orientação, as famílias tinham receio por conta da Covid, a questão do teleatendimento era nova, como a gente faz um teleatendimento sendo que é da área social, a gente com casos de violência doméstica contra a criança, como é que a gente faz um atendimento da criança que está sofrendo violência, dentro da família, com um agressor dentro da casa, então foi um momento difícil mesmo”.

Sobre o crescimento do conservadorismo no governo Bolsonaro, a profissional conta que, certos assuntos devem ser abordados com cuidado nessa conjuntura, caso contrário, os pais das crianças fazem reclamação e até coagem trabalhadores, por acreditarem que uma “doutrinação” está sendo perpetrada naquele espaço.

“Tive problemas com relação a algumas famílias também, acho que em um dos momentos que a gente “tava” fazendo atividade, uma das crianças falou a palavra veado, o orientador se posicionou e falou assim, não, não é essa palavra, essa palavra é pejorativa, por você explicar, e começou a falar sobre o que seria orientação sexual, uma turma de 6 para 9 anos, mas ele falou muito natural, gente, é orientação sexual, o nome que se dá é esse, tudo mais, e daí no outro dia a família apareceu, o pai da criança corrigiu o trabalhador, e gravando, né, gravando, falando assim que ele “tava” ensinando as coisas, e “tava” falando que todo mundo nascia gay, chegou dessa forma, né, pra gente, e deu um rebuliço, depois a mãe da criança foi lá, e a gente teve que falar, olha, o que o seu marido fez foi errado, ele não pode ficar gravando as pessoas assim sem autorização, aí foi quando ela começou a ter um pouquinho de percepção, porque a gente começou também a perceber que na onda bolsonarista, tem dessas, eles vêm, coagem, gravando, eles chegam na gente intimidando e gravando, então teve casos assim com famílias, e a gente já teve problemas assim também dentro

do espaço, de posicionamentos tipo, ah, essa roupa, essas adolescentes não podem vir com essas roupas, e o posicionamento de colegas de trabalho”.

Todavia, esse conservadorismo não vem apenas dos pais das crianças que frequentam a instituição. A profissional conta de posturas da própria equipe que por muitas vezes promove julgamentos morais, invalida as falas das crianças e adolescentes e por vezes promovem até momentos de oração dentro da instituição, comprometendo a laicidade da política.

“Sim, colegas de trabalho, se vê que essa roupa tá pedindo pra não ser respeitada, questões assim, tipo, de julgar, ah, eu achei aquela criança gay, eu acho, aquela menina, ou quando a menina se posicionava e falava assim, não, eu sou bi, e falava assim, não, você não é bi, você tá se descobrindo ainda, aí invalidava essas informações, questões também de racismo, né, e era muito conservadoras, já cheguei a presenciar até momentos de oração”.

Sobre a questão política, a profissional afirma não ser organizada em nenhum movimento social, não participa de manifestações, bem como, das atividades do conjunto CFESS/CRESS.

A profissional nº 6 (Previdência Social) fala sobre o fechamento de agências e a digitalização dos processos do INSS que acabam por bloquear o acesso da população ao serviço. A profissional avalia que, no governo Lula havia um processo de expansão do atendimento, enquanto nos últimos governos há o cerceamento do acesso da população ao atendimento presencial nas agências do INSS. Essa digitalização dos processos dificulta o acesso da população aos benefícios sociais, gerando o que a profissional chamou de terceirização do direito, visto que, esta população acaba por ter de recorrer à terceiros (advogados) para conseguir acesso a benefícios sociais e previdenciários. A profissional avalia ainda que esse processo teve início no final do governo Dilma, mas foi coroado pela pandemia de covid-19, quando as agências foram fechadas em decorrência do risco de contágio.

“Só que uma característica, acho que é fundamental, que eu até estava conversando esses dias, no governo Lula eles tinham um projeto de atendimento, de expansão do atendimento à população, que eram as PECs que a gente falava. Então, era expandir, aumentar o número de unidades de serviço social pelo Brasil, pra aumentar o acesso da população, facilitar esse acesso. Então, várias unidades do INSS foram sendo construídas em vários municípios, municípios que as pessoas não tinham acesso. Então, bem nessa época foi que a gente entrou e começou esse processo de expansão do atendimento. E hoje o INSS está totalmente digitalizado, digital, o acesso à população não existe na verdade esse acesso mais... Se você quiser uma informação pelo INSS presencial, você não consegue, você tem que agendar o atendimento especializado, mas assim, você não chega numa unidade do INSS atendido espontaneamente”. (PROFISSIONAL 6 - PREVIDÊNCIA SOCIAL).

“Do que que acontece hoje, essa é uma área que as pessoas estão conseguindo acessar a Previdência através de intermediários, que são os advogados, que são os escritórios de contabilidade, mas está sendo uma terceirização desse acesso, porque a pessoa não consegue chegar no INSS e ter a informação, ela tem que pagar alguém para isso, para ter uma informação adequada, suficiente, de acordo com a realidade com que ela está precisando”. (PROFISSIONAL 6 - PREVIDÊNCIA SOCIAL).

Neste processo de digitalização dos serviços até mesmo o atendimento do Serviço Social foi digitalizado. A profissional cita a avaliação social remota, que é realizada por alguns profissionais que aderiram a proposta. A profissional questiona as condições éticas em que são realizados esses atendimentos, visto que, o profissional não tem como garantir o sigilo das informações de um atendimento à distância.

A profissional informa ainda que, mediante o processo de digitalização do INSS grande parte dos servidores permanecem em trabalho remoto, o que contribui para desmobilizar as lutas de uma categoria outrora tão aguerrida.

“[...] ao mesmo tempo que houve esse desmonte, ao mesmo tempo os servidores foram sendo, por eles estarem em trabalho remoto, eles não se reúnem, não estão mais juntos para poder se organizar politicamente, por conta de condições de trabalho, estão isolados pelo governo, isso também foi um ponto favorável no sentido de desmobilizar os servidores para exigir melhores condições de trabalho”. (PROFISSIONAL 6 - PREVIDÊNCIA SOCIAL).

Outra questão pontuada pela profissional é o desmonte do departamento técnico de Serviço Social que impactou na participação dos profissionais em decisões que impactam em seu trabalho. A profissional afirma que, se antes havia uma gestão técnica que participava das decisões que impactassem no trabalho, hoje essas decisões chegam prontas, de forma bastante autoritária sem que as/os profissionais tenham chances de opinar.

“É que assim, o que nesse governo é uma principal característica que não tem uma gestão técnica, na nossa área, eles, até no início da pandemia, a gente tinha as representações de gestão do serviço social, que era um retorno de tempo por gerência, a gente tinha um representante técnico, e hoje não existe mais por gerência, eles foram eles reorganizaram a estrutura do INSS e eles extinguiram alguns cargos, então não existe a gestão técnica como existia antes. Os gestores da área de serviço social no Brasil tinham mais voz, eles eram ouvidos, eles eram consultados para tomar qualquer medida a respeito do serviço social, hoje não, isso vem como um rolo compressor, as notícias só chegam”. (PROFISSIONAL 6 - PREVIDÊNCIA SOCIAL).

Nesse sentido, a profissional informa que o fazer profissional dentro do INSS foi sendo reduzido pouco a pouco e atualmente, o Serviço Social faz apenas a

avaliação social para requerimento de Benefício de Prestação Continuada-BPC-LOAS. A profissional salienta que, o Serviço Social não é autorizado a realizar nem mesmo atendimentos de demanda espontânea ou agendados para esclarecimentos de dúvidas da população e que, neste momento, tem tentado pleitear o retorno dos atendimentos agendados para socialização de informações com a população sobre benefícios previdenciários e assistenciais. Outro ponto levantado pela profissional é o contato com a rede, que inexistente, devido a dinâmica do trabalho e as agendas repletas de avaliações sociais. Observa-se que houve um processo de burocratização do atendimento, colocando os profissionais em uma posição de avaliadores sociais e só, minando todas as outras dimensões do trabalho profissional.

Sobre a questão política, a profissional afirma que não está inserida em movimentos sociais, mas é sindicalizada e participa das atividades do sindicato. Afirma ainda que costuma participar de manifestações. Sobre as atividades do conjunto CFESS/CRESS a profissional afirma que não costuma participar.

Mediante as entrevistas realizadas com as profissionais, observamos os seguintes aspectos: a) a dificuldade de algumas profissionais de realizarem mobilização de comunidade e/ou ampliarem o contato com a rede devido as demandas do cotidiano de trabalho; b) a desmobilização política das profissionais, visto que apenas duas declararam estar inseridas em movimentos sociais e uma declara ser sindicalizada; c) o afastamento das profissionais do conjunto CFESS/CRESS e dos debates realizados neste espaço; d) o aumento do conservadorismo em todos os espaços; e) todas as profissionais citaram a exigência de metas a serem atingidas. Nos espaços em que ainda não há metas estabelecidas, o processo de implantação já está em discussão, apontando para a perspectiva quantitativa em detrimento de uma perspectiva qualitativa do trabalho; f) todas as profissionais falaram sobre um processo de desmonte das políticas públicas e apontaram os impactos deste processo no fazer profissional do Assistente Social.

Assim, a pesquisa demonstrou os impactos (na prática profissional) de um processo em curso desde o golpe de 2016, bem como, os impactos de uma crise econômica já presente desde antes deste período. Demonstrou como o Serviço Social vai sentindo e se remodelando diante das transformações da conjuntura (a exemplo, as transformações do trabalho dos Assistentes Sociais do INSS, que se transformou em uma prática burocratizada mediante um governo autoritário). Demonstrou como as profissionais são engolidas por um cotidiano de trabalho em que não conseguem

realizar um trabalho intersetorial, fazendo-nos questionar de que forma os sujeitos têm sido atendidos na sua integralidade, sem fragmentá-los entre os serviços da rede que já o acompanham.

O Serviço Social se transforma e se molda a partir das transformações societárias, nesse sentido, salientamos que, se o processo de consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social foi marcada pelas lutas da classe trabalhadora e pela participação ativa dos Assistentes Sociais nessas lutas, nesse momento, vivenciamos um momento de desmobilização das lutas sociais, fruto do governo de conciliação de classes do ciclo petista, o que contribui para que os profissionais tenham pouca, ou nenhuma participação política, fenômeno que Maranhão (2016, p. 191) denomina de “cultura da despolitização”.

“Tal situação política desfavorável ao projeto societário dos trabalhadores tem ajudado a empobrecer ainda mais o universo político-cultural e ideológico dos profissionais” (MARANHÃO, 2016, p. 191). Contribuindo assim para a reprodução do conservadorismo na prática profissional.

Assim, estão postos os desafios do tempo presente: o desmonte das políticas públicas, a privatização dos serviços públicos, o crescimento do conservadorismo entre as equipes de trabalho e muitas vezes reproduzido entre os próprios profissionais, a exigência do cumprimento de metas quantitativas em detrimento da perspectiva qualitativa do trabalho, o crescimento do caráter autoritário das instituições, a desmobilização política dos profissionais e a dificuldade de realizar mobilização da comunidade e da rede intersetorial.

É, pois, sob esse chão que se dá a atuação profissional, determinada pelas transformações societárias e neste momento, pela destruição das políticas que constituem a matéria prima do trabalho do Assistente Social e do desmonte do Estado, maior empregador de Assistentes Sociais no país. Desta forma, o momento requer posicionamento crítico e enfrentamento ao neoliberalismo, que tem produzido todas estas manifestações no trabalho do Assistente Social. Os tempos são desafiadores, porque requerem luta em um momento de desmobilização total da classe.

CONCLUSÃO

“APESAR DE VOCÊ, AMANHÃ HÁ DE SER, UM OUTRO DIA”⁸³: À GUIA DA CONCLUSÃO.

Treze anos de governos petistas, marcados por uma política de conciliação de classes que implementou medidas neoliberais, deu continuidade as medidas de austeridade do governo neoliberal de FHC, cooptou os movimentos sociais e desmobilizou a classe trabalhadora, ao passo em que implementava políticas compensatórias. Os bancos nunca lucraram tanto, dizia Lula da Silva.

Com altos índices de aprovação Lula da Silva conclui seu governo em 2011 e elege sua sucessora, Dilma Rousseff, que dá continuidade à sua política econômica. Em meados do primeiro governo, os impactos da crise estrutural do capital, outrora apelidados de “marolinha” por Lula da Silva chegam ao Brasil, agudizando a precarização da vida de quem já vinha sendo vitimado pela política econômica de favorecimento à burguesia, em detrimento a classe trabalhadora.

A população vai as ruas. Eis o esgarçamento do pacto de classes. Junho de 2013 é marcado por revoltas populares que tem início com as reivindicações pelo aumento de R\$ 0,20 do transporte público. As reivindicações logo ganham outras proporções e incorporam outras demandas. Por educação pública de qualidade, transporte público de qualidade, contra o aumento do custo de vida. O gigante acordou!

Após o atendimento da reivindicação por retomada dos valores antigos do transporte público, o movimento passe livre se retira das ruas, entendendo que seu objetivo fora atingido, surge então o movimento Brasil Livre. Defendendo uma pauta liberal e de direita, os jovens reacionários rapidamente dominaram a narrativa das ruas, que fora se tornando cada vez mais antipetista. A bandeira da corrupção foi levantada e em meio aos avanços das investigações da operação lava jato, as reivindicações por saúde, educação e outras aspirações populares deram lugar ao coro que pedia o impeachment da Presidenta da República.

As eleições que se seguiram foram acirradas, com uma pequena diferença na fração de votos, Dilma derrota seu oponente Aécio Neves (PSDB). Ao assumir para

⁸³ Em alusão a música “apesar de você” de Chico Buarque.

seu segundo mandato, Dilma implementa um governo diferente do que prometera na campanha, com medidas muito mais à direita do que ora propusera. Fora acusada de estelionato eleitoral, a impopularidade cresceu. Ao mesmo tempo Aécio não aceita a derrota e impetra ações visando anular o resultado das eleições. É o início da crise política que mais tarde culminará no golpe contra Rousseff.

Dilma sofre um impeachment sem crime de responsabilidade, por Deus, pela família e até pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, Dilma é deposta por um golpe, articulado em um grande acordo nacional, com o supremo, com tudo. É o fim do governo de conciliação de classes.

Michel Temer assume de maneira ilegítima, implementando uma série de medidas ultraneoliberais, promovendo o maior recuo civilizatório dos últimos tempos. Reforma trabalhista, aprovação da terceirização irrestrita, reforma do ensino médio e a EC 95/2016 fora o conjunto de maldades implementado por Michel Temer em dois anos de governo ilegítimo.

O ano de 2018 é marcado pela eleição do capitão reformado neofascista Jair Bolsonaro. A eleição de um neofascista para o cargo mais importante do executivo não fora um fato isolado, foi resultado de um conjunto de determinações sociais. Essa ascensão também não está descolada do cenário mundial, visto que em diversos países do globo, tem-se um levante de figuras autoritárias e neofascistas.

A ascensão de Bolsonaro é a ascensão do neofascismo. O fascismo remodelado com características do século 21, dentre elas a perspectiva neoliberal. Definir Bolsonaro como neofascista se faz necessário pois, o conceito de conservadorismo não abriga a radicalidade que seu projeto representa. Bolsonaro representa um projeto muito mais autoritário e reacionário do que o conservadorismo.

A crise econômica, atrelada a uma crise política, a uma crise de hegemonia no bloco de poder, ao ativismo político da burocracia civil (a operação lava jato), as sucessivas derrotas da classe trabalhadora e a crise de representação dos partidos políticos foram os elementos que deram espaço para a ascensão do neofascismo no país. O conflito no interior das frações burguesas se juntou a insatisfação das camadas médias com a política econômica dos governos petistas e deram origem a uma força social reacionária e ativa, eram as manifestações pró- impeachment. Era este o embrião do movimento neofascista no Brasil. Foram essas determinações que contribuíram para a ascensão de Bolsonaro, eleito em 2018 com mais de 57 milhões de votos.

Jair Bolsonaro assume a presidência da República em janeiro de 2019 e implementa um governo de barbárie. Para além das medidas de austeridade fiscal, o mandatário implementa um governo de caos, repleto de crises, bem como, reforça e reproduz a ideologia neofascista.

Dentre os efeitos mais nefastos do governo Bolsonaro estão: a) reforma da previdência e a carteira verde e amarela; b) a somatória de mais de 33 milhões de pessoas passando fome; c) ataques à universidade a qual Bolsonaro tentou matar por inanição; d) desmonte da legislação ambiental; e) desmantelamento das políticas para a população indígena; f) crescimento da violência policial; g) crescimento da violência contra a mulher; h) contra a população LGBTQIAPN+; i) contra os povos indígenas; j) aumento da violência eleitoral e política; k) aumento de eventos neonazistas e antissemitas; l) ataques a democracia burguesa; m) escândalos de corrupção; n) crescimento do número de armas de fogo no país; o) implementação de uma política negacionista genocida na pandemia de covid-19, ocasionando na morte de quase setecentas mil pessoas.

Em meio à maior crise sanitária dos últimos anos, Bolsonaro implementa uma política genocida, atuando deliberadamente pelo contágio em massa na busca pela perversa imunidade de rebanho. “E daí não sou coveiro”, “Quer que eu faça o que? Eu sou Messias, mas não faço milagre”, foram algumas das frases proferidas por Bolsonaro mediante a pandemia que o mesmo definiu como “gripezinha”. O negacionismo somado a letargia na imunização da população ocasionou a morte de centenas de milhares de pessoas.

Diante de sua postura criminoso, a CPI da covid investigou a atuação do governo frente a pandemia, onde, no relatório final pesaram sobre Bolsonaro as seguintes acusações: a) prevaricação; b) charlatanismo; c) epidemia com resultado de morte; d) infração de medidas sanitárias preventivas; e) emprego irregular de verba pública; e) incitação ao crime; f) falsificação de documentos particulares; g) crimes de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro ao cargo; h) crimes contra a humanidade.

Além dos crimes cometidos durante a pandemia, Bolsonaro ataca as instituições (Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral e descredibiliza as eleições da democracia burguesa, esbravejando que as eleições seriam fraldadas se caso o resultado não fosse a seu favor. A medida em que vê seu principal opositor, Lula da Silva, crescendo nas pesquisas, defende o voto impresso (derrotado no

congresso) como forma de tumultuar as eleições. Desta forma, também mobiliza sua base mais fanatizada que reproduz esse discurso.

Nesse sentido, com ampla adesão da burguesia, a carta aos brasileiros e as brasileiras a favor do Estado democrático de direito vem na direção de defender a democracia burguesa.

Nessa direção se deu a candidatura de Lula da Silva, que buscou retomar o pacto de classes promovendo uma ampla aliança com a burguesia. A chamada frente ampla contou com o apoio de empresários e direitistas apoiadores do golpe de 2016, dentre eles Paulinho da Força e o PSB, que votou em peso a favor do golpe contra a presidenta Dilma. A frente contou ainda com figuras como Renan Calheiros (MDB), Eunício oliveira (MDB) e a família Sarney, dentre outras figuras golpistas da direita.

A escolha do ex- tucano Geraldo Alckimin (PSB), principal opositor dos governos petistas para vice-presidente da chapa vem com a justificativa de que é preciso unificar forças democráticas para vencer Bolsonaro, mas é também um claro aceno ao mercado. A opção por Alckmin demonstra o compromisso de Lula e do PT na manutenção de alguns princípios da agenda implementada após 2016. Após exatos vinte anos, a aliança Lula-Alckmin vem como a nova versão da “carta aos brasileiros” de 2002 (LIMA, 2022).

Para além das aproximações com figuras e partidos golpistas da direita, o plano de governo sinaliza uma aproximação com o capital financeiro da Faria Lima, com empresários, banqueiros, setores do agronegócio e da burguesia de serviços industrial, na busca por alianças com o bloco de poder e na construção das bases de um pacto de classes ainda mais aprofundado (LIMA, 2022).

No plano de governo apresentado pela chapa se expressa essa opção do PT pela retomada (e aprofundamento) do pacto de classes. O documento sinaliza uma restauração da política econômica que vigorou até 2016, mas não aponta para a anulação de todas as contrarreformas implementadas por Temer e Bolsonaro. Aponta para a revogação do teto de gastos, mas não deixa claro como o partido deve seguir adiante nesta proposta sem se contrapor ao capital financeiro. Se propõe a revogar apenas os tópicos mais regressivos da reforma trabalhista, sem especificar quais são. A terceirização não é citada no documento. Sobre a questão da reforma da previdência propõe apenas a revogação das medidas mais regressivas para a reconstrução dos direitos previdenciários e de seguridade social (LIMA, 2022).

O documento não aponta para a ruptura do domínio do capital financeiro sobre o Estado brasileiro. Não traz propostas que se contraponha ao tripé macroeconômico que sustenta as políticas neoliberais e não menciona o tema da dívida pública. O pacto preconiza a retomada do crescimento econômico em termos que atenda aos interesses das frações dominantes ao passo em que implementa políticas distributivas e pequenas reformas que amenizem os rebatimentos da questão social (LIMA, 2022).

O plano prevê políticas focalizadas para mulheres, população negra, indígenas, quilombolas, população LGBTQIAPN+, juventude, pessoas com deficiência, pessoas idosas, famílias e animais, que, se não acompanhadas da superação da política econômica neoliberal se tornarão ineficazes (LIMA, 2022).

O agronegócio é mantido como central no documento, que sinaliza o incentivo a uma agroindústria de primeira linha, competitiva internacionalmente, além de prometer o fomento ao desenvolvimento do complexo agroindustrial (LIMA, 2022).

Observa-se a manutenção dos privilégios do agronegócio em detrimento ao incentivo a agricultura familiar.

Outro ponto importante é que o plano de governo coloca a vitória eleitoral como elemento suficiente para vencer o bolsonarismo e não traz em suas diretrizes um plano para combater o neofascismo da sociedade brasileira, desconsiderando que, com a vitória da chapa Lula/Alckmin o bolsonarismo permanecerá vivo e presente na sociedade brasileira (LIMA, 2022).

As diretrizes apresentadas no plano sinalizam para um novo pacto de classes, uma retomada do Brasil pré-2016. Se em 2002 José de Alencar representava a burguesia industrial, em 2010 Temer cumpria o papel de articulador político no legislativo para garantir a governabilidade e estabilidade do governo Dilma, em 2022 Alckmin, um político conservador, um dos articuladores do golpe, possui o papel central na pactuação de um acordo que propõe retomar as políticas sociais e o papel do Estado no desenvolvimento econômico sem provocar maiores mudanças nas estruturas das políticas implementadas pela agenda do programa “Uma ponte para o futuro” (LIMA, 2022).

Em meio a um conjunto de ações coordenadas por Bolsonaro e pelo bolsonarismo, Lula fora eleito Presidente da República com mais de 60,3 dos votos. Um novo pacto de classes ainda mais aprofundado está posto.

Nesses termos a equipe de transição do governo expressa a conciliação de classes na escolha de seus membros. Composta majoritariamente por homens,

brancos e paulistas, a equipe liderada por Geraldo Alckimin conta com diversos empresários, dentre eles o Itaú, grupo natura e o grupo Lemann, articuladores da reforma do ensino médio.

A vitória de Lula é importante mediante a ofensiva neofacista que paira sobre o país, todavia, refletir sobre os termos em que a eleição se deu se faz importante pois, é preciso ter clareza de que não é possível vencer o neofascismo pelas vias da institucionalidade. Ou seja, a saída para o neofascismo não se dá através da eleição e sim através da luta organizada da classe trabalhadora. Ora, o neofascismo é produto do sistema capitalista, assim, somente a luta e o enfrentamento a esse sistema são capazes de superá-lo.

Para o Serviço Social os desafios são muitos, visto que a profissão não é uma ilha desmembrada da realidade social e vai se transformando junto ao movimento sócio-histórico da sociedade brasileira.

Ora, o Serviço Social surge no seio da igreja católica sendo chamado a lidar com as expressões da questão social em meio a ascensão do capitalismo industrial. A partir dos avanços da sociedade de classes a profissão vai se transformando e é convocada a se modernizar, para atender as necessidades do capital naquele momento. Inicia-se a partir de então o período de renovação da profissão. Esse período fora constituído pelas perspectivas de modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura, todavia, somente na terceira que o Serviço Social de fato rompeu com o conservadorismo e com o Serviço social tradicional, quando, as condições sócio-históricas contribuíram para esse rompimento.

O Serviço Social amadureceu, através da consolidação do Projeto Ético Político, processo que não se deu sem contradições, uma vez que ocorreu em meio a luta organizada das classes trabalhadoras e do surgimento do PT, de forma que, o caráter reformista deste partido impactou no processo de consolidação do Projeto Ético Político.

O governo de conciliação de classes do ciclo petista também produziu fraturas no interior da profissão. Ora, fora esse o período em que um grande número de profissionais foram chamados a atuarem no interior no governo, no planejamento, gestão e operacionalização das políticas públicas. Todavia, assim como definiu Chico de Oliveira o governo petista despolitizou a questão social pois, tratando como uma questão de administração econômica o que é estrutural e sistêmico. Assim, a inserção

dos profissionais no interior destas políticas podem contribuir para a reprodução de análises superficiais e conservadoras da realidade social. Outro ponto importante é a questão da chamada “nova classe média” do ciclo petista, produzida pelo crescimento dos empregos de baixa remuneração, produziu uma ideologia que assegurava que é possível a mobilidade social no interior de uma sociedade de classes, dando espaço para leituras superficiais da realidade social e comprometendo a perspectiva emancipatória do PEP. Além da contrarreforma do ensino superior, que expandiu o número de cursos na modalidade Ensino a Distância, comprometeu a qualidade da formação profissional e produziu um exército assistencial de reserva.

O ciclo petista fora encerrado com um golpe que trouxe consigo a aprovação de medidas que representaram duros ataques a classe trabalhadora e impactaram profundamente no interior da profissão. Podemos citar a terceirização, que expandiu os postos de trabalho precarizados para o Assistente Social. A EC 95\2016 sucateou as políticas públicas e o Estado, matéria prima e principal campo de trabalho dos Assistentes Sociais.

Na atuação profissional, os/as profissionais sentem os impactos dos desmontes das políticas públicas das diversas formas. Seja no sucateamento das políticas públicas (principal matéria prima do trabalho do Assistente Social), no desmonte do Estado (principal empregador de Assistentes Sociais no Brasil), ou seja, na reprodução do conservadorismo pelos colegas e por vezes até pelo próprio profissional, o Assistente Social vai sentindo os impactos das transformações sociais dos últimos tempos.

Nessa direção, a pesquisa de campo realizada por esta pesquisa, identificou os seguintes aspectos: a) o trabalho profissional do Assistente Social é impactado pelo sucateamento das Políticas Públicas, uma vez que, frente ao desmonte dessas políticas não sobram recursos para a construção de trabalho. Além do mais, com o desmonte do Estado e desfinanciamento dos Serviços são impactados os espaços de trabalho do profissional, sem os recursos necessários para operacionalização e realização de um trabalho qualificado; b) o processo de terceirização das políticas públicas ameaça a perspectiva crítica dos espaços de trabalho do Assistente Social e consequentemente colabora para leituras superficiais e conservadoras da realidade social; c) O desmonte das Políticas Públicas contribui para o empobrecimento da dimensão do trabalho do Assistente Social e para a burocratização dos processos de trabalho desses profissionais e a burocratização contribui para a realização de

análises superficiais da realidade social e da reprodução do conservadorismo nos meios profissionais; d) a despolitização nos meios profissionais, visto que, poucos profissionais na pesquisa estão inseridos em movimentos sociais ou tem atuação política. Esse aspecto se deve a dinamicidade da cotidianidade, donde o profissional é engolido por um conjunto de tarefas em seu cotidiano de trabalho; e) O afastamento dos profissionais do conjunto CFESS/CRESS que contribui para desmobilização da categoria.

Destacamos que, uma fração do conservadorismo nos meios profissionais se deve a conjuntura. Ora, o golpe de 2016 se seguiu da ascensão da extrema direita com a eleição de Bolsonaro que se expressa também no interior da profissão, donde, surgem grupos que reivindicam a retomada do Serviço Social tradicional. As 23 teses para a reforma do Serviço Social propõem a retomada dos princípios basilares do Serviço Social tradicional, bem como, recupera a leitura de Mary Richmond como teoria norteadora da profissão e rechaça o marxismo. Pautados nas 23 teses surgem outros grupos, que contam com milhares de seguidores nas redes sociais.

A ofensiva conservadora no interior da profissão se justifica também através de alguns determinantes que contribuem para a reprodução do conservadorismo nos meios profissionais. O Serviço Social é uma profissão que possui raízes fincadas nas correntes mais reacionárias da igreja católica, são as raízes históricas que contribuem para a reprodução do conservadorismo no interior da profissão. Outro ponto é o caráter sincrético da profissão que produz o ecletismo teórico e a aproximação enviesada e problemática do serviço social com o marxismo que também contribuem para a reprodução do conservadorismo nos meios profissionais. E a conjuntura, pois o Serviço Social não é uma ilha, de modo que, sente e se transforma a partir do movimento da realidade social. Assim, se neste momento vivenciamos um período de ascensão do neofascismo, no interior do Serviço Social esse processo também ocorre. Nesse sentido, para além das correntes que reivindicam a retomada do Serviço Social tradicional e se definem como antimarxistas, é comum se deparar com profissionais bolsonaristas, que defendem os posicionamentos reacionários da extrema direita.

Mediante as disputas por hegemonia que se dão interior da profissão, se faz necessário defender o Projeto Ético Político do Serviço Social. Um projeto que está atrelado a defesa de um outro modo de sociabilidade e a valores emancipatórios. Um projeto de uma profissão que é também um projeto de sociedade.

Ora, a defesa deste Projeto Ético Político frente a ofensiva neofacista está atrelada ao enfrentamento do neofascismo junto a classe trabalhadora organizada, uma vez que as lutas travadas no interior da profissão não se descolam da luta geral da classe trabalhadora.

Se, precisamos enfrentar a ofensiva da extrema direita no interior da profissão é porque precisamos enfrentar esta ofensiva na sociedade brasileira. Os princípios básicos do código de ética do Assistente Social definem a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”, a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” e a “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as” como deveres ético-políticos do Assistente Social. Logo, a defesa do Projeto Ético Político da profissão está atrelado a luta organizada da classe trabalhadora pela superação do neofascismo.

A vitória eleitoral contra Bolsonaro fora um passo importante rumo a superação do neofascismo, todavia, a extrema direita continua forte e mobilizada, comprovando o fato de que o bolsonarismo é mais forte que Bolsonaro. O caráter reacionário dos Deputados e Senadores eleitos comprovam este fato. As mobilizações golpistas e terroristas contra a eleição e posse de Lula da Silva comprovam este fato.

Assim, o desafio posto as esquerdas, para a classe trabalhadora e ao Serviço Social é não deixar-se adormecer novamente mediante a um governo de conciliação de classes. Bolsonaro se foi, todavia, não podemos desmobilizar. A luta continua pela revogação das contrarreformas e pela superação do neofascismo, que está relacionada a luta anticapitalista. Bolsonaro se foi, o bolsonarismo não, portanto, ainda é tempo de lutar!

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético político do Serviço Social brasileiro**: Ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

_____. Serviço Social e lutas sociais: Desafios profissionais em tempos de barbárie. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 41, p. 19–33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34830>. Acesso em abr. 2022.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil**. 2013, p. 1-5. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/contribuicao-da-abepss-para-o-fortalecimento-dos-programas--de-pos-revisto-201703241351072223440.pdf>. Acesso em: set. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. Em nota, Moro explica condução coercitiva de ex-presidente. **Uol**, São Paulo, 05 mar. 2016. Justiça. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/em-nota-moto-explica-conducao-coercitiva-de-ex-presidente/>. Acesso em abr. 2022.

_____. Polícia Civil derruba monumento às vítimas da chacina do Jacarezinho. **CartaCapital** de 12 mai. 2022. Sociedade. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/policia-civil-derruba-monumento-as-vitimas-da-chacina-do-jacarezinho/>. Acesso em abr. 2022.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA. Popularidade do governo Temer mantém-se baixa, aponta CNI-Ibope. **CNI|SESI|SENAI|IEL**, 26 set. 2018. Notícias. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/popularidade-do-governo-temer-mantem-se-baixa-aponta-cni-ibope/>. Acesso em: jun. 2022.

AGUIAR, Roberto. Pessoas catam restos em caminhões de lixo e recorrem a restos de ossos e carne. **PSTU**, Salvador, 27 nov. 2021. Opinião Socialista. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/pessoas-catam-restos-em-caminhoes-de-lixo-e-recorrem-a-restos-de-ossos-e-carne/>. Acesso em ago. 2022.

ALESSI, Gil. Salles vê “oportunidade” com coronavírus para “passar de boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente. **EL País**, São Paulo, 22 mai. 2020. Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>. Acesso em ago. 2022.

AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 44-47.

AMARAL, Luciana; GARCIA, Gustavo. Temer sanciona a lei que estabelece a reforma do ensino médio. **G1**, Brasília, 16 fev. 2017. Educação. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/temer-sanciona-a-medida-provisoria-da-reforma-do-ensino-medio.ghml>. Acesso em: jun. 2022.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 18, p. 41-47, 2014.

Disponível em:

<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2694>. Acesso em abr. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019**. Trad.: Alexandre Barbosa de Souza [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2020.

APIBI - ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Panorama Geral da Covid-19**. Disponível em:

https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/. Acesso em ago. 2022.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BBC. Eduardo Cunha tem prisão revogada, mas continuará preso; entenda. **BBC NEWS BRASIL**. Publicado em 28 abr. 2021. Notícias. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56923136>. Acesso em jun. 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; LIMA, Rita de Lourdes (Orgs.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018. Cap. 2, p. 39-72.

_____. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez. 2021.

BELLO; CAPELA; KELLER. Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, 2021, p. 1645-1678. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/HyCbvWSs4mNxc5fBTxhm4Hr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em jun. 2022.

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, n. 50, p.111-119, 2020.

_____. “O Caminho Brasileiro para o Fascismo”. **Caderno CRH**, v.34, n. e021009, 2021.

BORGES, Laryssa. Ex-assessor de Bolsonaro confirma rachadinha na família do presidente. **Veja**, 20 jan. 2022. Política. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/politica/ex-assessor-de-bolsonaro-admite-esquema-de-rachadinha-no-cla-do-presidente/>. Acesso em: ago. 2022.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. O Serviço Social na história: 40 anos de lutas e desafios. **Revista Libertas**, Juiz de fora, v. 20, n.1, p. 21-37. jan/jun, 2020.

BRAGA, Ruy. O fim do Lulismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 49-53.

BRASIL DE FATO. Dois dias após impeachment, governo Temer sanciona lei que autoriza pedaladas fiscais. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 set. 2016. Geral. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temer-sanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais/>. Acesso em jul. 2022.

_____. Câmara aprova PEC dos Auxílios e aumenta benefícios pagos por governo em ano de eleição. **Brasil de Fato**, Curitiba, 13 jul. 2022. Política. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/13/camara-aprova-pec-dos-auxilios-e-aumenta-beneficios-pagos-por-governo-em-ano-de-eleicao>. Acesso em: ago. 2022.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan/abr. 2017.

_____. Projeto ético-político e lutas sociais: história em processo. In: Maria Liduína de Oliveira e Silva. (Org.). Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. 1ed. **Anais...** São Paulo: Cortez, 2019, Cap. 9, p. 182-199.

BRISOLA, Elisa Maria Andrade; CABRAL, Jefferson Fernando Ribeiro; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. A militarização da vida social no Brasil: da ditadura militar ao neoliberalismo e desafios para o Serviço Social. In: Maria Liduína de Oliveira e Silva. (Org.). Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. 1ed. **Anais...** São Paulo: Cortez, 2019, Cap. 7, p. 153-165.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social e sociedade**. São Paulo. n; 140. Jan/abr. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão especial rejeita, por 23 a 11, o voto impresso obrigatório. **Agência Câmara de Notícias**, 05 ago. 2021. Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/790507-comissao-especial-rejeita-por-23-a-11-o-voto-impresso-obrigatorio/>. Acesso em ago. 2022.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Dependência e ultraneoliberalismo: As políticas sociais no Brasil pós golpe de 2016. **Temporalis**, [S. l.], v. 22, n. 43, p. 17-33, 2022.

CARTACAPITAL. Temer sanciona a lei da terceirização irrestrita. **CartaCapital**, São Paulo, 01 abr. 2017. Política. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-sanciona-a-lei-da-terceirizacao-irrestrita/>. Acesso em: jun. 2022.

CARTACAPITAL. Registro de armas de fogo cresce 474% no governo Bolsonaro. **CartaCapital**, São Paulo, 28 jun. 2022. Sociedade. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/registro-de-armas-de-fogo-cresce-474-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em ago. 2022.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, p. 119-138, 1º semestre de 2013.

CISNE, Mirla. CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. ARAÚJO, Luciene. “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n.2. 2020. p. 307-327.

CNN. Bolsonaro diz que provará que houve fraude na eleição de 2018. **CNN Brasil**, 09 mar. 2020a. Política. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-provara-que-houve-fraude-na-eleicao-de-2018/>. Acesso em ago. 2022.

_____. ‘Sou Messias, mas não faço milagre’, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus. **CNN Brasil**, 28 abr. 2020b. Política. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/e-a-vida-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus/>. Acesso em: ago. 2022.

_____. Economia não pode parar por causa do novo coronavírus, diz Bolsonaro. **CNN Brasil**, São Paulo, 20 mar. 2020c. Política, Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-nao-pode-parar-por-cao-do-coronavirus-diz-bolsonaro/>. Acesso em ago. 2022.

_____. Governo lança campanha ‘Brasil Não Pode Parar’ contra medidas de isolamento. **CNN Brasil**, São Paulo, 27 mar. 2020d. Política. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento/>. Acesso em 09/2022.

CFESS. **Direito se conquista: A luta dos/as Assistentes Sociais pelas 30 horas semanais**. Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social - volume 2**. Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014). Brasília: CFESS, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf. Acesso em nov. 2022.

_____. **Parecer Jurídico Nº 05/2020-E de 24 de abril de 2020**. Assunto: Ausência de Equipamentos de Proteção Individual – EPI para assistentes sociais. Medidas jurídicas cabíveis. Brasília-DF, 24 de abril de 2020a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cfess-ParecerJuridico05-2020-E-EPI.pdf>. Acesso em: set. 2022.

CFESS. **Nota sobre a resolução 299/2019 do CNJ**. Assunto: Inversão de prioridades: política de criminalização em detrimento do atendimento de crianças e adolescentes. Brasília, 20 de fevereiro de 2020b. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-CNJ-cfess-2020.pdf>. Acesso em nov. 2022.

_____. **Supervisão de estágio em tempo de pandemia: reflexões e orientações político-normativas**. Brasília, março de 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS2021-SupervisaoEstagioTempoPandemia.pdf>. Acesso em set. 2022.

_____. **Visualizar/Menu/Local/Eleições CFESS-CRESS 2020-2023**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/eleicoes-cfess-cress-2020-2023>. Acesso em nov. 2022.

CORREIO 24 HORAS. Empresas bancam serviço de mensagens de massa contra o PT, diz jornal. **Correio**, 18 out. 2018. Notícia. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/empresas-bancam-servico-de-mensagens-de-massa-contra-o-pt-diz-jornal/>. Acesso em jul. 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (org). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 173-200.

CRESS-SC. **Dia do/a Assistente Social**. 15 mai. 2019. Disponível em <http://cress-sc.org.br/2019/05/15/dia-do-a-assistente-social-2019/#:~:text=Neste%20sentido%2C%20a%20arte%20do,15%20de%20maio%20de%202019>. Acesso em set. 2022.

DAMÉ, Luiza. Dilma formaliza Michel Temer na articulação política do governo. **O GLOBO**, São Paulo, 10 abr. 2015. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/dilma-formaliza-michel-temer-na-articulacao-politica-do-governo-15834135>. Acesso em jun. 2022.

EL PAÍS. “A solução mais fácil era botar o Michel”. Os principais trechos do áudio de Romero Jucá. **El País**, São Paulo, 24 mai. 2016. Política. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html. Acesso em: jun. 2022.

ELEIÇÕES 2018. Polarização política desemboca em violência. **R7**, São Paulo, 11 out. 2018. Notícias. Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2018/polarizacao-politica-desemboca-em-violencia-durante-eleicao-29062022>. Acesso em jul. 2022.

ESTADÃO CONTEÚDO. Ex-presidente da OAS, Léo Pinheiro, deixa prisão da Lava Jato. **Exame**, São Paulo, 17 set. 2019. Notícias. Disponível em: <https://exame.com/brasil/ex-presidente-da-oas-leo-pinheiro-deixa-a-prisao-da-lava-jato/>. Acesso em: jun. 2022.

_____. Governo Bolsonaro acumula escândalos de corrupção; confira os principais. **Isto é Dinheiro**, 22 ago. 2022. Notícias. Disponível em:

<https://www.istoedinheiro.com.br/governo-bolsonaro-acumula-escandalos-de-corrupcao-confira-os-principais/>. Acesso em 08/2022.

FAO. **Brasil em resumo**. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>. Acesso em ago. 2022.

FAUSTINO, Deivisson Mendes. “O encarceramento em massa e os aspectos raciais da exploração de classe no Brasil”. In: Encarceramento em massa, símbolo do estado penal. **PUC Viva**, ano 11, n.39, 2010. p. 14-27.

FERNANDES, Laryssa Danielly Silva. Reatualização do conservadorismo no Serviço Social: Entre a proposta de reforma profissional e as estratégias de enfrentamento à questão. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas (X JOINPP). 16 a 19 nov. **Anais[...]** Ambiente virtual, 2021, p. 1-15. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_978_978612d2efecdd2d.pdf. Acesso em: nov. 2022.

FIGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. **Marxismo21.org.**, 2019, p. 1-12. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

FILHO, João. Bolsonaro anunciou o golpe: Não há mais espaço para omissão. **The Intercept**. Brasil, 23 jul. 2022. Notícia. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/07/23/bolsonaro-golpe-nao-ha-espaco-omissao/>. Acesso em ago. 2022.

FLEURY, Sonia; FAVA, Virgínia Maria Dalfior. “Vacina contra Covid-19: arena da disputa federativa brasileira”. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, nº especial, 2022. p. 248-264.

G1. Datafolha aponta que a maioria dos brasileiros é a favor do impeachment. **G1**, 11 abr. 2016. Hora 1 Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/04/datafolha-aponta-que-maioria-dos-brasileiros-e-favor-do-impeachment.html>. Acesso em: mai. 2022.

_____. Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. **G1**, Brasília, 03 jan. 2019a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damores-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em jul. 2022.

_____. Bolsonaro sugere 'fazer cocô dia sim, dia não' para reduzir poluição ambiental. **G1**, Brasília, 09 ago. 2019b. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/09/bolsonaro-sugere-fazer-coco-dia-sim-dia-nao-para-reduzir-poluicao-ambiental.ghtml>. Acesso em ago. 2022.

_____. 'Acabou, porra!', diz Bolsonaro sobre ordem do STF para operação policial contra aliados. **G1**, Brasília, 28 mai. 2020. Notícia – Política. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/28/acabou-porra-diz-bolsonaro-sobre-ordem-do-stf-para-operacao-policia-contraliados.ghtml>. Acesso em: ago. 2022.

_____. CPI da Covid: Veja as principais conclusões do relatório final. **G1**, 20 out. 2021a. Notícia – Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/20/cpi-da-covid-veja-as-principais-conclusoes-do-relatorio-final.ghtml>. Acesso em set. 2022.

_____. Bolsonaro, imunidade de rebanho e o caso covaxim. **G1**, 26 jun. Notícia. 2021b. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/2021/bolsonaro-cpi-da-covid-imunidade-de-rebanho-caso-covaxim/>. Acesso em set. 2022.

_____. Covid 19: Manaus vive colapso com hospitais sem oxigênio, doentes levados a outros estados, cemitérios sem vagas e toques de recolher. **G1**, Amazonas, 14 jan. 2021c. Disponível em <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/14/covid-19-manaus-vive-colapso-com-hospitais-sem-oxigenio-doentes-levados-a-outros-estados-cemiterios-sem-vagas-e-toque-de-recolher.ghtml>. Acesso em 09/2022.

_____. Bruno Pereira e Dom Phillips: a cronologia do caso, desde o início da viagem. **G1**, Amazonas, 15 jun. 2022a. Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/06/15/bruno-pereira-e-dom-phillips-a-cronologia-do-caso-desde-o-inicio-da-viagem.ghtml>. Acesso em 08/2022.

_____. Bloqueios golpistas contra resultado das urnas entram no 3º dia com menos força. **G1**, 02 nov. 2022b. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/02/bloqueios-estradas-3o-dia.ghtml>. Acesso em dez. 2022.

GARCIA, Gustavo; GOMES, Pedro Henrique. Bolsonaro anuncia novo protocolo para uso de cloroquina e faz piada sobre o assunto. **G1**, Brasília, 19 mai. 2020. Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/19/coronavirus-ministro-assinara-nesta-quarta-novo-protocolo-sobre-uso-da-cloroquina-diz-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: set. 2022.

GHEDIN, Rodrigo. Cinco dos dez canais que explodiram no ranking do Youtube durante as eleições são de extrema direita. **The Intercept**. Brasil, 28 de ago. 2019. Notícia. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/08/28/ranking-youtube-extrema-direita/>. Acesso em: jul. 2022.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Crise, expropriações e autoritarismo. In.: DEMIER, Felipe; CISLAGHI, Juliana Fiuza (Orgs). **“O neofascismo no poder (ano I) – Análises críticas sobre o governo Bolsonaro”**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 149-160.

GUERRA, Iolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 1999.

GUILHERME, Cássio Augusto. De Dilma a Temer: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo. In: XXXIX Simpósio Nacional de História. Contra os preconceitos: história e democracia. 24 a 28 jul. Brasília. **Anais [...]** Brasília - DF, 2017. p. 1-16. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953102_29692c9b4c6734d58df74ccc6580d509.pdf. Acesso em: mai. 2022.

HAIDAR, Diego; GIMENEZ, Elza; FERNANDES, Filipe; PEIXOTO, Guilherme; COELHO Henrique. Operação no Jacarezinho deixa 28 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de bandidos. **TV Globo e G1 Rio de Janeiro**. 06/05/2021. Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/tiroteio-deixa-feridos-no-jacarezinho.ghtml>. Acesso em: abr. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico metodológica. São Paulo: Cortez. 2009.

IASI, Mauro. O desejo, a conjuntura e a luta de classes. **Blog da Boitempo**. Publicado em 04/05/2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/05/04/o-desejo-a-conjuntura-e-a-luta-de-classes/>. Acesso em: ago. 2022.

INESC - INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Orgs.). **A conta do desmonte**: Balanço do Orçamento Geral da União 2021. [livro online]. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrçamento2021-Inesc-1.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

JORNAL NACIONAL. PMDB divulga documento com críticas e propostas econômicas. **G1**. 29 out. 2015. Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/pmdb-divulga-documento-com-criticas-e-propostas-economicas.html>. Acesso em jun. 2022.

_____. Itália registra 793 mortes por coronavírus em um único dia. **G1**, 21 mar. 2020a. Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/21/italia-registra-793-mortes-por-coronavirus-em-um-unico-dia.ghtml>. Acesso em ago. 2022.

_____. Em pronunciamento, Bolsonaro defende uso da cloroquina para tratamento de coronavírus. **G1**, 08 abr. 2020b. Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/08/em-pronunciamento-bolsonaro-defende-uso-da-cloroquina-para-tratamento-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em set. 2022.

_____. Brasil volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas. **G1**, 06 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>. Acesso em ago. 2022.

JORNALISTAS LIVRES. Em ação criminosa, PRF barra eleitores de votarem em todo os estados do Brasil. **Jornalistas Livres**. Publicado em 30 de nov. 2022.

Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/em-acao-criminosa-prf-barra-eleitores-de-votarem-em-todo-os-estados-do-brasil/>. Acesso em nov. 2022.

JUNIOR, Carlos Zacarias de Sena. O bolsonarismo e a policracia governamental. In O neofascismo no poder. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

KOTSCHO, Ricardo. Política de governo: o que Bolsonaro já disse sobre povos indígenas e Funai. **UOL**, São Paulo, 17 jun. 2022. Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/balaio-do-kotscho/2022/06/17/politica-de-governo-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-povos-indigenas-e-funai.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em ago. 2018.

LEAL, Fabiola Xavier; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; SILVA, Mylena Carlos Pessoa da Silva; MOISÉS, Nina Gomes Molulo. “A morte por covid-19 bate à porta das/os assistentes sociais no Brasil”. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n.1, p. 194-211, jan. / jun. 2022.

LEAL, Jana Martins. A Nova Classe Média brasileira: um objeto de disputas político-ideológicas no contexto do Reformismo Fraco no Brasil. In: 39º Encontro Anual da ANPOCS GT03 as Classes Sociais no Brasil Contemporâneo. 26 a 30 out. Caxambu **Anais [...]** Caxambu - MG, 2015. p. 1-27.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a Revolução**: A doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução. São Paulo: Boitempo. 2017.

LIMA, Rodrigo. “A conciliação de classes como farsa”. In: **PCB-Partido Comunista Brasileiro**. Publicado em 23/08/2022. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/29169>. Acesso em: out. 2022.

LOWY, Michel. “Dois anos de desgoverno- a ascensão do neofascismo. In: **Instituto Humanitas Unisinos**. Publicado em 10/02/2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/606674-dois-anos-de-desgoverno-a-ascensao-do-neofascismo-artigo-de-michael-loewy>. Acesso em: set. 2022.

LULA. Com Lula, pleno emprego. Com Bolsonaro, 2 anos na fila de emprego. **Lula**. São Paulo, 15 set. 2021. Notícias. Disponível em: <https://lula.com.br/com-lula-pleno-emprego-com-bolsonaro-2-anos-na-fila-de-emprego/>. Acesso em dez. 2021.

MACHADO, Livia; FEITOSA JUNIOR, Alessandro; PAULO, Paula Paiva; RODRIGUES, Rodrigo. Logo após aprovação da Anvisa, governo de SP aplica em enfermeira a 1ª dose de vacina contra Covid-19 no Brasil. **G1**, São Paulo, 17 jan. 2021. Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/17/apos-aprovacao-da-anvisa-governo-de-sp-aplica-1a-dose-da-coronavac-antes-do-inicio-do-plano-nacional-de-vacinacao.ghtml>. Acesso em: set. 2022.

MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In.: MOTA, Ana Elisabete; AMARAL; Angela. **Serviço Social Brasileiro nos anos 2000**: cenários, pelejas e desafios. São Paulo: Cortez. 2016. p.162-208.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. São Paulo: Cortez. 2011.

MARTINS, Carolina; ADORNO, Luís; LOPES, Nathan. Isolamento, cloroquina, popularidade: as crises entre Bolsonaro e Mandetta. **UOL**, São Paulo, 16 abr. 2020. Política. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/16/bolsonaro-mandetta-coronavirus-cloroquina-isolamento.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em ago. 2022.

MARX, Karl. O capital: Livro I. Editora: Boitempo.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Maurilio Castro de. “O neofascismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da Covid-19”. **Revista humanidades e inovação**. v. 8, p. 25-35, 2021.

MATOSO, Felipe. Governo Dilma tem aprovação de 9% e reprovação de 70%, diz Ibope. **G1**, Brasília, 15 dez. 2015. Política/Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/governo-dilma-tem-aprovacao-de-9-e-reprovacao-de-70-diz-ibope.html>. Acesso em: mai. 2022

MATTOS, Marcelo Badaró. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. In.: DEMIER, Felipe; CISLAGHI, Juliana Fiuza (Orgs). **“O neofascismo no poder (ano I) – Análises críticas sobre o governo Bolsonaro”**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 17-46.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: Origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Neofascismo: Expressão ideológica da crise sistêmico estrutural do tardo Capitalismo**. São Paulo: Mimeo, 2021.

MELO, Maria Luisa de. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. **UOL**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2020. Notícias – Saúde. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em ago. 2022.

MENDES, Sandy. Bolsonaro cria comitê contra covid para indígena após quase dois anos de pandemia. **UOL – Congresso em Foco**, 11 jan. 2022. Notícias. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/bolsonaro-cria-comite-contra-covid-para-indigena-apos-quase-dois-anos-de-pandemia/>. Acesso em ago. 2022.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. “Guerra híbrida no Brasil: O caso Lula”. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 52, p. 47-68, jul./dez. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 07, p. 590-621, 2016.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos pagu**, n. 28, jan/jun, 2007. p. 101-128. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tWFyRWkCdWv4Tgs8Q6hps5r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jul. 2022.

MONTEL, Ana Lucia. Governo Bolsonaro entope aldeias indígenas com cloroquina. 2021. **Brasil de Fato**, 20 jul. 2021. Notícia. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/20/governo-bolsonaro-entope-aldeias-indigenas-com-cloroquina>. Acesso em ago. 2022.

MORTARI, Marcos. Equipe de transição de Lula tem 290 indicados sob coordenação de Geraldo Alckmin; veja lista completa. **InfoMoney**, 16 nov. 2022. Política. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/veja-quem-esta-na-equipe-de-transicao-governo-lula/>. Acesso em dez. 2022.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

_____; AMARAL, Ângela Santana. Serviço social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (Orgs.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez. 2010.

NICOLAV, Vanessa. Gabinete paralelo: atuação de grupos extraoficiais é marca do governo, diz analista. **Brasil de Fato**, São Paulo, 28 mai. 2021. Notícia. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/28/gabinete-paralelo-atuacao-de-grupos-extraoficiais-e-marca-do-governo-diz-analista>. Acesso em set. 2022.

OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de. **Reatualização conservadora: o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social e a disputa por hegemonia no Brasil na atualidade**. 2021. 421 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2021.

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante**. Paraná, 2017.

OLIVEIRA, Joana. Bolsonaro veta obrigação do governo de garantir acesso a água potável e leitos a indígenas na pandemia. **El País**, Brasil, 08 jul. 2020. Notícia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-08/bolsonaro-veta-obrigacao->

do-governo-de-garantir-acesso-a-agua-potavel-e-leitos-a-indigenas-na-pandemia.html. Acesso em ago. 2022.

OLIVEIRA, Thiago Bernadon de. “O golpe de 2016: Breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo”. **Revista Historae**. Rio Grande, v. 7, n. 2, p.191-231, 2016.

PAULANI, Leda, Maria. “Capitalismo Financeiro, Estado de Emergência Econômico e Hegemonia às Avessas”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 123-128.

PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]**: Relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em ago. 2022.

PEREIRA, Marivaldo. O fim da Fundação Cultural Palmares. **UOL - Congresso em foco**. São Paulo, 01 nov. 2019. Notícias. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/o-fim-da-fundacao-cultural-palmares/>. Acesso em ago. 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova** [online], n.100, p.119-153, 2017.

POCHMANN, Marcio. Nova classe média? **YouTube**, 26 de set. de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UswLAB-Oshc>. Acesso em: dez. 2021.

PODER360. Leia na íntegra o discurso de Bolsonaro no 07 de setembro em São Paulo. **PODER360**, 07 set. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/>. Acesso em ago. 2022.

PROENÇA, Wander de Lara. A participação evangélica na política brasileira e sua identificação com governos de direita. **Revista Relegens Thréskeia**, [S.l.], v. 10, n. 2, p.13-39, dez. 2021.

PROJETO MANUELZÃO. Investigado por contrabando de madeira, Ricardo Salles pede exoneração do Ministério do Meio Ambiente. **Manuelzão UFMG**, Minas Gerais, 25 jun. 2021. Notícias. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/investigado-por-esquema-de-contrabando-de-madeira-ricardo-salles-pede-exoneracao-do-ministerio-do-meio-ambiente/>. Acesso em ago. 2021.

REDAÇÃO CUT. Para polícia, assassinato de petista por bolsonarista “não teve motivação política”. **CUT Brasil**, jul. 2022. Notícias. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/para-policia-assassinato-de-petista-por-bolsonarista-nao-teve-motivacao-politica-4e7f>. Acesso em ago. 2022.

RIBEIRO, Janaína. Set/2018: "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre. **Exame**. São Paulo, 03 set. 2018. Notícias. Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/> Acesso em: jul. 2022.

ROSSI, Marina; BETIM, Felipe. Em protesto anti-Dilma, Sergio Moro vira herói e Renan é vaiado nas ruas. **EL PAÍS**, São Paulo, 16 ago. 2015. Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439766325_619975.html. Acesso em: mai. 2022.

ROSSI, Marina; ALESSIA, Gil; BENITES, Afonso. Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas. **El País**. São Paulo / Brasília / Rio de Janeiro, 14 mar. 2016. Política. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776_440577.html. Acesso em: jun. 2022.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

SANTOS, Alexandre José; ALBUQUERQUE, Dandara Oliveira de; BARACHO, Géssyca Andrea de lima; PINHO, Jady Stephanie Bispo dos Santos; OLIVEIRA, Thais Carolina Pires de. "Apontamentos críticos sobre 'As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro'". **Revista praia vermelha**. Rio de Janeiro. v. 29, n 2. p. 739-762. 2019.

SARAIVA, Jacqueline; MILITÃO, Eduardo. Justiça autoriza condução coercitiva de Lula para prestar depoimento. **Correio Braziliense**. Brasília, mar. 2016. Política. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/03/04/interna_politica,520488/justica-autoriza-conducao-coercitiva-de-lula-para-prestar-depoimento.shtml. Acesso em abr. 2022.

SCHMIDT, Flávia de Holanda. **Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo Federal**. [online]. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT_Presenca_de_militares_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em ago. 2022.

SILVA, Irenildo Costa da. Reflexões sobre o debate da “nova” classe média no Brasil. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 12, n. 3, p. 75-89, dez. 2019.

SILVA, Juliana Alexandre da; SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes de. A Relativa Autonomia na Literatura Profissional do Serviço Social: elementos constitutivos do debate. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 403-413, 2017.

SILVA, Mossicléia Mendes da. O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema direita. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 559-587. 2019.

SIMIONATTO, Ivete. Serviço Social, reação conservadora e o ataque ao marxismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 117-134.

SINGER, André. Brasil Junho de 2013: Classe e Ideologias Cruzadas. **Dossiê: Mobilizações, protestos e revoluções**. Novembro de 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>. Acesso em: 01/2022

SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS (SMDH). **Denúncia de violações dos direitos à vida e à saúde no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil** [recurso eletrônico]. Passo Fundo: Saluz, 2021. Disponível em: <https://sr-upsd-savein.cdn.jelastic.net/wp-content/uploads/sites/120/2021/11/denuncia-de-violacoes-dos-direitos-a-vida-e-a-saude-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil-documento-denuncia-final-19-11-2021.pdf>. Acesso em ago. 2022.

SOLANO, Esther. O lavajatismo é maior que a lava jato. E sobreviverá. **Carta Capital**, São Paulo, 01 mar. 2021. Opinião. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/o-lavajatismo-e-maior-do-que-a-lava-jato-e-sobrevivera/>. Acesso em: nov. 2021.

SOUSA, Adrianycy A. Silva. Estratégia democrático popular e Serviço Social: aproximações ao socialismo reformista na profissão. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas (X JOINPP). 16 a 19 nov. **Anais[...]** Ambiente virtual, 2021, p. 1-13. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissao_Id_500_50061095473a47ce.pdf. Acesso em: out. 2022.

SOUSA, Adrianycy A. Silva; NEVES, Daniela. Do Congresso da Virada ao Projeto Ético-político: a maturação da Intenção de Ruptura. **Praia Vermelha (UFRJ)**, v. 21, n. 2, p. 23-36, jan./jul. 2012. 11-28, 2019.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 119, p. 531- 558, São Paulo: Cortez, jul/set. 2014.

SOUZA, Gisele. SOARES, Morena Gomes Marques. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. *Revista Ser Social*, n. 44, p. 11 – 28, Brasília, jan/jun. 2019.

TEJADAS, Sílvia. Igrejas neopentecostais e o Serviço Social na conjuntura brasileira: aproximações preliminares. In: Maria Liduína de Oliveira e Silva. (Org.). **Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. 1ed. **Anais...** São Paulo: Cortez, 2019, Cap. 6, p. 135-152.

TATEMOTO, Rafael. PIB pífio e desemprego desmentem propaganda do governo Temer. **Brasil de Fato**, Brasília, 05 jun. 2018. Política. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/02/pib-pifio-e-desemprego-desmentem-propaganda-do-governo-temer>. Acesso em jun. 2022.

UOL. Temer, dois anos de gestão: denúncias de corrupção, crises institucionais e aposta na economia. **UOL**. Publicado em: 12 mai. 2018a. Justiça. <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/temer-dois-anos-de-gestao-denuncias-de-corrupcao-crisis-institucionais-e-aposta-na-economia/>. Acesso em: jun. 2022.

_____. Greve dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil. **BBC NEWS**, 30 mai. 2018b. Notícias. <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/30/greve-dos-caminhoneiros-a-cronologia-dos-10-dias-que-pararam-o-brasil.htm>. Acesso em jun. 2022.

UOL. Bolsonaro chora, diz que eleição pode ter fraude e que Haddad soltará Lula. **UOL**, São Paulo, 16 set. 2018c. Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/16/bolsonaro-chora-diz-que-eleicao-pode-ter-fraude-e-que-haddad-soltara-lula.htm>. Acesso em: 07/2022.

_____. Liderado por alvo do STF, grupo faz ato com tochas e máscaras contra Moraes. **UOL**, São Paulo, 31 mai. 2020. Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/31/grupo-300-protesto-supremo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em ago. 2022.

VEJA. As principais medidas do governo interino de Temer. **VEJA ABRIL**. Publicado em 31 ago. 2016. Brasil, Economia, Política. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/as-principais-medidas-do-governo-interino-de-temer/>. Acesso em jun. 2022.

_____. Bolsonaro: Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda toma tubaína. **VEJA ABRIL**. Publicado em 19 mai. 2020. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-quem-e-de-direita-toma-cloroquina-quem-e-esquerda-tubaina/>. Acesso em set. 2022.

VIEIRA, Anderson. Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado. **Senado** Notícias, 20 out., 2021. Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>. Acesso em set. 2022.

VISCARDI. Janaína Martins. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8658477>. Acesso em: jul. 2022.

ANEXOS

ANEXO I – Questionário semiestruturado

1. IDENTIFICAÇÃO DA/DO PARTICIPANTE

1.1. Nome Social:

1.2. Idade:

1.3. Qual a sua identidade de gênero?

() Homem Cis

() Homem Trans

() Mulher Cis

() Travesti

() Mulher Trans

() Outros _____

1.4. Qual a sua orientação sexual?

() Heterossexual

() Homossexual (gay ou lésbica)

() Bissexual

Outros _____

1.5. Considerando a classificação do quesito cor estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como você se define?

() Branca/o

() Preta/o

() Parda/a

() Amarela/o

() Indígena

1.6. Grau de escolaridade

() Superior na Universidade:

() Especialização em:

() Mestrado em:

() Doutorado em:

() Pós doutorado em:

1.7. Coursou graduação e/ou pós-graduação à distância?

() Sim () Não

Qual? O que achou?

1.8. Outros cursos:

1.9. Em qual política/área você atua?

() Saúde

() Saúde (OS)

() Assistência Social

() Terceiro setor

() Previdência Social

() Judiciário

() Fundação Casa

1.10. Tempo de atuação profissional

2. SOBRE SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

- 2.1. Qual a sua principal demanda no trabalho?
- 2.2. E como essas demandas chegam até você?
- 2.3. Como se desenvolve o seu trabalho?
- 2.4. Você possui metas de atendimento? Há muita cobrança para atendimento dessas metas?
- 2.5. Há cobranças institucionais/equipe para resolução rápida das demandas? Por que você acha que isso ocorre e como se sente em relação a isso?
- 2.6. Quais os valores éticos que atravessam a sua prática profissional?
- 2.7. Entende ou identifica demandas conservadoras no seu trabalho?
- 2.9. Você tem condições de trabalho adequadas para realizar atendimentos de maneira qualificada, bem como para resguardo do sigilo profissional?

3. SOBRE A QUESTÃO ÉTICO POLÍTICA:

- 3.1. Qual a dimensão política do seu trabalho?
- 3.2. Você está inserido em movimentos sociais? Se sim, qual?
- 3.3. Você se identifica com algum espectro político? Se sim, qual?
- 3.4. Você identifica o direcionamento político do Projeto ético político do Serviço Social?
- 3.5. Com as suas condições de trabalho, você consegue realizar mobilização da comunidade? Considera uma ação importante?
- 3.6. Você costuma participar de manifestações? Se sim, quais?
- 3.7. Você costuma participar das atividades do conjunto CFESS/CRESS?
- 3.8. Das bandeiras de luta do Serviço Social, quais as que você mais se identifica/defende?
- 3.9. Você reconhece/identifica e relaciona opressões, dentre as quais machismo, racismo, LGBTfobia, gordofobia, capacitismo com as demandas que você se depara em seu cotidiano de trabalho? De que forma?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos a (o) Sra. (o) para participar da pesquisa **“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”** realizada pela mestranda Samara Santos Souza Maranhão, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo.

Esta pesquisa apresenta como objetivo analisar criticamente a conjuntura neofacista e identificar as contradições geradas no interior da profissão pelo ascenso do bolsonarismo e da extrema direita.

Estima-se que a presente pesquisa contribuirá com a produção de conhecimento em Serviço social e consequentemente para a suspensão do conservadorismo nos meios profissionais.

Sua participação se dará por meio da concessão de uma entrevista aberta à pesquisadora, sendo que suas respostas serão gravadas e transcritas, com sua prévia autorização, para posterior incorporação à pesquisa.

A adesão é voluntária e a (o) Sra. (o) tem garantido o direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou problema. Informo que as informações colhidas pela pesquisa serão divulgadas em eventos ou publicações científicas, sem a identificação do seu nome, de acordo com a sua concordância, e respeitando os protocolos da ética em pesquisa.

Durante a realização da pesquisa a Sra.(o) pode se sentir cansada(o) ou constrangida(o) ou desconfortável com alguma questão. Neste caso, podemos interromper a entrevista.

A entrevista será realizada de maneira remota, logo, a (o) Sra. (o) não terá custos com transporte e alimentação.

No caso da (o) Sra.(o) se sentir lesado de alguma forma, poderá pedir indenização.

A (o) Sr.^a (o) poderá ter acesso aos resultados do estudo no momento que quiser, bem como, terá direito a indenização caso ocorra algum dano decorrente da pesquisa

A pesquisa será gratuita para os participantes.

Os resultados da pesquisa serão divulgados aos participantes por meio apresentação remota, após defesa da dissertação.

Salientamos que a qualquer momento os participantes podem desistir de participar da pesquisa, sem nenhum dano ou exposição.

Os participantes receberão por e-mail cópia deste TCLE após assinatura.

Em função da pandemia da COVID-19, a entrevista será realizada pela internet, por meio do google Meet e a (o) Sra. (o) receberá um e-mail com as informações e o link para ter acesso ao ambiente remoto no dia e horário agendados.

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas, durante qualquer etapa do estudo, bastando para isso entrar em contato diretamente com a pesquisadora Samara Santos Souza Maranhão por meio do endereço eletrônico: samarasantos.ung@gmail.com ou do telefone (11) 98696-6046 com seu orientador pelo endereço eletrônico: ac.mazzeo@yahoo.com

Se a (o) Sra. (o) tiver alguma dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - localizado na Praça Tereza Cristina, nº 229- Centro- Guarulhos/SP, e-mail comite.etica@ung.br telefone (11) 2464-1664.

AUTORIZAÇÃO

Eu após a leitura deste documento e tendo tido a oportunidade de conversar com o (a) pesquisador (a) responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informada (o) sobre minha participação na pesquisa, ficando esclarecido que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem qualquer penalidade. Estou ciente também da relevância, dos objetivos e dos procedimentos da pesquisa dos quais participarei, da não identificação do meu nome e sigilo de demais informações. Diante do exposto, expresso minha concordância e espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura do(a) participante
ou representante legal

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o TCLE do (a)(ou representante legal) para a participação neste estudo.

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável.

São Paulo, ____ de _____ 2022.